



**UFC**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ  
CENTRO DE HUMANIDADES  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS**

**EMANUEL RÉGIS GOMES GONÇALVES**

**A HISTÓRIA EDITORIAL DO LIVRO *QUARTO DE DESPEJO*, DE CAROLINA  
MARIA DE JESUS: LITERATURA VISTA DE BAIXO, CONSAGRAÇÃO  
CULTURAL E LUTA DE CLASSES (1960-2020)**

**FORTALEZA**

**2024**

EMANUEL RÉGIS GOMES GONÇALVES

A HISTÓRIA EDITORIAL DO LIVRO *QUARTO DE DESPEJO*, DE CAROLINA MARIA DE JESUS: LITERATURA VISTA DE BAIXO, CONSAGRAÇÃO CULTURAL E LUTA DE CLASSES (1960-2020)

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Literatura. Área de concentração: Literatura Comparada.

Orientador: Prof. Dr. Tito Lívio Cruz Romão

FORTALEZA

2024

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação Universidade Federal do Ceará  
Sistema de Bibliotecas  
Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

---

G624h Gonçalves, Emanuel Régis Gomes.  
A história editorial do livro Quarto de despejo, de Carolina Maria de Jesus : literatura vista de baixo, consagração cultural e luta de classes / Emanuel Régis Gomes Gonçalves. – 2024.  
202 f. : il. color.

Tese (doutorado) – Universidade Federal do Ceará, , Fortaleza, 2024. Orientação:  
Prof. Dr. Tito Lívio Cruz Romão.

1. Carolina Maria de Jesus. 2. Quarto de despejo. 3. História editorial. 4. Literatura vista de baixo. 5. Luta de classes. I. Título.

CDD

---

EMANUEL RÉGIS GOMES GONÇALVES

A HISTÓRIA EDITORIAL DO LIVRO *QUARTO DE DESPEJO*, DE CAROLINA MARIA DE JESUS: LITERATURA VISTA DE BAIXO, CONSAGRAÇÃO CULTURAL E LUTA DE CLASSES (1960-2020)

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Literatura. Área de concentração: Literatura Comparada.

Aprovada em: 29/4/2024.

BANCA EXAMINADORA

---

Prof. Dr. Tito Lívio Cruz Romão (Orientador)  
Universidade Federal do Ceará (UFC)

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria Madalena Magnabosco  
Fundação Mineira de Educação (FUMEC)  
Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Ana Amélia de Moura Cavalcante de Melo  
Universidade Federal do Ceará (UFC)

---

Prof. Dr. Júlio Cezar Bastoni da Silva  
Universidade Federal do Ceará (UFC)

---

Prof.<sup>a</sup> Dr. Marcelo Magalhães Leitão  
Universidade Federal do Ceará (UFC)

## **AGRADECIMENTOS**

À FUNCAP, pelo apoio financeiro com a manutenção da bolsa de auxílio.

Ao Prof. Dr. Tito Lívio Cruz Romão, pela excelente orientação, a paciência e a genuína generosidade com que me ajudou a construir este trabalho.

Aos professores participantes da banca examinadora Adelaide Gonçalves, Maria Madalena Magnabosco, Ana Amélia de Moura Cavalcante de Melo, Júlio Cesar Bastoni e Marcelo Magalhães Leitão, pelo tempo, pelas valiosas colaborações e sugestões.

À minha companheira na vida e no amor, Elionete Rodrigues Barbosa, que chorou e sorriu comigo, nas minhas quedas e alegrias, durante todo o processo de escrita desta pesquisa.

À minha mãe, Maria das Graças Gomes Gonçalves, que me deu a vida, proteção e que, com seu trabalho de empregada doméstica, me sustentou e possibilitou que eu estudasse.

À minha avó, uma das mulheres mais fortes que já existiram e que agora descansa de sua vida de lutas, a quem carregarei para sempre no coração.

A Sergio Barcellos, que me forneceu materiais imprescindíveis para o presente estudo.

À Carolina Maria de Jesus e a Audálio Dantas, que tornaram esse mundo um lugar mais bonito.

“Quem deveria e deve revoltar-se somos nós que somos os pobres, que trabalhamos sem melhorar a nossa condição de vida, ganhamos apenas as unidades que não cobrem as nossas necessidades. Temos que ficar semi-alfabetizados porque o curso superior está ao alcance dos poderosos somente.”

Carolina Maria de Jesus, *Diário de Bitita*

## RESUMO

O presente trabalho se alicerça em dois pilares investigativos fundamentais: a construção de uma história editorial para o livro *Quarto de despejo* – abarcando o período que vai de 1960 a 2020 – e, paralelamente, a realização de uma análise das transformações pelas quais a imagem de Carolina Maria de Jesus, autora da obra em foco, passou ao longo dos anos, dentro do marco da luta de classes na sociedade brasileira. A metodologia que utilizaremos em nossa investigação será o *materialismo histórico-dialético*, tal como concebido por Karl Marx e Friedrich Engels no livro *A ideologia alemã* (2002) e descrito pelo mesmo Engels em seu opúsculo *Do socialismo utópico ao socialismo científico* (2010). Em consonância com essa visão metodológica, esta pesquisa se voltará para o estudo do contexto histórico-social concreto da década de sessenta do século passado aos primeiros anos da década de 2020, na tentativa de explicar como a imagem pública de Carolina Maria de Jesus e as edições de sua obra mais famosa estão relacionadas às mudanças econômicas, políticas e sociais no Brasil dentro do recorte temporal estipulado. Na realização dessa tarefa, utilizaremos as contribuições bibliográficas e teóricas de diferentes autores, distribuídos por áreas diversas do conhecimento: a história econômica, social e política do Brasil, a análise do mercado editorial brasileiro, a descrição e o entendimento dos significados do conceito de paratexto editorial, a investigação propriamente literária e a discussão sobre a linguagem presente nos textos carolinianos. Utilizaremos também os trabalhos biográficos sobre Carolina Maria de Jesus realizados por José Carlos Sebe Bom Meihy e Robert Levine (1994), Eliana de Moura Castro e Marília Novais de Mata Machado (2007) e Tom Farias (2017), além de fontes primárias, como jornais e revistas, e produções audiovisuais sobre a escritora mineira.

**Palavras-chave:** Quarto de despejo. Carolina Maria de Jesus. Literatura vista de baixo. História editorial. Luta de classes.

## ABSTRACT

This work is based on two fundamental investigative pillars: the construction of an editorial history for the book *Quarto de despejo* [Child of the Dark] – covering the period from 1960 to 2022 – and, in parallel, an analysis of the transformations that the image of Carolina Maria de Jesus, the author of the work in question, has undergone over the years, within the framework of the class struggle in Brazilian society. The methodology we will use in our investigation will be the *historical-dialectical materialism*, as conceived by Karl Marx and Friedrich Engels in *The German Ideology* (2002) and described by Engels himself in his booklet *Socialism: Utopian and Scientific* (2010). In line with this methodological vision, this research will focus on the study of the concrete historical and social context from the sixties of the last century to the first years of the 2020s, in an attempt to explain how the public image of Carolina Maria de Jesus and the editions of her most famous work are related to the economic, political and social changes in Brazil within the stipulated time frame. In carrying out this task, we will use the bibliographical and theoretical contributions of different authors, spread across different areas of knowledge: the economic, social and political history of Brazil, the analysis of the Brazilian publishing market, the description and understanding of the meanings of the concept of editorial paratext, literary research and the discussion of the language present in Carlinian texts. We will also use the biographical works on Carolina Maria de Jesus by José Carlos Sebe Bom Meihy and Robert Levine (1994), Eliana de Moura Castro and Marília Novais de Mata Machado (2007) and Tom Farias (2017), as well as primary sources such as newspapers and magazines, and audiovisual productions about the writer from Minas Gerais.

**Keywords:** Child of the Dark. Carolina Maria de Jesus. Literature from below. Publishing history. Class struggle.

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>9</b>
<b>2 QUARTO DE DESPEJO COMO FRUTO DO ENCONTRO DE CAROLINA E AUDÁLIO E OS ANOS DE CHUMBO (1960-1970) .....</b>	<b>20</b>
2.1 Edições de <i>Quarto de despejo</i> na década de 1960.....	20
2.1.1 <i>Edição Original de Quarto de despejo</i> .....	20
2.1.2 <i>Edição de Quarto de despejo de 1963</i> .....	34
2.1.3 <i>Edição de 1976 de Quarto de despejo</i> .....	48
<b>3 QUARTO DE DESPEJO DURANTE O PROCESSO DE REDEMOCRATIZAÇÃO (1980-1990) .....</b>	<b>67</b>
3.1 <i>Edição de Quarto de despejo de 1983</i> .....	67
3.2 Edições de <i>Quarto de despejo</i> na década de 1990 .....	86
3.2.2 <i>Edição de 1990 de Quarto de despejo</i> .....	86
3.2.2 <i>Edição de Quarto de despejo de 1993</i> .....	98
<b>4 REINTRODUÇÃO DE QUARTO DE DESPEJO EM UM BRASIL CULTURALMENTE TRANSFORMADO (2000-2020).....</b>	<b>118</b>
4.1 <i>Edição de Quarto de despejo de 2014</i> .....	118
4.2 <i>Edição de 2020 de Quarto de despejo</i> .....	156
<b>CONCLUSÃO</b>	
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>204</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>206</b>
<b>ANEXO A – IMAGENS DAS CAPAS DAS EDIÇÕES DE QUARTO DE DESPEJO (1960-2020) .....</b>	<b>216</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Em praticamente qualquer cidade brasileira de grande ou médio porte, ainda é possível ver mulheres – geralmente negras e, às vezes, com idade avançada, sozinhas ou acompanhadas de crianças – carregando pesados carrinhos de mão e vasculhando o lixo das ruas. O fato de haver pessoas em trabalhos degradantes como esse revela o quanto o capitalismo dependente que conforma a economia brasileira e a modernização perversa que deu a tônica da história do nosso país são incapazes de resolver a profunda desigualdade que marca a nossa vida social – sendo, na verdade, as causas dessa desigualdade – gerando ainda hoje uma gigantesca massa de desvalidos que não conseguem desfrutar da enorme riqueza produzida pela maioria, mas que fica concentrada nas mãos de poucos. A existência de pessoas em uma condição como a descrita acima mostra, enfim, o quanto a realidade que viveu e denunciou Carolina Maria de Jesus em *Quarto de despejo* é, em essência, tristemente atual. É, pois, do penetrante realismo e do desmascaramento das espúrias relações sociais concretas e opressivas que atravessam o Brasil que as páginas do famoso diário da escritora mineira tiram a sua força *estética*, configurando-se como uma das mais importantes obras da literatura brasileira. Tal obra, porém, nem sempre foi vista dessa forma.

Apesar do sucesso estrondoso que o livro obteve desde o seu lançamento, Carolina Maria de Jesus e seu *Quarto de despejo* tiveram de enfrentar um longo e acidentado caminho até a consagração cultural que, é possível afirmar com bastante segurança, desfrutam em nossos dias. Concebido ainda dentro do contexto do nacional-desenvolvimentismo do governo Juscelino Kubitschek e lançado no primeiro ano da década de 1960, o hoje famoso diário foi, ao mesmo tempo, beneficiado e prejudicado pelo momento histórico em que veio à luz. Beneficiado porque, na sua escrita, Carolina pôde observar um período decisivo da história do Brasil, em que o país se industrializava aceleradamente, transformando o conjunto da sociedade, que deixava de ser rural para se tornar predominantemente urbana. Mas não apenas isso: como descendente de escravizados, negra, pobre e migrante, a autora de *Quarto de despejo* teve à sua disposição uma perspectiva única sobre o grau de sofrimento que, não obstante os eventuais avanços que trouxe, esse processo depositava sobre a vida dos subalternos. Sua literatura é, portanto, uma *literatura vista de baixo*, porque é o ponto de vista das vítimas da

desigualdade que é determinante em seus escritos. Por outro lado, a obra máxima de Carolina Maria de Jesus também foi prejudicada pelo contexto histórico em que veio ao mundo, já que a radicalização da luta de classes que se desdobrava naquele momento do país – em consonância com o resto do mundo, que vivia a Guerra Fria – seria decidida pela trágico Golpe Empresarial-Militar que reprimiu as aspirações democráticas do povo por mais de vinte anos, obstaculizando a figuras artísticas como Carolina o direito à livre circulação de suas ideias e mesmo de suas imagens públicas.

Permanecendo numa espécie de limbo de ostracismo e indiferença durante mais de duas décadas, foi somente com a abertura política que *Quarto de despejo*, já sem poder contar com a presença física de sua autora, que deixara este mundo, pôde começar a recuperar a atenção que merecia em nossas Letras e em nossa cultura, alcançando a consagração definitiva apenas na segunda década do século XXI. É essa história emocionante, de vitórias, reveses e reviravoltas que pretendemos contar aqui. Uma trajetória rica, complexa e multifacetada, que a nosso ver ainda está em construção.

Na história editorial de *Quarto de despejo* não faltam personagens instigantes; a começar, é claro, pela autora do livro, figura incomum, cuja excepcional biografia já se destacaria como algo digno de atenção por si só. Saída dos rincões de Minas Gerais para o sucesso internacional, Carolina Maria de Jesus teve de enfrentar a miséria, o racismo e o desprezo de uma sociedade que ainda não acertou sua dívida com seu passado de quase quatrocentos anos de escravidão – nem com seu presente de injustiça e indignidade para a maioria de seu povo – para se firmar como a grande escritora que sempre sonhou que se tornaria. Mesmo morrendo quase esquecida no humilde cotidiano de seu sítio em Parelheiros, é possível afirmar que ela venceu.

Como nenhuma vitória humana é completamente individual, no entanto, Carolina Maria de Jesus precisou contar com a ajuda de muitas pessoas, conhecidas e anônimas, para que pudesse adentrar o panteão de nosso sistema literário. Como poderemos ver no presente trabalho, apesar da perseverança, coragem, ousadia e talento de Carolina – sem as quais nada poderia ter acontecido – a consagração cultural de *Quarto de despejo* e de sua autora foi o resultado do trabalho de muita gente. E, entre as pessoas que contribuíram para essa consagração, uma das mais importantes foi, sem dúvida nenhuma, Audálio Dantas – jornalista

que descobriu os diários de Carolina ao visitar a favela do Canindé, “agente” e editor que deu a *Quarto de despejo* a configuração final que o torna tão relevante até hoje. Sem esse importante personagem, ousamos dizer, não conheceríamos Carolina Maria de Jesus. Levando isso em conta, um dos objetivos que este trabalho se colocou foi o de entender as causas – históricas, sociais e culturais – pelas quais a figura do primeiro editor de Carolina esteja enfrentando tantas críticas e questionamentos na atualidade. Essa tarefa foi fundamental para que ficassem claras para nós as próprias mutações por que passou a figura de Carolina Maria de Jesus desde o seu surgimento nacional, outro objetivo central de nossa pesquisa. Na nossa visão, portanto, as transformações por que passou a imagem da escritora mineira ao longo dos anos são inseparáveis, do ponto de vista epistemológico, das mudanças que também sofreu a imagem de seu primeiro editor, como em um jogo de espelhos.

Antes de entrarmos nos aspectos metodológicos e formais propriamente ditos de nossa pesquisa, no entanto, gostaríamos de contar brevemente como se deu o nosso encontro com Carolina Maria de Jesus e seu *Quarto de despejo*, justamente no período – só viríamos a descobrir depois – em que a “virada” da recepção da escritora se operava no sistema literário brasileiro.

Em 2010, eu<sup>1</sup> acabara de concluir a faculdade de Letras e, como pretendia engatar logo uma pós-graduação, procurava um tema, autor ou obra para dar seguimento aos meus estudos. Foi quando me deparei com o livro *Os pobres na literatura brasileira*, organizado pelo crítico literário Roberto Schwarz. No livro, focado na representação da pobreza na literatura brasileira, havia um pequeno ensaio intitulado *Trabalho, pobreza e trabalho intelectual*, de Carlos Vogt. O tema desse ensaio? Um livro do qual eu nunca ouvira falar escrito por uma autora igualmente por mim desconhecida: *Quarto de despejo*, de Carolina Maria de Jesus.

A jornada biográfica daquela escritora e os temas que aquele livro aparentemente trazia ficaram ecoando em minha cabeça. Pouco depois, fui a um sebo aqui de Fortaleza e lá encontrei a edição original de *Quarto de despejo*, que li em pouco tempo. Atordoado com aquela escrita – ora dura e amarga, ora lírica e poética, mas sempre envolvente e afiada – e com a pungência do mundo ali retratado, qualquer dúvida se desvaneceu: eu me dedicaria nos próximos anos a estudar a vida e a obra daquela mulher. Não foi um objetivo fácil de concretizar: as obras da

---

<sup>1</sup> Permitam-me usar a primeira pessoa do singular nesta breve narrativa.

autora estavam há muito tempo esgotadas, os trabalhos disponíveis eram escassos, a internet – para um jovem de família pobre como eu – era deveras limitada e o nome da autora ainda não gozava da notoriedade que hoje tem.

Ao tentar entrar em um Mestrado em Literatura Comparada, em 2011, e passar na prova escrita, de conhecimentos gerais, como segundo colocado, fui para a banca de entrevista responsável pela seleção final dos candidatos. Do presidente dessa banca, ouvi – com todas as letras e para o meu espanto – que eu deveria estudar outro autor, um que fosse “mais importante” (sim, essas foram as palavras). Resultado: do segundo lugar na seleção, passei a candidato desclassificado. Mas não desisti. Algo me dizia que aquela autora, tão pouco conhecida e que tratava de temas tão impactantes de uma forma tão original, merecia ser estudada, como qualquer outro nome de nossa literatura. No ano seguinte, tentei novamente a seleção e, para outra banca, apresentei o mesmo projeto, que dessa vez foi aceito. Hoje, por ironia do destino, o prédio em que acontecem as aulas da pós-graduação em Letras dessa universidade se chama “Bloco Carolina Maria de Jesus”... O tempo é mesmo o senhor da verdade. Creio que uma das explicações para a minha desclassificação inicial tenha sido o fato de que fui a primeira pessoa do Ceará a desenvolver uma pesquisa de pós-graduação sobre Carolina Maria de Jesus – pelo menos, na área de Letras (embora acredite na possibilidade de minha dissertação ter sido o primeiro trabalho de pós-graduação sobre a escritora, no meu Estado natal, em qualquer área).

Em todo caso, aqui estou eu, mais de uma década depois, ainda falando de Carolina Maria de Jesus e seu famoso diário. Um mestrado concluído e que resultou na publicação de um livro, em 2015, do qual me orgulho muito. Aliás, um fato curioso sobre o meu mestrado foi que defendi minha pesquisa justamente em 2014, o centenário de nascimento de Carolina e, como veremos neste trabalho, o “ponto de virada” final da recepção da escritora no Brasil. Coincidência que também se repete esse ano, já que nele celebramos os 110 anos de nascimento da escritora.

Por falar em efemérides, a história brasileira ocupa um papel muito importante nesta pesquisa. Sabíamos que seria impossível, ou pelo menos bastante redutor, escrever sobre a história editorial de *Quarto de despejo* sem estabelecer um forte diálogo com os diferentes contextos e acontecimentos históricos mais relevantes do Brasil, já que *o sentido e o valor* dessa obra, em nosso entendimento, se ligam inextrinavelmente a uma interpretação da vida coletiva

deste país. É o olhar dos de baixo, que finalmente encontraram uma voz para contar a sua versão dos fatos. É também interessante notar que as diferentes edições do célebre diário de Carolina surgiram em momentos-chave da nossa história, geralmente em crises (econômicas, políticas, sociais) que restauravam, de alguma forma, a urgência de sua mensagem. O presente trabalho também pode ser entendido, pois, como um tipo de “história brasileira através das edições de *Quarto de despejo*”<sup>2</sup>.

Na realização desta pesquisa, os aspectos não resolvidos de nossa história também se fizeram presentes, de diferentes formas. Em primeiro lugar, ela coincidiu temporalmente com um dos períodos mais tristes e nefastos da vida nacional recente – o governo de extrema-direita de Jair Bolsonaro, cuja dimensão dos retrocessos que promoveu no país ainda estamos tentando mensurar. Sua ascensão ao poder mostrou o quanto a herança maldita do passado ditatorial brasileiro ainda está longe de ser exorcizada. Como uma grande desgraça nunca vem sozinha, como diz o ditado popular, o governo de Bolsonaro deu-se em meio a uma epidemia de proporções globais como há muito tempo a humanidade não enfrentava. Um problema dessa magnitude somado a um presidente inepto e negacionista terminou na tragédia que foi a morte de mais de 700 mil pessoas – um verdadeiro genocídio! Entre essas pessoas, tivemos de chorar a perda de um amigo próximo<sup>3</sup>, vítima da negligência estatal, pela demora na aquisição e distribuição de uma vacina que já estava disponível no mundo. Universidades fechadas, vida social interditada – para os que podiam se dar a esse luxo, é claro – e medo da morte foram também as realidades que se apresentaram diante de nós durante parte considerável da concepção e elaboração deste trabalho. Em 2022, mais uma perda irreparável: a partida de minha querida avó<sup>4</sup>, Francisca Gomes do Nascimento, fato do qual nunca me recuperarei totalmente. Além disso, uma tensa eleição, talvez a mais importante da nossa história recente, que devolveu ao país a possibilidade de respirar ares mais democráticos e esperançosos, através da escolha de Luiz Inácio Lula da Silva – um dos grandes personagens desta pesquisa – mais uma vez para presidente. Como o Brasil é para os fortes, contudo, a Defesa desta tese se dará em meio a uma explosão de greves na Educação em todo o território nacional, sinal de mais

---

<sup>2</sup> Devo essa feliz percepção a um dos primeiros leitores desta pesquisa, o professor Júlio Cesar Bastoni, da Universidade Federal do Ceará.

<sup>3</sup> Ricelly Jáder Bezerra da Silva, eterno em nosso coração.

<sup>4</sup> Peço novamente licença, por motivos pessoais, para utilizar a primeira pessoa do singular.

uma crise econômica séria que a população enfrenta e que faz os bolsos secarem e os ânimos dos trabalhadores se inflamarem, apesar de vivermos na, até o momento, nona economia do mundo. Quando esse país será “um Brasil para os brasileiros”, como queria Carolina Maria de Jesus?

Passemos agora aos aspectos metodológicos e formais de nossa pesquisa.

O presente trabalho se alicerça em dois pilares investigativos fundamentais: a construção de uma história editorial para o livro *Quarto de despejo* – abarcando o período que vai de 1960 a 2020 – e, paralelamente, a realização de uma análise das transformações pelas quais a imagem de Carolina Maria de Jesus, autora da obra em foco, passou ao longo dos anos, dentro do marco da luta de classes na sociedade brasileira.

Apesar de ser possivelmente o exemplo mais expressivo de um tipo de *poética do realismo* em nossas letras – denominada por nós de *literatura vista de baixo* – e de ter se constituído, desde o seu surgimento, em obra de grande repercussão nacional e internacional, gozando de um prestígio cultural crescente em nossos dias, *Quarto de despejo* ainda não possuía um estudo detalhado de como se deu a sua trajetória editorial em nosso sistema literário, com um olhar atento sobre cada uma das edições que esse importante livro teve, em mais de sessenta anos, desde que veio à luz. Tal constatação justifica, a nosso ver, o empreendimento que ora realizamos aqui.

Nossa pesquisa também parte da hipótese de que não foi apenas *Quarto de despejo* que sofreu modificações a partir dos diversos suportes editoriais em que foi colocado à disposição do público leitor brasileiro pelas diferentes editoras que o produziram; mas que, como já adiantamos, a própria imagem de sua autora – seu significado cultural e político e toda a simbologia associada a esses dois aspectos de sua recepção – foi transformada ao longo do tempo, em decorrência das lutas políticas e ideológicas travadas entre as diferentes classes e grupos que compõem a sociedade brasileira. Nesse sentido, também consideramos legítima a tarefa de identificar *quando* e *como* tais transformações ocorreram.

Diante do exposto, nosso trabalho persegue três objetivos principais. Em primeiro lugar, estabelecer corretamente e em ordem cronológica todas as edições de *Quarto de despejo* lançadas no Brasil de 1960 a 2020, relacionando-as aos diferentes contextos econômicos, sociais, culturais e políticos em que foram publicadas ao longo dos anos; em segundo lugar,

identificar as transformações sofridas pela imagem da escritora Carolina Maria de Jesus das primeiras matérias publicadas sobre ela na imprensa às últimas polêmicas envolvendo o nome da escritora no cenário cultural brasileiro até o ano-limite (2020) do intervalo temporal de nossa pesquisa; em terceiro lugar, explicar o papel de Audálio Dantas, primeiro editor do livro em questão, na construção da figura autoral de Carolina Maria de Jesus e na recepção desta como escritora e as causas – sociais, políticas e culturais – das polêmicas e disputas ideológicas envolvendo o nome daquele personagem na atualidade, a partir da ação de diferentes agentes do sistema literário brasileiro (editoras, críticos, instituições culturais etc.).

A metodologia que utilizaremos em nossa investigação será o *materialismo histórico-dialético*, tal como concebido por Karl Marx e Friedrich Engels no livro *A ideologia alemã* (2002) e descrito pelo mesmo Engels em seu opúsculo *Do socialismo utópico ao socialismo científico* (2010) nos termos que se seguem:

Primeiramente, a produção e, em seguida, a troca dos produtos, formam a base de toda a ordem social. Esses dois fatores determinam, em toda sociedade histórica, a distribuição das riquezas e, por conseguinte, a formação e a hierarquia das classes que a compõem. Se quisermos, pois, descobrir as causas determinantes de qualquer metamorfose ou revolução social, devemos procurá-las não no cérebro humano, não em seu conhecimento superior da verdade e da justiça eternas, mas nas metamorfoses do modo de produção e de troca; numa palavra, devemos procurá-las, não na filosofia, mas na economia da época estudada (ENGELS, 2010, p. 75).

Em consonância com essa visão metodológica, esta pesquisa se voltará para o estudo do contexto histórico-social concreto do início da década de 1960 do século passado<sup>5</sup> aos primeiros anos da década de 2020, na tentativa de explicar como a figura pública de Carolina Maria de Jesus e as edições de sua obra mais famosa estão relacionadas às “metamorfoses do modo de produção e de troca” na sociedade brasileira dentro do recorte temporal estipulado – sem negligenciar ou colocar em segundo plano, é claro, os aspectos particulares e dinâmicos do sistema literário brasileiro.

A utilização de tal metodologia possui uma longa história nos estudos literários, internacionalmente e também em nosso país. No primeiro caso, podemos citar, entre outros, os trabalhos de György Lukács, que assim define, no seu texto *Introdução aos escritos estéticos*

---

<sup>5</sup> Analisando, de passagem, também o final da década de 1950.

*de Marx e Engels* (2011), a relação intrínseca entre a evolução de todos os campos da ação humana e “a história da produção social em seu conjunto”:

Nem a ciência, nem os seus diversos ramos, nem a arte, possuem uma história autônoma, imanente, que resulte exclusivamente da sua dialética interior. A evolução em todos esses campos é determinada pelo curso de toda a história da produção social em seu conjunto: e só com base neste curso é que podem ser esclarecidos de maneira verdadeiramente científica os desenvolvimentos e as transformações que ocorrem em cada campo singularmente considerado (LUKÁCS, 2011, p. 88).

No mesmo texto, o pensador húngaro defende o materialismo histórico como a única doutrina capaz de explicar de forma plena a arte e a literatura, em seus aspectos decisivos. Escreve Lukács (2011, p. 89): “Só a partir do materialismo histórico podem ser compreendidas a gênese da arte e da literatura, as leis do seu desenvolvimento, as suas transformações, as linhas de ascensão e queda no interior do processo de conjunto”.

Em âmbito nacional, Antonio Cândido é sem dúvida o principal representante dessa visão teórica. Em seu ensaio *A literatura e a vida social* (2014), por exemplo, o renomado crítico brasileiro, analisando o papel da sociologia moderna ao escolher como objeto a literatura, propõe que sua primeira tarefa é:

investigar as influências concretas exercidas pelos fatores socioculturais. É difícil discriminá-los, na sua quantidade e variedade, mas pode-se dizer que os mais decisivos se ligam à estrutura social, aos valores e ideologias, às técnicas de comunicação. O grau e a maneira por que influem estes três grupos de fatores variam conforme o aspecto considerado no processo artístico (CANDIDO, 2014, p. 31).

Dividida em quatro capítulos, dos quais esta introdução constitui o primeiro, o corpo de nossa investigação apresenta três momentos distintos, adotando uma divisão por décadas. No segundo capítulo, será descrito e analisado o contexto histórico-social concreto em que surgiram as edições de *Quarto de despejo* no Brasil nas décadas de 1960 e 1970, épocas de pujantes transformações econômicas e sociais, dos últimos momentos do nacional-desenvolvimentismo e do populismo, do acirramento da luta de classes e do fechamento do regime político, encerrando o “intervalo democrático” que o país viveu entre o fim da ditadura do Estado Novo e o início da ditadura instalada no país com o Golpe de 64. Mas também um período de grande efervescência cultural, da qual fez parte o surgimento de Carolina Maria de

Jesus e o seu famoso diário, e de grandes mobilizações de trabalhadores que definiram um novo perfil de luta e participação popular na nossa vida política.

Já no terceiro capítulo, o nosso estudo se volta para as edições do livro em foco que vieram à luz nos decênios de 1980 e 1990, décadas marcadas pela reabertura política, pelo associativismo civil em defesa de diferentes bandeiras, pelo restabelecimento do regime democrático no país<sup>6</sup>, pelo surgimento de novos atores políticos em nossa sociedade e também pelas constantes e graves crises econômicas que afigiram a população brasileira em diferentes níveis. Um período histórico que viu também a ascensão e o estabelecimento das políticas neoliberais que ditam, de certa forma, os rumos econômicos do Brasil até hoje, levando a um processo de desregulamentação e precarização do trabalho que aprofundou em grande medida o fosso entre as classes sociais no país. São as décadas que viram ressurgir o nome de Carolina Maria de Jesus e o resgate, lento e paulatino, da sua obra mais famosa.

Por fim, no quarto e último capítulo, procuraremos estabelecer as conjunturas em que foram publicadas as edições das décadas de 2000, 2010 e o primeiro ano da década de 2020 do famoso diário de Carolina Maria de Jesus. Decênios que assistiram a chegada ao poder do primeiro presidente operário da história brasileira, da melhoria concreta da vida de milhões de brasileiros e da circunstancial elevação da autoestima popular em um momento em que o futuro parecia sorridente e promissor para o povo<sup>7</sup>, em que os negros adentraram pela primeira vez em massa nas universidades e em que *Quarto de despejo* e sua autora finalmente alcançaram a consagração cultural que sempre mereceram, com os aspectos positivos e negativos que um processo desse tipo sempre apresenta em uma sociedade de classes.

Em cada uma dessas etapas de nosso trabalho, buscaremos sublinhar – juntas com os aspectos econômicos, sociais, culturais e políticos dos diferentes contextos – também as distintas configurações que o mercado editorial do país apresentava em cada época considerada (editoras, tendências em voga, público leitor etc.). Com tal intuito, daremos especial atenção ao conjunto dos principais *paratextos* (capas, contracapas, prefácios, matérias em jornal etc.) que acompanharam cada edição de *Quarto de despejo* até o ano de 2020, visando a identificar as mudanças da imagem da escritora Carolina Maria de Jesus em nosso cenário cultural, dentro do

---

<sup>6</sup> Dentro dos limites que uma sociedade dividida em classes permite, é claro.

<sup>7</sup> Posteriormente descobriríamos que esse futuro seria, na realidade, sombrio e desesperador.

marco da luta de classes presente em nossa sociedade, explicitando as visões ideológicas e as concepções de literatura presentes em tal processo.

O livro *Quarto de despejo* – diário de uma favelada, de Carolina Maria de Jesus, apresenta uma trajetória truncada, em que múltiplos fatores atuaram, em diferentes medidas, para que as suas diversas edições ocorressem de forma intermitente – às vezes, em intervalos curtíssimos de tempo; em outros momentos, porém, com hiatos temporais de décadas entre uma e outra publicação. Reunir todas essas edições e ordená-las em uma cronologia correta constitui, portanto, o primeiro desafio para o pesquisador.

Um outro elemento complicador, para o correto estabelecimento da história editorial de *Quarto de despejo* no Brasil: as editoras que o publicaram muitas vezes classificavam de “novas edições” o que de fato eram apenas *reimpressões* do livro. E aqui gostaríamos de abrir um breve parêntesis para explicar a diferença entre uma edição e uma reimpressão.

Como observa Gérard Genette, em seu livro *Paratextos editoriais*, apesar das dificuldades conceituais envolvidas na definição do que é uma edição, é possível utilizar, no mundo editorial, os termos técnicos *composição*, *tiragem* e *impressão*:

Nada é mais confuso do que o uso da palavra “edição”, que pode estender-se a todos os exemplares de uma obra produzidos por um mesmo editor (...) mesmo que o texto tenha sido modificado diversas vezes na hora das reimpressões, ou limitar-se, como os editores gostam às vezes de fazer por razões publicitárias, a cada série de mil ou quinhentos exemplares de uma mesma tiragem. Tecnicamente, os únicos termos precisos são os de *composição* e *tiragem*, ou de *impressão*. Com uma mesma composição tipográfica, pode-se fazer, salvo desgaste, um número indefinido de tiragens, e portanto de séries de exemplares em princípio idênticos. Mas cada tiragem pode ser o momento de correções de detalhe, e a época clássica não se privava até mesmo de correções no curso da tiragem, as quais introduziam diferenças de texto dentro de uma mesma série (GENETTE, 2009, p. 36).

Partindo de tais definições, podemos afirmar que a “edição” de uma obra é aquela que apresenta a mesma “composição” – ou seja, o mesmo suporte editorial, as mesmas características idênticas (textos, paratextos, ilustrações etc.) – em uma mesma “tiragem” (número de exemplares impressos pela editora para venda ou distribuição gratuita).

Para dirimir todas as dúvidas que porventura ainda possam existir nessas conceituações preliminares, podemos recorrer às explicações dadas por Roger Laufer (1980, p. 112): “O historiador do livro certamente haverá de empregar a palavra *edição* apenas para uma edição real, que implique uma recomposição total ou quase [do livro]”; ou, algumas páginas

adiante: “A edição é o conjunto de exemplares impressos a partir de uma mesma composição. Uma ligeira variação da composição (cartonagem ou recomposição parcial) cria um estado distinto” (LAUFER, 1980, p. 120). E, ainda, na mesma página, o autor esclarece: “O termo impressão é empregado unicamente para caracterizar o trabalho do impressor; uma impressão lyonense, uma impressão de Firmin Didot, mas uma edição dos *Pensamentos*” (LAUFER, 1980, p. 120).

Convém, por fim, precisarmos o significado de mais um importante termo técnico que utilizaremos em nosso trabalho, o de “edição original”. Para isso, recorremos uma última vez a Laufer (1980, p. 120): “A *edição original* é a primeira edição, impressa e autorizada, de uma obra moderna”.

Com esse conjunto de conceitos em mãos, é-nos permitido estabelecer que a edição original de QD teve sete reimpressões, que foram chamadas de “edições” pela editora Francisco Alves. Levando isso em consideração, optamos por estabelecer, na realização desta pesquisa de doutorado, o percurso editorial de QD em nosso país a partir de uma divisão temporal por décadas. Dessa forma, procuramos identificar, com maior rigor, as diferenças *contextuais e paratextuais* entre as diversas publicações desse livro em nosso mercado editorial, de 1960 até 2020.

Na realização desta tarefa, utilizaremos como bibliografia básica as contribuições dos seguintes autores, por ordem de campo do conhecimento: 1. para o debate sobre a história social e política brasileira, os trabalhos de Edmar Bacha et al (2019), Jorge Ferreira e Lucília de Almeida Neves et al (2019) e Rodrigo Vizeu (2019); 2. para a análise do mercado editorial brasileiro, as pesquisas de Laurence Hallewell (2005), Aníbal Bragança e Márcia de Abreu et al (2010) e Sandra Reimão (1996); 3. para a descrição e entendimento dos paratextos editoriais, as obras de Gérard Genette (2009) e Elzira Divina Perpétua (2014); 4. para investigação propriamente literária, as formulações teóricas de György Lukács (2011), Leon Trotsky (2007) e Antonio Cândido (2014). Utilizaremos também os trabalhos biográficos sobre Carolina Maria de Jesus realizados por José Carlos Sebe Bom Meihy e Robert Levine (1994), Eliana de Moura Castro e Marília Novais de Mata Machado (2007) e Tom Farias (2017), além de fontes primárias, como jornais e revistas, e produções audiovisuais sobre a escritora mineira.

## 2 QUARTO DE DESPEJO COMO FRUTO DO ENCONTRO DE CAROLINA E AUDÁLIO E OS ANOS DE CHUMBO (1960-1970)

Este capítulo trata do surgimento de *Quarto de despejo*<sup>8</sup>, através do encontro de Carolina Maria de Jesus, ainda moradora da favela do Canindé, em São Paulo, com o jornalista Audálio Dantas – descobridor dos diários da escritora mineira e responsável por editar e promover a edição original do livro em questão, por meio de textos na imprensa e eventos de divulgação – e do impacto que essa obra causou no cenário cultural da época. Descreve também a conjuntura, social e política, em que tais eventos ocorreram; além de se debruçar sobre o impacto do Golpe de 1964 no conjunto da vida brasileira e o fechamento total do regime político nos anos 1970. Tem também como foco de análise as edições de 1963 e 1976 do famoso diário de Carolina de Jesus e as principais causas do sucesso e do ocaso da escritora no período considerado.

### 2.1 Edições de *Quarto de despejo* na década de 1960

Na concretização do estudo da edição original de QD e de suas edições de 1963 e 1976, o texto a seguir manterá a ortografia das obras e buscará analisar a recepção de tais edições na imprensa, relacionando-as também ao sistema literário brasileiro de cada época considerada. Nesse sentido, intenta identificar que imagens e percepções sobre a figura de Carolina Maria de Jesus e sua obra mais famosa circularam entre o público letrado da época.

#### 2.1.1 Edição Original de *Quarto de despejo*

Em linhas gerais, podemos dizer que a história da edição original de QD começa em abril de 1958, quando o jornalista Audálio Dantas e Carolina Maria de Jesus se encontram pela primeira vez, na favela do Canindé, uma comunidade que ficava às margens do rio Tietê, formada por cerca de 180 casas<sup>9</sup>. Esse encontro já foi narrado inúmeras vezes e em incontáveis

<sup>8</sup> Por questões de conveniência, doravante QD – a não ser nos títulos, intertítulos e em trechos específicos do trabalho em que o nome por extenso do livro for imprescindível.

<sup>9</sup> Cf. Joel Rufino dos Santos, *Carolina Maria de Jesus – uma escritora improvável*, São Paulo: Garamond, 2009,

textos, mas convém resumi-lo aqui mais uma vez, sob o risco de perder de vista o conjunto de fatores históricos, sociais e culturais que possibilitaram o advento dessa inusitada parceria.

Audálio Dantas era um repórter de 26 anos que trabalhava no jornal *Folha da Noite*, jornal diário que, junto ao *Folha da manhã* e ao *Folha de São Paulo*, compunha as publicações pertencentes à Empresa Folha da Manhã, atualmente responsável apenas pelo último dos jornais citados<sup>10</sup>.

As versões do encontro entre os dois divergem um pouco<sup>11</sup>, mas a história que se consagrou foi a de que Audálio fora cobrir a inauguração de um *playground* instalado pela prefeitura de São Paulo na favela do Canindé e, ao chegar ao local, deparou-se com um grupo de adultos que, de posse dos brinquedos, não permitiam que as crianças se aproximassesem. Ao tentar entabular uma conversa com eles, foi interrompido pelos gritos de uma mulher, negra e alta, que ameaçava colocar o nome dos sujeitos no livro dela – essa mulher era Carolina Maria de Jesus. Audálio Dantas percebeu imediatamente a “polissemia” dos brados de Carolina e pediu para ver o tal livro, conforme observam Eliana de Moura Castro e Marília Novais de Mata Machado (2007, p. 57), na biografia que escreveram da escritora: “Sensível à polissemia do grito de Carolina – pedido de socorro, ameaça aos grandalhões que se apossavam dos brinquedos das crianças, protesto, anúncio ao repórter de que escrevia um livro –, Dantas interessou-se por seus escritos”.

No barraco número 9 da rua A, em que morava Carolina, Audálio deparou-se com o número hoje estabelecido de 37 cadernos manuscritos<sup>12</sup>, contendo toda a produção literária da escritora até então (romances, contos, poemas e peças de teatro). Segundo o historiador Bom Meihy, em seu livro *Cinderela negra*, Audálio escolheu um dos cadernos, levou-o para casa, examinou o seu conteúdo com critério, profetizou sucesso e decidiu mostrá-lo ao seu editor no

---

p. 56.

<sup>10</sup> É interessante como tais jornais marcam a trajetória de Carolina em São Paulo, pois a primeira aparição pública da escritora de que temos notícia se dá no *Folha da manhã*, em matéria do dia 25 de fevereiro de 1940 – assunto ao qual voltaremos. Ver. Tom Farias, *Carolina – uma biografia*, Rio de Janeiro: Malê, 2017. p. 115.

<sup>11</sup> Ver Tom Farias, op. cit, p. 166: “Uma das últimas entrevistas de Carolina, de dezembro de 1976, para a Folha de S. Paulo, ela faz rasgados elogios a Audálio Dantas, a quem não via desde 1965, depois de muitas acusações e desentendimentos. Nessa entrevista, ela confessa que chamou a reportagem para a favela do Canindé, na qual apareceu Audálio Dantas, com o intuito de criar um fato sobre si, resultando na matéria da ‘Folha da Noite’, a qual catapultou o seu nome e a futura edição do seu livro”.

<sup>12</sup> Cf. Elzira Divina Perpétua, *A vida escrita de Carolina Maria de Jesus*, Belo Horizonte: Nandyala, 2014. p. 145.

jornal<sup>13</sup>. Conforme Audálio conta em seu livro *Tempo de reportagem* (2012), os cadernos de Carolina foram recebidos com entusiasmo pelo seu editor à época, Hideo Onaga, e pelos colegas da redação – o que já é indicativo do tipo de atração que os textos de Carolina efetivamente exerceriam depois no público leitor da época:

Hideo lia e comentava alguns trechos, entusiasmado:

– Isso dá um livro!

Além do diário, havia contos, poesias, até um começo de romance. Num instante o pessoal da redação rodeava a mesa para folhear os cadernos. Ali mesmo surgiu a ideia de fazer uma “vaquinha” para custear a impressão do livro (DANTAS, 2012, p. 16).

A partir daí, inicia-se o intenso envolvimento de Audálio Dantas com a construção da imagem de Carolina Maria de Jesus no imaginário cultural brasileiro e as principais matrizes da recepção da obra da escritora em nosso sistema literário até os nossos dias. Mais adiante, veremos o quanto o trabalho de Dantas como editor e agente de Carolina fomentou e ainda fomenta interpretações e polêmicas que atravessam o discurso de leitores, críticos e exegetas da obra da autora ao longo dos anos.

O trabalho de Audálio Dantas em relação a Carolina pode ser definido em quatro categorias: *compilador* – responsável por escolher, entre o volumoso material presente nos vinte cadernos<sup>14</sup>, os registros diarísticos que comporiam ou não a versão final do livro; *editor* – responsável pelas substituições, supressões e acréscimos do texto estabelecido pela compilação anterior<sup>15</sup>; *prefaciador* – autor do prefácio da edição original; e *promotor* da obra da escritora, responsável por conceber o *esquema promocional* – anúncio e criação da demanda pelo “produto” – junto ao público leitor brasileiro, utilizando inclusive o espaço privilegiado de que dispunha na mídia como jornalista nessa tarefa.

Neste capítulo, trataremos apenas do trabalho de Dantas como promotor da edição original de QD, deixando as demais tarefas realizadas pelo jornalista na condução da obra de Carolina de Jesus para outros momentos de nosso texto, quando analisarmos determinados elementos paratextuais das diferentes edições da obra em foco. Em todo caso, faz-se necessário

---

<sup>13</sup> Cf. Robert Levine; José Carlos Sebe Bom Mehy, *Cinderela negra – a saga de Carolina Maria de Jesus*, Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1994. p. 24-25.

<sup>14</sup> Este é número de cadernos, do total mostrado por Carolina, que dariam origem a *Quarto de despejo*. Ver: Audálio Dantas, “A atualidade do mundo de Carolina”. Em: JESUS, Carolina Maria de. *Quarto de despejo* – diário de uma favelada. São Paulo: Ática, 1993. p. 3.

<sup>15</sup> A mais detalhada análise do trabalho de Dantas como editor de Carolina, até agora, foi feita por Elzira Divina Perpétua em seu incontornável livro *A vida escrita de Carolina Maria de Jesus*, já citado.

register as reportagens que ele escreveu no trabalho de divulgação da figura e da obra de Carolina na imprensa paulista. É o que faremos a seguir.

A primeira reportagem de Audálio Dantas sobre a escritora foi publicada no jornal *Folha da noite*, no dia 9 de maio de 1958, sob o título “O drama da favela escrito por uma favelada”. Nele, Audálio apresenta Carolina como moradora da favela do Canindé e catadora, conta brevemente a biografia da escritora, fala das tentativas anteriores dela de divulgar seus escritos, expõe os tipos de gênero em que ela escreve, narra como foi o encontro entre os dois, transcreve inúmeros trechos do diário de 1955 e, por fim, anuncia que pretende, com alguns companheiros de redação, publicar os diários da autora além de “algumas das quadrinhas e, possivelmente, alguns ‘contos’”<sup>16</sup>. Um dos trechos mais interessantes da matéria é quando Audálio define Carolina como um tipo de “biógrafa” da favela, ressaltando a força estética que emana do caráter especial, particular, dos diários dela:

Biografia é bem o termo para o que Carolina Maria de Jesus faz em relação à favela em que vive. Em seu barracão há quase uma dezena de cadernos nos quais ela escreveu o dia a dia daquele aglomerado humano. Com sua caligrafia nervosa, ela conta coisas que nenhum escritor do mundo será capaz de contar com tanta propriedade: traça um retrato sem retoques da favela, que aparece nítida, impressionantemente revelada em um “diário” em quadrinhas, que são quase notícias de jornal, ou “contos” e “romances” cujos personagens fervilham sob telhados de lata e zinco.<sup>17</sup>

Como o próprio Audálio explica sobre o impacto dessa reportagem entre o público da época: “A repercussão foi grande. Muitos leitores telefonavam dizendo a emoção que sentiram, outros levantando dúvidas sobre a autenticidade do texto da favelada”<sup>18</sup>.

Tal repercussão sem dúvida solidificou em Dantas a certeza de que os escritos de Carolina teriam um público certo, caso fossem publicados em livro, algo que ele já pretendia realizar, conforme deixara claro na primeira reportagem que escrevera sobre a escritora. Isso também explica a tenacidade com que superou as diversas negativas de editoras que recebeu antes de conseguir o contrato de publicação de QD pela Livraria Francisco Alves, casa editorial pela qual o livro veio à luz. Sobre as dúvidas em relação à “autenticidade” do texto de Carolina, também mencionada por Dantas como reação dos leitores do *Folha da noite* – questão que

<sup>16</sup> Audálio Dantas, op. cit., p. 22-27.

<sup>17</sup> Ibidem, p. 22-23.

<sup>18</sup> Ibidem, p. 18.

acompanhará as discussões críticas e teóricas sobre QD até praticamente os nossos dias – discorreremos mais adiante em nosso trabalho.

A segunda reportagem de Audálio Dantas sobre Carolina de Jesus é publicada na revista *O Cruzeiro*, em 20 de junho 1959, com o título “Retrato da favela no diário de Carolina”. É importante observar que tal revista era a mais importante publicação semanal do país à época<sup>19</sup> e que Dantas, havia pouco tempo, ocupara o cargo de editor desse veículo de comunicação, algo que potencializou enormemente a publicidade em torno da figura e dos escritos de Carolina. A partir dessa primeira matéria de *O Cruzeiro*, podemos afirmar que Carolina Maria de Jesus se “infiltra”, para usar um termo dela, na vida cultural do país, para, mesmo enfrentando caminhos tortuosos de consagração ao longo das décadas, nunca mais sair.

Nessa segunda reportagem de Audálio, temos novamente uma apresentação geral da favela e do cotidiano de Carolina, além de uma sucinta biografia da escritora e uma explicação da gênese dos escritos dela sobre a favela, de sua “fase poética”, de seus “contos” e “romances”<sup>20</sup>, além da dificuldade que ela enfrentava para encontrar alguma editora disposta a publicar os seus escritos. O grande destaque é dado ao diário de Carolina, do qual são transcritas inúmeras passagens por Dantas, ocupando cerca de dois terços do texto da reportagem.

A partir dessa segunda matéria, Audálio Dantas seguirá uma tendência que se acentuará na edição e nos prefácios que produzirá para as edições de QD e do segundo livro de Carolina de Jesus, *Casa de alvenaria* – aproximar a figura e os escritos da autora mineira de uma *agenda de esquerda*, transformando-a em uma representante dos despossuídos e marginalizados, uma “voz da favela”, e identificando-a cada vez mais com as pautas e discursos defendidos naquele momento pelos grupos ligados às ideologias socialistas e comunistas, as quais, como veremos em um momento posterior, também conformavam a visão de mundo dele.

Como explicam Eliana de Moura Castro e Marília Novais de Mata Machado, a terceira matéria de Dantas sobre Carolina sai após a publicação de QD, em agosto de 1960 – o que revela uma clara intenção publicitária – e enfatiza o caráter de denúncia social e política dos escritos dela:

---

<sup>19</sup> Cf. *Cinderela negra*, op. cit., p. 25.

<sup>20</sup> As referências à produção propriamente literária de Carolina aparecem sempre entre aspas, o que revela a dificuldade do jovem repórter em reconhecer a legitimidade desses textos como literatura, algo que – como procuraremos mostrar em momento posterior – era praticamente inevitável naquele contexto histórico.

A reportagem de 1960, também em *O Cruzeiro*, sai alguns dias depois do lançamento de *Quarto de despejo*. O texto de Carolina é definido como uma grande reportagem, uma denúncia forte e violenta da miséria, não um simples diário. São incluídos trechos do que Carolina escrevera no dia em que o livro foi lançado (CASTRO; MACHADO, p. 53-54).

Um aspecto pouco enfatizado do trabalho de Dantas em todas essas reportagens sobre Carolina diz respeito a uma nova configuração que se apresentava para os profissionais das redações de jornal em termos de atuação naquele momento; um verdadeiro movimento que começou a pautar a atuação de muitos jornalistas, inicialmente nos Estados Unidos, e que atingiu o seu auge na década de 1960, embora tenha deixado um legado que, vez por outra, é atualizado em diferentes veículos de comunicação da atualidade – algo que ficou conhecido, nos EUA, pelo nome de Novo Jornalismo (*New Journalism*) ou, no Brasil, Jornalismo Literário.

Um dos marcos desse movimento foi a publicação de *Hiroshima*, de John Hersey, em agosto de 1946, na prestigiada revista *The New Yorker*. Segundo Felipe Pena, na obra em questão, Hersey, ao escrever sobre o terrível episódio vivido pela cidade japonesa no final da Segunda Guerra:

utilizou uma narrativa romanceada para escrever um livro jornalístico, cujo objetivo era descrever a tragédia atômica por intermédio dos pontos de vista de seis personagens reais, sobreviventes da bomba. Hersey parte de fatos autênticos para reconstruir cenas e explorar as emoções dos personagens, apresentando diálogos interiores de forma novelística (PENA, 2017, p. 53).

Dessa forma, o Novo Jornalismo começa a se configurar como movimento no final da década de 1940. Sua consolidação, porém, se daria apenas em meados dos anos 1960, com o trabalho dos norte-americanos Truman Capote (*A sangue frio*), Tom Wolfe (*O teste do ácido do refresco elétrico*), Gay Talese (*Aos olhos da multidão*) e Joan Didion (*Rastejando até Belém*). No Brasil, destaca-se o nome de Joel Silveira (*A milésima segunda noite da avenida paulista*) e – como podemos perceber e é o ponto que nos interessa – também o de Audálio Dantas, com suas reportagens sobre Carolina Maria de Jesus. O pioneirismo de Dantas no Jornalismo Literário brasileiro é reconhecido, de passagem, por Bom Meihy, quando este afirma que o repórter exercitava um “estilo novo” de fazer jornalismo nos primórdios de sua carreira profissional, colocando-o, inclusive, como contraponto ideológico de outro jornalista inovador, Nelson Rodrigues:

Audálio nunca estudou jornalismo, mas aventureou-se a escrever, em um estilo novo, história da crônica quotidiana. Progressista e comprometido, foi uma versão política

às avessas de Nelson Rodrigues, cronista de uma cidade que despertava para o futuro (MEIHY, 1994, p. 24).

A inovação das matérias de Audálio para a *Folha da Noite* e para *O Cruzeiro* também é apontada por Moura Castro e Mata Machado, que destacam o papel dele na “renovação jornalística” que viveu o nosso país em meados dos anos 1950: “Audálio participou da renovação jornalística dos anos 50, quando ganharam destaque as grandes reportagens. Optou por uma linha de trabalho voltada para questões de relevância social e coletiva” (CASTRO; MACHADO, 2007, p. 51).

Quais os princípios que regem, contudo, o Jornalismo Literário? No que se fundamenta o trabalho de um repórter que opta por essa vertente em seu campo de atuação? Felipe Pena, utilizando as formulações escritas por Tom Wolfe sobre o movimento nos EUA, mas que podem ser aplicadas perfeitamente às produções do gênero no Brasil, esclarece, de forma esquemática:

- Reconstruir a história cena a cena.
- Registrar diálogos completos.
- Apresentar as cenas pelos pontos de vista de diferentes personagens.
- Registrar hábitos, roupas, gestos e outras características simbólicas do personagem (PENA, 2017, p. 54).

Todos esses recursos narrativos e descritivos são utilizados por Audálio Dantas em suas reportagens sobre Carolina Maria de Jesus para a *Folha da noite* e para *O Cruzeiro*, sobretudo no que diz respeito ao registro das “características simbólicas do personagem”, uma vez que a escritora mineira é retratada como “voz da favela”, representante de uma camada populacional que não fora contemplada pelo processo de modernização apregoado pelos discursos oficiais da época. Afinal, vivíamos então o período do *nacional-desenvolvimentismo* posto em prática pelo governo de Juscelino Kubitscheck, presidente que – aproveitando o contexto político brasileiro democrático que o país vivia desde o fim do Estado Novo de Getúlio Vargas – atribuiu ao Estado o papel de alavancar o nível de vida dos brasileiros através do aumento do emprego e do consumo, além de pesados investimentos em infraestrutura, medidas que pretendiam fazer o país crescer, segundo um famoso *slogan* seu, “50 anos em 5”. Se, por um lado, Juscelino conseguiu realizar parte de seus projetos de desenvolvimento – tendo como ápice, nesse sentido, a construção da nova capital do país, Brasília – por outro, levou o país a uma crise inflacionária e a um endividamento junto a instituições financeiras estrangeiras que

comprometeram gravemente o orçamento público e os rumos econômicos futuros dos governos que o sucederam<sup>21</sup>.

É aqui que toda essa longa digressão sobre o Jornalismo Literário adquire um significado capital em nosso trabalho, já que é a partir das possibilidades para o trabalho jornalístico criadas por esse movimento – dentro de um contexto político, social e cultural favorável – que podemos explicar o *interesse* de Audálio Dantas pela figura e pelos escritos de Carolina de Jesus e o *espaço* que ele encontrou nas redações de jornal para divulgar a ambos.

Esse fato também explica, em parte, por que as esporádicas aparições de Carolina em matérias jornalísticas desde o final da década de 1930<sup>22</sup> – como, por exemplo, a de 25 de fevereiro de 1940, no jornal *Folha da manhã*, primeiro registro histórico de Carolina como literata – não poderiam causar o mesmo impacto que as reportagens posteriores de Dantas: não apenas o contexto histórico era diverso daquele da segunda metade dos anos 1950, mas os próprios *modelos jornalísticos* disponíveis à época não permitiam um tratamento aprofundado da figura e da dimensão simbólica da escritora.

Paralelamente a esse elaborado trabalho promocional de Audálio Dantas na imprensa, Carolina Maria de Jesus dava continuidade aos seus registros diarísticos<sup>23</sup>, agora animada pela certeza de que eles seriam publicados e, mais que isso, que seus escritos naquele gênero tinham *valor* – algo que fica evidente na primeira entrada da segunda parte de QD, datada de 2 de maio de 1958: “Eu não sou indolente. Há tempos que eu pretendia fazer o meu diário. Mas eu pensava que não tinha valor e achei que era perder tempo” (JESUS, 1960, p. 30).

É possível notar, inclusive, que o tom, o estilo e os temas da escrita de Carolina alteram-se, da primeira para a segunda parte de QD, em decorrência da consciência da autora de que teria um público para seus textos. Em todo caso, é possível notar que o trabalho de Dantas como promotor da figura dela na imprensa tem um grande efeito sobre a percepção que

<sup>21</sup> Ver: Celso Lafer, “Antagonismo político e os ‘anos dourados’”, em: Edmar Bacha *et al.*, *130 anos – em busca da República*, Rio de Janeiro, Intrínseca, 2019, p. 127-131. E também: Marcelo Cedro, “O governo Juscelino Kubitscheck (1956-1961): estabilidade e desenvolvimento econômico”, em: Jorge Ferreira e Lucília de Almeida neves Delgado (org.), *O Brasil Republicano – da democratização ao golpe civil-militar de 1964: Terceira República (1945-1964)*. 8 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019. p. 207-244.

<sup>22</sup> Cf. Tom Farias, op. cit., p. 118: “logo que chegou a São Paulo (...) em janeiro de 1937, ela [Carolina] passou a frequentar as redações dos jornais locais”.

<sup>23</sup> As entradas no diário de Carolina que existiam à época em que Dantas a conheceu, e que constituem a primeira parte de QD, iam do dia 15 ao 28 de julho de 1955. A segunda parte de QD inicia-se em 2 de maio de 1958, pouco tempo depois da escritora conhecer o jornalista.

a escritora tem de si mesma. Carolina registra, no dia 10 de junho de 1959<sup>24</sup>:

Quando o João voltou com a revista, li – Retrato da favela no Diário de Carolina. Li o artigo e sorri. Pensei no repórter e pretendo agradecê-lo. (...) Troquei roupas e fui na cidade receber o dinheiro da Vera. Na cidade eu disse para os jornaleiros que a reportagem do O Cruzeiro era minha. (...) Fui receber o dinheiro e avisei o tesoureiro que eu estava no O Cruzeiro (JESUS, 1960, p. 164).

Como podemos perceber, coube a Audálio Dantas, portanto, não apenas *descobrir* os diários da escritora mineira – nunca mencionados por ela em suas andanças pelas redações dos jornais paulistanos, já que eram suas poesias que ela apresentava nesses locais – mas mostrar à própria *Carolina* que aquele tipo de escrito que ela produzia tinha relevância cultural e potencial editorial.

Conforme veremos adiante, a relação – pessoal e de trabalho – de Dantas e Carolina possui conotações bastante complexas, as quais muitas vezes são vistas sob óticas simplificadoras, anacrônicas, equivocadas ou, como procuraremos mostrar, deliberadamente distorcidas. Ao longo da história, essa relação intrincada tem dado margem a inúmeras polêmicas, envolvendo, sobretudo, o papel do jornalista como editor do texto publicado na edição original de QD. O fato é que, como podemos ver até aqui, sem as ações de Audálio para publicar e promover os escritos de Carolina, a probabilidade de que eles tivessem alcançado a projeção que obtiveram na cultura brasileira é exígua. Sendo mais taxativos – e essa discussão já está, de certa forma, sendo realizada aqui – defendemos que, sem as intervenções de Dantas, *não existiria sequer o livro QD*.

Enquanto Carolina Maria de Jesus retomava o seu diário abandonado, Audálio Dantas procurava uma editora disposta a publicar QD, o que não se mostrou uma tarefa fácil. A primeira negativa veio da própria editora em que o jornalista trabalhava, *O Cruzeiro*, que não mostrou interesse no projeto<sup>25</sup>. A essa primeira recusa, seguiram-se outras, até que, acolhido por Paulo Dantas (sem nenhum parentesco com o jornalista), diretor de edições da Livraria Francisco Alves e seu amigo, e com o aval de Lélio de Castro, dono da editora em questão, a publicação da edição original de QD foi viabilizada. Nas palavras de Levine e Meihy:

<sup>24</sup> É curioso notar que esta data está errada em QD, pois a reportagem de Dantas em *O Cruzeiro* sairia apenas, como vimos, em 20 de junho de 1959.

<sup>25</sup> Cf. CASTRO; MACHADO, op. cit., p. 63.

Depois de várias recusas iniciais e vencida a relutância de algumas casas publicadoras que se negavam a editar o livro, ele finalmente conseguiu um acordo com a Livraria Francisco Alves que, através de Lélio de Castro, resolveu enfrentar o desafio. A Livraria Francisco Alves era uma das mais notáveis editoras brasileiras, tendo inclusive publicado *Os Sertões* de Euclides da Cunha (LEVINE; MEIHY, 1994, p. 25).

Fundada em 1854 pelo imigrante português Nicolau Antônio Alves e ainda em funcionamento<sup>26</sup>, a Livraria Francisco Alves notabilizou-se no mercado editorial brasileiro com a publicação de livros didáticos para o atendimento do público escolar ainda no Segundo Império, tornando-se, por cerca de cinquenta anos, a maior livraria e editora do país<sup>27</sup>. Originalmente sediada no Rio de Janeiro, com o nome de Livraria Clássica, teve uma filial aberta em São Paulo em 1894, por iniciativa de Francisco Alves – sobrinho do fundador e dono da editora até morrer, em 1917 – que percebera as potencialidades mercadológicas advindas com o desenvolvimento desta província<sup>28</sup>.

Na realidade, entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX, a Livraria Francisco Alves, com sua hegemonia já consolidada no mercado de livros didáticos, passou a adquirir outras empresas do ramo de livros, o que lhe facultou os direitos de publicação de algumas obras fundamentais de nossa literatura, como *Os sertões*, de Euclides da Cunha. Como explica Leonardo Neto, em seu livro *100 nomes da edição no Brasil* (2020), sobre o processo de crescimento mercadológico e a formação do catálogo literário da editora:

Francisco Alves passou a comprar editoras, formando um grande conglomerado, marcando o que seria, talvez, o primeiro grande grupo editorial do Brasil. Nessa época, passaram a fazer parte da Francisco Alves empresas como as paulistas Melilo N. Falconi e as cariocas Lombaerts, Livraria Católica, Sauvin, Livraria Luso-Brasileira, Lopes da Cunha, Empresa Literária Fluminense, Domingos de Magalhães e a Laemmert, uma das principais aquisições que trouxe consigo os direitos de publicação de *Os sertões*, de Euclides da Cunha; *Inocência*, de Taunay e o *Tratado completo da conjugação dos verbos franceses*, de Casemiro Lieutaud, obra ativa no catálogo da Francisco Alves por quase quarenta anos (NETO, 2020, p. 21-22).

Com a morte de Francisco Alves, sua casa editorial passaria, como era previsível, por algumas mudanças de rumo e reformulações. A maior de todas foi a sua doação, por testamento,

<sup>26</sup> Cf. Fábio Victor, “Dono da editora mais antiga do país cria selo com patrocínio”, Folha de São Paulo, 24 de dezembro de 2011. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/1025698-dono-da-editora-mais-antiga-do-pais-cria-selo-com-patrocínio.shtml>. Acesso em: 10/8/2023.

<sup>27</sup> Cf. BRAGANÇA, Aníbal (org.). *Rei do livro – Francisco Alves na História do Livro e da Leitura no Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Niterói: Lihed/UFF, 2016. p. 15.

<sup>28</sup> *Rei do livro*, op. cit., p. 21.

para a Academia Brasileira de Letras, que assim fortalecia um patrimônio anteriormente precário. A propriedade da editora, contudo, não pôde permanecer por muito tempo como bem da veneranda instituição literária, mudando de mãos nos anos seguintes:

Por uma imposição estatutária, a Academia Brasileira de Livros (sic!) estava impedida de gerir um negócio. Por isso, resolve vender os ativos de Francisco Alves. O comprador foi um grupo encabeçado por Antonio de Oliveira Martins e Paulo Ernesto Azevedo, este gerente da F. Alves em São Paulo. Com o surgimento da Companhia Editora Nacional, a Alves passa a ter uma grande concorrente no setor de didáticos e perde espaço. Paulo Morre em 1946 e é sucedido pelos seus filhos Ivo e Ademar, que agregam como novos sócios Álvaro Ferreira de Almeida, Lélio de Castro Andrade e Raul da Silva Passos. Nessa composição societária, a empresa passa a investir em textos literários. É nessa gestão que lança, por exemplo, *Quarto de despejo*, de Carolina Maria de Jesus, em 1960 (NETO, 2020, p. 22).

E aqui chegamos ao ponto em que queríamos: quando Carolina Maria de Jesus lança QD pela Livraria Francisco Alves, recebe, junto com o contrato da edição original, todo um enorme aparato comercial e logístico e a legitimação, ainda que não definitiva, que apenas uma das maiores editoras do país naquele momento poderia proporcionar, o que tem que ser levado em conta na construção do sucesso de seu livro.

As expectativas da Francisco Alves em Carolina eram grandes. De fato, para acolher o primeiro livro da escritora mineira, a célebre editora decidiu criar uma nova coleção, batizada de “Contrastes e confrontos”, cuja proposta era, segundo Paulo Dantas, autor do texto constante na “orelha” da edição original de QD, a seguinte: “Oferecerá ao grande público uma visão múltipla e revolucionária das vivências humanas, populares, sociológicas e culturais do Brasil”<sup>29</sup>.

“Contrastes e confrontos” era também o título de um livro de Euclides da Cunha, em que foram reunidos uma série de artigos do autor de *Os sertões* versando sobre a vida na República Velha, o que denota o viés sociológico e nacionalista que a Francisco Alves pretendia trazer para a sua nova coleção. Essa ideia confirma-se ao constatarmos que os títulos subsequentes lançados sob essa legenda são *Afirmação de Euclides da Cunha*, de Edgard de Carvalho Neves, e a autobiografia de ninguém menos que Edson Arantes do Nascimento, o Pelé, maior jogador da história do futebol, além do livro seguinte de Carolina, *Casa de alvenaria*.

A relação de Carolina Maria de Jesus com a Francisco Alves, contudo, não seria

<sup>29</sup> DANTAS, Paulo. “Quarto de despejo”: diário de Carolina Maria de Jesus [Orelha do livro]. Em: JESUS, Carolina Maria de. *Quarto de despejo*. São Paulo: Francisco Alves, 1960.

pacífica, mas repleta de meandros e atritos, além pontos obscuros, clamando por esclarecimentos até hoje. Isso é observado por Levine e Meihy em *Cinderela negra*, uma das obras que analisou com mais detalhes a relação da escritora mineira e seus editores:

com esta estreia começava um jogo de contradições e paradoxos que se mantiveram em toda a história de Carolina: mesmo no dia em que ela foi ver as provas de seu livro teve que vir a pé da favela, onde se levantou às 5 horas da manhã, com seus filhos, sem dinheiro. A escritora teve, mesmo nesse dia importante, que catar lixo para poder dar o que comer aos filhos (LEVINE; MEIHY, 1994, p. 25).

Pelo contrato com a Livraria Francisco Alves, ficava garantido a Carolina de Jesus a porcentagem de dez por cento (10%) de cada livro vendido, um valor padrão para um autor iniciante<sup>30</sup>, com um pagamento adicional de cinco por cento (5%) para Audálio Dantas, por seu trabalho como compilador e editor do livro<sup>31</sup>.

A própria Carolina, em *Casa de alvenaria*, cita os valores que recebeu pelos primeiros dez mil exemplares vendidos, através de uma prestação de contas feita a ela por Lélio de Castro Andrade, um dos donos da editora: 240.000 cruzeiros, algo em torno de 16.500 reais nos valores de 2021<sup>32</sup>.

Alguns meses antes da publicação de QD, que se daria em 19 de agosto de 1960, Audálio Dantas deu seguimento ao seu esquema promocional do livro prestes a ser lançado, utilizando seus contatos na imprensa para colocar Carolina em uma série de eventos de divulgação, sendo o primeiro deles a assinatura do contrato dela com a Francisco Alves. Nesta ocasião, ocorrida no dia 5 de maio do ano em questão, o jornal *Última hora*, por exemplo, estava presente na sede da livraria em São Paulo, e publicou uma matéria no dia seguinte dando conta dos detalhes do momento, com fotos da escritora e de seus três filhos, sob o título “Revelação nasceu no mundo do lixo: catadora de papel publicará diário!”<sup>33</sup>.

Outros eventos concebidos para gerar publicidade para a escritora e seu primeiro livro envolveram aparições de Carolina em apresentações teatrais e programas de TV. Assim, em 13 de maio, dia da Abolição da escravatura, Carolina participa, junto com Audálio, de um

<sup>30</sup> Ver Wolfgang Knapp, *O que é editora*, 2 ed., São Paulo: Brasiliense, 1992. p. 67-68.

<sup>31</sup> Cf. *Cinderela negra*, op. cit., p. 26.

<sup>32</sup> Cf. Carolina Maria de Jesus, *Casa de alvenaria*, volume 1: Osasco, São Paulo: Cia das Letras, 2021. p. 39.

<sup>33</sup> Cf. Tom Farias, obra citada, p. 198. O epíteto “escritora favelada”, fonte de muitas polêmicas atualmente e que debateremos em outro momento deste trabalho, começa a acompanhar Carolina a partir desse evento.

espetáculo montado pelo Teatro Popular Brasileiro, sob direção do poeta e folclorista Solano Trindade, nome icônico do movimento negro no Brasil<sup>34</sup>:

Quando chegamos, o teatro estava superlotado. Um espírito veio fazer a descrição das cenas. O título de peça é “Rapsódia Afro-Brasileira”. O espetáculo é uma confraternização do Centro Acadêmico da Escola de Sociologia e Política e Centro Acadêmico Osvaldo Cruz, pelo 10º aniversário do Teatro Popular Brasileiro. O poeta Solano Trindade, apareceu no palco para falar sobre o preconceito racial na África do Sul, e da condição dos pretos nos Estados Unidos. E disse que tinha uma visita para ser apresentada. E Bradou: – Carolina! (JESUS, 1961, p. 19).

Poucos dias depois, Carolina participaria de um programa apresentado na TV Record por João Silvestre – mais conhecido por J. Silvestre – famoso comunicador da época. Dessa forma, no dia 16 de maio de 1960, escreve em seu diário:

Quando cheguei na Record Canal 7 estava tranquila. O motorista foi procurar o repórter Souza Francisco para dizer-lhe que eu já estava presente. Ele apresentou-me ao ilustre senhor J. Silvestre. Explicou-me como era o programa. (...) O senhor J. Silvestre leu uns trechos do *diário* (JESUS, 1961, p. 22).

Os périplos de Carolina Maria de Jesus pelos palcos de teatro e TV, além de constantes entrevistas em jornais e programas de rádio, vão paulatinamente tornando-a figura popular, em âmbito local e nacional. A escritora registra os efeitos dessa fama recém-adquirida, que ela passa a gozar antes mesmo do lançamento de QD e que só tenderá a aumentar nos meses após a publicação, em seus escritos: “Nas ruas o povo dava-me os parabéns. Quando passo perto de um ônibus, ouço: – Olha a mulher que escreve!” (JESUS, 1961, p. 23). Na realidade, a *inédita* condição de Carolina Maria de Jesus na cultura brasileira até então – mulher, negra, favelada e escritora – fomentava o sensacionalismo e a curiosidade da classe média e letrada do país de forma exponencial, algo que escapava ao controle de Audálio Dantas como agente de Carolina. Como nota o biógrafo Tom Farias:

Carolina, como mulher negra e favelada, e agora escritora, se tornou, ao mesmo tempo, um produto “vendável” do jornalismo noticioso e sensacionalista, que tinha nela a garantia de audiência certa, como objeto de consumo e curiosidade, mas também como uma peça publicitária da própria Livraria Francisco Alves, que nesse particular, percebeu mais a fundo (mais do que Audálio Dantas) o alcance midiático que ela poderia proporcionar, como elemento estranho, provocando a curiosidade pública e também a comiseração por sua história de vida. (FARIAS, 2017, p. 216-2017)

<sup>34</sup> Cf. Tom Farias, op. cit., p. 206: “Audálio tinha planejado tudo, certamente identificando a simbologia do ato para esse início da nova vida de Carolina. Não seria a única vez que fez e faria tal coisa”.

Quando enfim chegou o dia do lançamento de seu primeiro livro, toda essa publicidade traduziu-se no enorme público que compareceu à Livraria Francisco Alves em 19 de agosto de 1960. Como descreve Tom Frias no livro *Carolina*, mais recente biografia da escritora lançada no Brasil:

Foi uma movimentada tarde de autógrafos de Carolina. Entre a manhã, quando ela passou na livraria para falar com os jornalistas, na coletiva de imprensa, e almoçou com Lélia de Castro Andrade, e o fim da tarde, início da noite, quando deu oficialmente os autógrafos de “Quarto de despejo”, a escritora vendeu quase 800 exemplares: 600 só na parte da tarde (FARIAS, 2017, p. 223).

Um dos acontecimentos mais significativos da tarde de autógrafos da edição original de QD foi a presença do ministro do Trabalho de Juscelino Kubitschek, João Batista Ramos, convidado por Audálio Dantas para ser o “padrinho” daquele lançamento<sup>35</sup>. Vale destacar aqui que o fato de Batista Ramos ter aceitado apadrinhar o evento de lançamento do primeiro livro de Carolina revela um aspecto que acompanhará, até os nossos dias, a trajetória e a recepção da escritora no Brasil, conforme procuraremos demonstrar nos capítulos seguintes: o *uso político da figura e dos escritos dela* por diferentes correntes ideológicas, no marco da *luta de classes* que atravessa a nossa história social e política.

Oficialmente lançado, QD torna-se um fenômeno de vendas, com a edição original, de dez mil (10.000) exemplares, esgotando em uma semana<sup>36</sup>. O livro trazia uma capa em tons marrons, em que uma grande ilustração de um barraco, feita por Cyro Del Nero – nome que se tornou importante na cenografia do teatro no Brasil<sup>37</sup> e também responsável pelas demais ilustrações da edição – ocupava quase todo o espaço. Esta ilustração era acompanhada, apenas, por dois detalhes geométricos, em vermelho, em que podiam ser lidos o nome de Carolina Maria de Jesus e o título da obra, com um pequeno subtítulo, também em vermelho, pouco abaixo do centro da capa, entre parêntesis. Como outros paratextos da edição, um prefácio escrito por Audálio Dantas, intitulado “Nossa irmã, Carolina”, em que foram colocadas sete fotografias de

<sup>35</sup> Tom Farias, op. cit., p. 223-224.

<sup>36</sup> Ibidem, p. 225.

<sup>37</sup> Trabalhou no Teatro Brasileiro de Comédia e com nomes importantes como Gianfrancesco Guarnieri, além de elaborar cenários para diversas óperas e construir uma carreira na televisão. Ver: “Cenógrafo Cyro Del Nero morre em São Paulo aos 78 anos”, *Folha de São Paulo*, Ilustrada, 31/7/2010 [online]. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2010/07/775772-cenografo-cyro-del-nero-morre-em-sao-paulo-aos-78-anos.shtml>. Acesso em: 10/1/2023.

Carolina e seus vizinhos dentro da favela do Caninde<sup>38</sup>. Por fim, a orelha do livro apresentava um excelente texto escrito por Paulo Dantas, um dos chefes da editora Francisco Alves, como vimos. Em tal texto, o caráter singular e inovador do diário de Carolina é destacado com grande lucidez:

Estamos diante de um livro inesperado e impactuoso, algo de extraordinário sob todos os sentidos. Nasceu próprio lixo e rebentou em meio da miséria, “ouro sobre o chumbo”, mensagem humana, poética e violenta que é. Sem nenhum sincretismo literário filia-se, porém, diretamente ao populismo de um Jorge Amado, ao universalismo de um Máximo Gorki e, no que diz respeito a certos aspectos da fome e da vagabundagem, lembra o lirismo de um Knut Hamsum, embora nada tenha com a literatura desses escritores, porque em matéria de depoimento social sobre as misérias da vida, pela sua autenticidade e participação, ninguém supera a voz de Carolina, que brota de dentro e nasce feita.<sup>39</sup>

Até 1963, ano da edição de bolso cuja história narraremos no tópico seguinte, o livro atingirá a impressionante marca, para os padrões brasileiros, de oitenta mil (80.000) exemplares vendidos, divididos em sete reimpressões (discutivelmente denominadas pela Livraria Francisco Alves, conforme já explicamos, de “edições”). A confluência de um contexto político e cultural favorável e o ineditismo da figura e dos escritos de Carolina Maria de Jesus, somados à ação bem-sucedida de Audálio Dantas como editor e promotor da edição original do livro, foram os fatores propiciadores de tal sucesso. A construção e a recepção da obra, até aqui indicadas apenas de forma lateral e sucinta, serão melhor focalizadas em momentos posteriores deste trabalho.

### 2.1.2 *Edição de Quarto de despejo de 1963*

No dia 29 de outubro de 1963, duas entidades de representação operária, a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI) e o Pacto da Ação Conjunta (PAC), deram início a uma greve que paralisou o estado de São Paulo e ficou conhecida na história brasileira como a “Greve dos 700 mil”, a maior registrada na chamada Terceira República (1945-1964). Além de pleitearem aumento salarial, os trabalhadores envolvidos

---

<sup>38</sup> Uma análise desse prefácio será realizada, por questões metodológicas, apenas na parte final desse trabalho.

<sup>39</sup> Cf. Paulo Dantas, “*Quarto de despejo*”: diário de Carolina Maria de Jesus [Orelha do livro], op. cit.

nessa greve reivindicavam que a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), órgão representante dos interesses patronais, reconhecem a CNTI e o PAC como interlocutores legítimos nas futuras negociações trabalhistas entre operários e industriais<sup>40</sup>.

A “Greve dos 700 mil” foi a terceira, em uma escala crescente de mobilização dos trabalhadores daquele estado, tendo sido precedida pela “Greve dos 300 mil” (1953) e “Greve dos 400 mil” (1957), revelando a força da mobilização operária na luta por melhorias de vida. Conforme explicam, sobre tais paralisações da classe trabalhadora, Luigi Negro e Teixeira da Silva (2019, p. 48): “Embora tenham ocorrido em São Paulo, elas exprimiram uma expectativa social abrangente e nacional – de luta por direitos e cidadania, no campo e no urbano”. Tais mobilizações revelavam também a consolidação da entrada do povo – ou seja das classes subalternas, que compunham a base da pirâmide social brasileira – na vida política do país.

Na realidade, 1963 é um ano especialmente conturbado na vida política, social e cultural do Brasil. Dois anos antes, Jânio Quadros, o sucessor de Juscelino Kubitschek, renunciara ao cargo de presidente, provocando uma crise institucional que quase conduziu o país a uma ditadura militar, devido ao veto da burguesia nacional e de seu braço armado, o Exército, à posse do vice-presidente, João Goulart – um herdeiro do trabalhismo e do nacional-desenvolvimentismo de Getúlio Vargas, de quem, inclusive, havia sido ministro – como chefe do Executivo. Aceitando tornar-se presidente depois de uma mudança legislativa que estabeleceria o parlamentarismo como regime de governo nacional, “Jango” – como Goulart era conhecido – reestabelece, em janeiro de 1963, através de um plebiscito popular, a volta ao presidencialismo.

Diante desse evidente acirramento da luta de classes no país, é claro que os setores intelectuais e culturais brasileiros reverberavam a conjuntura política que então se apresentava. Emblemática, nesse sentido, é a criação, a partir de 1961, dos Centros Populares de Cultura (CPCs), organizações oriundas da União Nacional dos Estudantes (UNE), entidade máxima de representação do movimento estudantil. Em seu livro *Cultura e participação nos anos 60*, Heloísa Buarque de Hollanda e Marcos Augusto Gonçalves descrevem o surgimento e as linhas ideológicas de tais aparelhos culturais:

---

<sup>40</sup> Cf. Antonio Luigi Negro e Fernando Teixeira da Silva, “Trabalhadores, sindicatos e política”, em *O Brasil Republicano – da democratização ao golpe civil-militar de 1964: Terceira República (1945-1964)*. 8 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019. p. 47-96.

Atraindo jovens intelectuais, os CPCs – que aos poucos se organizavam por todo o país – tratavam de desenvolver uma atividade conscientizadora junto às classes populares. Um novo tipo de artista, “revolucionário e consequente”, ganhava forma. Empolgados pelos ventos de efervescência política, os CPCs defendiam a opção pela “arte revolucionária”, definida como instrumento a serviço da revolução social, que deveria abandonar a “ilusória liberdade abstratizada em telas e obras sem conteúdo”, para voltar-se coletiva e didaticamente ao povo, restituindo-lhe a “consciência de si mesmo” (GONÇALVES; HOLLANDA, 1982, p. 9-10).

Ainda segundo os autores citados, a atividade dos CPCs procurava desenvolver-se em locais em que o “ contato direto com as massas” fosse possível, tais como “portas de fábricas, favelas e sindicatos”<sup>41</sup>. A produção cultural levada a cabo pelo CPC do Rio de Janeiro dá conta da preocupação dessa organização, dentro de um caráter militante, com pautas que expressassem os dilemas cotidianos – relacionados à emprego, moradia, fome, violência etc. – enfrentados pelas populações urbanas e rurais de todo o país:

De dezembro de 1961 a dezembro de 1962 o CPC do Rio produziria as peças *Eles não usam black-tie* e *A Vez da Recusa*; o filme *Cinco Vezes Favela*, a coleção *Cadernos do Povo* e a série *Violão de Rua*. Promoveria ainda cursos de teatro, cinema, artes visuais e filosofia e a UNE-volante, uma excursão que por três meses percorreu todas as capitais do Brasil, para travar contato com as bases universitárias, operárias e camponesas (GONÇALVES; HOLLANDA, 1982, p.10).

É nesse contexto de convulsão em todos os setores da vida nacional que Carolina Maria de Jesus verá surgir nas livrarias, em 1963, uma nova edição de QD, desta vez de bolso<sup>42</sup>. O suporte editorial do livro contava com uma capa na cor magenta que trazia a ilustração de um enorme prédio, tomando todo o seu lado esquerdo, ladeado por pequenas figuras, na base da capa, de casas populares, semelhantes a barracos, na cor amarela<sup>43</sup>, do artista plástico português – radicado no Brasil – Alberto Teixeira<sup>44</sup>. Sobre essa ilustração, o nome de Carolina Maria de Jesus, no topo, e o título da obra, ao centro, em letras garrafais nas cores preta e amarela – sem o subtítulo da edição original e com a inscrição “edição popular”. Por meio da folha de rosto

<sup>41</sup> GONÇALVES; HOLLANDA, op. cit., p. 10.

<sup>42</sup> Sua publicação, como podemos perceber, se dá – como a edição original e todas as edições seguintes – dentro de um marco de profunda legitimização e atualidade histórica e social de seus temas.

<sup>43</sup> Composição visual que remetia, obviamente, à divisão entre a “cidade” (os bairros centrais de São Paulo) e o “quarto de despejo” (a favela).

<sup>44</sup> Sobre o artista em questão, ver: “Alberto Teixeira”, *Encyclopédia Itaú Cultural*, Artes Visuais [online]. Disponível em: <https://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa9731/alberto-teixeira>. Acesso em: 13/2/2023.

do livro, ficamos sabendo que QD já havia vendido, até aquele momento, oitenta mil (80.000) exemplares, já que ali se informava que aquela era a nona edição do livro e seu “nonagésimo milheiro”<sup>45</sup>. Essa edição de QD trazia também alguns novos elementos paratextuais bastante interessantes. A começar por uma “Nota da editora”, em que podíamos perceber os efeitos da crise econômica que o país atravessava no momento e também a indisposição dos responsáveis pela Francisco Alves com o governo de João Goulart, algo esperado de representantes de um estrato da burguesia naquela conjuntura delicada do país, às vésperas do Golpe Empresarial-Militar<sup>46</sup>:

Em face do preço do livro brasileiro, motivado pela atual política cambial do Governo, que veio realmente estrangular um processo cultural em pleno desenvolvimento, além de seriamente ameaçar de paralisação a indústria e o comércio livreiro e editorial do país, a Livraria Francisco Alves, desejosa de continuar mantendo sua linha de lançamentos populares (através de livros de boa qualidade e de interesse humano, social e literário), resolveu criar sua *Edição Popular*, em formato pequeno e confeccionada em papel de imprensa. (...) Com este novo tipo de edição, estamos certos de servir às letras e ao grande público leitor do Brasil, sem paralisação no entusiasmo e na vibração da nossa arrancada editorial sempre crescente e bem norteada no sentido de maior popularização do livro brasileiro.<sup>47</sup>

Um novo prefácio, escrito mais uma vez por Audálio Dantas, no ano anterior, também compunha essa edição popular. Nele, é possível destacar vários aspectos, a começar pela ênfase que é dada ao caráter singular de QD e ao efetivo impacto que a obra causara no cenário cultural brasileiro, uma verdadeira “revolução” no entendimento do prefaciador, que procura legitimar suas palavras citando o nome da escritora Dinah Silveira de Queiroz<sup>48</sup>:

“Quarto de despejo” tem o sentido de uma revolução em todos os seus aspectos. Primeiro, ele nos mostra uma favela nua, sem samba e sem literatura, como bem disse a escritora Dinah Silveira de Queiroz. É a favela vista de dentro, por quem estava lá dentro e viveu integralmente as suas desgraças; a favela descrita de um ângulo inteiramente novo, um retrato de corpo inteiro sem os retoques do academismo cômodo de certos pesquisadores (DANTAS, 1963, p. 4).

Em seguida, Audálio procura ressaltar aquele que era, na sua visão, o valor

<sup>45</sup> Cf. JESUS, Carolina Maria de. *Quarto de despejo* – edição popular. 9 ed. São Paulo: Francisco Alves, 1963 [folha de rosto].

<sup>46</sup> Posteriormente, veremos que a editora Francisco Alves teria uma participação, inclusive, nos preparativos do Golpe de 64.

<sup>47</sup> Cf. JESUS, Carolina Maria de., op. cit., p. 3 [Nota da editora].

<sup>48</sup> Autora de, entre outras, duas obras de grande sucesso comercial: *Floradas na serra* (1939) e *A muralha* (1954).

fundamental do diário de Carolina: a sua mensagem de *denúncia* da iniquidade social brasileira, que o possibilitara ser compreendido pelos setores desprivilegiados e progressistas do país:

Quem acompanhou a trajetória desse livro, com alma limpa de preconceitos e de recalques mal disfarçados, sabe muito bem o quanto valeu o grito de protesto que partiu da favela do Canindé, transformado em símbolo de todas as favelas do Brasil. O povo entendeu a sua mensagem, identificou-se com a angústia do favelado, porque há angústia também grande fora dos limites fedorentos das favelas. Os estudantes pobres e ricos no ardor da mocidade, levaram a favela nua para ser discutida em suas escolas e em suas associações, onde já haviam discutido o problema, mas nunca um depoimento vindo lá de dentro, do cerne da desintegração social (DANTAS, 1963, p. 4).

Após discorrer um pouco mais sobre a importância que QD teve para pôr em evidência a triste realidade das favelas, Dantas pontua o sucesso comercial do livro, enumerando seus êxitos aqui e lá fora:

O livro correu o Brasil, em sucessivas edições<sup>49</sup>. Sua autora fez muitas viagens, a convite de entidades culturais e estudantis. E, em toda a parte, ela lembrava uma palavra e um problema: favela. Enquanto isto, “*Quarto de Despejo*” transpunha as fronteiras do Brasil e grandes editoras de dezoito países se interessaram em sua publicação (DANTAS, 1963, p. 5).

No parágrafo seguinte, o prefaciador busca explicar os motivos do sucesso do diário de Carolina, encontrando nas temáticas trazidas pela autora e na *especial capacidade narrativa* desta a principal fonte de identificação de todos os humilhados e ofendidos do mundo com os escritos contidos em QD:

Por que o livro de uma favelada semianalfabeta alcança sucesso tão grande? É simples. Ele é universal, na sua mensagem dolorosa, na sua narrativa paradoxalmente bela da vida de uma comunidade marginal – de um problema que é muito nosso, mas existe em quase todo o Mundo. Quando Carolina descreve a sua fome e a fome de seus vizinhos – homens de todas as raças<sup>50</sup> – faz o que faria um negro do Harlem, em Nova Iorque, ou um operário desempregado e com o estômago vazio, em qualquer parte do Mundo, desde que eles tivessem a mesma capacidade de narrar. Ela alcançou a síntese quase perfeita para dizer as coisas que são comuns a todas as criaturas humanas. Seu livro é universal, apesar de particularizar a tragédia humana de uma comunidade marginal brasileira (DANTAS, 1963, p. 5).

<sup>49</sup> Na verdade, como vimos, reimpressões.

<sup>50</sup> Notar que, diferente dos intérpretes de Carolina de Jesus em nossos dias, que procuram entender a obra dela como relacionada quase que exclusivamente com o mundo material e simbólico das mulheres negras, a leitura de Audálio aponta para o universalismo dos diários da favela da escritora.

Para não dizer que não falou dos espinhos, Audálio também reage, no texto em foco, contra as críticas, vitupérios e desdêns direcionados a Carolina e seu livro por parte da intelectualidade brasileira, rechaçando sobretudo o que ele considerava “despeito” e orgulho ferido dos escritores estabelecidos ante o sucesso de uma figura e de um livro tão divergentes da tradição literária:

Em contrapartida, houve a reação despeitada de subliteratos, assustados com a *intromissão* da negra Carolina e horrorizados com o fedor de favela que veio das páginas do livro. Até mesmo literatos de verdade houve que fizeram piadinhas sobre o livro, ou simplesmente o ignoraram, mas o fenômeno é facilmente explicável: eles são artistas que se consideram nuvens e nuvens acima do povo que gêmea cá embaixo. E por isso não perceberam ou não quiseram perceber a força da palavra do povo pelo qual gritou Carolina Maria de Jesus. Pelo contrário, enxergaram um *perigo* no aparecimento do livro insólito, pois – argumentavam – “daqui a pouco qualquer um vai querer publicar livros” (DANTAS, 1963, p. 5).

Contrapondo tais críticas e apreciações negativas à autoridade da avaliação sobre QD de um dos autores mais canônicos de nossa literatura, Manuel Bandeira, Dantas encontra uma maneira de argumentar em favor da autenticidade e legitimidade cultural do famoso diário de Carolina de Jesus:

Faltou a muitos dos nossos intelectuais aquela humildade que a gente só encontra nos grandes. Por exemplo, no grande poeta Manuel Bandeira, cujo depoimento sobre “*Quarto de Despejo*”, publicado no “*Jornal do Brasil*”, bem poderia servir de lição, a começar pelo título – “A Humilde Verdade”. Bandeira diz, bem dito: ‘Carolina tem bastante talento literário para não fazer literatura, para dizer as coisas pão-pão queijo-queijo, para não ser senão a copista da humilde verdade’ (DANTAS, 1963, p. 6).

No parágrafo seguinte, também é a voz do venerando poeta que ocupa o primeiro plano do texto, reconhecendo a efetiva intervenção de Dantas no texto de Carolina, mas garantindo a autoria final do livro a esta e não àquele:

“Muita gente tem me perguntado se acredito na autenticidade do livro [QD]. Querem atribuí-lo a trabalho de Audálio Dantas sobre notas, apontamentos de Carolina. Houve de fato algum trabalho de composição da parte de Audálio. Este declarou no prefácio que selecionou trechos dos cadernos de Carolina, suprimiu frases. Mas não enxertou nada<sup>51</sup>. Acredito. Há nestas páginas certos erros certas impropriedades de expressão,

---

<sup>51</sup> Como veremos na parte final deste trabalho, tal afirmação não se sustenta, já que Audálio, de fato, operou alguns acréscimos no texto publicado de QD.

certos pedantismos de meia instrução primária, que são de flagrante autenticidade, impossíveis de inventar" (BANDEIRA, *apud* Dantas, 1963, p. 6).

Por fim, o prefaciador presta agradecimentos a uma série de escritores que também haviam apoiado e dado legitimidade à publicação de QD, dando conta de que, apesar das resistências encontradas, o livro também fora bem recebido por alguns nomes importantes do meio literário brasileiro da época:

A outros escritores preciso agradecer a compreensão da humilde verdade. E cito alguns nomes, apenas, porque impossível seria relacionar todos eles: Dinah Silveira de Queiroz, Ferreira Gullar, Edgar Braga, Rachel de Queiroz, Luís Martins, Helena Silveira, J. Herculano Pires, Maria de Lourdes Teixeira, Fernando Góes, Adonias Filho, Eneida, Ricardo Ramos, Lúcia Benedetti, Carlos Pinto Alves (DANTAS, 1963, p. 6).

A essa altura, Carolina já era conhecida no Brasil e no exterior e sido traduzida em treze países, na seguinte ordem cronológica: Dinamarca (1961), Holanda (1961), Argentina (1961), França (1962), Alemanha Ocidental (1962)<sup>52</sup>, Suécia (1962), Itália (1962), Checoslováquia (1962), Romênia (1962), Inglaterra (1962), Estados Unidos (1962), Japão (1962) e Polônia (1963)<sup>53</sup>.

Nos Estados Unidos, QD obteve uma recepção calorosa, sobretudo por parte da comunidade acadêmica interessada nos problemas raciais e da América Latina, atingindo grandes vendagens e desdobrando-se em diferentes edições ao longo dos anos – sem, contudo, que isso se revertesse em um aumento de patrimônio da escritora – como explicam Levine e Meihy:

O livro foi relançado nos anos seguintes em edições baratas, na coleção Mentor, pela New American Library, e tem sido reimpresso constantemente apesar de os direitos terem sido comercializados pela Penguin USA. Mais de 313 mil cópias da edição Mentor foram vendidas nos Estados Unidos. Somente desta leva, segundo o contrato original, Carolina e sua família deveriam ter recebido mais de US\$150.000, mas não há evidências de que tenha recebido uma parte relevante dessa quantia (LEVINE; MEIHY, 1994, p. 34).

Em pouco tempo, Carolina Maria de Jesus passara de obscura catadora de papel para a “escritora favelada”, com presença constante na mídia e em eventos de círculos políticos e culturais, no Brasil e em outros países da América Latina, até pouco tempo atrás inimagináveis

<sup>52</sup> A Alemanha, à época, ainda se dividia em dois países, em decorrência da Segunda Guerra.

<sup>53</sup> Cf. Elzira Divina Perpétua, op. cit., p. 89.

para alguém como ela, atestando um sucesso sem fronteiras:

Famosa, Carolina apareceu no rádio e na televisão, deu dezenas de entrevistas, apresentou-se em universidades, percorreu o Cone Sul, Argentina, Uruguai e Chile, tornando-se uma celebridade. Em Buenos Aires, foi agraciada com a “Orden Caballero del Tornillo”. Quatro meses depois de seu diário ter sido publicado foi convidada para ser membro da Academia de Letras de São Paulo, ao mesmo tempo em que recebia o título de “cidadã honorária”, juntamente com as chaves da cidade. Percorreu todo o Brasil, sendo constantemente assediada por admiradores e curiosos que a viam como personalidade pública indiscutível (LEVINE; MEIHY, 1994, p. 34).

Um dos pontos mais polêmicos e incertos da história da escritora mineira até hoje diz respeito a quanto dinheiro Carolina recebeu – e, sobretudo, quanto *deveria* ter recebido – pelas vendas da edição original de QD. Sobre essa questão, as únicas informações disponíveis, ainda que repletas de lacunas e dúvidas, estão contidas, mais uma vez, no livro *Cinderela negra*, de Levine e Meihy, a quem recorremos mais uma vez:

Os artigos jornalísticos, ao se referirem aos lucros recebidos pela vendagem do primeiro livro de Carolina, variam muito. Uma das versões diz que no dia 10 de março de 1961, o *Quarto* havia rendido a Carolina Cr\$ 6.000.000,00 – o equivalente a US\$ 31.579, e mais US\$ 19.544 no final. Ela teria recebido pagamentos em dólares – em um caso, US\$ 300 – de sua editora norte-americana, mas estaria proibida, pelo contrato, de receber pelas traduções. Os direitos seriam da Editora Paulo de Azevedo Ltda., a representante da poderosa Francisco Alves. Do total ela deveria contar com apenas 10% do custo, e ainda deveria dar 30% a Audálio Dantas. Apesar de tudo, foi esse dinheiro que contribuiu para que Carolina comprasse a casa de tijolos dos seus sonhos (LEVINE; MEIHY, 1994, p. 36-37).

O que podemos afirmar, com grande grau de certeza, é que Carolina Maria de Jesus nunca recebeu corretamente os valores devidos a ela pelas vendas das traduções de QD no exterior. Convém lembrar que o mundo ainda não dispunha dos avanços tecnológicos comunicacionais (Internet, telefones celulares etc.) hoje maciçamente presentes em qualquer sociedade minimamente desenvolvida do planeta. Esse fato tornava difícil o controle rígido dos direitos autorais de autores e editoras nacionais; o que, é claro, não isenta completamente a Livraria Francisco Alves – que inclusive contava com filiais no estrangeiro – da responsabilidade pelas perdas monetárias que a própria editora e Carolina sofreram na trajetória de QD pelo mundo. O biógrafo da escritora, Tom Farias, avalia essa situação da seguinte forma:

Na verdade, autora e editora perderam a mão com relação as traduções, porque indícios indicam que, no estrangeiro, a editora de lá repassava, ela mesma, o direito de edição para outra, de outro país, como aconteceu com a edição americana que saiu

dos Estados Unidos para a inglesa, na Inglaterra, a Argentina que levou os livros para o Uruguai e o Chile etc., mas sob o fomento de um único contrato, ou seja, com a possibilidade de apenas um pagamento de direitos autorais (FARIAS, 2017, p. 314).

Quando os gastos excessivos<sup>54</sup> e a diminuição das vendas de seu primeiro livro conduzirem a escritora novamente a uma situação de dificuldade financeira, toda essa problemática trama editorial e mercadológica irá abalar profundamente a relação dela com Audálio Dantas, primeiro e principal mediador de Carolina com a Livraria Francisco Alves, levando-os a um inevitável rompimento. Carolina se sentirá enganada e enunciará sobre Dantas, em diferentes ocasiões, a grave acusação de que ele fora um escroque, aproveitando-se da ingenuidade dela, como o registro que ela faz em seu diário, em 9 de dezembro de 1963:

Quando conheci o Dantas, e ele insistiu comigo para escrever. O Quarto de despejo. Pedi:

– Eu escrevo o livro e o senhor retira-me da favela.

(...) Mas o Audálio, não retirou-me da favela. Retirou apenas o livro. Porque o livro ia dar-lhe dinheiro. Lançaram o livro 19 de agosto e eu continuei na favela apanhando dos favelados enfurecidos (JESUS, 2021, p. 480).

Audálio Dantas, por sua vez, cansado das desconfianças, questionamentos e provocações de Carolina – que ela fazia em seus diários, declarações a conhecidos e diretamente a ele, em cartas ou presencialmente – decidiu abandonar a responsabilidade pelos direitos das traduções, que ele assumira até aquele ano, 1963; abrindo mão, inclusive, dos valores a que teria direito pelas apresentações que fizera do livro:

Audálio Dantas nada recebera pelo trabalho de compilação de *Quarto de despejo* e de *Casa de alvenaria*, apenas um pequeno montante pelas apresentações que fizera. Nos primeiros contratos com as editoras estrangeiras, entretanto, ficou prevista uma porcentagem para ele. O controle das contas passava pela Livraria Francisco Alves, através do Dr. Lélio e do Sr. Miller. Mas os problemas com Carolina relativos ao dinheiro foram de tal ordem que, por volta de 1963, Audálio desistiu de sua parte e de qualquer relação com o assunto (CASTRO; MACHADO, 2007, p. 91).

Após a desistência de Audálio, Lélio de Castro Andrade, dono da livraria, designou Ernest Miller, funcionário da Francisco Alves, como uma espécie de gerente para tratar, apenas em relação a Carolina, de traduções, contratos e tratativas (aqui com a aquiescência de Audálio

---

<sup>54</sup> Em inúmeras passagens de *Casa de alvenaria*, obra que registra mais amplamente o período de sucesso e bonança de Carolina, a prodigalidade da escritora revela a dificuldade que ela tinha em lidar com dinheiro, própria, aliás, de quem sempre o teve contado.

Dantas) com editoras do exterior. Tal arranjo, porém, não resolveu os problemas relativos aos direitos autoriais de QD no exterior nem supriu as necessidades da escritora, que continuou insatisfeita com os valores recebidos pelas traduções de seus livros:

O gerenciamento [das traduções] ficou com a Livraria Francisco Alves. Dr. Lélio e Miller também tiveram problemas com os editores estrangeiros e com Carolina que, a cada quinzena, aparecia pedindo mais dinheiro. Por volta de 1965 a livraria abandonou o controle das traduções, possivelmente com prejuízos para todos (CASTRO; MACHADO, 2007, p. 91).

Para concluir essa discussão sobre as traduções e as vendas internacionais de QD, é necessário mencionar uma descoberta recente – divulgada por Tom Farias, autor da biografia mais atualizada da escritora mineira, na edição de 16 de novembro de 2021 do jornal *O Globo*<sup>55</sup> – da existência, em um acervo particular mantido pela filha de Audálio Dantas, de inúmeros documentos, até então desconhecidos do grande público, contendo, segundo a matéria em questão: “além de centenas de cartas, muitas fotografias, contratos de edições, recortes de jornais, procurações, e também balancetes detalhados sobre a contabilidade financeira da venda das traduções do livro [QD] em treze países”<sup>56</sup>. Dentre os documentos mencionados pela matéria, um que especialmente interessa-nos aqui é uma pasta com o título “Carolina: Relatório de Rendimentos”. Nela, se confiarmos no jornal em questão, fica evidente o sucesso que o primeiro livro de Carolina fez mundo afora, já que em tal documento Dantas:

apresenta balanço financeiro e presta contas do livro publicado em 13 países, com cifras e números fabulosos para a época. No Japão, por exemplo, o livro vendeu 15,5 mil exemplares, o mesmo que nos Estados Unidos e Tchecoslováquia. Na Argentina a venda chegou a 23 mil, Romênia 20 mil e Inglaterra 25 mil. O “Relatório...” informa que “o demonstrativo não incluiu” tiragem americana de 15 mil pocket books, “da qual ainda não foi prestado conta”, e os 11 mil da segunda edição tcheca<sup>57</sup>.

Diante de tudo o que foi relatado até aqui, é previsível que a discussão sobre os ganhos auferidos por Carolina referentes a direitos autorais – e, sobretudo, os ganhos que ela *deixou de*

<sup>55</sup> Na realidade, a revelação da descoberta em questão foi feita primeiro em um perfil que mantemos na rede social Instagram (@carolinabitita), em entrevista que fizemos com Tom Farias no dia 20 de setembro de 2021, quase dois meses antes da matéria de *O Globo*, portanto. O vídeo com a entrevista pode ser conferido em: <https://www.instagram.com/tv/CUDmz4noTRR/>

<sup>56</sup> “Com cadernos, relatórios e cartas, acervo inédito da escritora Carolina Maria de Jesus é descoberto”, *O Globo*, 16 de novembro de 2021. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/cultura/livros/com-cadernos-relatorios-cartas-acervo-inedito-da-escritora-carolina-maria-de-jesus-descoberto-25277957>. Acessado em: 25/5/2023.

<sup>57</sup> “Com cadernos, relatórios e cartas, acervo inédito da escritora Carolina Maria de Jesus é descoberto”, jornal citado.

*auferir* – ainda serão tema de acalorados debates por, pelo menos, mais alguns anos, que não nos são possíveis de determinar.

Antes do rompimento definitivo de Carolina Maria de Jesus com Audálio Dantas, no entanto, o jornalista ainda colaborou para a transformação de QD em outros dois produtos culturais derivados, ambos no ano de 1961: uma peça teatral e um disco (*long-play*), contendo composições musicais da escritora. *Quarto de despejo*, a peça, foi adaptada pela dramaturga Edy Lima e levada aos palcos, com a atriz Ruth de Souza interpretando Carolina, pelo encenador Amir Haddad, no Tetro Bela Vista, em 27 de abril<sup>58</sup>. A ideia do projeto partira de Ruth, que, interessada em filmar o livro de Carolina e solicitando a colaboração da escritora, recebeu desta a recomendação de procurar Dantas para tratar do assunto. O jornalista, então, garantiu à atriz a preferência de uma possível adaptação de QD<sup>59</sup>. Já *Quarto de despejo – Carolina Maria de Jesus cantando suas composições*, o disco, foi também negociado por Audálio com a gravadora RCA Victor, que o lançou em outubro, trazendo no encarte uma apresentação, mais uma vez, escrita pelo jornalista, na qual se lê:

Difícil imaginar a música na favela do Canindé. Quando a gente fala em favela de morro carioca – a miséria mais “arejada” – logo imagina dengosas mulatas em requebros, em terreiro de barraco enfeitado de cuicas e tamborins; e no samba que nasce, bonito de autêntico, e depois desce o morro e ganha o asfalto. Mas, que melodias poderia produzir esta infeliz (mais do que as outras) favela do Canindé, atolada na lama de beira-Tietê; este “Quarto de Despejo” abafado pela opulência da cidade grande de São Paulo?

Acontece que houve um milagre no Canindé – um milagre chamado Carolina Maria de Jesus. No princípio era angústia pura, depois a angústia foi registrada em folhas sujas apanhadas no lixo e nasceu um livro paradoxalmente belo, na revelação de uma realidade desgraçada. E quando nascia o livro nascia também – incrível! – música naquele “Quarto de Despejo”. Carolina não sentia, então, os pés atolados na lama, seu espírito elevava-se e pairava sobre os tetos escuros, e via pedaços de céu azul, nuvens cor-de-rosa tocadas em bando por brisa boa. E sobrevinha o milagre da música.

Antes da publicação do livro – lembro-me bem – Carolina me falou de “uns sambas” que escrevera em seus cadernos, mas confessou que não dei importância. Um dia, lá no barraco número 9 da rua A, ouvi o José Carlos, a Vera Eunice e o João José cantarolando “as músicas que a mamãe inventou”. Gostei, mas nada disse, de medo que Carolina ameaçava, (ela sempre desejou muitas coisas) cantar no rádio.<sup>60</sup>

<sup>58</sup> Cf. CASTRO; MACHADO, op. cit., página 73.

<sup>59</sup> *Casa de alvenaria*, op. cit., p. 68.

<sup>60</sup> Audálio Dantas, apresentação contida no encarte do disco *Quarto de despejo – Carolina Maria de Jesus cantando suas composições*, RCA Victor, 1961.

Como é possível perceber, essa parte do texto é reveladora da dimensão afetiva e do fascínio com que Audálio via Carolina àquela altura, apesar dos receios de expor a escritora ao ridículo, o que as críticas que efetivamente ocorreram à empreitada dela no campo musical depois confirmariam como justificáveis (ver Tom Farias, *Carolina*, op. cit., p. 316). No entanto, no restante de sua apresentação do disco, a visão de Audálio sobre essa empreitada de Carolina em um outro campo artístico é, no geral, positiva:

O tempo correu, não se falou mais no assunto, até que um “expert” ouviu as músicas de Carolina. O resultado aqui está, “Ela” mesma cantando, esta negra milagrosa! De início assustei-me um pouco com a ideia de Carolina cantar. Mas a música nascida no “Quarto de Despejo” é boa e autêntica, com gosto de povo. E a voz de Carolina, magnificamente assessorada por esses fabulosos “Titulares do Ritmo”, não é a voz de nenhum rouxinol, mas é voz de povo, documento importante. Ouvi emocionado a gravação das músicas contidas neste Long-Play da RCA Victor. A música de “Quarto de despejo” é lamento às vezes, alegria outras. Quem não se comoverá ao ouvir os versos singelos e profundos de “O Pobre e o Rico”, de inventiva caroliniana – o que vale dizer, do povo. E quem deixará de admirar a filosofia simples de “Maria Veio”, “Vedete da Favela”, ou as estórias do “Pinguço”, do “Malandro”, das “Granfinas”? É uma gravação importante, esta, como livro-documento. A supervisão musical a cargo do maestro Francisco Moraes, muito valorizou estas melodias de “Quarto de Despejo”. Julio Nagib emprestou o seu talento com a direção artística da gravação e George Torok completou o sucesso de todo este trabalho com a bela foto em cores que ilustra na capa: Carolina e a favela que se tornou conhecida no mundo inteiro<sup>61</sup>.

Foi também no ano de 1961, em 27 de novembro, que saiu o segundo livro de Carolina, o já mencionado *Casa de alvenaria – diário de uma ex-favelada*<sup>62</sup>, mais uma vez editado e prefaciado por Audálio Dantas e publicado pela Francisco Alves. Como o próprio subtítulo anuncia, trata-se de um novo diário, dessa vez retratando a realidade com que a escritora se defrontou ao deixar a favela e adentrar a “casa de alvenaria”, ou seja, o mundo da elite econômica e cultural branca do Brasil e de parte da América Latina (Argentina, Uruguai e Chile).

Os leitores de *Quarto de despejo* poderão perceber que o tom adotado por Carolina em seu novo livro difere de sua obra anterior. Abandonando a poesia, o lirismo e as diversas passagens oníricas de seu primeiro diário, a escritora faz uso de um estilo mais “seco”, repleto de mordacidade e ironia, para tratar daquele novo mundo em que penetrara – a “sala de visitas”,

<sup>61</sup> Idem.

<sup>62</sup> Notar que o subtítulo do segundo livro de Carolina já desvincula à figura da escritora da realidade da favela, ou seja, a voz que se pronuncia agora é a de uma “ex-favelada”. Isso contradiz as críticas feitas atualmente a Audálio Dantas como alguém que procurou fixar a imagem da escritora unicamente como representante de um determinado lugar social.

como ela também se refere a ele. Tal postura literária teve um efeito negativo na recepção da escritora entre o público leitor, alvo das críticas de Carolina, e, de uma edição de dez mil exemplares, são vendidos apenas três mil<sup>63</sup>, um número muito aquém das expectativas para uma escritora que recebera tanta atenção, nacional e internacional, por seu livro de estreia<sup>64</sup>.

Em 1963, ano em que, como dissemos, saiu a nova edição de QD, o auge do sucesso de Carolina Maria de Jesus já havia passado – bem como sua relação com Audálio Dantas estava em vias de terminar, o que ocorreria dali a dois anos, em 1965. Prova do esgarçamento dessa parceria dá a publicação de uma nova obra, já sem nenhuma participação do jornalista, custeada pela própria escritora: *Pedaços da fome*, ainda em 1963. Nessa obra, Carolina paga tributo ao romance de folhetim romântico da segunda metade do século XIX<sup>65</sup>; mas, também, à dramaturgia das radionovelas, muito populares nas décadas de 1950 e 1960. Em ambas as formas de manifestação artística, encontraremos mocinhas inocentes tendo de enfrentar o poder arbitrário de algum vilão, numa atmosfera de total maniqueísmo na representação das personagens. Lançado por uma editora pequena, Aquila Ltda, e apresentando uma dicção artística historicamente ultrapassada, o romance revelou-se um fracasso.

O lançamento de QD como livro de bolso, porém, mostrava que essa obra de Carolina continuava dialogando com as questões de seu tempo. Não apenas de seu tempo, aliás, mas do próprio sistema literário brasileiro daquele momento. Afinal, nesse mesmo ano estrearam dois escritores em cujas obras é nítido o interesse pelos temas e pela linguagem extraídos do difícil cotidiano da vida urbana nas grandes cidades, inclusive – exatamente como Carolina em QD – em seus aspectos mais sórdidos e marginais: João Antônio e Rubem Fonseca. O primeiro publica *Malagueta, Perus e Bacanaço*, livro de contos que elevam ao primeiro plano da narrativa, mimetizando deles a dicção, os moradores do submundo de São Paulo (“malandros”, meninos de rua, cafetões, prostitutas, etc.), todo um subproletariado que revela o avesso da modernização perversa pela qual passara o país desde, pelo menos, a década de 1930. Seguindo a mesma toada artística, Rubem Fonseca, em *Os prisioneiros*, faz da experimentação técnica da escrita um meio para a expressão de subjetividades sufocadas por um cotidiano violento e

<sup>63</sup> *Cinderela negra*, op. cit., p. 35.

<sup>64</sup> Sobre o “fracasso” editorial de *Casa de alvenaria*, falaremos mais detalhadamente no segundo capítulo do presente trabalho.

<sup>65</sup> É preciso lembrar que o primeiro livro que a escritora leu e que marcou profundamente sua concepção da escrita por toda a vida foi um desses folhetins, *A escrava Isaura*, de Bernardo Guimarães.

patético, que frequentemente as conduz a comportamentos bizarros e crueis em meio à frieza social da cidade de São Paulo. Assim como na Carolina de QD, os dois escritores correspondem ao que Antonio Cândido, em seu ensaio *A nova narrativa* – dando conta de uma tendência própria do período (governo João Goulart) – definiu como “um grande esforço para exprimir as aspirações e reivindicações do povo” (CANDIDO, 2007, 252).

Carolina Maria de Jesus, portanto, apesar das peculiaridades relativas à sua condição de mulher, negra e periférica, incluía-se em um momento de nossas Letras no qual os escritores procuravam revelar, com a maior crueza possível, as contradições de uma sociedade historicamente excludente – em outras palavras, procuravam *dar figuração literária ao antagonismo de classes* no país.

Tal projeto artístico sofrerá uma forçada inflexão a partir do duro revés que o regime democrático sofre com o Golpe Empresarial-Militar de 1964. A história é conhecida: pouco mais de duas semanas após um comício para 150 mil pessoas na Central do Brasil, no Rio de Janeiro, em 13 de março desse fatídico ano, em que o presidente João Goulart prometeu realizar uma série de reformas estruturais no país – as famosas “Reformas de Base” (agrária, tributária, administrativa, bancária, universitária e eleitoral)<sup>66</sup> – o Golpe, que já vinha sendo gestado há muito tempo pela burguesia brasileira, as Forças Armadas e até o governo norte-americano, que não queria uma nova revolução como a cubana na América Latina, é concretizado do dia 31 de março para o dia 1º de abril, com amplo apoio da classe média (temerosa do comunismo) e da imprensa nacional. Segundo José Murilo de Carvalho, tudo se sucedeu nos seguintes termos:

o general Mourão Filho saiu de Juiz de Fora (MG) com suas modestas tropas decidido a depor o presidente, cujo dispositivo militar derreteu-se. Uma greve geral convocada pelos sindicatos fracassou. O Congresso apressou-se em dar posse na Presidência novamente ao presidente da Câmara [como ocorreu no período parlamentarista], o que foi feito na madrugada do dia 2 de abril. No mesmo dia, uma Marcha da Vitória, com um milhão de pessoas, comemorara no Rio de Janeiro a derrubada de Goulart (CARVALHO, 2019, p. 144-145).

Todos esses acontecimentos tiveram consequências drásticas na vida de todos os brasileiros, mas para uma figura pública como Carolina Maria de Jesus, associada ao período populista, que ora chegava ao fim, as coisas ganharam contornos mais sombrios. Apoiadora de

---

<sup>66</sup> Cf. VIZEU, Rodrigo. *Os presidentes* – a história dos que mandaram e desmandaram no Brasil, de Deodoro a Bolsonaro. Rio de Janeiro: HarperCollins Brasil, 2019. p. 162-163.

Jango, a escritora era um potencial alvo para as forças de repressão que chegavam ao poder naquele momento. Em um artigo publicado na edição de número 48 da revista *Quatro cinco um*, em agosto de 2021, Tom Farias fornece detalhes sobre o envolvimento de Carolina com o presidente deposto e os desdobramentos do Golpe de 64 na vida dela:

No dia 27 de março (...) duas semanas depois do famoso comício da Central do Brasil, Carolina publicou uma carta-manifesto apoiando as reformas propostas pelo presidente da República. Escreveu: as “reformas vêm aí como nova abolição”. No documento, redigido de próprio punho, divulgado apenas em jornal da época, Carolina dá total apoio a Jango, lançando duras críticas ao Senado. Deu-lhe parabéns “pelo gesto nobre e humano em proclamar outra abolição, as reformas de base”.<sup>67</sup>

Ainda segundo o biógrafo da escritora, começa aí o ostracismo que a escritora sofrerá na mídia e na cultura brasileiras nos anos seguintes, ao isolar-se no sítio que ela comprara com as vendas da primeira edição de QD: “o apoio de Carolina custaria caro para ela, dado o destino de Jango. Depois dessa data, a escritora ficou confinada no sítio de Parelheiros”<sup>68</sup>.

Expulsa da cena literária, Carolina Maria de Jesus ainda continuará recebendo relativa atenção de alguns veículos de comunicação – mais curiosos pelos desdobramentos de sua vida que por sua literatura – e promoverá angustiados esforços para se manter na mídia ao longo dos anos, mas somente iremos encontrá-la novamente sob os holofotes da grande imprensa como escritora, de fato, com o relançamento, em 1976, de uma outra edição de QD, já sob o signo da Ditadura.

### 2.1.3 Edição de 1976 de *Quarto de despejo*

Em 13 de março de 1967 – um dia antes do aniversário de Carolina Maria de Jesus – sob a presidência de Costa e Silva, foi promulgado o Decreto-lei nº 314, que trazia em seu texto, em um claro momento de inflexão no controle da Ditadura sobre as manifestações contrárias a ela, as seguintes proibições, constantes de seu artigo 33:

Incitar:  
I - à guerra ou à subversão da ordem político-social;

---

<sup>67</sup> Tom Farias, “Língua de fogo”, *Quatro cinco um* – a revista dos livros, nº 48, agosto de 2021, p. 23.

<sup>68</sup> Idem.

- II - à desobediência coletiva às leis;
- III - à animosidade entre as Forças Armadas ou entre estas e as classes sociais ou as instituições civis;
- IV - à luta pela violência entre as classes sociais;
- V - à paralisação de serviços públicos ou atividades essenciais;
- VI - ao ódio ou a discriminação racial: Pena - detenção, de 1 a 3 anos<sup>69</sup>.

Tal decreto deixava claro que a ditadura, instalada no Brasil três anos antes, caminhava agora para um novo momento, de maior fechamento político e recrudescimento da perseguição aos dissidentes de todo tipo – partidos de esquerda, sindicatos, estudantes etc. Conforme explica o historiador Laurence Hallewell, em seu minucioso estudo *O livro no Brasil – sua história* (2005), a nova legislação instituída em março de 67, ao ampliar o conceito de “subversão”, abria uma margem praticamente ilimitada para as ações arbitrárias do governo então vigente, inviabilizando até mesmo as possíveis propostas democráticas de mudança no regime político:

“Subversão da ordem política e social” existia há muito tempo como uma vaga e quase ilimitada abrangência sempre à mão, mas as leis anteriores incluíam a expressão “propaganda de guerra ou de *processos violentos* para subverter a ordem política e social”; agora, tal especificação tinha desaparecido e a mera defesa de mudança, quaisquer que fossem os meios preconizados, seria criminosa, punível com dez anos de prisão e multa equivalente a cinqüenta vezes o salário mínimo. Além disso, de acordo com essa nova lei, o processo correria em tribunais militares e não civis. (HALLEWELL, 2005, p. 584).

Esse novo contexto de repressão não tardou a afetar o mercado editorial brasileiro, já que os livros eram, juntos com os jornais, um dos principais veículos de comunicação de novas ideias na sociedade da época. Dessa forma, é claro que a Ditadura não iria permitir que editores e escritores atuassem livremente, sob o risco de perder o controle sobre as narrativas que se construíam sobre a situação do Brasil e a atuação dos militares na direção do país. Assim sendo, não demorou para que uma outra legislação, dessa vez estabelecendo uma censura específica aos livros, fosse promulgada três anos depois, 26 de janeiro de 1970, entrando em vigor no dia 6 de fevereiro daquele ano. Tratava-se do Decreto-lei nº 1077, que, declaradamente tendo a moralidade pública como foco, na realidade colocava em risco a liberdade de todos os escritores e editores do país. Nas palavras de Hallewell, esse novo decreto atuava:

---

<sup>69</sup>Cf. Decreto-lei, nº 314, de 13 de março de 1967. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-314-13-marco-1967-366980-norma-pe.html>. Acesso: 8/6/2023.

estendendo a censura prévia aos livros, mas apenas àqueles “Sobre temas referentes ao sexo, moralidade pública e bons costumes”. “Bons costumes” é uma expressão sujeita a interpretação muito ampla, que proporcionou base legal para diversas proibições discutíveis. A juventude da República deveria, além disso, ser protegida também por uma exigência: qualquer publicação que contivesse “matéria erótica ou versasse sobre crime, violência, aventura amorosa, horror ou humor picante” só poderia ser distribuída em embalagens resistentes e opacas, com a advertência “proibida a venda a menores de 18 anos de idade”. As editoras que acreditavam que seus livros tratavam de assuntos inteiramente fora das áreas suscetíveis de sanção poderiam publicá-los sem autorização, correndo, porém, o risco de severas penas por qualquer erro de julgamento (HALLEWELL, 2005, p. 585).

Não deixando dúvidas de sua efetividade, essas “brechas legais” que a Ditadura deixava para poder agir mais livremente em sua repressão, não tardaram a mostrar na prática os seus efeitos: as prisões de editores contrários ao regime eram provas claras disso. Caso típico nesse sentido é o de Énio Silveira, dono da editora Civilização Brasileira, famosa por sua linha editorial esquerdista. Mantendo ligações estreitas com o Partido Comunista Brasileiro (PCB), Énio era um nome visado pela Ditadura por ter publicado, na primeira metade dos anos 1960, os célebres “Cadernos do Povo Brasileiro”, cujos títulos, em termos ideológicos, falam por si mesmos: *Por que os ricos não fazem greve?* (1962), *Como Seria o Brasil Socialista?* (1962), *Como Atua o Imperialismo Ianque?*<sup>70</sup> etc. O dono da Civilização Brasileira, que, desde que fora dado o Golpe Empresarial-Militar de 1964, já havia sido preso cinco vezes, teve de enfrentar, em 30 de outubro de 1970, mais uma detenção:

Énio Silveira foi subitamente preso (pela sexta vez) “sob a mira de duas metralhadoras” e mantido incomunicável até 10 de novembro. Não foi dada qualquer justificativa nem para a prisão nem para sua subsequente libertação, mas, no período imediatamente anterior, a polícia política vinha visitando sua livraria e depósitos quase diariamente, confiscando “centenas” de livros. Relatando tais fatos a um redator de *The Times* (de Londres), disse o editor que isso o fazia lembrar-se dos “terríveis tempos da S.S. e da Gestapo”, e que ele estava vivendo “sob constante ameaça, num estado de tensão permanente” (HALLEWELL, 2005, p. 586).

Na realidade, Énio já havia sido preso em maio daquele mesmo ano, pela publicação, cinco anos antes, do livro *Brasil – Guerra Quente na América Latina*, de João Maia Neto, podendo, após protestos de outros editores, aguardar em liberdade o seu julgamento<sup>71</sup>. Sobre esse episódio, é relevante notar que, ainda segundo Hallewell (2005, p. 586): “em junho, as

<sup>70</sup> Cf. Laurence Hallewell, op. cit., p. 542.

<sup>71</sup> Idem, p.586.

acusações contra ele foram aumentadas com a inclusão de *Os Condenados da Terra* (um dos vinte títulos interditados como subversivos pelo ministro da Justiça, Alfredo Buzaid, em 3 de junho). Essa proibição do livro de Frantz Fanon – um poderoso ensaio sobre a luta anticolonial na Argélia, onde o autor servira como psiquiatra – revelava que o regime ditatorial colocava, entre os assuntos vetados por sua censura, *a reflexão sobre a situação do negro no Brasil e no mundo*, pois tal reflexão confrontava a ideologia da “democracia racial” presente nos discursos oficiais sobre a questão da raça no país. É o que explicam os pesquisadores Alex Ratts e Flávia Rios sobre o tema:

Em tempos de ditadura, qualquer denúncia de racismo era recebida como tentativa de criar sentimentos antinacionais. Falar de racismo significava dar vida àquilo que “não existia” na sociedade brasileira. Na visão oficial, não havia grupos raciais, desigualdades entre negros e brancos e discriminação, tampouco preconceito. Para os generais que comandavam a nação, nada disso fazia parte de nossa realidade (RATTS; RIOS, 2010, p. 87).

É nesse contexto de censura de livros, prisão de editores e sufocamento do debate racial que Carolina Maria de Jesus vive o seu ostracismo em seu sítio de Parelheiros. Neste ponto é necessário esclarecer algo que as narrativas biográficas sobre a escritora mineira não estabelecem devidamente: Carolina nunca deixou de frequentar – ainda que de forma intermitente – os veículos de comunicação da imprensa brasileira. Com efeito, o pesquisador que se debruça sobre os arquivos referentes à autora pode impressionar-se ante a quantidade de material jornalístico disponível sobre ela. Mesmo recolhida em seu sítio, Carolina era de tempos em tempos procurada por algum jornalista ou programa de TV para descrever qual era a sua situação naquele momento. Era como se ela fosse – e, de fato, era – uma personagem fascinante demais para ser totalmente esquecida no retiro que escolhera.

Ela, por seu turno, jamais recusava a oportunidade de ver o seu nome e sua imagem circulando novamente em jornais, revistas e programas de televisão, ainda que sem a mesma repercussão que obtivera em suas primeiras aparições, no começo da década de 60. A citação dos títulos de algumas matérias feitas com ela, após a mudança para Parelheiros, são suficientes para ilustrar o tipo de atenção que a vida da escritora despertava na imprensa brasileira: “O refúgio de Carolina” (*Gazeta de Santo Amaro*, 8 de abril de 1966); “Carolina, a miséria revivida” (*Jornal do Brasil*, 6 de julho de 1966); “Carolina: ascensão e queda” (*Diário de São Paulo*, 16 de julho de 1966); “Longe de tudo e de todos Carolina escreve dramas” (*Notícias populares*, 12

de julho de 1967); “Carolina prepara novo livro e envia sugestão ao Presidente” (*O Globo*, 11 de dezembro de 1969); “Carolina de Jesus quer viver entre os indígenas” (*Folha de São Paulo*, 5 de fevereiro de 1970); “Carolina Maria de Jesus prepara um novo livro” (*O Globo*, 24 de outubro de 1972)<sup>72</sup>. Essas aparições de Carolina de Jesus, porém, não viabilizavam uma retomada da carreira literária da escritora, obstruída pelos fracassos editoriais de *Casa de alvenaria* e *Pedaços da fome* e também, como vimos, pelo terrível clima de censura e repressão com que o mercado editorial da época se debatia.

Não obstante todas essas adversidades, a escritora ainda conseguiu custear mais um livro, provavelmente com o dinheiro das vendas da edição de 1963 de QD<sup>73</sup>. Trata-se de *Provérbios*, em que Carolina utiliza uma forma de expressão pela qual sempre demonstrara grande apreço. O livro *Quarto de despejo*, por exemplo, já se encontra repleto de provérbios, esse tipo de sabedoria popular condensada, geralmente com fins didáticos, muito característica da cultura africana (é bom lembrar que o avô de Carolina – com quem ela aprendeu muitos ensinamentos, através da oralidade, em sua formação inicial – era um negro cabinda, proveniente de Angola). Para citar apenas um exemplo, entre vários, desse tipo de linguagem que poderíamos apontar no primeiro livro publicado da escritora: “Eu comi pensando naquele proverbio: quem entra na dança deve dançar. E como eu tambem tenho fome, devo comer”<sup>74</sup>. Uma modulação curiosa dos provérbios da escritora mineira é que eles não se constituem apenas de adágios, ditados e epigramas retirados da tradição erudita ou popular, mas também de reflexões que Carolina oferece a partir de sua própria experiência de vida: “Como é horrível para uma mãe ouvir esta canção. mamãe estou com fome, quero um pedaço de pão”<sup>75</sup>.

Em *Provérbios*, Carolina também registra alguns acontecimentos marcantes do contexto histórico e político tenso em que o livro foi escrito, tanto no âmbito internacional (“Ninguém passa um ano sem ter um aborrecimento e o meu aborrecimento do ano de 1963,

---

<sup>72</sup> É claro que devemos levar em conta que muitas dessas matérias eram propostas pela própria Carolina diretamente aos jornais, como fizera desde o início de sua trajetória como literata em São Paulo.

<sup>73</sup> Há indícios de que a edição de QD de 1963 tenha vendido bem: no jornal *O Globo*, de 14 de dezembro de 1966, Antônio Olinto, comemorando dez anos de sua coluna “Porta de Livraria”, que listava quinzenalmente os maiores *best-sellers* do Brasil, coloca QD como o quinto livro mais vendido do país até aquele ano.

<sup>74</sup> Carolina Maria de Jesus, op. cit., p. 46-47.

<sup>75</sup> JESUS, Carolina Maria de. *Provérbios*. São Paulo: Gráfica Luzes, 196[4?]. p. 50.

foi a morte de Kennedy”<sup>76</sup>) quanto no âmbito nacional (“João Goulart foi deposto/ Juscelino Kubitschek perdeu o seu mandato político”<sup>77</sup>) – este último trecho, aliás, é o que fundamenta a nossa conjectura de que - ao contrário do que se estabeleceu na cronologia oficial das publicações da escritora, que apontam 1963 como o ano de lançamento de *Provérbios* – ele tenha sido publicado, na verdade, no ano seguinte, uma vez que faz referência à deposição de João Goulart, em 2 de abril de 64 – após o Golpe Empresarial-Militar – e à cassação, pelos militares, do mandato e dos direitos políticos do ex-presidente do Brasil e então senador pelo PSD, Juscelino Kubitschek, que só ocorreu em 8 de junho do mesmo ano<sup>78</sup>. Sem dispor sequer da estrutura de uma editora – *Provérbios* foi publicado pela obscura Gráfica Luzes, do jornal *Última Hora* – este livro de Carolina irá somar-se aos outros fracassos de venda e de crítica da escritora, passando praticamente despercebido após seu lançamento.

Outros fatores de ordem política também interferiam na dificuldade da escritora em dar seguimento à sua carreira literária. A editora que lançara seus primeiros livros, Francisco Alves, colaborara na preparação do Golpe de 64, juntamente com outras importantes casas editoriais da época, através de apoio financeiro ao Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (Ipes), organização mantida financeiramente por entidades privadas. Tal instituto tinha a finalidade de disseminar propaganda anticomunista através de publicações e campanhas em veículos de comunicação da época – o que explicaria grande parte do apoio da classe média à derrubada de João Goulart pelos militares. Sobre a participação dessas editoras na elaboração do Golpe de 64 e a atuação do Ipes, afirma Laurence Hallewell n’*O livro no Brasil*:

Entre as editoras, ofereceram apoio financeiro a Agir, Paulo de Azevedo (Francisco Alves), Globo, Kosmos, LTB, Monterrey, Nacional, José Olympio e Vecchi. A Agir, “O Cruzeiro” e a AGGS deram assessoria técnica ao Ipes; a Saraiva cuidou de

<sup>76</sup> *Provérbios*, p. 44. Referência ao assassinato do presidente norte-americano John Fitzgerald Kennedy, em 22 de novembro de 1963.

<sup>77</sup> *Ibidem*, p. 59.

<sup>78</sup> Estas observações sobre a possível data de publicação de *Provérbios* foram anteriormente trazidas em nosso artigo *A luta de classes na obra de Carolina Maria de Jesus*, publicado em duas diferentes versões: a primeira, no site do Partido da Causa Operária (PCO), em 13/12/2021. Disponível em: <https://causaoperaria.org.br/2021/a-luta-de-classes-na-obra-de-carolina-maria-de-jesus-parte-2/>. Acesso: 13/7/2023. Já a segunda versão desse ensaio consta no E-book **Carolina Maria de Jesus** – cartografia crítica, pelas Edições Carolina, projeto da Universidade de Brasília (UnB). Ver: FARIA, Marina; MACHADO, Maria Clara (org.). **Carolina Maria de Jesus** – cartografia crítica. Brasília: Edições Carolina, 2023. E-book (105 páginas). ISBN: 9786500644302. Disponível em: <https://www.gelbc.com/carolinamariadejesuscartografia>. Acesso: 14/7/2023. Foi a primeira vez que um pesquisador mostrou, de forma pública e irrefutável, que *Provérbios* não poderia ter sido publicado no ano de 1963.

publicações e forneceu espaço de publicidade na TV; a GRD foi importante entre as fontes de livros distribuídos pelo Instituto, como *Cuba – Nação Independente ou Satélite?*, de Michel Aubry, *A China Comunista em Perspectiva*, de Doak Barnett, *A Agricultura sob o Comunismo*, de George Benson, e *Anatomia do Comunismo*, de Margaret Dovar et al. O próprio dono da GRD, Gumercindo Rocha Dória, era presidente da Confederação de Centros Culturais da Juventude. O grupo que dirigia as atividades editoriais do Ipes, de que faziam parte Rachel de Queiroz e Augusto Frederico Schmidt, instalou no Rio o Centro de Biblioteconomia, com vistas a publicar livros infantis e distribuir livros recebidos através do projeto norte-americano Franklin Book Programs (Hallewell, 2005, p. 552).

Desempenhando esse tipo de papel na ruptura institucional que conduziu os militares ao poder – e isto é apenas uma hipótese – não é surpreendente que a Francisco Alves não tenha tido interesse, após o Golpe, em publicar uma nova edição de QD, obra que, apesar de continuar vendendo bem, colocava a situação dos pobres e da luta de classes no Brasil em primeiro plano. A primeira casa editora de Carolina só voltará a fazer outra edição de QD após a abertura política e a morte da escritora, nos estertores da Ditadura, em 1983<sup>79</sup>.

Ainda que não consiga publicar, Carolina Maria de Jesus, contudo, não para de escrever. Reveladora, nesse sentido, é uma reportagem publicada em 21 de abril de 1973 na revista *Manchete*. No *lead* dessa matéria, uma frase dita por Carolina à entrevistadora, a jornalista Neide Ricosti: “Catei lixo, catei tudo, menos a felicidade”. Na reportagem de Ricosti, eivada de preconceitos (a jornalista chega a se referir à formação de Carolina como “quase primitiva”), a escritora é retratada como uma figura arruinada e desiludida<sup>80</sup>. Entre uma e outra afirmação melancólica sobre o passado, Carolina explica no que consiste a sua vida no sítio: “Quando eu percebi que morando dentro da cidade eu ia sofrer muito mais, vim para o campo. Como verdura, mato um frango e faço uma sopa. Fome a gente não passa”<sup>81</sup>. Um pouco antes, na mesma reportagem, a entrevistadora de Carolina tece o seguinte comentário sobre a escritora: “Carolina Maria de Jesus, a ex-favelada, só não perdeu o encanto de escrever. Traz na mão um bloco de papéis manuscritos e pede que eu leia, antes de perguntar: “Será que isso dá um livro?”<sup>82</sup>. É fácil depreender que, com seu gesto, Carolina tentava viabilizar os escritos que

<sup>79</sup> Considerando-se também, obviamente, os atritos públicos da Francisco Alves com a escritora, anteriormente mencionados, desde a publicação da edição original de QD.

<sup>80</sup> Aqui revela-se uma das imagens dominantes de Carolina de Jesus no período sombrio e autoritário da Ditadura: não mais a “escritora favelada”, mas a “vítima” das circunstâncias. Voltaremos a esse ponto em momento posterior.

<sup>81</sup> Neide Ricosti, “Carolina Maria de Jesus – catei lixo, catei tudo, menos a felicidade”, *Revista Manchete* nº 1096, 21 de abril de 1973, p. 36.

<sup>82</sup> Idem.

vinha produzindo em sua reclusão, muito provavelmente *Diário de Bitita*<sup>83</sup>, o segundo livro mais célebre da escritora, que só viria a ser publicado postumamente, em 1982, na França.

O ano em que a escritora concedeu essa entrevista, 1973, será também aquele em que o Brasil sofrerá o impacto de um acontecimento, em âmbito internacional, decisivo para os rumos do país – a chamada *crise do petróleo*. Como a história registra, a Ditadura aqui instalada conjugou o fechamento político e a repressão com uma reestruturação do Estado que permitiu um grande crescimento econômico<sup>84</sup>. Desde a instalação do Ato Institucional nº 5 – que fecha o Congresso e as Assembleias Estaduais, intervém nos municípios, cassa direitos políticos e suspende o *habeas corpus*<sup>85</sup> – em dezembro de 1968 e durante o governo de Emílio Garrastazu Médici (1969-1974), período mais tenebroso do regime militar, o país viveu o que ficou conhecido como “milagre econômico”, como explica o economista Pedro Malan:

O ano de 1970 encontrou o Brasil já no terceiro ano do que viria a ser o mais forte ciclo de expansão de sua economia no século XX. Em seis anos, de 1968 a 1973, cresceu a uma taxa média anual de mais de 10% em termos reais. O crescimento da indústria superou 13% ao ano e, em 1968 e 1973, alcançou 15%. A inflação declinou de cerca de 25% em 1968 para cerca de 15% em 1973 (MALAN, 2019, p. 170).

Enquanto a esquerda revolucionária armada era trucidada na cidade e no campo<sup>86</sup>, a classe média, em grande medida mantida pelo Estado<sup>87</sup>, passava a dispor de mais recursos para comprar eletrodomésticos, carros e casa própria. Todo esse período de aquecimento econômico é abalado pelo aumento do preço do barril de petróleo em dezembro de 1973, estabelecida no final do ano pela Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep), o que afetava de

<sup>83</sup> Essa hipótese é reforçada por uma matéria do jornal *O Globo*, do ano anterior, em que Carolina afirma que estava preparando um novo livro, “Um Brasil para os brasileiros”, título originalmente pensado pela escritora para *Diário de Bitita*, cuja trajetória de publicação narraremos mais adiante. Cf. “Carolina Maria de Jesus prepara um novo livro”, *O Globo*, edição de 24 de outubro de 1972.

<sup>84</sup> Possibilitado, entre outras medidas, pelo rebaixamento do salário-mínimo e pelo aumento da dívida externa, por exemplo.

<sup>85</sup> Cf. Joaquim Falcão, “A pirâmide de duas cabeças”, em Edmar Bacha *et al.*, *130 anos – em busca da República*, Rio de Janeiro, Intrínseca, 2019, p. 151.

<sup>86</sup> Carlos Marighella, líder da Aliança Libertadora Nacional (ALN), é assassinado pela polícia em 4 de novembro de 1969; Carlos Lamarca, da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) e do Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8), é morto em 17 de setembro de 1971; a Guerrilha do Araguaia, iniciada em 1967 pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB) começa a ser travada em 1972. Ver: SALES, Jean Rodrigues (org.). *Guerrilha e revolução – a luta armada contra a ditadura militar no Brasil*. Rio de Janeiro: Lamparina, FAPERJ, 2015. p. 70-71; 105 e 238.

<sup>87</sup> Através da farta oferta de empregos em estatais e demais empreendimentos públicos, que recrutavam o pessoal necessário (engenheiros, arquitetos, advogados, médicos etc.) sobretudo entre os membros da classe média.

forma decisiva o Brasil, grande importador do produto. Pedro Malan descreve essa elevação dos preços do petróleo e seus efeitos sobre a economia brasileira nos seguintes termos:

Esses preços haviam permanecido relativamente estáveis nos anos 1950-1960, subido ligeiramente com o *boom* da economia global no início dos anos 1970; e encontravam-se em torno de US\$ 3 por barril no início de 1973. Como eram denominados em dólar, a desvalorização dessa moeda representava perdas para os exportadores do petróleo. A guerra do Yom Kippur, em fins de 1973, e a decisão de elevar os preços via controle da oferta levaram o barril do petróleo a US\$ 12 no final do ano. O Brasil importava mais de 80% do consumo doméstico do petróleo – de cerca de 10% da pauta total de importações, o produto passou a representar, abruptamente, mais de 25% (MALAN, 2019, p. 171).

Além do aumento astronômico de nossa dívida externa, a crise do petróleo atingiu de forma especial a indústria e o mercado livreiro no Brasil, pois – além de aumentar os custos de energia, combustível e transporte – ocorreu simultaneamente à subida dos preços internacionais do papel que, entre junho de 73 e fevereiro de 74, tiveram um aumento de 125%<sup>88</sup>. Em consequência de tais acontecimentos, os preços dos livros dispararam, como comprova a comparação entre quanto o leitor brasileiro precisava desembolsar para adquirir certos títulos antes e depois dessas crises:

*Dona Flor e Seus Dois Maridos*, de Jorge Amado, subiu de Cr\$20,22, na décima primeira edição, em janeiro de 1971, para Cr\$45,00 na vigésima primeira, em janeiro de 1973. Podemos mencionar também a terceira edição da tradução de *Ulisses*, por Antônio Houaiss, lançada pela Civilização Brasileira, em 1975, a Cr\$100,00: dez vezes o preço da edição de 1966, apesar do formato menor adotado devido à crise do papel (HALLEWELL, 2005, p. 589).

Além das crises do petróleo e do papel, o mercado editorial brasileiro da época também precisava conviver com casos frequentes de proibições de obras e apreensões de livros já publicados. Entre os títulos proibidos na segunda metade da década de 70 pelo Departamento Federal de Censura podem ser citados: *Feliz Ano-Novo*, de Rubem Fonseca, lançado em 1975 e censurado no ano seguinte; *Zero: Romance Pré-histórico*, de Ignácio de Loyola Brandão, que saiu primeiro na Itália, em 1974 e, após ser publicado no Brasil no ano seguinte, também foi proibido em 1976; e, o romance *Em Câmara Lenta*, de Renato Tapajós, que não apenas teve todos os exemplares confiscados pelo governo como levou o seu autor a um mês de prisão, em

---

<sup>88</sup> Laurence Hallewell, op. cit., p. 589.

1977<sup>89</sup>.

A piora na situação econômica do país, contudo, obrigou a Ditadura a propor mudanças em seu regime. A insatisfação social provocada pela restrição no crédito e pela elevação geral dos preços, por exemplo, traduziram-se em uma derrota do governo nas eleições parlamentares realizadas no final de 1974: enquanto a Arena, partido oficial da Ditadura, elegeu apenas seis senadores, o MDB – partido da chamada “oposição consentida” – conseguiu conquistar 16 cadeiras no Senado; já na Câmara dos Deputados, este mesmo partido passou de noventa deputados federais eleitos no pleito anterior para 160 no pleito em questão<sup>90</sup>. Ernesto Geisel, general que assumiu o Executivo do país nessa mesma eleição, ciente das mudanças no cenário político nacional<sup>91</sup>, viu-se forçado a iniciar a “abertura política” do regime, através do que ele chamou de “lenta, gradativa e segura distensão”, em discurso realizado cinco meses após sua posse<sup>92</sup>.

Não era uma promessa fácil de ser cumprida, já que, em outubro de 1975, o jornalista Vladimir Herzog, diretor de jornalismo da TV Cultura de São Paulo, foi intimidado a comparecer no Destacamento de Operações de Informação – Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-Codi) – órgão de informação e repressão mantido pela Ditadura – daquele estado para prestar esclarecimentos sobre supostas ligações com o PCB, sendo torturado e morto no local<sup>93</sup>. Diante da divulgação pela polícia de uma foto com uma cena forjada, em que Herzog aparecia em uma posição improvável para quem cometeu suicídio, a opinião pública revoltou-se.

Uma das reações mais contundentes contra o episódio foi a do presidente do Sindicato dos Jornalistas do Estado de São Paulo, que convocou a categoria para o enterro do colega assassinado e, dias depois, ajudou a organizar um ato ecumênico na Catedral da Sé em memória de Herzog, evento que reuniu milhares de pessoas e configurou um desafio direto à arbitrariedade do regime militar – esse presidente era Audálio Dantas<sup>94</sup>. O descobridor dos

---

<sup>89</sup> Cf. Laurence Hallewell, op. cit., p. 591-592.

<sup>90</sup> Cf. Rodrigo Vizeu, op. cit., p. 205.

<sup>91</sup> E também no cenário político internacional, já que a chamada “Revolução dos Cravos” libertara Portugal da ditadura salazarista, que o país europeu vivia desde 1932, em 25 de abril de 1974.

<sup>92</sup> Cf. Carlos Fico, “O ‘milagre’ e a repressão”. Em: *130 anos – em busca da República*, op. cit., p. 163.

<sup>93</sup> Rodrigo Vizeu, op. cit., p. 207.

<sup>94</sup> Cf. Ricardo Balthazar, “Audálio revelou Carolina de Jesus e enfrentou ditadura após morte de Herzog”, *Folha de São Paulo*, 20 de julho de 2021. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/folha-100->

diários de Carolina, com quem não falava desde 1965, após o rompimento definitivo, atuava como sindicalista desde pelo menos 1967, quando passou a integrar a Comissão de Liberdade de Imprensa do sindicato que agora presidia.

Longe de toda essa movimentação, Carolina Maria de Jesus recebeu, nesse mesmo ano, 1975, a visita inesperada de duas mulheres que, finalmente, iriam viabilizar a publicação de mais uma obra da escritora. Eram elas as jornalistas Clélia Pisa, brasileira, e Maryvonne Lapouge, francesa, que realizavam àquela época uma série de entrevistas visando a publicar um livro sobre escritoras brasileiras na França<sup>95</sup>. Carolina aproveitou a ocasião para entregar às jornalistas dois cadernos manuscritos, cujo conteúdo é assim descrito pela pesquisadora Raffaella Fernandez em seu livro *A poética de resíduos de Carolina Maria de Jesus* (2019, p. 85), em que são analisados os manuscritos da escritora mineira: “um contendo um ‘Prólogo’ e diversos poemas, intitulado ‘Um Brasil’, que cede nome a esse caderno (...) o outro com mais alguns poemas, narrativas autobiográficas e textos ficcionais, nomeado pela titular ‘Um Brasil para os brasileiros’”<sup>96</sup>. De volta à França, as jornalistas publicam esses escritos, em 1982, sob o título de *Journal de Bitita* (“Diário de Bitita”), provavelmente para aludir à obra mais famosa da escritora brasileira. Assim Raffaella Fernandez refere-se a essa obra, comparando-a com a versão brasileira dela, que será lançada aqui, pela editora Ática, quatro anos depois<sup>97</sup>:

é resultado de uma tradução de Régine Valbert a partir de tais textos, contidos nesse segundo caderno [“Um Brasil para os brasileiros”], porém apresenta acréscimos e correções, uns sugeridos pela editora francesa Métailié, outros pela releitura e pelo restabelecimento do texto empreendido por Clélia Pisa, jornalista brasileira residente na França. As notas que servem de suporte aos textos mudam radicalmente de uma versão estrangeira para outra, o que denota um direcionamento dos discursos para cada público-alvo. No caso do francês, principalmente, essas notas enfatizam a “História do Brasil” para o leitor europeu pouco afeito à realidade dos brasileiros, assim como os cortes na versão publicada (...) sobretudo referentes aos negros descendentes de ex-escravizados que ainda viviam num processo desumanizador de segmentação social resultante do preconceito racial (FERNANDEZ, 2019, p. 86).

É ainda no ano de 1975 que, na Alemanha Oriental, é produzido o filme *O despertar*

---

[anos/2021/07/audalio-revelou-carolina-de-jesus-e-enfrentou-ditadura-apos-morte-de-herzog.shtml?utm\\_source=sharenativo&utm\\_medium=social&utm\\_campaign=sharenativo](https://www.youtube.com/watch?v=anos/2021/07/audalio-revelou-carolina-de-jesus-e-enfrentou-ditadura-apos-morte-de-herzog.shtml?utm_source=sharenativo&utm_medium=social&utm_campaign=sharenativo). Acesso: 11/6/2022.

<sup>95</sup> Este livro realmente foi publicado, em 1977: *Brasileiras – Voix, écrits du Brésil (Editions des Femmes)*. Trazia entrevistas com 26 mulheres brasileiras, entre elas, Clarice Lispector.

<sup>96</sup> Era, provavelmente, o mesmo material que Carolina tentara entregar à jornalista Neide Ricosti, da Revista Manchete, em 1973, como já conjecturamos (ver nota 62).

<sup>97</sup> Analisaremos essa edição no capítulo seguinte.

*de um sonho*, baseado em QD<sup>98</sup>. Dirigido por Gerson Tavares – que gravara, em 1972, algumas cenas com Carolina, usando como cenários uma favela chamada “Ordem e Progresso” e o próprio sítio da escritora – esse documentário chegou a ser exibido na televisão alemã<sup>99</sup>, mas foi censurado e proibido pela Ditadura de ser exibido no Brasil<sup>100</sup>, o que demonstra cabalmente como a figura de Carolina de Jesus era malquista pelo regime militar brasileiro, que atuou deliberadamente no sentido de promover o apagamento da imagem da escritora na memória nacional. Segundo Levine e Meihy (1994, p. 31): “Este documentário foi editado na Europa sob protestos tácitos do embaixador brasileiro. Foi-lhe então oferecida uma cópia, que não foi aceita e recebeu a seguinte contestação: ‘*O que eu vou fazer com um filme enlatado?*’”.

Não obstante essa política de proscrição de Carolina de Jesus da cultura brasileira, sua figura continuava despertando interesse por alguns setores ligados à literatura no Brasil. Nesse sentido, 1976 será muito importante na vida dela. O primeiro acontecimento importante desse ano na vida da escritora será uma visita dos jornalistas Hamilton Trevisan e Astolfo Araújo, que a entrevistam para a edição de número 11 da revista literária *Escrita*. Sob o título “Vai silenciar a voz dos favelados?”, a matéria traz uma longa entrevista com Carolina, em que ela afirma, entre outras coisas, que havia desistido da literatura: “Não quero mais escrever. Perdi o ideal, perdi o deslumbramento”. Tal matéria torna-se histórica na biografia da autora, contudo, porque nela aparece, pela primeira vez, o célebre texto de Carolina sobre o seu avô José Benedicto, “O Sócrates Africano”<sup>101</sup>.

A segunda metade da década de 1970 mostraria que o esgotamento histórico e social do regime militar era um processo que a cada dia tornava-se mais evidente. Se a Ditadura tinha conseguido eliminar a resistência armada, naquele momento a sociedade civil organizada

---

<sup>98</sup> Desde 1962, a Alemanha – no caso, a Ocidental – contava com uma tradução de QD. Ver Elzira Divina Perpétua, op. cit., p. 89.

<sup>99</sup> Na realidade, essas informações, trazidas por Levine e Meihy, contrastam com outra versão sobre a origem desse documentário, presente em um vídeo disponibilizado pelo site do Instituto Moreira Salles (IMS): *O despertar de um sonho* teria como diretora, na verdade, a alemã Christa Gottmann-Elter e as cenas que compõem essa produção audiovisual teriam sido gravadas na favela do Vergueiro. No mesmo site, o IMS também disponibiliza um vídeo em que o fotógrafo e o roteirista e o produtor desse filme sobre Carolina – Ricardo Stein e Otto Engel, respectivamente – informam que ele foi exibido em um canal de televisão de Munique; portanto, na, então, Alemanha Ocidental. Ver: Instituto Moreira Salles. **blogdoims.com.br**, 2014. “Carolina Maria de Jesus e a favela”. Disponível em: <https://blogdoims.com.br/carolina-maria-de-jesus-e-a-favela/>. Acesso em: 17/8/2023.

<sup>100</sup> Cf. *Cinderela negra*, op. cit., p.31.

<sup>101</sup> Cf. Astolfo Araújo e Hamilton Trevisan, “Vai silenciar a voz dos favelados?”, *Escrita* – revista mensal de literatura, ano I, nº 11. p. 3-6.

pressionava por uma saída democrática para o país, como fica claro pelo número de movimentos reivindicativos que começaram a se multiplicar em todo o território nacional, configurando um novo cenário político, que extrapolava a atuação parlamentar do MDB, único partido de oposição permitido pelos militares. Assim Carlos Fico descreve esse momento no Brasil:

associações profissionais, religiosas, científicas e outras tentariam acelerar a lenta abertura proposta por Geisel. Na esteira dessas iniciativas, algumas manifestações sociais mais amplas surgiram, como a Campanha da Anistia, a partir de 1975, liderada por mulheres e mães de exilados, presos políticos e desaparecidos (FICO, 2019, p 164).

Em relação ao mercado editorial, um exemplo notório de todos esses anseios políticos foi o sucesso do livro *A Ilha: Um Repórter Brasileiro no País de Fidel Castro*, de Fernando Morais, lançado pela editora Alfa-Ômega em agosto de 1976. De tendência esquerdistas, essa obra tornou-se rapidamente uma das mais vendidas do país, chegando à décima-sexta edição e contabilizando mais de cento e quarenta mil exemplares vendidos apenas quatro anos depois<sup>102</sup>.

É provável que o êxito de uma obra como *A Ilha*<sup>103</sup> tenha estimulado os editores brasileiros a resgatarem outro sucesso editorial que tocava em temas sensíveis ao regime militar, pois em dezembro daquele mesmo ano é anunciado nos jornais o relançamento de QD, dessa vez pela Edibolso, subsidiária da editora Abril<sup>104</sup>. Segundo Bom Meihy, a Francisco Alves havia vendido os direitos do primeiro livro de Carolina de Jesus porque “havia falido naqueles tempos difíceis”<sup>105</sup>; mas essa informação talvez não proceda, já que, apenas quatro anos antes, a coluna “A semana e os livros”, do jornal *O Globo*, trazia a notícia de que a centenária editora havia inaugurado na capital paulista uma nova sede regional, que contava com “quatro andares de livros, sendo que um andar inteiramente destinado a livros técnicos e de arte, e mais uma sala de leitura”<sup>106</sup>. Um investimento de tamanha envergadura não condiz, portanto, com uma empresa que enfrentaria uma falência dali a pouco tempo<sup>107</sup>.

<sup>102</sup> Cf. Laurence Hallewell, op. cit., p. 590.

<sup>103</sup> Junto, é claro, aos novos ventos políticos.

<sup>104</sup> A Edibolso era, na verdade, um projeto editorial que envolvia um conglomerado de empresas do ramo editorial (além das brasileiras Editora Abril, Difel e Record, participaram também de sua fundação a norte-americana Bantam Books e a alemã Bertelsmann). Ver: Hallewell, op. cit., p. 675.

<sup>105</sup> *Cinderela negra*, op. cit., p. 41.

<sup>106</sup> Edgard Duarte e Celly de Ornellas Rezende, “A semana e os livros”, *O Globo*, 15 de dezembro de 1972.

<sup>107</sup> Embora não possamos descartar a hipótese, é claro, de que as crises do petróleo e do papel tenham tido um efeito deletério sobre as finanças da Francisco Alves.

Em todo caso, QD foi lançado no dia 29 de setembro de 1976, em formato de bolso, e recebeu uma campanha promocional que envolvia o lançamento em diferentes pontos da cidade de São Paulo e do Rio de Janeiro, geralmente em bancas de jornal<sup>108</sup>, como notícia matéria da *Folha de São Paulo* de 1º de dezembro daquele ano:

segunda-feira (anteontem) [29 de novembro] das dez às doze horas, na banca que fica em frente ao Shopping Center Iguatemi e das três às cinco da tarde, na banca que fica em frente à Light; terça-feira (ontem) [30 de novembro] das dez às doze horas, numa das bancas do Largo do Café e das cinco da tarde às sete da noite, no Anhangabaú, na banca que fica em frente à Caixa Econômica Federal; quarta-feira (hoje) [1º de dezembro], das onze à uma da tarde, na banca que fica na esquina da avenida São João com a rua Líbero Badaró e das quatro às seis da tarde, no Viaduto Maria Paula, na banca que fica em frente ao “Diário Popular”, quinta-feira [2 de dezembro], das onze à uma hora da tarde, na banca da avenida Paulista com Augusta e das três às seis da tarde, no Viaduto do Chá, na banca que fica em frente ao antigo Edifício Matarazzo; na sexta-feira [3 de dezembro], do meio-dia às duas da tarde, numa das bancas do Largo São Francisco e das três às cinco horas da tarde, na banca do Barroco, que fica na Praça da República; no sábado pela manhã [4 de dezembro], em horário ainda não definido, na loja Mesbla da 24 de Maio e, à tarde, na Mesbla do Shopping Center Iguatemi<sup>109</sup>.

No Rio de Janeiro, para onde Carolina deslocou-se na semana seguinte, o *Jornal do Brasil* de 11 de dezembro de 1976 também menciona os locais em que a autora esteve para autografar a nova edição de seu livro de maior sucesso:

[Carolina] autografou, pela manhã, na Avenida Presidente Wilson e à tarde na Avenida Nossa Senhora de Copacabana. Ontem à tarde esteve na banca da esquina da Avenida Almirante Barroso e Rua México, sentada num banco de madeira em frente a uma pequena mesa, onde autografava: ‘Com todo carinho de Carolina Maria de Jesus’ ou ‘Deus lhe guie’<sup>110</sup>.

Ainda de acordo com a mesma matéria, Carolina afirma que “os jovens têm comprado mais o livro”<sup>111</sup>, declaração importante, pois mostra que o interesse pela escritora vinha de um público que não tinha vivido os anos de maior sucesso e exposição dela na mídia e, portanto, indicava uma renovação de seus leitores. Por fim, o texto do jornal também traz as seguintes

---

<sup>108</sup> Estratégia que se deve, provavelmente, ao fato da Editora Abril, dona da Edibolso, ser conhecida por dominar o mercado de revistas, vendidas também em bancas, no Brasil. Cf. Laurence Hallewell, op. cit., p. 677.

<sup>109</sup> Regina Penteado, “Carolina: vítima ou louca?”, *Folha de S. Paulo*, 1º de dezembro de 1976, p. 31. Voltaremos a essa matéria em breve.

<sup>110</sup> “Carolina Maria de Jesus autografa edição de bolso de seu ‘Quarto de despejo’”, *Jornal do Brasil*, edição de 11 de dezembro de 1976, p. 24.

<sup>111</sup> Idem.

informações:

Carolina autografou ontem [10 de dezembro] cerca de 100 livros, segundo o coordenador de promoções da Editora Edibolso, Sr. Mário Kawaf. Os dois voltam hoje para São Paulo e domingo estarão na feira de artesanato na Praça da República autografando, ‘a pedido dos expositores da feira’<sup>112</sup>.

Se acreditarmos nas afirmações expostas pelo jornal, é fácil deduzir que Carolina e QD, experimentavam uma nova notoriedade na vida cultural brasileira, o que se confirma através do vultoso número de livros vendidos em um único dia de autógrafos em um Estado a que não pertencia a escritora, o Rio de Janeiro, e das solicitações para a presença dela em eventos que não eram organizados pela Edibolso. Muitas dessas sessões de autógrafos foram fotografadas e até mesmo transmitidas pela televisão<sup>113</sup>.

A Edibolso aparentemente já previa tamanha repercussão, pois a reedição de QD que ela produziu contava com uma tiragem de dez mil (10.000) exemplares<sup>114</sup>, mesmo número da edição original lançada pela Francisco Alves. Levine e Meihy, equivocadamente referindo-se ao livro da Edibolso como “quarta edição”<sup>115</sup>, afirmam que ela “esgotou”<sup>116</sup>. No entanto, não foi apenas isso que aconteceu: ela teve uma segunda edição – com capa, contracapa e *blurb*<sup>117</sup> diferentes – e ainda uma terceira, que manteve todo o suporte editorial da segunda. Tudo indicava que Carolina Maria de Jesus desfrutaria um novo período de fama e admiração como o que tivera no passado. No final daquele ano, inclusive, o jornal “Gazeta de Santo Amaro”, de São Paulo, estampou a notícia: “Americanos querem filmar ‘Quarto de despejo’”, dando conta de uma carta que a escritora recebera dos Estados Unidos demonstrando interesse em transformar o famoso diário de Carolina em um filme<sup>118</sup>. Segundo Levine e Meihy, toda a

<sup>112</sup> Ibidem. Grifos nossos.

<sup>113</sup> *Cinderela negra*, op. cit., p 41.

<sup>114</sup> Cf. Zé Paulo Borges, “Carolina de Jesus: a catadora de papel que venceu a vida”, *Última Hora*, edição de 29 de novembro de 1976.

<sup>115</sup> Cf. *Cinderela negra*, op. cit., p. 43. Na realidade, como veremos adiante, ela sequer é contabilizada como uma sequência das edições anteriores de QD pela Francisco Alves, quando a primeira retoma o título para si, em 1983. Contudo, considerando a edição original e a de 1963 – e ignorando as reimpressões do livro – ela deveria ser vista como a “terceira” edição de QD.

<sup>116</sup> Idem.

<sup>117</sup> Ver Gérard Genette, op. cit., p. 29: “citações da imprensa, ou outras apreciações elogiosas, sobre obras anteriores do mesmo autor, ou mesmo dessa, em caso de reedição, ou se o editor conseguiu obtê-las antes da publicação: é esta uma prática que o costume anglo-americano designa com o sugestivo termo *blurb* (ou, mais ao pé da letra, *promotional statement*), equivalente ao nosso *blá-blá-blá* ou *conversa de vendedor*”.

<sup>118</sup> “Americanos querem filmar ‘Quarto de despejo’”, *Gazeta de Santo Amaro*, edição de 13 de novembro de 1976, p. 9-10.

negociação passava pelos editores da Edibolso, detentores dos direitos de QD:

o editor da série da Edibolso admitia à imprensa que um representante da editora norte-americana, E. P. Dutton, havia contatado Carolina a fim de dizer que a Scarpelli Film Company havia oferecido um adiantamento de US\$ 15.000 pelos direitos do livro para um filme. A Edibolso enviou uma contraoferta solicitando um pagamento maior. Carolina, claro, não chegou a receber nada por isto, e as negociações pararam por aí. (LEVINE; MEIHY, 1994, p. 44).

Como é possível constatar, o nome de Carolina Maria de Jesus continuava ganhando projeção internacional – o que, como veremos no próximo capítulo, nunca havia deixado de acontecer através dos anos, sobretudo nos Estados Unidos – agora acompanhada, como já dissemos, de um novo momento de reconhecimento em seu próprio país, alcançado pela reedição de QD pela Edibolso. Em consequência dessa visibilidade novamente adquirida, Carolina foi procurada, no começo de dezembro do ano em foco, pelo jornal *Folha de São Paulo*, na figura de sua repórter Regina Penteado. O título escolhido para a reportagem que daí resultaria é bastante revelador das duas imagens que conformavam a figura da escritora naquele período de exceção, pelo menos pela imprensa burguesa – *Carolina: vítima ou louca?*<sup>119</sup>. Chegando de surpresa no sítio da escritora, a repórter procura inicialmente contextualizar para os leitores desavisados quem era a personagem ali retratada:

há exatos 16 anos atrás, Carolina não só foi manchete de todos os jornais e revistas brasileiros como também de várias publicações estrangeiras. Servem como exemplo a página inteira que a revista “Life” lhe dedicou e algumas da francesa “Paris Match”. Há 16 anos atrás, Carolina convivia com intelectuais. Convidada a representar o Brasil em um certame cultural realizado no Chile, apertou a mão do presidente da República.<sup>120</sup>

Nessa apresentação preliminar, Penteado destaca um episódio ocorrido na viagem que Carolina realizara para a Argentina no ano de 1961, evidentemente demonstrando o tipo de tratamento depreciativo que a escritora receberia naquela matéria, associando-a à condição de “desvario”: “Os argentinos conferiram-lhe a jocosa Ordem do Parafuso, com a explicação:

---

<sup>119</sup> Regina Penteado, op. cit.

<sup>120</sup> Idem.

‘Falta um parafuso a menos em quem alcança a fama’’<sup>121</sup>. Detendo-se, nos parágrafos seguintes, em descrever as condições de vida modestas de Carolina naquele momento, informar sobre a possível adaptação de QD para o cinema por uma produtora norte-americana, destacar o relançamento desse livro pela Edibolso e relembrar o sucesso que ele fizera no passado, inclusive citando trechos da obra, a reportagem de Regina Penteado é importante também por capturar a visão que a escritora, então com 62 anos, tinha sobre o tratamento que recebera de seus editores da Francisco Alves e de Audálio Dantas:

“O Audálio foi muito bom, muito correto comigo, eu sempre acreditei nele”, diz hoje Carolina, esquecida que há dez anos atrás, ao ser encontrada novamente catando papel nas ruas de São Paulo por um repórter (“está claro que aquela reportagem foi forjada”, afirma Audálio. João, o filho de Carolina que sustenta a casa (...) também mostrou ser da mesma opinião. Carolina, porém, desmentiu-o. Hoje, recusa-se a falar sobre o assunto com a significativa frase “a gente não fala das misérias que sofre, cala a boca”<sup>122</sup> trazia – segundo o repórter – uma bolsinha de pano que carregava no ombro. Nela, estava um caderno onde não deixava ninguém mexer e justificava: “Este caderno é o meu desabafo. Tenho aqui poesias terríveis onde procuro me vingar do Audálio Dantas e de todos os editores nacionais e internacionais. Aqui neste caderno estão todas as minhas mágoas”.<sup>123</sup>

A matéria também procura trazer o ponto de vista do próprio Audálio sobre Carolina de Jesus e suas recentes declarações sobre ele. Revelando uma certa mágoa da escritora, o primeiro editor de QD busca entender as palavras de sua antiga protegida a partir da personalidade instável dela, resultado dos sofrimentos provocados pela penúria:

Audálio diz que não se perturba com as súbitas mudanças de opinião de Carolina. usando muito cuidado para escolher as palavras, ele começa dizendo que Carolina “é mesmo uma pessoa de altos e baixos”, para depois acabar concluindo ter percebido sempre [que] estas oscilações resultam de “um processo de loucura, de exacerbação mental, ocasionado por toda a miséria que ela passou”.<sup>124</sup>

Parecendo querer insuflar ainda mais a polêmica, Penteado resgata um apanhado de declarações negativas de Carolina sobre Audálio em momentos anteriores da história dos dois, inclusive citando trechos de *Casa de alvenaria* sobre esse assunto. Em vez de retrucar essas críticas pretéritas, Audálio prefere chamar atenção para a importância do segundo livro de

<sup>121</sup> Ibidem.

<sup>122</sup> Notar que o texto da matéria não fecha o parêntesis.

<sup>123</sup> Regina Penteado, op. cit.

<sup>124</sup> Idem. Possivelmente sem prever o uso que Penteado faria de suas palavras, Audálio fornece aqui a deixa para que a ideia da “loucura” de Carolina seja explorada pela autora da reportagem.

Carolina, mesmo diante do fracasso editorial que tal obra experimentara:

Audálio diz que comprehende, que não tem raiva. Que as pessoas não se preocuparam em “ler a visão dela desse outro mundo que está em Casa de Alvenaria”. Que “a maioria das pessoas recebeu o livro como o livro de uma pobre mulher que conseguiu vencer na vida, sem se preocupar com o conjunto de problemas que originou a favela”. (...) O livro é tão importante porque é uma visão da miséria vista de fora para dentro” e mostra-se amargurado ao lembrar que “o sucesso de Carolina deixou de existir mas o problema [social, da miséria] continuou”.<sup>125</sup>

Após se deter um pouco mais nas disputas de versões sobre a relação de Carolina com seus editores, a reportagem transcreve alguns provérbios da escritora mineira, como o seguinte: “Quando um governo deixa o custo de vida oprimir o seu povo ele deixou de ser um governo concreto para ser um governo abstrato”<sup>126</sup>. No último parágrafo da matéria, a repórter da *Folha de São Paulo* abandona os escrúpulos com que, bem ou mal, conduzira o seu texto até ali e expõe com clareza o que pensa sobre a autora de QD:

E na sua cabeça delirante, ao lado de um provérbio como aquele do governo concreto e abstrato, convivem frases assim: “Os governos anteriores deixavam nome, os de hoje deixam realizações. Eu acho que o Brasil vai para a frente. Só quem está de fora vê isso”. Quem quiser que escolha onde está a loucura de Carolina.<sup>127</sup>

Eis aqui resumidas, portanto, as duas imagens de Carolina Maria de Jesus durante o período de autoritarismo e exceção da Ditadura empresarial-militar: a “vítima” das circunstâncias e de editores inescrupulosos ou a “louca” perdida em seus “delírios”, incapaz de entender a realidade à sua volta. Como veremos, é apenas na década seguinte que a figura da autora de QD começaria a receber um tratamento mais generoso de nossos setores letRADOS, da imprensa e do mundo editorial. O que não contradiz, é claro, a nova notoriedade que Carolina vivia naquele momento.

Poucos meses depois desse “renascimento”, porém, na madrugada de 13 de fevereiro de 1977, a escritora morre de insuficiência respiratória aguda provocada por uma bronquite asmática, em um carro a caminho do hospital<sup>128</sup>. O jornal *O Globo* noticia, uma semana depois, que compareceram à missa de sétimo dia de Carolina, entre familiares e amigos, apenas dez

<sup>125</sup> Ibidem.

<sup>126</sup> Este provérbio específico será usado, no fechamento da reportagem, como exemplo da insanidade de Carolina.

<sup>127</sup> Regina Penteado, op. cit. Notar que a repórter não informa de onde retirou esta última citação – que não consta em *Provérbios* – ensejando dúvidas sobre a autenticidade de tal frase.

<sup>128</sup> Cf. Tom Farias, op. cit., p. 346.

pessoas; entre elas, Audálio Dantas<sup>129</sup>. No dia 21 de fevereiro daquele ano, foi publicado o conto “Onde estaes Felicidade?”, no jornal *Movimento*<sup>130</sup> – será o último texto da autora a vir a público no Brasil antes do lançamento<sup>131</sup>, dali a seis anos, de uma nova edição de QD.

---

<sup>129</sup> “Missa por Carolina teve só dez pessoas”, *O Globo*, edição de 19 de fevereiro de 1977. Audálio também comparecera ao enterro da escritora, cinco dias antes.

<sup>130</sup> Castro; Machado, op. cit., p. 113.

<sup>131</sup> Audálio Dantas era um dos editores-chefes dessa importante publicação da imprensa alternativa da época, o que indica a possibilidade de que tenha sido ele o responsável por trazer à luz este conto de Carolina. Ver: Bernardo Kucinski, *Jornalistas e revolucionários – nos tempos da imprensa alternativa*. 3 ed., São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2018. p. 346.

### 3 QUARTO DE DESPEJO DURANTE O PROCESSO DE REDEMOCRATIZAÇÃO (1980-1990)

Este capítulo se debruça sobre as edições 1983, 1990 e 1993 de QD, buscando relacioná-las ao estertor da Ditadura e ao contexto de abertura política e redemocratização do país. Visa a descrever também as configurações do mercado editorial da época em que essas edições vieram à luz, as crises econômicas e as lutas políticas que conformaram o período. Destaca, por outro lado, personagens e acontecimentos que foram fundamentais para a retomada da figura de Carolina Maria de Jesus e sua obra máxima em nossas Letras, ressaltando as polêmicas e debates intelectuais envolvidos nesse processo.

#### 3.1. *Edição de Quarto de despejo de 1983*

Às vinte horas e trinta minutos do dia 10 de maio de 1983, o Circo da Esperança, que ficava ao lado do Planetário da Gávea, Zona Sul da cidade do Rio de Janeiro, acolheu o encontro de um grupo de mulheres negras notáveis, que estavam ali como parte da programação da Semana da Esperança Negra. Entre as mulheres que compunham esse grupo estavam nomes que já haviam marcado e outros que ainda marcariam a cultura brasileira e, sobretudo, a história da luta negra no Brasil: a, então, recém-eleita vereadora Benedita da Silva; Vera Agbara, uma das fundadoras do Agbara Dudu, considerado por muitos o primeiro bloco afro do Rio de Janeiro; Carmem Costa, cantora que gravara, em 1953, o enorme sucesso de carnaval “Cachaça não é água”; Elza Soares, considerada uma das maiores intérpretes do samba em nosso país; e, finalmente, a mais importante pensadora sobre a situação da mulher negra brasileira, Lélia Gonzalez<sup>132</sup>. O motivo dessa reunião, por assim dizer, “histórica”, era o lançamento de uma nova edição de um livro, escrito por outra fundamental personalidade negra de nossa cultura, que fizera muito sucesso no passado: *Quarto de despejo*<sup>133</sup>, de Carolina Maria de Jesus. De volta à Livraria Francisco Alves, QD ganhava, seis anos após a morte de sua autora, a sua

---

<sup>132</sup> Cf. “Serviço”, *Última Hora*, edição de 10 de maio de 1983, página 5. Segundo a mesma nota, nesse encontro também estiveram presentes os sambistas João Nogueira e Monarco, além de Vera de Assis e Maria Alice, mulheres sobre as quais não conseguimos encontrar outras informações.

<sup>133</sup> Por questões de estilo, pedimos aqui licença ao leitor para citar o título do livro por extenso.

décima edição<sup>134</sup>, com suporte editorial totalmente novo.

Para variar, o Brasil atravessava mais um momento histórico delicado, a chamada “transição política” da Ditadura Empresarial-Militar para a democracia, consequência do total desgaste do regime autoritário que governava o país há quase vinte anos e das lutas democráticas travadas por diferentes setores da sociedade civil organizada em torno de amplas demandas por liberdade e direitos. O próprio lançamento do livro de Carolina apresentava claras características do tipo de associativismo que deu a tônica daqueles anos. Ao considerarmos, por exemplo, a trajetória de Lélia Gonzalez, presente no lançamento de QD, até aquele momento, teremos uma visão mais clara das lutas que convulsionavam o Brasil, quando o país estava prestes a adentrar, com todos os problemas e impasses colocados pelos diferentes projetos de país em disputa, a chamada Nova República.

Lélia de Almeida (ela só adotará o sobrenome “Gonzalez” após se casar com o seu primeiro marido, Luiz Carlos Gonzalez, em 1964<sup>135</sup>) era, como Carolina Maria de Jesus, uma mulher negra, mineira e migrante. Distanciava-se da conterrânea escritora, porém, pela sólida formação acadêmica que recebera, tendo se graduado em História e Filosofia e feito pós-graduações em Comunicação e Antropologia<sup>136</sup>. Trabalhando em diversas escolas e universidades de renome do Rio de Janeiro, sua maior contribuição como militante da causa negra se deu como uma das fundadoras, em 1978, do Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial (MNUCDR, posteriormente reduzido para MNU), provavelmente o último grande coletivo negro de natureza política de nosso país até hoje. Como a própria Lélia explica em seu texto “O Movimento Negro Unificado: um novo estágio na mobilização política negra”, dois acontecimentos foram determinantes para a criação do MNU:

a tortura e o assassinato de um operário negro, Robson Silveira da Luz, por policiais do 44º Distrito Policial, de Guaiuanazes, na noite de 28 de abril de 1978 (...) e a exclusão de quatro adolescentes negros do time de vôlei do Clube Tietê por causa de sua cor (divulgado pela imprensa de São Paulo em 17 de maio de 1978). Um atleta negro contatou membros das organizações negras de São Paulo para manifestar sua raiva e exigir que se fizesse alguma coisa. Seguiram-se reuniões para discutir que ação tomar e como. Em 16 de junho o MNUCDR foi criado na sede do Centro de Cultura e Arte Negra (GONZALEZ, 2020, p. 115-116).

<sup>134</sup> Na contagem da Francisco Alves, é claro.

<sup>135</sup> Cf. Lélia Gonzalez, *Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos*, Flavia Rios; Márcia Lima (org.), Rio de Janeiro: Zahar, 2020, p. 372.

<sup>136</sup> Cf. Alex Ratts; Flávia Rios, *Lélia Gonzalez, (retratos do Brasil negro)*, São Paulo: Selo Negro, 2010. p. 11.

A primeira grande manifestação pública do MNU foi realizada, no dia 7 de julho de 1978, nas escadarias do Teatro Municipal de São Paulo. Denominado “Ato Público Contra o Racismo”, a ação reuniu milhares de pessoas – como resultado de uma intensa organização prévia de seus organizadores – denunciando os dois casos de racismo anteriormente citados por Lélia Gonzalez<sup>137</sup>.

Ainda em 1978, o MNU realizou três Assembleias Nacionais<sup>138</sup>, com o objetivo de estruturar a nova organização, estabelecer um programa de ação do movimento e fundar novos marcos históricos para o povo negro no Brasil, como a escolha de 20 de novembro como o Dia Nacional da Consciência Negra, por exemplo. No ano seguinte, foi realizado, no Rio de Janeiro – nos dias 14, 15 e 16 de dezembro – o 1º Congresso Nacional da entidade, com delegados de São Paulo, Rio de Janeiro, Bahia, Minas Gerais, Espírito Santo e Rio Grande do Sul<sup>139</sup>. Lélia Gonzalez desempenhou um papel de destaque em toda essa agitação, conforme afirmam Alex Ratts e Flavia Rios, biógrafos da pensadora:

Entre 1978 e o início da década seguinte, Lélia Gonzalez atuou fortemente na consolidação e ampliação do MNU. Assumiu o cargo de diretora executiva na primeira eleição da Assembleia Nacional do Movimento Negro Unificado, ainda em 1978. Dali em diante, trabalhou na articulação e, em especial, na formação política dos ativistas, por meio de palestras, cursos, reuniões e produção de textos, que eram divulgados em diferentes espaços e, sobretudo, na imprensa negra, em particular no jornal do MNU (RATTS; RIOS, 2010, p. 84).

Na realidade, toda essa militância da autora de *Lugar de negro* e seus pares do MNU articulava-se com uma movimentação maior, nesse momento bastante delicado e decisivo da história brasileira. Após a derrota da luta armada contra a Ditadura, a segunda metade da década de 1970 viu florescer diversos movimentos que pugnavam pela aceleração da abertura política anunciada por Geisel. Entre essas iniciativas, poderíamos destacar a Campanha da Anistia, iniciada em 1975, cujo protagonismo feminino (mães e mulheres de exilados, presos e desaparecidos políticos) já anunciava uma nova configuração do cenário de lutas contra o

<sup>137</sup> Cf. Ennio Brauns; Gevanilda Santos; José Adão de Oliveira (org.), *Movimento Negro Unificado – a resistência nas ruas*, São Paulo: Fundação Perseu Abramo: Edições Sesc, 2020. p. 64.

<sup>138</sup> A 1ª em 23 de julho, em São Paulo; a 2ª nos dias 9 e 10 de setembro, no Rio de Janeiro e a 3ª no dia 4 de novembro, em Salvador. Ver: *Movimento Negro Unificado*, op. cit., 64-65.

<sup>139</sup> Ibidem, p. 65.

regime autoritário que dirigia o país<sup>140</sup>. Em consonância com tal campanha, foi também nessa época que o movimento feminista – contido pela repressão militar e deixado em segundo plano diante de pautas mais urgentes, como a luta pela democracia – ganhou um novo impulso, inclusive com o surgimento de diversos jornais criados com o intuito de divulgar suas reivindicações específicas. Como observa sobre o tema a pesquisadora Mila Burns:

Depois de se envolverem na luta armada contra a ditadura, várias dessas ativistas criaram publicações e instituições para promover a pauta feminista. Entre 1975 e 1980, os jornais *Nós Mulheres* e *Brasil Mulher* publicaram oito e vinte edições, respectivamente. Em formato tabloide e impressos em preto e branco, eles eram financiados pelas mulheres que os editavam e pelas vendas. Não havia anúncios nem patrocinadores. O ângulo e os tópicos das matérias eram definidos em reuniões de pauta que faziam lembrar os encontros de guerrilhas nas quais algumas editoras eram militantes, com debates acalorados que podiam durar dias. Direitos trabalhistas ainda eram uma parte central da cobertura, mas aborto, sexo, orgasmo e a divisão do trabalho doméstico também estavam incluídos (BURNS, 2021, p. 70).

A onda associativista da época galvanizou até mesmo grupos que, no Brasil, historicamente não costumavam atuar em uma perspectiva política coletiva, geralmente formando subculturas que, diante do preconceito profundo e generalizado de nossa sociedade, eram levadas a permanecer no anonimato ou na marginalidade – os homossexuais. Sufocados entre o conservadorismo da direita e a ortodoxia partidária da esquerda e o primado da luta de classes, tais grupos encontraram finalmente, naquele momento de transição e rupturas, um contexto relativamente favorável – ou menos opressivo – para se afirmarem publicamente e pleitearem as suas reivindicações específicas. Inspirados pelos movimentos norte-americanos que, desde o final dos anos 1960, começaram a levantar as mesmas bandeiras<sup>141</sup>, um grupo de intelectuais, artistas e jornalistas de São Paulo e Rio de Janeiro publicaram, em abril de 1978 o primeiro jornal voltado para o universo homossexual do Brasil, o *Lampião* (ou *Lampião da esquina*, como ficou conhecido)<sup>142</sup>. João Silvério Trevisan, um dos intelectuais envolvidos no projeto, aponta a importância desse jornal para a sua geração e seu papel disruptivo em relação aos tabus colocados pela sociedade brasileira em relação aos homossexuais:

Com sua redação instalada no Rio de Janeiro, mas mantendo uma equipe editorial também em São Paulo, *Lampião* vinha, bem ou mal, significar uma ruptura: onze

<sup>140</sup> Ver Carlos Fico. “O ‘milagre’ e a repressão”, op. cit., p. 164.

<sup>141</sup> A Rebelião de Stonewall ocorreu em junho de 1969, na cidade de Nova Iorque.

<sup>142</sup> Cf. TREVISAN, João Silvério. *Devassos no paraíso*. p. 316-317.

homens maduros, alguns muito conhecidos e respeitados intelectualmente, metiam-se num projeto em que os temas tratados eram aqueles considerados “secundários” – tais como sexualidade, discriminação racial, artes, ecologia, machismo –, e a linguagem empregada era comumente a mesma linguagem desmunhhecada e desabusada do gueto homossexual. Além de publicar roteiros de locais de pegação guei nas principais cidades do país, nele começaram a ser empregadas palavras proibidas ao vocabulário bem-pensante (como *viado* e *bicha*), de modo que seu discurso gozava de uma saudável independência e de uma difícil equidistância inclusiva frente aos diversos grupos da esquerda institucionalizada. Tratava-se de um jornal que desobedecia em várias direções (TREVISAN, 2018, p. 317).

Foi também no ano de 1978 que o maior desafio ao domínio dos militares e da classe dominante que a sustentava teve início, em uma cidade operária do interior paulistano, São Bernardo do Campo. No dia 12 de maio do ano em questão, cem trabalhadores da Saab-Scania, uma fábrica de ônibus e caminhões instalada naquela cidade, cruzaram os braços em seu local de trabalho, desencadeando uma série de greves que – concentrando-se inicialmente na chamada região do ABCD paulista<sup>143</sup> – rapidamente difundiu-se por nove cidades do Estado de São Paulo, mobilizando mais de 245 mil operários. Entre as suas reivindicações estavam aumento salarial, autonomia sindical e garantia do direito de organização e greve. Surpreendendo os setores patronais e o próprio governo, que controlava com mão de ferro as direções sindicais oficiais, os operários em greve conseguiram uma importante vitória, através de uma negociação coletiva com os patrões, no final de maio, pondo fim à greve e demonstrando a força política dos metalúrgicos naquele momento<sup>144</sup>. Foi o começo das famosas “Greves do ABC” (ou “ACBD”) do final dos anos 1970, que entrariam para a história como um fator decisivo para o colapso do regime ditatorial.

Segundo o historiador Gelsom Rozentino de Almeida (2011), dois fenômenos concorreram para a explosão de tais greves: o crescimento do número de trabalhadores empregados na indústria, principalmente no Estado de São Paulo, estado mais desenvolvido do país, e o surgimento do chamado “novo sindicalismo”, um tipo inovador de organização política dos trabalhadores surgida da necessidade de se opor ao aparato sindical controlado pela Ditadura. O mesmo historiador também aponta que, entre os antecedentes das greves do ABC, os principais acontecimentos foram, em primeiro lugar, as campanhas de reposição salarial

<sup>143</sup> São André, São Bernardo, São Caetano do Sul e Diadema.

<sup>144</sup> Cf. Gelsom Rozentino de Almeida, “Os desafios políticos e organizativos dos trabalhadores”, em *História de uma década quase perdida – PT, CUT, crise e democracia no Brasil: 1979-1989*. p. 135.

levadas adiante, no ano anterior, pelo Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo, motivadas pelas perdas salariais de mais de 34% dos trabalhadores até ali, em decorrência da inflação que assolava o país. Nas palavras de Almeida (2011, p. 133): “A ‘campanha pró-reposição salarial’ (...) contribuiu para a unificação de diferentes setores do movimento sindical, fortaleceu a organização sindical e angariou simpatia da opinião pública”. E o segundo acontecimento fundamental para o advento das greves do ABC foi a realização, ainda em 1977, do V Congresso da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI), no Rio de Janeiro, com o embate entre o “sindicalismo oficial” (os pelegos) e os “sindicalistas autênticos” (lideranças do “novo sindicalismo”), que tinham à sua frente, entre outros, um nome que marcaria a vida política nacional a partir de então, o migrante pernambucano Luiz Inácio da Silva, o Lula.

No ano seguinte, 1979, os metalúrgicos de São Bernardo – mais confiantes diante de sua primeira vitória – fizeram eclodir uma segunda greve, em 14 de março<sup>145</sup>, o que levou a Ditadura a realizar imediatamente intervenções não só no sindicato da cidade que iniciara aquela mobilização, mas também nos sindicatos de Santo André e São Caetano<sup>146</sup>. É mais uma vez Rozentino de Almeida que explica as causas dessa segunda greve e sua diferença em relação à grande mobilização do ano anterior:

Essencialmente, a motivação da “greve geral metalúrgica” de 1979 foi semelhante à da greve de 1978: a luta contra o arrocho salarial e contra a superexploração do trabalho. Mesmo permanecendo nos marcos de uma greve *espontânea*, sem a presença explícita de uma *direção consciente*, a greve de 1979 teve, além do fator econômico inicial, um significado político mais profundo. (...) Ainda *espontâneo*, o movimento de 1979 contou com a presença ativa do sindicato operário na sua preparação, desenvolvimento e continuidade. A sua origem era a demanda econômica por reajuste salarial, mas ela assumiu desde o início a dimensão política de confronto e ofensividade, voltando-se contra a raiz da política econômica do governo, baseada na superexploração da força de trabalho. Nessa perspectiva, constituiu-se numa expressiva vitória do movimento operário (ALMEIDA, 2011, p. 138-139).

Mostrando que as insatisfações com o governo, o custo de vida, as perdas salariais e a exploração não eram um fenômeno exclusivo dos metalúrgicos do ABC, diversas outras greves, de diferentes categorias, explodiram em 1979, revelando a profunda crise econômica e política da Ditadura Empresarial-Militar. Dessa forma, nesse ano realizaram greves importantes

<sup>145</sup> Aniversário de Carolina Maria de Jesus.

<sup>146</sup> Gelsom Rozentino de Almeida, op. cit., p. 138.

categorias como bancários, professores, rodoviários, médicos, trabalhadores na construção civil, lixeiros, jornalistas e trabalhadores do campo<sup>147</sup>. Apesar de nem sempre vitoriosas, tais greves foram extremamente importantes para as classes laborais sob o jugo da Ditadura e a construção da abertura democrática almejada pelo povo:

por que fazer uma avaliação positiva desses movimentos? Primeiro, porque obtiveram boa parte das conquistas econômicas que reivindicavam. Segundo, porque reforçaram a organização dos trabalhadores (ou enfatizaram a sua necessidade). Terceiro, porque toda greve é política e, no caso, representava a retomada da iniciativa dos trabalhadores, que com suas ações colocavam em xeque não só a política econômica do governo, mas o próprio regime.” (ALMEIDA, 2011, p. 141).

Em 1980, apesar da diminuição do número de mobilizações em comparação aos dois anos anteriores, uma quantidade significativa de greves ainda ocorreria em diferentes lugares. Na última das históricas “greves do ABC”, os metalúrgicos paralisaram as máquinas no dia 30 de março. Reivindicavam, prioritariamente, a estabilidade no emprego e o direito de representantes diretos nas fábricas. Dessa vez, o movimento sindical apresentava uma nova configuração, resultado das alianças construídas, nas greves anteriores, com os setores progressistas da Igreja Católica, partidos políticos e diversos movimentos sociais. Ainda que não tivessem suas principais demandas atendidas, foi esse ajuntamento de forças que tornara possível, no mês anterior, a fundação da maior novidade da política brasileira dos anos seguintes: o Partido dos Trabalhadores<sup>148</sup>.

O campo editorial brasileiro, é claro, não ficara imune a toda essa conflagração social e política. Tendo à frente de sua direção Alfredo Gonçalves Manso, uma das editoras mais representativas desse período foi a Codecri, responsável por lançar o jornal satírico *Pasquim*. Seu catálogo refletia com muita nitidez o caráter abertamente político e de contestação do regime que se disseminava por todos os setores da vida social naquele momento. A “editora que ruge”, como se autoproclamava a Codecri, trouxe à luz livros como *O que é isso, companheiro?* (1979), sucesso estrondoso de vendas (80 mil exemplares apenas no ano de seu lançamento) que trazia o relato do ex-guerrilheiro Fernando Gabeira; a terceira edição de *Zero*, de Ignácio de Loyola Brandão, agora um título liberado pela censura; e também, Valério Meinel, uma série de “romances-reportagem” que tinham a violência e a repressão ditatorial como temas – *Por*

<sup>147</sup> Ibidem, p. 141.

<sup>148</sup> Gelsom Rozentino de Almeida, op. cit., p. 143.

que *Cláudia Lessin vai morrer* (1978), *O sequestro* (1980) e *Aézio: um operário brasileiro* (1981)<sup>149</sup>.

Dentro do mesmo espírito de luta e questionamento do *status quo*, dessa vez em uma vertente *contracultural*<sup>150</sup>, o acontecimento literário mais inovador do período foi a chamada “Poesia Marginal”. Desde o fechamento político de 1968, tal fenômeno nasceu da iniciativa de vários grupos de jovens escritores e poetas em busca de uma alternativa à censura e ao controle do mercado editorial promovidos pelo regime militar. Herdeiros espirituais do Tropicalismo – movimento musical, encabeçado por Caetano Veloso e Gilberto Gil, de meados dos anos 1960 – o termo “marginal”, que qualifica esses poetas, não advém de uma origem ou condição social de exclusão, como é o caso de Carolina Maria de Jesus, mas em função de fatores de ordem diversa. Como explica Glauco Mattoso, em seu livro *O que é poesia marginal* (1981), tais fatores são os seguintes:

culturais (os autores assumem postura contestatória ou tematizam a contracultura), comerciais (são desconhecidos do grande público, e produzem e veiculam suas obras por conta própria, com recursos ora precários, ora artesanais, ora técnicos, mas sempre fora do mercado editorial), estéticos (praticam estilos de linguagem pouco “literários” ou dedicam-se ao experimentalismo e vanguarda), ou puramente políticos (abordam temática francamente engajada e adotam linguagem panfletária) (MATTOSO, 1981, p. 20).

Também conhecida como “geração-mimeógrafo”, por esse recurso técnico ser o mais utilizado pelos participantes desse movimento para a publicação de suas obras, a Poesia Marginal ocasionou o surgimento de uma profusão de revistas, livros e novos autores a partir, sobretudo, de 1975: *Abertura poética*, antologia de título sugestivo que reuniu poetas do recém-criado Rio de Janeiro; o novo estado também veria surgir a *Navilouca*, revista produzida pelo poeta Waly Salomão e as coletâneas *Vida de Artista*, *Nuvem Cigana* e *Folha de Rosto*, encabeçadas pelos poetas Chacal, Charles e Adauto de Souza Santos; *Arte-Ria*, em São Paulo;

<sup>149</sup> Cf. Laurence Hallewell, op. cit., p. 596.

<sup>150</sup> Ver: Celso Favaretto. *A contracultura, entre a curtição e o experimental*. São Paulo: N-1 edições, 2019. p. 10-11: “Contracultura, marginalidade, curtição e desbunde foram designações que pretendiam dar conta de uma produção variada e dispersa, embora constituindo uma trama feita de alguns tópicos comuns – que se distinguia daqueles da maioria dos projetos anteriores, principalmente pela ênfase então atribuída aos aspectos comportamentais, à emergência do corpo como espaço de agenciamento das atividades, aparentemente, sem conotação política, desde que o modo como até então se fazia a arte política fosse tomado como modelo. A proposição de uma ‘nova sensibilidade’, que se compunha com uma certa concepção de ‘marginalidade’ em relação ao sistema sociopolítico e artístico-cultural, aparecia como motivação básica daquelas manifestações”.

em Guaiianazes (MG), o jornal *Totem*, realizado por Joaquim Branco e Ronaldo Werneck; o livro *Catatau*, de Paulo Leminsk, veio à luz em Curitiba (PR). No ano seguinte, são publicadas, no Rio, as revistas *Anima* e a antologia *26 poetas hoje*, organizada por Heloísa Buarque de Hollanda, que reunia em edição comercial inúmeros nomes da poesia marginal carioca; em São Paulo, saiu a revista *Qorpo Estranho*; em Belo Horizonte, surgiu a publicação *Inéditos*; e, em Fortaleza, a inovadora revista *O Saco*, vendida dentro de um envelope e trazendo, em três diferentes cadernos, poemas, textos em prosa e ilustrações; ainda em 76, outra “revista-envelope” foi criada no Rio Grande do Norte, *Povis*, tendo à frente J. Medeiros e trazendo o trabalho de poetas experimentais; em Cuiabá (MT), apareceu o primeiro de uma série de livretos chamados *Buahsniff*<sup>151</sup>.

Já em 1977, saiu, em São Paulo, a revista *Muda*, que teve uma única edição; pouco depois, um evento voltado para a poesia marginal, a Feira de Poesia e Arte, ocupou o Teatro Municipal da mesma cidade; em Recife (PE), por sua vez, Paulo Bruscky e Daniel Santiago divulgaram textos na grande imprensa local e batizaram o experimento de *arte classificada*; em Brasília (DF), veio ao mundo a obra mimeografada *Iogurte com farinha*, de Nicolas Behr, que se utilizava da linguagem do cordel. No ano subsequente, foi fundado, em Belo Horizonte, o jornal *Cemflores* e, em São Paulo, foi criado o grupo Poetasia. Em 1979, aconteceram quatro eventos que marcaram a vida de São Paulo: o coletivo Sanguinovo realizou o que ele denominava de “passeata poética”, em que poemas foram afixados nos postes da cidade; o já mencionado grupo Poetasia promoveu a “chuva de poesia”, do alto de uma grande edifício da cidade; o Poemario, evento em que se apresentaram poetas do Rio de Janeiro no Café do Bexiga; e, finalmente, a Universidade de São Paulo realizou o evento Multimedia Internacional, trazendo representantes da poesia de vanguarda de vinte países. E, em 1980, a praia de Ipanema, no Rio de Janeiro, assistiu a uma passeata poética realizada pelos grupos Poetagem, Bandidos do Céu e Gandaia, batizada por eles de *topless literário*, coroada com o lançamento de um “manifesto pornô”<sup>152</sup>. Essa pequena relação de poetas, publicações e eventos serve para dar uma ideia da efervescência literária que germinava, no período da “abertura”, às margens das grandes editoras.

---

<sup>151</sup> Cf. Glauco Mattoso, *O que é poesia marginal*, São Paulo: Brasiliense, 1981, p. 25-26.

<sup>152</sup> Ibidem, p. 26-28.

A outra grande novidade literária do período teve origem, mais uma vez, no movimento negro. Trata-se do surgimento dos *Cadernos negros*, em 1978, iniciativa de dois militantes e escritores, Luiz Silva, conhecido pelo pseudônimo “Cuti”, e Hugo Ferreira. Em consonância com a criação do MNU, a realização do 1º Festival Comunitário Negro Zumbi (FECONEZU) – promovido pela Federação de Entidades Afro-brasileiras do Estado de São Paulo (FEABESP)<sup>153</sup> – e da atuação da imprensa negra paulista, em especial o jornal *Árvore das Palavras*, o primeiro volume dos *Cadernos* reunia oito poetas, que custearam a publicação<sup>154</sup>. É interessante observar que a capa desse primeiro volume do livro em questão trazia a imagem de uma favela, algo que remetia à situação de pobreza e abandono das comunidades negras no Brasil e, também, ao famoso diário de Carolina Maria de Jesus. Dois anos depois, das reuniões do grupo responsável pelos *Cadernos* nasceu a ideia de criação do Quilombhoje – coletivo cultural e editora – que contou com os seguintes fundadores: Abelardo Rodrigues, Cuti, Mário Jorge Lescano, Paulo Colina e Oswaldo de Camargo. A partir de 1983, o Quilombhoje, já com novos integrantes, assumiu integralmente a tarefa das publicações futuras da antologia<sup>155</sup>, a qual existe até hoje. Procurando resistir à invisibilidade e à falta de prestígio da cultura e da literatura negras na história brasileira, os poetas e escritores dos *Cadernos negros* assumiam uma postura de firme afirmação étnica e de protesto, voltada para o público negro, como podemos ler no prefácio do terceiro número da antologia, escrita pelo renomado sociólogo Clóvis Moura, em que a intenção de *confronto* salta aos olhos:

Esta antologia de poetas negros, quase todos novos – é uma antologia de poetas que já escrevem para um público que não o mesmo que lê Machado de Assis, Raul Pompéia ou Guimarães Rosa. Sua mensagem é para a própria comunidade negra que, embora lendo esses autores *também*, procura reafirmar a sua consciência étnica através da poesia. A poesia, o mais permanente de todos os gêneros literários e que na África circulou como elemento de comunicação oral durante milênios, com a simplicidade dos *alos* (sic), vem, agora, à medida que o negro brasileiro se conscientiza, projetar-se como meio de comunicação e de protesto (MOURA, 1980, p. 10).

É claro que toda essa agitação social e cultural se relacionava à transição política colocada em andamento durante o governo de Ernesto Geisel. A primeira medida efetiva do

<sup>153</sup> Agrupamento de várias organizações negras do Estado de São Paulo.

<sup>154</sup> Cf. Quilombhoje (org.). *Cadernos negros – os melhores poemas*. São Paulo: Quimlombhoje, 2008. p. 11-12.

<sup>155</sup> Ibidem, p. 12.

penúltimo presidente da Ditadura visando à transição para o regime democrático foi a demissão, em 1977, do general Sílvio Frota, ministro do Exército e representante da chamada “linha-dura” (militares contrários à abertura política) do regime militar. Em seguida, em 13 de outubro de 1978, a Emenda Constitucional nº 11 – que entraria em vigor em janeiro 1979 – revogou todos os Atos Institucionais, eliminando do aparato jurídico brasileiro o pior de todos os mecanismos autoritários estabelecidos pelos militares, o AI-5, e devolvendo aos brasileiros um conjunto de direitos democráticos fundamentais<sup>156</sup>. Para garantir que o processo de abertura iniciado em seu governo tivesse continuidade, Geisel decidiu escolher um homem de confiança, o chefe do temido Serviço Nacional de Informação, João Baptista Figueiredo, para ser o próximo nome da Ditadura na presidência do país. Além da proximidade pessoal, Figueiredo também era um militar, ou seja, alguém que poderia se impor às Forças Armadas, algo que – na visão de Geisel – um presidente civil jamais conseguiria realizar, o que colocaria em risco a democratização almejada<sup>157</sup>. Escolhido pelo Colégio Eleitoral em 15 de outubro de 1978, com 355 votos – contra 266 de seu adversário na eleição, o também general Euler Bentes Monteira<sup>158</sup> – Figueiredo iniciou o sem mandato, de seis anos, em 15 de março de 1979.

Um dos atos mais importantes do primeiro ano de governo de Figueiredo – cedendo, em grande medida, à pressão popular – foi a promulgação, em agosto, da Lei da Anistia. Exilados e presos políticos puderam retornar aos seus lares. Por sua natureza “geral e irrestrita” – ou seja, abrangendo tanto as vítimas do regime autoritário quanto os militares – tal lei, no entanto, não gerou consenso em nenhum dos dois lados do espectro político em luta durante a Ditadura. Conforme explica o jurista Nelson Jobim:

O setor governista não aceitava a reciprocidade, até que algumas pessoas mais avisadas se deram conta de que, depois de período tão longo, em que tudo fora permitido, a anistia devia ser mesmo ampla, a ponto de abranger as duas partes em que o país fora dividido (JOBIM, 2019, p. 182).

Por outro lado, a Lei da Anistia, apesar do que apregoavam seus defensores, apresentava sérias limitações em suas indulgências e, como ponto mais problemático, não punia os responsáveis por torturas e assassinatos, entre outros crimes, a serviço do poder estatal. É o

<sup>156</sup> Ver: Nelson Jobim, “Quimérico museu de formas inconstantes”, em *130 anos – em busca da República*, Rio de Janeiro: Intrínseca, 2019. p. 182.

<sup>157</sup> Cf. Rodrigo Vizeu, op. cit., p. 210.

<sup>158</sup> Idem.

que informa Rodrigo Vizeu sobre a questão:

Apesar das reivindicações, o que passou no Congresso não era exatamente o ansiado por ex-adversários do regime e familiares. A anistia aprovada foi limitada e restrita: excluiu dos benefícios condenados por terrorismo, assaltos, sequestros e atentados. Também foi recíproca: de acordo com a interpretação em vigor do texto da lei, agentes de repressão também foram contemplados pelo perdão graças a um trecho que considera “conexos [...] os crimes de qualquer natureza relacionados com crimes políticos” (VIZEU, 2019, p. 214).

Como é possível perceber, a Lei da Anistia aprovada durante o governo de João Baptista Figueiredo revelava, com toda a clareza, o caráter *autoritário e incompleto* da transição política que o Brasil viveu da Ditadura Empresarial-Militar para a Nova República – com as consequências nefastas que esse fato trouxe, até nossos dias, para a garantia de nossa frágil “democracia”. É o que também argumenta, mais uma vez, Rodrigo Vizeu:

em nenhuma parte da Lei da Anistia há uma menção direta, clara e objetiva de que deveriam receber o benefício os agentes repressivos. Ainda assim, esse é o entendimento atual, fruto de uma interpretação da lei feita pelo STF em 2010. Impediu-se, desse modo, que ocorressem, tal qual em países vizinhos, punições judiciais de integrantes do regime depois da redemocratização (VIZEU, 2019, p. 214).

A segunda grande medida legal do regime militar durante o processo de abertura, ainda em 1979, foi a extinção – através da Lei 6.767, promulgada no dia 20 de dezembro – do bipartidarismo que dominara a vida político-institucional do país nas três eleições anteriores. Essa nova legislação estabelecia uma série de regras para a constituição de novos partidos, na tentativa de controlar os futuros processos eleitorais do país, tais como: os partidos continuavam sendo “figuras de direito jurídico interno” (sujeitos às legislações públicas de municípios, Estados e União); estavam proibidos de possuir ligações com governos, partidos ou quaisquer organizações estrangeiras<sup>159</sup>; deveriam adotar a designação compulsória de partidos<sup>160</sup>; ficavam obrigados a terem obtido, na última eleição, para a Câmara dos Deputados, o apoio de pelo menos 3% do eleitorado em cada Estado e um mínimo de 5% em cada um deles; já deveria ter a adesão de 10% de deputados e senadores; o estabelecimento de um prazo que se estendia até

---

<sup>159</sup> O que tinha como objetivo os impedir de manter relações com os Partidos Comunistas de outros países.

<sup>160</sup> O que visava a confundir os antigos eleitores do MDB – que passou a se chamar Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) – na próxima eleição e dissociar os militares da Arena, que foi substituída pelo novo Partido Democrático Social (PDS) como representante oficial do governo.

março de 1983 (o final da legislatura em voga) para o registro de novas agremiações<sup>161</sup>.

Entre as novas siglas que surgiram dessa legislação, a novidade mais importante foi, sem dúvida, o Partido dos Trabalhadores (PT), fundado em 1980. Tendo como liderança principal Luiz Inácio “Lula” da Silva – que encabeçara as “Greves do ABC” – o PT tinha um caráter de “frente ampla”, englobando em suas origens diferentes setores da vida política e social brasileira, tais como ex-combatentes da guerrilha armada que, em decorrência da Anistia, retornaram ao país em 1979; grupos e movimentos progressistas da Igreja Católica; e, claro, representantes, como Lula, do novo sindicalismo<sup>162</sup>. O surgimento do PT, na interpretação do cientista político Sérgio Fausto (2019, p. 178): “se entrelaçava, desde a origem, com a transição para a democracia: a emergência de uma sociedade civil mobilizada à margem do Estado e em oposição ao regime autoritário”. As outras agremiações que adentraram a vida política brasileira após o fim do bipartidarismo, embora, como o PT, tenham exercido um papel tímido na transição política<sup>163</sup>, foram o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e o Partido Democrático Trabalhista (PDT), ambos herdeiros do legado político do trabalhismo getulista.

Entre os acontecimentos políticos que aceleraram, de forma decisiva, o fim da Ditadura, devemos destacar as vitórias, nas eleições estaduais de 1982, dos partidos de oposição, especialmente do PMDB e o movimento chamado de “Diretas já”, uma série de grandes mobilizações populares reivindicando o restabelecimento do voto direto para presidente, no início de 1984. Em relação ao primeiro fato, a perda da hegemonia política da Ditadura pôde ser comprovada através das urnas: mesmo com o PDS, partido oficial, elegendo doze dos vinte e dois governos estaduais em disputa, a oposição mostrou a sua força ao eleger governadores nos principais estados do país – Franco Montoro (PMDB), em São Paulo, e seu correligionário Tancredo Neves, em Minas Gerais; além de Leonel Brizola, do PDT, no Rio de Janeiro<sup>164</sup>. Já no que diz respeito às “Diretas Já”, os acontecimentos se deram da seguinte forma: Teotônio Vilela, senador pelo PMDB, iniciou uma movimentação a favor das eleições diretas para presidente, em 1983. Abraçando a proposta, Dante de Oliveira, deputado e correligionário de

<sup>161</sup> Cf. Américo Freire, “A via partidária na transição política brasileira”, em: *Não foi tempo perdido – os anos 80 em debate*, Rio de Janeiro: 7 Letras, 2014. p. 19.

<sup>162</sup> Cf. Sérgio Fausto, “Novo pacto democrático”, em *130 anos – em busca da República*, Rio de Janeiro: Intrínseca, 2019. p. 178.

<sup>163</sup> Esta tarefa, como veremos, ficou à cargo do mais antigo e bem-estruturado PMDB, sigla derivada do MDB.

<sup>164</sup> Rodrigo Vizeu, op. cit., p. 217.

Vilela, apresentou uma proposta de Emenda à Constituição, a nº 5, posteriormente batizada de “Emenda Dante de Oliveira”, propondo a restauração das eleições diretas para presidente do país. Com o apoio das demais legendas de oposição ao regime militar, a proposta deu origem a um movimento de massas que, nos primeiros meses de 1984, chegaram a reunir mais de um milhão de pessoas, contando com a participação de artistas, ativistas e intelectuais. Em 25 de abril desse mesmo ano, contudo, a Emenda foi à votação em sessão conjunta do Congresso Nacional, apesar de ter tido a maioria dos votos favoráveis (298, contra 65 desfavoráveis e 3 abstenções), não conseguiu – por apenas 22 votos – atingir o quórum necessário para alterar a Constituição, em decorrência de uma jogada estratégica dos militares, que esvaziaram a votação com a ausência de 112 deputados ligados ao governo<sup>165</sup>.

O ano de 1983 – em que teve início a movimentação pelo retorno do voto direto para presidente da República – foi especialmente crítico para o país. O governo de João Baptista Figueiredo claudicava na economia, em consequência do endividamento brutal do Estado durante o governo Geisel<sup>166</sup>. Entre as medidas governamentais que agravam a situação, estavam a desvalorização cambial<sup>167</sup>, em fevereiro do ano em questão, em um contexto de forte indexação<sup>168</sup>, o que contribuiu para elevar a taxa de inflação para mais de 150% ao ano<sup>169</sup>. O cenário de recessão, que o país vivia já há muito tempo, atingiu o seu ponto de maior gravidade exatamente nesse ano, revelando o colapso geral das contas públicas e suas consequências trágicas para a sociedade brasileira:

1983, ano em que o PIB encolheu 2,9%. O governo buscou socorro junto ao FMI. Delfim Neto, que chefiou as pastas da Agricultura e do Planejamento sob Figueiredo, deixou de ser o príncipe do “milagre econômico” da era Médici e passou a ser alvo de

<sup>165</sup> Cf. Nelson Jobim, op. cit., p. 182.

<sup>166</sup> Ver: Pedro S. Malan, op. cit., p. 172: “Durante o governo Geisel (março de 1974 a março de 1979), o recurso ao endividamento externo e a adoção de medidas de estímulo às substituições de importações, como, notadamente, o Programa Nacional do Álcool (Proálcool), permitiram que a taxa média de crescimento da economia continuasse expressiva até o final da década, passando de 8,2% em 1974, a 6,8%, em 1979, incluindo surpreendentes 10,3% em 1976”.

<sup>167</sup> Medida econômica utilizada para tentar alavancar as exportações e diminuir as importações, gerando balança comercial favorável.

<sup>168</sup> “A indexação, em economia, é um sistema de reajuste de preços, inclusive salários e aluguéis, de acordo com índices oficiais de variação dos preços. Em conjunturas inflacionárias, a indexação permite corrigir o valor real dos salários e aluguéis e demais preços da economia, reajustando-os com base na inflação passada. No entanto, a indexação automática pode realimentar a inflação futura”. Em: Wikipédia. Disponível em: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Indexa%C3%A7%C3%A3o\\_na\\_economia\\_brasileira](https://pt.wikipedia.org/wiki/Indexa%C3%A7%C3%A3o_na_economia_brasileira). Acesso em: 10/8/2022.

<sup>169</sup> Cf. Mário Mesquita, “Declínio estrutural e turbulência cíclica”, em: *130 anos – em busca da República*, Rio de Janeiro: Intrínseca, 2019. p. 188.

versinhos pelas ruas: “Estamos a fim da cabeça do Delfim”. O ministro também foi acossado por suspeitas de envolvimento em irregularidades, o que ele sempre rechaçou. A recessão aprofundou a desigualdade e a miséria do país, ajudando a compor o quadro desolador que marca a memória dos anos 1980 (VIZEU, 2019, p. 213).

Para piorar o dramático cenário daquele ano, a região nordeste do país atravessava, desde 1979, uma das piores secas de sua história. Segundo dados da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), autarquia responsável pelo planejamento e execução de políticas para essa região do Brasil, a longa estiagem havia matado, até ali, 3,5 milhões de pessoas, em sua maioria crianças, de fome e doenças relacionadas à desnutrição, e criado uma população de 10 milhões de flagelados<sup>170</sup>. Para enfrentar essa crise humanitária, o governo militar pôs em prática os chamados “Bolsões de Emergência”, frentes de trabalho destinadas a construir poços, barragens e estradas em grandes propriedades de terra – beneficiando o latifúndio, portanto – com o pagamento de um terço do salário-mínimo por mês (15 mil cruzeiros) aos trabalhadores responsáveis por tais obras. Essas frentes de trabalho ficaram marcadas pela corrupção e o abuso da mão de obra, inclusive de mulheres e crianças<sup>171</sup>. Tais medidas, corrompidas e ineficazes, não atenuavam, é claro, o sofrimento dos nordestinos. No dia 16 de agosto de 1983, o jornal *Folha de São Paulo* noticiava o seguinte:

Cerca de oito mil flagelados invadiram ontem a cidade de Canindé, a 101 quilômetros de Fortaleza, no centro-norte do Estado, e saquearam o armazém da Cobal [Companhia Brasileira de Alimentos, órgão governamental], levando mercadorias no valor de Cr\$ 7 milhões e mais Cr\$ 700 mil em dinheiro de um dos cofres. Outros Cr\$ 900 mil ficaram intatos porque outro cofre resistiu aos golpes de picaretas dos flagelados. Eles começaram a chegar na cidade às 2 horas da manhã, alertados pela notícia transmitida pela rádio Uirapuru, de Canindé, de que as autoridades iam distribuir roupas e alimentos.<sup>172</sup>

Esses saques promovidos pela população, causados pela fome e o desespero, não aconteciam apenas em cidades do Nordeste. A revista *Veja*, em sua edição de 13 de abril do mesmo ano, traz, inserido na principal matéria daquele número, um texto em que se lê:

Passarão muitos e muitos anos antes que o dia 4 de abril de 1983 seja esquecido. Ainda não se pode dizer se ele será lembrado como o início de um novo período histórico ou

<sup>170</sup> Ver: Memorial da Democracia – “País descobre a tragédia da seca”. Disponível em: <http://memorialdademocracia.com.br/card/pais-descobre-a-tragedia-da-seca>. Acesso: 11/08/2022.

<sup>171</sup> Idem.

<sup>172</sup> “Oito mil flagelados saqueiam um armazém”, *Folha de S. Paulo*, 16 de agosto de 1983, p. 16.

se ficará, como marca a ferro, sinalizando no dorso da sociedade brasileira o momento mais doloroso de sua grande crise. Na manhã de segunda-feira, quando 200 pessoas começaram a saquear o comércio do bairro operário de Santo Amaro, em São Paulo, abriu-se aos olhos do país uma chaga de insatisfação e desordem que, depois de espalhar o medo pelas grandes cidades brasileiras, onde vive 1 milhão de desempregados, ensinou que a questão social é muito mais que um simples conjunto de estatísticas. A uma sociedade habituada a acreditar que a crise econômica pode ser bem representada por tabelas numéricas e que a administração desses números é um problema quase metafísico, o 4 de abril ensinou uma nova palavra: saque.<sup>173</sup>

Mais adiante, na mesma revista, encontramos outra matéria sobre o mesmo tema, cuja legenda, *racista*<sup>174</sup>, é: “Negros dias de abril – saques apavoram São Paulo”. Nela – exemplo lapidar de jornalismo tendencioso – são descritas, em estilo dramático, cenas bizarras relacionadas aos tumultos de 4 de abril:

Poucas lojas escaparam à destruição, algumas delas valentemente defendidas pelos funcionários. A Barracão, uma grande loja de eletrodomésticos na Rua General Carneiro, só foi atacada à noitinha, e sobreviveu praticamente ilesa. “Vamos invadir! Vamos invadir!”, gritavam dezenas de vozes. Não invadiram, embora tivessem afundado parte de uma porta, abrindo espaço para a passagem do corpo de um adulto. Só no dia seguinte o dono da Barracão, Salvador Yaki, 46 anos, que se retirara à tarde para sua casa, soube que a loja estava intacta porque os empregados haviam obedecido à ordem dada pelo patrão antes de partir: resistir. “Pela abertura na porta, só podia entrar um assaltante por vez”, explica Yaki. “quando entrava alguém, levava uma pancada na cabeça, dada por um empregado com o cabo de uma enxada. Então, os assaltantes recolhiam aquele e entrava outro, que também caía sob outra paulada. Meus empregados pegaram uns dez”, contabiliza o feliz proprietário.<sup>175</sup>

Como podemos ver, o verdadeiro colapso social que atravessava o país, atingia todas as suas regiões, gerando pânico nas classes dominantes, como é possível perceber no tom adotado por um de seus maiores veículos de comunicação da época. Enquanto, portanto, Lélia Gonzalez, Elza Soares, Benedita da Silva e companhia celebravam a nova edição de QD no Circo da Esperança, a população mais pobre do Brasil vivenciava um verdadeiro “circo do desespero”. O contexto histórico, nesse sentido, era extremamente favorável a uma nova edição da obra mais famosa de Carolina Maria de Jesus, pois os temas da fome, da miséria e de todas as agruras que o povo brasileiro enfrentava desde sempre estavam na ordem do dia, em um grau extremamente crítico, no início dos anos 1980. Isso pode ser comprovado pelo relativo sucesso

<sup>173</sup> “4 de abril de 1983”, *Veja*, 13 de abril de 1983, p. 22.

<sup>174</sup> A matéria apresenta, como sua primeira imagem, a foto de um grupo de pessoas – quase todas negras – empunhando um cartaz com a seguinte inscrição: “CHEGA DE DESEMPREGO”.

<sup>175</sup> Ibidem, p. 31-32.

de um livro que, em quase todos os aspectos, era tributário de QD: as memórias da empregada doméstica Francisca Souza da Silva, publicadas sob o título *Ai de vós*, que, lançadas naquele ano pela editora Civilização Brasileira, atingiram rapidamente duas edições. Esta obra, como dissemos, apresentava vários elementos que remetiam diretamente ao livro mais famoso de Carolina, a saber: a) uma autora saída das classes populares, negra e migrante (saída do interior do Rio de Janeiro para a capital); b) uma narrativa autobiográfica; um “apresentador” do livro estabelecido no meio cultural brasileiro (o escritor Pedro Nava); uma representação realista da vida na pobreza e em favelas. Como é explicado em seu prefácio, *Ai de vós* surgiu da iniciativa de Ivna Mendes de Moraes Duvivier, uma das patroas de Francisca Souza da Silva:

Este comovente relato resultou de conversas esporádicas com uma empregada, ocorrendo-me, daí, fazer com que ela própria escrevesse essas lembranças de sua vida. Dei-lhe, então, um caderno pautado e fui batendo à máquina à medida que eram preenchidas as páginas manuscritas, sempre respeitando, porém, a redação original, apesar de pequenas correções e da omissão de certas passagens prejudiciais à coesão da narrativa, ou repetitivas e sem maior importância.<sup>176</sup>

A voga dos subalternos na cultura brasileira, em 1983, pode também ser atestada pelo retorno do nome de Carolina Maria de Jesus às livrarias, como vimos, e até em veículos de comunicação de massa. Na realidade, muito da movimentação em torno da figura da escritora mineira e de QD no ano em questão deveu-se à publicação, no ano anterior, do romance memorialístico *Journal de Bitita*, na França, obra de que já falamos aqui. Fruto do trabalho de Clélia Pisa, a notícia dessa publicação internacional envolvendo uma escritora brasileira relativamente esquecida contribuiu enormemente para fazer renascer o interesse do mercado editorial e até da grande mídia por Carolina de Jesus. Esta é a tese das biógrafas da escritora, Mata Machado e Moura Castro (2007, p. 119): “O lançamento no exterior [de *Journal de Bitita*], cinco anos após a morte de Carolina, fez os brasileiros verem que era tempo de tirá-la do esquecimento”. De fato, além do relançamento de QD, a Rede Globo, maior canal de televisão do país, pôs no ar, entre os dias 7 e 11 de março, o especial “Caso verdade: Quarto de despejo – de catadora de papéis a escritora famosa”, colocando a atriz Ruth de Sousa mais uma vez no papel da escritora mineira e trazendo Audálio Dantas como apresentador do programa<sup>177</sup>.

<sup>176</sup> Ivna Mendes de Moraes Duvivier, “À guisa de prefácio”, em: Francisca Souza da Silva, *Ai de vós*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983. p. 11.

<sup>177</sup> “A escolha é sua”, *Última Hora*, edição de 7 de fevereiro de 1983.

Em relação à nova edição de QD, vinha com um suporte editorial completamente novo e trazia na capa – concebida por Jader Marques Filho – uma foto, não creditada, que Audálio Dantas tirara de Carolina (de perfil, em primeiro plano), com o rio Tietê e a favela de Canindé ao fundo. O livro era lançado como parte de uma nova coleção da Francisco Alves, a “Coleção Presença”, cujos títulos indicavam tratar-se de uma proposta voltada para o universo feminino, talvez para aproveitar a atenção que as mulheres e o movimento feminista desfrutavam naquele momento no Brasil<sup>178</sup>. Sem um prefácio, a edição apresentava, no entanto, uma “orelha” escrita pelo poeta e crítico literário Fernando Py, em que Carolina e seu livro eram vistos de maneira bastante positiva. Dividido em três partes, o texto começava narrando a origem de QD:

Foi em abril de 1958 que o repórter Audálio Dantas, numa visita profissional à Favela do Canindé, em São Paulo, descobriu Carolina Maria de Jesus, favelada, 46 anos (sic), que durante anos vinha escrevendo um diário no qual narrava a vida diária da favela, suas angústias e incertezas, sua miséria e o desespero de quem nem sempre tem o que comer. Negra, alta, de voz forte, ela impunha-se como uma pessoa de grande personalidade. Lendo o diário de Carolina, o repórter interessou-se de tal maneira que se empenhou em sua publicação. Respeitou integralmente o texto original, providenciando unicamente algumas leves correções ortográficas e de pontuação, além de suprimir alguns trechos. Mas absteve-se de “corrigir” os erros gramaticais, verbos e pronomes inadequados. Com sua intuição de jornalista, percebeu logo que ali estava um documento sociológico importantíssimo. Diante disso, a própria incorreção gramatical contribuiu para tornar mais autêntico o relato de Carolina<sup>179</sup>.

Na segunda parte do texto, Fernando Py se detém no “conteúdo” propriamente dito do famoso diário de Carolina, explicando também o seu título:

O diário de Carolina abrange o período de julho de 1955 a janeiro de 1960. Como não podia deixar de ser, a fome e a miséria são ingredientes constantes do seu dia a dia. Desespero, revolta, pessimismo visceral, entranhado no corpo e na alma dos moradores da favela, convivem com momentos de esperança e poesia, responsáveis sobretudo pela continuação da vida e pela manutenção deste diário. *Quarto de Despejo* foi o título dado por Audálio Dantas a partir da imagem criada por Carolina para definir a favela: “A favela é o quarto de despejo da cidade.”<sup>180</sup>

Já na parte final dessa breve apresentação do livro que ora era publicado e sua autora,

<sup>178</sup> Entre os títulos publicados por essa coleção, estavam *Herland, a terra das mulheres*, de Charlotte Perkins Gilman; *A caça às bruxas*, de Lillian Helman e *A segunda etapa*, de Betty Friedan.

<sup>179</sup> Fernando Py. Em: JESUS, Carolina Maria de. *Quarto de despejo* – diário de uma favelada. 10 ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1983. [orelha do livro].

<sup>180</sup> Ibidem.

o crítico e poeta explica a repercussão que QD tivera desde seu lançamento, além de dedicar algumas palavras generosas à figura de Carolina de Jesus:

*Quarto de Despejo* teve enorme repercussão no Brasil e até no estrangeiro, tendo sido traduzido e publicado lá fora. Rendeu fama e sucesso a Carolina, que publicou uma espécie de continuação, *Casa de Alvenaria*, em que narra sua vida depois de deixar a favela e ir morar numa casinha. Suas veleidades literárias (escrevia poesias) mostram que ela era um ser humano de grande sensibilidade; e publicar o que escrevia foi, para ela, uma realização, uma boa compensação pela vida que levava. Passados mais de vinte anos da primeira edição, muita coisa mudou: Carolina Maria de Jesus é já falecida, mas seu livro permanece e permanecerá sempre. Um documento vivo de uma época, de uma sociedade, de um estado de coisas que, como Carolina, devemos ter sempre esperança de que mudará, e para melhor<sup>181</sup>.

Em *Cinderela negra*, Levine e Meihy afirmam, sobre essa edição de 1983, que ela teve uma tiragem de 5.000 (cinco mil) cópias, que ainda não haviam se esgotado em 1991 – essas informações, porém, devem ser colocadas, por assim dizer, “em suspenso”, uma vez que os mesmos autores apresentam, sobre a edição em questão, algumas informações equivocadas: um ano de publicação incorreto (“1982”), além de afirmarem que ela foi “a última publicada antes de 1993” (ignorando a edição de 1990, feita pela editora Círculo do Livro)<sup>182</sup>. Em relação aos direitos autorais, Levine e Meihy (1994, p. 43) também escrevem o seguinte: “Cláudio Lacerda, da Livraria Francisco Alves Editora, seu editor, assegura que nos anos 80 os *royalties* da edição de 1982 (...) foram pagos regularmente através do escritório de São Paulo”, o que – se for verdade – revela que os filhos de Carolina de Jesus<sup>183</sup> ainda encontravam algum apoio financeiro nos lucros advindos das vendas de QD, após a morte de sua mãe.

Ratificando a retomada da figura e da obra de Carolina Maria de Jesus, foi publicado, também em 1983, o livro *Os pobres na literatura brasileira*, pela editora Brasiliense. Organizado pelo renomado crítico Roberto Schwarz, essa obra trazia um ensaio, que se tornaria clássico na fortuna crítica da escritora mineira, chamado “Trabalho, pobreza e trabalho intelectual”, escrito por Carlos Vogt e em que, pela primeira vez, era feito um balanço da vida e da obra da autora de QD<sup>184</sup>. Dois anos depois, o país assistiria ao fim oficial da Ditadura com a eleição, em 15 de janeiro, de Tancredo Neves, que derrotou o candidato da situação, Paulo

<sup>181</sup> Idem.

<sup>182</sup> Cf. Levine; Meihy, op. cit., p. 43.

<sup>183</sup> José Carlos e Vera Eunice, uma vez que João José já havia falecido àquele momento.

<sup>184</sup> Voltaremos a esse trabalho em outro momento.

Maluf, com mais de 72% dos votos do Colégio Eleitoral<sup>185</sup>. Ainda que os brasileiros não tenham podido escolher seu novo presidente – o primeiro civil em 21 anos – o regime autoritário que aterrorizara o Brasil por tanto tempo cedia lugar a um novo período democrático. Respirando novos ares, a sociedade brasileira poderia refletir sobre sua história até ali; e, nessa reflexão, Carolina Maria de Jesus e seu QD começariam a ocupar um espaço decisivo em nossa cultura.

### **3.2 *Edições de Quarto de despejo na década de 1990***

Nesta parte do trabalho, ganham destaque as edições de 1990 e 1993 de QD e as novas casas editoriais do célebre diário de Carolina Maria de Jesus. Recebem especial atenção as novas pesquisas e publicações acadêmicas que começam a promover um novo entendimento da produção literária da escritora mineira e a construir uma nova imagem para ela e o primeiro editor de seus manuscritos. As configurações e conjunturas do mercado editorial brasileiro da época também são contempladas pela reflexão aqui presente, além de uma série de episódios trágicos que abalaram a vida nacional e indiretamente renovaram a urgência do texto caroliniano.

#### **3.2.1 *Edição de 1990 de Quarto de despejo***

Uma das tarefas mais difíceis de qualquer mercado editorial do mundo é promover o encontro entre um livro recém-publicado e o seu potencial público leitor. Se essa é uma realidade complicada em países já muito desenvolvidos, torna-se crítica em países como o Brasil, em que – como descreveu Antonio Cândido – há uma enorme carência de “editoras bibliotecas, revistas e jornais” voltados para a divulgação de obras e autores, além de um “pequeno número de leitores reais”<sup>186</sup>.

Uma das estratégias utilizadas pelo mercado editorial brasileiro para tentar minimizar essas carências foi a venda de livros pelo correio, algo que Monteiro Lobato, por exemplo, já

---

<sup>185</sup> Cf. Nelson Jobim, op. cit., p. 179.

<sup>186</sup> Ver Antonio Cândido, “Literatura e subdesenvolvimento”, em *A educação pela noite*, 5 ed., Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2006. p. 234.

tinha tentado desde a década de 1920<sup>187</sup>. Tal proposta, porém, tornou-se viável apenas no início da década de 1930, com a invenção do reembolso postal. Contudo, essa via postal era dificultada pela ineficiência e burocracia envolvidas no processo, o que deixava insatisfeitos editoras e leitores<sup>188</sup>. Isso só viria a ser corrigido em 1976, quando o sistema de reembolso postal passou por uma reforma, facilitando enormemente as negociações entre vendedores e consumidores, o que levou em pouco tempo a uma explosão da venda de livros pelo correio. Segundo Hallewell (2005, p. 595): “Em menos de seis meses, os livros eram responsáveis por 40% do serviço, em volume de transações, e por 30% em valor.”

A venda de livros por reembolso postal, contudo, nunca foi algo que pudesse resolver as dificuldades de alcançar o público leitor de que falamos no início desse tópico. Nesse sentido, as editoras tiveram de procurar outros métodos de distribuição e venda de seus produtos. Entre as soluções encontradas para esse problema, três se destacaram<sup>189</sup>: a) o livro de bolso de capa “vistosa” e baixo custo, vendido junto a outras mercadorias; b) a promoção de uma determinada coleção, que gera, pela qualidade, um público cativo para todos os seus títulos; e c) a criação de *clubes de livros*, em que é desenvolvido todo um sistema de divulgação, distribuição e fidelização dos leitores, possibilitando um destino garantido para as tiragens dos livros lançados por tais clubes<sup>190</sup>. Foi esta última modalidade de vendas que a editora Abril decidiu levar adiante quando criou, em março de 1973, o Círculo do Livro – clube editorial que marcou o mercado editorial brasileiro nos anos 1980 e pelo qual foi lançada, em 1990, uma nova edição de QD, de Carolina Maria de Jesus.

O Círculo do Livro nasceu de uma parceria comercial entre a editora Abril, já mencionada, e a firma Bertelsmann, gigante do mercado editorial de origem alemã. Tal parceria vinha desde 1971, ano em que um conglomerado de empresas, nacionais e estrangeiras, do ramo do livro deu início ao projeto da Edibolso<sup>191</sup>. O Círculo do Livro pôs em prática no Brasil o mesmo sistema de divulgação e vendas que a Bertelsmann já havia consolidado em países como a Alemanha Ocidental, Áustria e Itália: a distribuição de uma revista promocional sem nenhum

---

<sup>187</sup> Cf. Hallewell, op. cit., p. 595.

<sup>188</sup> Idem.

<sup>189</sup> Todas as afirmações feitas até agora referem-se, obviamente, ao mercado editorial brasileiro anterior ao advento e popularização da Internet.

<sup>190</sup> Cf. Hallewell, op. cit., p. 682.

<sup>191</sup> Ver a nota 81.

custo, quinzenalmente, para um possível leitor; este, por sua vez, deveria escolher um livro de um catálogo constante na revista para se filiar e permanecer como membro do clube<sup>192</sup>. A atuação do Círculo do Livro no Brasil começou nas sete maiores cidades do país, com 1400 vendedores, que se deslocavam de domicílio em domicílio. Em pouco tempo, o clube conseguiu atingir números impressionantes para qualquer iniciativa editorial:

foram aliciados 250 mil sócios até novembro de 1975 e, em 1978, já eram mais de 500 mil (...) em janeiro de 1983, já podia anunciar um quadro de 800 mil sócios espalhados por 2850 dos 4099 municípios do Brasil [à época], atendidos por 2600 vendedores. As vendas alcançaram, em 1982, cinco milhões de exemplares, totalizando dezessete milhões na primeira década de existência do Clube (HALLEWELL, 2005, p. 683).

As edições do Círculo do Livro – que tinham a impressão, o acabamento e a encadernação feitos pelo próprio clube – tinham um preço entre 10% e 15% menor que os títulos comerciais dos quais tinham sua origem, o que era possível pelo público consumidor cativo e pela economia alcançada em decorrência das enormes tiragens (que variavam de 6 a 50 mil exemplares), com uma venda média de 10 mil livros por título<sup>193</sup>. O sucesso do Círculo do Livro possibilitou ao clube a criação de uma nova divisão, em 1988 – a Editora Best Seller, voltada para a publicação de títulos inéditos no mercado nacional, gerando inclusive algumas coedições:

Uma das coedições do Círculo do Livro e da Best Seller que resultaram dessa fusão foi *Ana em Veneza*, de João Silvério Trevisan, eleito “O melhor livro de ficção” de 1994, pela Associação Paulista de Críticos de Arte (APCA), enquanto o seu primeiro *best-seller* de verdade, *Perestroika* (1987), de Mikhail Gorbatchev, tinha vendido sessenta mil cópias na primeira impressão (HALLEWELL, 2005, p. 683-684).

Levando em conta ainda um levantamento feito pela extinta revista *Leia*, especializada em mercado editorial brasileiro, o Círculo do Livro era, em 1988, a quarta maior editora do país em números de livros publicados<sup>194</sup>. Segundo as pesquisadoras Susana Azevedo Reis e Christina Ferraz Musse, em seu artigo “Círculo do livro – os rastros de memória do maior clube de assinatura de livros brasileiro no séc. XX” (2021), a partir da análise das edições da *Revista*

<sup>192</sup> Hallewell, op. cit., p. 682-683.

<sup>193</sup> Idem.

<sup>194</sup> Cf. Paulo Montoia, “Quem é quem”, *Leia – uma revista de livros, autores e ideias*, ano XII, nº 142, 1990, p. 26.

*do Livro* (um dos veículos de divulgação do Círculo, distribuída gratuitamente aos assinantes)<sup>195</sup>, é possível distinguir a variedade de gêneros e assuntos que os livros do clube ofereciam:

Aventura e Ação, Best Sellers, Ciência e Mistério, Depoimento e Reportagem, Divulgação, Documento Histórico, Grandes Clássicos (ou Obras Primas), Humor, Literatura Brasileira, Literatura Moderna, Livros de Arte, Mundo Jovem, Poesia e Teatro, Recomendado, Romance e Vida Prática (MUSSE; REIS, 2021).

A edição de QD do Círculo do Livro apresentava, como era padrão no clube, capa dura, encadernação de qualidade e uma diagramação cuidadosa. A capa e a contracapa apresentavam uma imagem de recortes envelhecidos e dobrados de papelão marrom (como o das caixas de frutas de supermercado). A composição da imagem central da capa trazia também, pregada sobre o papelão, uma placa de ferro desgastada na qual, por um de seus orifícios, saía uma flor rosa com duas folhas verdes. A edição não tinha nenhum prefácio, mas apenas sete fotos – retiradas diretamente da edição original de QD – e um posfácio, sem autoria, intitulado “A autora e sua obra”, que contava sucintamente a história da gênese do livro em questão, além do sucesso e posterior ocaso de Carolina de Jesus. O ponto mais interessante desse posfácio é o modo como é descrito o “desaparecimento” de Carolina da vida pública, sem fazer qualquer menção à Ditadura e, de certa forma, colocando a culpa do ostracismo da escritora na indiferença de seus antigos apoiadores:

Com o passar do tempo, as mesmas pessoas que a procuravam com insistência desapareceram, e Carolina caiu, gradativamente, no esquecimento. Seus livros seguintes, “Casa de alvenaria” e “Provérbios”, resultaram em grandes fracassos e os mesmos críticos, que antes a elogiavam calorosamente, passaram a desprezá-la. Carolina vendeu a casa de Santana e mudou-se para um pequeno sítio em Parelheiros, numa das regiões mais pobres da cidade. Foi totalmente esquecida e, poucos meses antes de morrer, em 1977, fora vista catando lixo na antiga rodoviária de São Paulo.<sup>196</sup>

O texto em questão também menciona a visita de Maryvonne Lapouge e Clélia Pisa à escritora, no sítio de Parelheiros e a existência do livro “Um Brasil para os brasileiros”, mas se equivoca ao afirmar que tal obra não fora publicada, além de relevar um desconhecimento da

<sup>195</sup> Cf. Hallewell, op. cit., p. 683.

<sup>196</sup> Ver: “A autora e sua obra”. Em: JESUS, Carolina Maria de. *Quarto de despejo* – diário de uma favelada. São Paulo: Círculo do Livro, 1990. p. 181-182.

pequena visibilidade que a escritora voltou a ter quase ao fim da vida<sup>197</sup>:

As pesquisadoras Maryvonne Lapouge e Clélia Pisa estão entre as poucas pessoas que entrevistaram Carolina antes de sua morte. Mais do que a miséria, o que as impressionou foi o estado de revolta de uma mulher que atingiu um inesperado sucesso e, de repente, se viu abandonada por todos aqueles que antes considerava como amigos. Carolina disse, ainda, que tinha escrito um novo livro, “Um Brasil para os brasileiros”, onde falava de suas decepções amorosas, do sistema social e de sua própria vida. Como ela mesma disse: ‘Nele euuento a vida e as reminiscências. Sofrimentos, é claro. Eu não escrevo como quem manda flores. Eu gosto de descrever o Brasil mas não posso escrever o que quero. E isso fez com que eu não escrevesse mais’. Por motivo que não se conhece, este livro nunca foi publicado. Mas Carolina deixou com “Quarto de despejo” um dos mais eloquentes e verdadeiros retratos da vida de um favelado. Nessa obra cruel, sórdida e ao mesmo tempo tão humana, Carolina Maria de Jesus descreveu com a experiência de sua própria vida as subumanas condições de milhões de brasileiros.<sup>198</sup>

Para entender o interesse do Círculo do Livro na publicação de QD em 1990 – sete anos após a edição anterior deste livro – é preciso analisar brevemente o contexto do mercado editorial brasileiro da segunda metade dos anos 1980 e primeiro ano da década de noventa, algo que passaremos a fazer a partir de agora, focalizando cinco fatores principais: 1) presença dos autores brasileiros nas listas de mais vendidos nos segmentos de ficção e de não-ficção na década; 2) a presença de autores estrangeiros nas listas de ficção e de não-ficção do mesmo período; 3) os temas mais populares entre o público leitor da década; 4) o impacto da redemocratização no interesse desse público por temáticas específicas; 5) novas perspectivas do mercado editorial brasileiro no início da década de 1990. Nessa tarefa, utilizaremos basicamente as pesquisas realizadas por Sandra Reimão em seu livro *Mercado editorial brasileiro: 1960-1990* (1996), que traz números bastante significativos sobre todos os pontos por nós elencados.

Em relação à *presença de autores brasileiros entre os mais vendidos no segmento de ficção* da década de 1980, o que podemos notar é que os números relativos a esse tópico são oscilantes. Em ordem crescente, os autores nacionais comparecem com dois títulos nas listas de 1981 e 1986; três em 1980, 1982 e 1984; quatro em 1983 e 1989 e cinco, em 1985. Nos anos de 1987 e 1988 não temos nenhum nome de autor brasileiro nas listas de mais vendidos no

---

<sup>197</sup> Ignorando a existência de *Diário de Bitita*.

<sup>198</sup> “A autora e sua obra”, op. cit., p. 182.

segmento de ficção<sup>199</sup>. Como se nota, durante três anos (86-88), a presença de autores brasileiros entre os mais vendidos sofre uma baixa. Em 1989, porém, esse quadro será revertido com o surgimento, para o grande público, de um dos maiores escritores *best-sellers* da história literária brasileira – Paulo Coelho, sobre o qual nos deteremos mais adiante, pelas peculiaridades e significados envolvendo o seu sucesso. Por ora, basta dizer que esse autor carioca aparece com dois livros nas listas de mais vendidos de 1989: *O alquimista* (2º lugar) e *Diário de um mago* (5º lugar).

Em uma lista geral, os escritores brasileiros mais vendidos da década de 1980 são os seguintes: Fernando Sabino (cinco títulos), Luiz Fernando Veríssimo (quatro títulos), Jorge Amado (três títulos) e, com dois títulos cada um, Carlos Drummond de Andrade, João Ubaldo Ribeiro, Rubem Fonseca e o já citado Paulo Coelho. Além destes, os outros nomes de nossa literatura que figuram nessas listas são Antônio Calado, Dias Gomes, Ignácio de Loyola Brandão, Marcelo Rubens Paiva e Márcio Souza, com um título cada<sup>200</sup>. Comparando esse total de autores com a lista final da década de 80, Sandra Reimão constata que, dos cem livros que figuraram nas listas de mais vendidos desse período no segmento ficção, apenas um quarto do total (26) foram de escritores brasileiros, explicitando a preferência majoritária do público leitor nacional pela ficção estrangeira<sup>201</sup>. No que diz respeito aos gêneros mais consumidos, a mesma pesquisadora observa que no gosto do leitor brasileiro subsiste: “em primeiro lugar, a predominância dos romances em relação aos contos e à poesia. Dos 26 livros em questão, dezessete são romances, sete são de contos e apenas dois são de poesia” (REIMÃO, 1996, p. 85). Por fim, em relação às temáticas mais procuradas em nossos autores, temos “desde os hábitos regionais ao esoterismo, da carnavaлизação da situação brasileira à louvação do amor carnal” (REIMÃO, 1996, p. 86).

No segmento de *não-ficção*, no entanto, a situação configura-se de forma inversa, com os autores brasileiros ocupando a maior porcentagem de livros nas listas de mais vendidos dos anos 1980:

Com exceção dos anos de 1987 e 1988, nos demais anos da década de 1980 os escritores brasileiros foram responsáveis por no mínimo metade dos títulos que figuraram nas listas dos dez livros mais vendidos por ano, no segmento não-ficção. Dos cem títulos, que compõem as dez listas anuais dos dez títulos mais vendidos, 55

<sup>199</sup> Cf. Sandra Reimão, *Mercado editorial brasileiro: 1960-1980*, São Paulo: Com-Arte; Fapesp, 1996. p. 82.

<sup>200</sup> Idem.

<sup>201</sup> Ibidem, p. 85.

são de autoria de escritores brasileiros, sendo que os “picos” dessa presença se deram nos anos de 1984 e 1986 (REIMÃO, 1996, p. 90-91).

Entre os temas mais populares nesse segmento do mercado editorial estavam, em ordem decrescente: “Política e/ou economia atual ou recente” (36%); “Memórias, biografias e autobiografias” (30%); “Sexo, educação, psicologia e/ou feminismo” (21%); “Relatos de viagem” (9%); “Saúde e alimentação” (5%) e “outros” (10%)<sup>202</sup>. É interessante observar também a alta da temática feminista entre nosso público leitor, com a, então, sexóloga Marta Suplicy, por exemplo, comparecendo por três anos consecutivos na primeira metade da década com títulos que abordavam a situação psicológica e sexual da mulher: *Conversando sobre sexo*, em 1983 (4º lugar), *A condição da mulher*, em 1984 (9º lugar) e *De Mariazinha a Maria*, em 1985 (5º lugar)<sup>203</sup>. Tais números revelam que, no que concerne à explicação da realidade histórica e social do país, os leitores brasileiros preferem autores de sua própria nacionalidade.

Um ponto fundamental para o entendimento do mercado editorial brasileiro nos anos 80 é *o papel da redemocratização* na conformação do público leitor da época, pois tal contexto impactou diretamente na presença de autores brasileiros entre os mais vendidos. Alguns casos de sucesso editorial enquadram-se perfeitamente dentro dessa ótica, tais como os dos ex-guerrilheiros Fernando Gabeira – já mencionado em outro tópico – e Alfredo Syrkis, assim como o da filósofa Marilena Chauí e o seu *O que é ideologia*, lançado pela Brasiliense em 1983<sup>204</sup>. Nesse sentido, o fim da Ditadura, a campanha das Diretas Já e o advento da Nova República despertaram um grande desejo de revisão de nossa história e de comprometimento dos brasileiros na construção da nova ideia de cidadania que então se apresentava, com claros reflexos nas preferências dos leitores por determinados temas e títulos:

Em 1985 temos um “pico” de vendas de autores nacionais de ficção e, em torno desse ano, temos a mesma alta no segmento não-ficção. Não é difícil notar que existe uma correlação entre esse “pico” e o clima de otimismo e vontade de participação na vida pública que a campanha Diretas Já captou e otimizou. Essa correlação fica mais forte se atentarmos para os *best-sellers* de então: *Viva o Povo Brasileiro*, de João Ubaldo Ribeiro; *Olga*, de Fernando de Moraes; *Brasil nunca mais*, *O Complô que Elegeu Tancredo e Os Mandarins da República* (REIMÃO, 1996, p. 94).

<sup>202</sup> Sandra Reimão, *op. cit.*, p. 91.

<sup>203</sup> Idem.

<sup>204</sup> Ibidem, p. 94.

Finalmente, cabe-nos abordar brevemente as *novas perspectivas do cenário editorial brasileiro que se apresentavam no início da década de noventa*, para que cheguemos às conclusões que se coadunam com a discussão principal deste tópico de nosso trabalho, a saber: a publicação de uma nova edição de QD pelo Círculo do Livro no ano de 1990. A primeira mudança na passagem dos anos 80 para os 90 foi um aumento, entre os *best-sellers*, dos autores nacionais, nos segmentos de ficção e também nos de não-ficção. Tal fato pode ser constatado pelos levantamentos feitos pelo instituto de pesquisa Datafolha, vinculado ao jornal *Folha de São Paulo*, relativos aos anos de 90, 91, 92, 93 e 94<sup>205</sup>. Embora a tendência de uma forte presença dos escritores brasileiros no segmento de não-ficção permaneça, é no segmento de ficção que o aumento de nomes nacionais entre os mais vendidos cresceu em relação à década anterior, apresentando as seguintes porcentagens:

Dos quarenta títulos de não-ficção, que constam nas listas dos mais vendidos, 27 (67,5%) são de autores brasileiros, e dos outros quarenta títulos no segmento ficção, dezenove (47,5%) são de escritores nacionais. Em ambos os setores a presença de autores nacionais é proporcionalmente maior que a média verificada na década anterior (REIMÃO, 1996, p. 96-97).

Esse aumento, contudo, deve ser visto com ponderação, uma vez que a sua causa é, principalmente, o excepcional êxito editorial do escritor Paulo Coelho, autor que, ao longo desses anos, nunca deixou de figurar entre os mais vendidos, comparecendo por quatorze vezes em tais listas<sup>206</sup>. Vale destacar, ainda, uma informação muito importante sobre o segmento de não-ficção no período em foco: a presença, entre os títulos mais populares de 1992, de uma reportagem sobre prostituição infantil feminina escrita por Gilberto Dimenstein, *Meninas da noite*, que figura em décimo lugar entre os livros mais vendidos de 1992 – revelando um interesse dos leitores brasileiros pelo lado sórdido e marginal do Brasil – e de um diário, de autoria da jovem atriz Maria Mariana, intitulado *Confissões de adolescente*, que entrou na lista dos mais vendidos de 1993 em oitavo lugar<sup>207</sup> (indicando o potencial editorial do gênero no nosso mercado editorial).

Conjugando todos os pontos abordados aqui sobre o contexto editorial da década de

<sup>205</sup> Cf. Sandra Reimão, *op. cit.*, p. 96.

<sup>206</sup> Ibidem, p. 97.

<sup>207</sup> Ibidem, p. 98.

80 e primeiros anos da década de 90, podemos conjecturar com mais propriedade sobre os motivos que levaram o Círculo do Livro a trazer à luz uma nova edição de QD em 1990. Em primeiro lugar, é preciso ressaltar a condição especial do livro mais famoso de Carolina de Jesus em relação aos gêneros literários: QD tanto pode ser enquadrado no gênero de *ficção* – pela abordagem eminentemente *literária* com que a escritora concebe a sua escrita diarística<sup>208</sup> – quanto como, obviamente, no gênero *não-ficção*, por seu caráter testemunhal e documentário. Essa, por assim dizer, *dupla condição genérica*, proporciona ao livro uma vantagem mercadológica considerável, uma vez que os leitores poderiam procurá-lo tanto para uma fruição estética quanto para a compreensão do passado recente do país. Assim a timidez da presença de nossos escritores entre os mais vendidos no gênero *ficção*, que poderia limitar o alcance de QD, se visto como *ficção*, poderia ser compensada pela predominância de autores brasileiros entre os títulos de maior sucesso no gênero *não-ficção*, em que o primeiro livro publicado de Carolina se encaixava perfeitamente.

Se nos voltarmos para o aspecto temático de QD, veremos que também aí ele era uma obra que se mostrava promissora comercialmente, já que seu conteúdo – múltiplo e interdisciplinar – apresentava, de certo modo, praticamente todos os três grupos de temas mais procurados pelo público leitor da época no gênero *não ficção*: “política e economia recente”; “memória, biografia e autobiografia” e também “psicologia e feminismo”<sup>209</sup>. Além de tudo isso, o famoso diário de Carolina de Jesus, obra crua e realista, fora publicado às vésperas do Golpe de 1964 e capturava de forma ampla o último período democrático brasileiro antes da instalação da Ditadura Empresarial-Militar que acabara de chegar ao fim, o que lhe dava um potencial imenso de entendimento do país e sua história recente, algo que os leitores da época de redemocratização efetiva do Brasil (segunda metade dos anos 1980) estavam ávidos por consumir.

Por fim, é necessário lembrar que QD era aquilo que classificamos, em trabalho anterior, de uma *literatura vista de baixo*<sup>210</sup>, revelando, portanto, o lado degradado e marginal da nossa sociedade – tal como o sucesso editorial do ano de 1992, mencionado por nós

<sup>208</sup> O que explica o enorme número de trabalhos nos campos da historiografia, crítica e teoria literárias sobre a autora.

<sup>209</sup> Cf. Sandra Reimão, op. cit., p. 92.

<sup>210</sup> Cf. GONÇALVES, Emanuel Régis Gomes. *O livro “Quarto de despejo”, de Carolina Maria de Jesus – a literatura vista de baixo*. Saarbrücken: Novas Edições Acadêmicas, 2015.

anteriormente (*Meninas da noite*), num gênero – o diário – que, dali a pouco, se faria presente em um sucesso inesperado no ano de 1993 (*Confissões de adolescente*). Tudo isso somado, fica mais fácil compreender o ressurgimento de QD em uma nova edição feita por uma das maiores editoras brasileiras naquele momento. Não foi uma aposta equivocada: a edição de QD do Círculo do Livro teve cinco reimpressões, distribuídas nos anos de 91, 92 e 93<sup>211</sup>. Apesar de promissora no segmento de ficção, a publicação de QD pelo Círculo do Livro ia na contramão da tendência de maior sucesso no mercado editorial da época, a saber: os livros de tema *místico ou esotérico*, cujo principal representante era o “mago” Paulo Coelho, do qual falaremos brevemente agora, relacionando-o, em seguida, com a conjuntura político-institucional do início da década de 1990.

Na realidade, os livros esotéricos remontam, no Brasil, à segunda metade do século XIX, já que datam de 1875 as primeiras traduções de *O livro dos espíritos* e *O evangelho segundo o espiritismo*, de Alan Kardec. No começo do século XX, também houve a publicação de uma versão nacional do *Livro de São Cipriano*, manual de magia famoso mundo afora, pela editora Quaresma. Ainda em 1907, Antonio Olivio Rodrigues funda a Pensamento, primeira casa editorial especializada nesse segmento do mercado de livros<sup>212</sup>. O fenômeno de vendas de obras esotéricas da década de 80, no entanto, teve início com a chegada ao mercado de *As brumas de Avalon*, da escritora norte-americana Marion Zimmer Bradley, em que era recontada a saga do rei Arthur, em quatro volumes<sup>213</sup>. Descoberto esse filão, não tardou a surgir um autor nacional que explorasse com eficiência os temas que investigavam os “mistérios da existência”, na figura do compositor e produtor musical Paulo Coelho, quando este lançou seu primeiro livro pela editora Rocco. A trajetória bem-sucedida desse escritor carioca na primeira metade dos anos 90 é resumida assim por Abrão, Nader e Paiano (1998):

foi com o lançamento de *Diário de um mago*, de Paulo Coelho, em 1987, que a Rocco deu seu grande salto. Acreditando num autor cujos primeiros livros – *Arquivos do Inferno* e *Manual prático do vampirismo* – haviam sido ignorados pelo público, a editora possibilitou o surgimento do maior êxito editorial da história recente do país. Os números confirmam: até 1993 a Rocco havia vendido praticamente 3 milhões de exemplares de quatro títulos do escritor: *O alquimista* (lançado em 1988), *Brida* (1990)

<sup>211</sup> Informação retirada da *linha numérica* contida na folha de rosto da edição do Círculo do Livro que utilizamos neste trabalho (5<sup>a</sup> reimpressão).

<sup>212</sup> Cf. Bernardette Siqueira Abrão, Wladyr Nader e Enor Paiano, *Momentos do livro no Brasil*, São Paulo: Ática, 1998, p. 183.

<sup>213</sup> Idem.

e *As Valkirias* (1992), além do *Diário*. Em dezembro do ano seguinte, os primeiros lugares nas listas de ficção e não-ficção da *Folha de São Paulo* eram ocupados por outros dois títulos do mago Coelho: respectivamente, *Na margem do rio Piedra eu sentei e chorei* (1994) e *Maktub* (1995) (ABRÃO, NADER e PAIANO, 1998, p. 193-194).

De fato, Paulo Coelho – a partir do enorme êxito obtido com os seus livros<sup>214</sup> – ajudou a configurar um novo tipo de imagem para o escritor brasileiro, em que uma sempre desejada, mas poucas vezes atingida, *profissionalização* parecia possível, apesar das várias dificuldades do nosso mercado editorial. Tal perspectiva é endossada por uma longa matéria constante em uma edição da revista *Leia*, em que diversos editores e consultores foram entrevistados para compor um quadro geral do nível de profissionalização dos escritores naquele período, ou seja, o final dos anos 80 e começo dos 90. Caio Graco Prado, editor da Brasiliense e um dos entrevistados pela revista, até admitia que a profissionalização fosse possível, mas para poucos, em consequência da “instabilidade financeira do país”, que destruiria uma grande parcela dos valores recebidos em direitos autorais pelos escritores, situação que o levava a optar pelo adiantamento nos contratos firmados entre sua editora e os nomes por ela publicados<sup>215</sup>. Ainda segundo o editor, a profissionalização só seria plenamente realizável através da expansão do público leitor e de “profundas mudanças políticas no país”<sup>216</sup>. A ideia de serem considerados “profissionais da escrita”, todavia, não agradava a alguns escritores consultados para a matéria. João Gilberto Noll, por exemplo, argumentava que a relação entre autores e editoras ainda acontecia com muitos desencontros, “aos trancos e barrancos”, já que – segundo o ficcionista – os editores ainda enxergavam a publicação de um livro dentro da ordem do “favor” que eles faziam aos seus autores<sup>217</sup>. Já Lygia Fagundes Telles rechaçava completamente a ideia de ser considerada uma profissional da literatura, afirmando ter de trabalhar como procuradora do Estado para poder se sustentar e emitindo a seguinte reflexão: “Não dá para ser profissional em um país com uma massa colossal de analfabetos e imensa miséria. Se aqui a vida já é um artigo

---

<sup>214</sup> “Seu nome entraria no *Guiness* de 1994 por ter batido o recorde de permanência nas listas de best-sellers: quatro anos ou 208 semanas, com o *Diário*, *O alquimista*, *Brida* e *As Valquírias*, todos editados pela Rocco”. Em: Bernardette Siqueira Abrão, Wladyr Nader e Enor Paiano, op. cit. p. 186.

<sup>215</sup> Cf. Airton Gontow, “Os novos negócios do escritor”, *Leia – uma revista de livros, autores e ideias*, ano XI, nº 138, 1990, p. 22.

<sup>216</sup> Idem.

<sup>217</sup> Ibidem, p. 24.

de luxo, imagine então o que são os livros”<sup>218</sup>. De um modo geral, no entanto, a matéria tinha um tom otimista, apesar de deixar clara a preocupação dos editores com o recém-lançado plano econômico do novo presidente do Brasil, eleito no final do ano anterior – Fernando Collor de Mello, sobre quem falaremos no tópico seguinte<sup>219</sup>. Por ora, convém retornarmos ao nome de Paulo Coelho e concluirmos este tópico analisando brevemente o significado cultural da voga do misticismo e do esoterismo entre o público leitor da época.

Em “The Dry Salvages”, um dos poemas que compõem *Quatro quartetos*, T. S. Eliot escreve os seguintes versos:

Comunicar com Marte, tratar com espíritos,  
Relatar os hábitos do monstro marinho,  
Traçar horóscopos, fadar, vaticinar,  
Ver males em assinaturas, evocar  
Biografias pelas riscas da mão  
E tragédias, pelos dedos; arrancar presságios  
Por sortilégios, ou folhas de chá, antever o inevitável  
Com cartas de jogo, usar pentagramas  
Ou ácidos barbitúricos, ou dissecar  
A imagem recorrente em terrores pré-conscientes –  
Explorar o ventre, a cova, ou sonhos; são todos comuns  
Passatempos e drogas, e artigos de imprensa:  
E sempre serão, alguns especialmente  
Quando há pesar nas nações e perplexidade  
Seja nas praias da Ásia, ou na Edgware Road (ELIOT, 2018, p. 271)<sup>220</sup>.

Através dessas palavras – escritas durante a Segunda Guerra – o consagrado poeta associa o misticismo e o esoterismo a períodos de crise e decadência cultural, criticando assim, indiretamente, poetas como W. B. Yeats e outros ocultistas de seu tempo<sup>221</sup>. Guardadas as devidas diferenças entre um momento histórico e outro, é também por essa perspectiva que procuramos entender a popularidade entre os leitores brasileiros do início da década 1990 dos temas ligados ao mistério e ao sobrenatural. Afinal, apesar da redemocratização ter produzido grandes expectativas nos corações e mentes de toda a nação, o governo de José Sarney – com sua fraqueza política, sua inflação fora de controle, seus planos econômicos fracassados e a

<sup>218</sup> Idem.

<sup>219</sup> Por suas consequências para a sociedade e a cultura brasileiras, o primeiro plano econômico de Collor também será analisado com atenção no próximo tópico.

<sup>220</sup> Tradução de Caetano W. Galindo.

<sup>221</sup> Ver Cláudio Willer, *Um obscuro encanto – gnose, gnosticismo e poesia moderna*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, p. 110.

descrença que tinha produzido na capacidade estatal de guiar um país por um caminho de desenvolvimento e justiça social<sup>222</sup> – levava a população brasileira, inclusive seus setores mais esclarecidos, a uma profunda desesperança. O sucesso de autores como Marion Zimmer Bradley e Paulo Coelho coincide exatamente com esse período. Nesse quadro de pessimismo geral, o governo de Fernando Collor, eleito em 1989, era apenas uma promessa e, portanto, repleta de incertezas sobre o futuro econômico, político, social e cultural do país. Nesse sentido, assim como T. S. Eliot em seu tempo, vivíamos um período de “pesar” e “perplexidade” no Brasil, sendo compreensível, portanto, que uma parte considerável do público leitor brasileiro buscasse um tipo de *escapismo* e de *sentido transcendental* para suas vidas nas obras esotéricas, já que a dura realidade cotidiana permanecia temporariamente turva e carregada de desalento. Uma série de tragédias sociais e humanas que marcariam a história brasileira ainda nos primeiros anos da década de noventa, no entanto, obrigariam os setores cultos do país a acordar de seu torpor e encarar os dilemas de nossa sociedade, ainda marcada por uma profunda desigualdade e desrespeito pela vida da maioria de seu povo – abrindo espaço, assim, para que a figura de Carolina Maria de Jesus começasse, finalmente, a ser resgatada em nossa cultura com o devido espaço que ela merecia.

### 3.2.2 *Edição de Quarto de despejo de 1993*

Enquanto os times Furacão 2000 e Burgo Paulista se enfrentavam no campeonato do pavilhão 9, da Casa de Detenção de São Paulo, os presos Barba e Coelho deram início a uma briga no segundo andar do mesmo pavilhão, que levou os jogadores a abandonarem a competição e, dividindo-se em lados opostos, passarem a se ameaçar mutuamente – até o fim do dia, essa briga, que só terminou com a intervenção truculenta da polícia, ocasionaria a morte de 111 pessoas, no episódio que entrou para história como “Massacre do Carandiru”. Isso se

---

<sup>222</sup> Pontos que também abordaremos no próximo tópico deste trabalho.

deu em 2 de outubro de 1992<sup>223</sup>.

No dia 18 de outubro desse mesmo ano, os banhistas da praia do Arpoador, no Rio de Janeiro, foram surpreendidos pela chegada de uma multidão de jovens – negros, pobres e periféricos – que atravessou correndo essa famosa praia da Zona Sul, em um confronto de “galeras” rivais, dando ensejo a alguns poucos roubos e gerando pânico na imprensa da época e intensa repressão policial, diante do que ficou conhecido como “arrastões”<sup>224</sup>.

Era por volta da meia-noite do dia 23 de julho de 1993, quando um grupo de cerca de cinquenta meninos e meninas de rua que dormiam em frente à Igreja da Candelária foi acordado com os sons dos tiros disparados por um grupo de homens – posteriormente identificados como policiais – que haviam chegado sorrateiramente em dois carros. Oito crianças foram assassinadas e uma ficou gravemente ferida nessa que ficou conhecida como “Chacina da Candelária”<sup>225</sup>.

Pouco mais de um mês depois, no dia 29 de agosto, os moradores do Parque Proletário de Vigário Geral, também no Rio de Janeiro, assistiram, assustados, a sua noite ser subitamente perturbada por explosões de granada, gritos e tiros provocados por um grande número de homens – depois identificados como os “Cavalos Corredores”, um grupo de extermínio formado por policiais – que buscavam vingança pela morte de quatro colegas na noite anterior. Algumas horas depois, vinte e um corpos jaziam sem vida pelas ruas e casas dessa comunidade – todos trabalhadores, sem nenhum passado criminal, no terrível acontecimento que ficou conhecido como “Chacina de Vigário Geral”<sup>226</sup>.

Todos esses acontecimentos, ocorridos em um intervalo curto de tempo, revelavam, além de uma clara herança autoritária da Ditadura Militar há pouco substituída pelo regime democrático, a dificuldade do Brasil em construir uma civilidade fundamentada no respeito à dignidade humana e no cumprimento da lei. Eram também, de certa forma, o reflexo da soma de uma série de crises – econômicas, políticas e sociais – que acompanhavam a Nova República desde o seu advento, em 1985.

---

<sup>223</sup> Cf. Drauzio Varella, *Estação Carandiru*, São Paulo: Companhia das Letras, 1999. p. 281 e 295.

<sup>224</sup> Cf. Danilo Cymrot, *O funk na batida – baile, rua e parlamento*, São Paulo: Edições Sesc São Paulo, 2021. p. 30.

<sup>225</sup> Ver: Geraldo Lopes, Marcelo Siqueira Campos, Deborah Berman e Maria Alice Mariano, “Meninos de rua – a chacina da Candelária”, *Revista Manchete*, nº 2156, Rio de Janeiro, julho de 1993, p. 6-7.

<sup>226</sup> Cf. Rosilene Alvim, Eugênia Paim e Marcia Lahtermaher (orgs.), *Vigário Geral – uma noite tão comprida*, Rio de Janeiro: 7 Letras, 2011. p. 29.

Na realidade, uma primeira dificuldade que o país enfrentou foi a morte de Tancredo Neves, em 21 de abril do referido ano, ocasionando a chegada à presidência de seu vice, José Sarney, um nome que até pouco tempo fazia parte das fileiras dos apoiadores da Ditadura – portanto, uma figura que gerava desconfiança nos setores políticos democráticos e um mandatário sem apoio substancial tanto no Congresso quanto entre o povo. Para entendermos, porém, o verdadeiro colapso, econômico e social, que os brasileiros vivenciaram nos anos 80, é preciso levar em conta as mudanças na estrutura de nossa sociedade e o contexto internacional que contribuiu para tal fenômeno.

Segundo Luiz Carlos Delorme Prado e Maria Antonieta Leopoldi (2018), uma aguda *crise cambial* e uma *alta taxa de inflação* foram os componentes fundamentais da grave situação econômica que o país atravessou na década de oitenta, elementos que não diziam respeito apenas à situação brasileira e que já haviam sido as causas da falência do regime anterior:

o Brasil, como outras economias latino-americanas, enfrentou na década de 1980 uma crise econômica que tinha dois componentes interconectados: uma grave crise cambial, devido à sua incapacidade de financiar seu déficit em transações correntes e pagar adequadamente os serviços da dívida externa; e uma elevada taxa de inflação, pressionada por desequilíbrios fiscais do governo e pela indexação generalizada da economia. Essa crise, construída na década anterior, foi um dos fatores fundamentais para explicar a perda da sustentabilidade política do regime militar. Uma das expectativas criadas com a restauração da democracia foi que ela seria capaz de enfrentar, com sucesso, os problemas econômicos e políticos decorrentes da deterioração do ambiente econômico (LEOPOLDI; PRADO, 2018, p. 78).

Com efeito, a crise cambial e a inflação descontrolada seriam os dois graves problemas que o governo de José Sarney tentaria debelar através de uma série de planos econômicos que, invariavelmente, apresentavam um ciclo de resultados inicialmente positivos seguidos de descontrole e fracasso total. Antes, contudo, de determo-nos nos aspectos autóctones dos dilemas econômicos brasileiros, é importante analisarmos, em linhas gerais, o contexto internacional.

Como vimos anteriormente, os anos 70 foram marcados no mundo todo pela chamada “crise do petróleo”, iniciada em 1973. Durante toda a década, os países industrializados do mundo tiveram de se debater com taxas de inflação elevadas, que não eram vistas desde a Segunda Guerra. Nos dois primeiros anos da década seguinte, a média dos preços aos consumidores nos países industrializados atingiram um aumento de até 18% e, nos países em

desenvolvimento, chegaram a até 29%<sup>227</sup>. Obviamente, esse cenário internacional desfavorável gerava desdobramentos mais alarmantes nas economias mais atrasadas do mundo, conduzindo os países que apresentavam economia desse tipo – em especial, os que dependiam do petróleo estrangeiro – a profundas recessões:

A elevada taxa de juros, a baixa liquidez em dólar no mercado internacional e a recessão nas economias desenvolvidas impunham um pesado ônus aos países em desenvolvimento. Submetidos a mais de uma década de choques exógenos, um expressivo número de países em desenvolvimento, principalmente os importadores líquidos de petróleo e os mais endividados, tiveram suas economias domésticas desorganizadas. As consequências foram crise cambial, elevadas taxas de inflação e redução do crescimento econômico (LEOPOLDI; PRADO, 2018, p. 81).

Tal realidade levou o Brasil a um endividamento profundo em relação a instituições financeiras internacionais, como o Fundo Monetário Internacional (FMI), fazendo crescer de forma exorbitante a chamada “dívida externa”, palavra que acompanhará a vida econômica e política do país até praticamente o final da década de 1990. O comprometimento de uma enorme fatia de seu Produto Interno Bruto (PIB) para a realização de transferências vultosas para o exterior é o que explica, em grande medida, a incapacidade do governo brasileiro em investir em setores que possibilitariam o desenvolvimento da economia do país e, consequentemente, combater os sérios problemas sociais que atormentavam a vida cotidiana de sua população, sobretudo entre os mais pobres:

Durante todo o mandato de Sarney as condições de negociação da dívida externa foram extremamente difíceis, e, quando foi possível encontrar uma solução para equacionar a dívida dos países em desenvolvimento – com o Plano Brady, em 1989 – o governo já estava em seu ocaso. Desta forma, a gestão econômica durante esses cinco anos não pode ser avaliada sem considerar essas duras condições externas. Durante esse período, o país foi um exportador líquido de divisas, operando em condições de grave restrição cambial, o que limitava a margem de manobra para políticas domésticas de estabilização e de crescimento. Portanto, em resumo, a Nova República tem início sob condições internacionais muito difíceis, que, embora percebidas pela sociedade brasileira, eram subestimadas no que se refere à necessidade de adequar as políticas domésticas às condições internacionais (LEOPOLDI; PRADO, 2018, p. 82).

Durante todo o seu governo, José Sarney procurou soluções para essa situação, através

---

<sup>227</sup> Cf. Maria Antonieta P. Leopoldi e Luiz Carlos Delorme Prado, “O fim do desenvolvimentismo: o governo Sarney e a transição do modelo econômico brasileiro”, em: *O Brasil Republicano – da transição democrática à crise política de 2016: Quinta República (1985-2016)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018. p. 80.

de uma sucessão de planos econômicos que se revezavam entre os chamados “choques heterodoxos” e uma política “feijão com arroz”, ou seja, ortodoxa. A ideia central das primeiras medidas era que a inflação brasileira possuía um caráter *inercial* (ou seja, contínua), em que “dívidas e encargos se alimentavam mutuamente” – o que levou economistas como Francisco Lopes, André Lara Resende e Eduardo Modiano, entre outros, a enxergarem na *desindexação da economia*<sup>228</sup> o melhor caminho para sustar o processo inflacionário<sup>229</sup>.

O primeiro desses choques heterodoxos foi o Plano Cruzado, lançado em 28 de fevereiro de 1986. Seguindo o modelo proposto pelo economista Francisco Lopes, a medida mais impactante do plano foi a criação do cruzado, uma nova moeda, que equivalia a mil cruzeiros. Outra medida importante foi o congelamento de preços por tempo indefinido. Junto a isso, ocorreu a já mencionada desindexação da economia, através da substituição do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) pelo Índice de Preços ao Consumidor (IPC), outro índice de medição da inflação, mas construído de uma base de cálculos diferente. O salário-mínimo, por fim, recebeu um aumento de 16%<sup>230</sup>. Apesar do sucesso inicial em reduzir a inflação e da popularidade que as medidas econômicas passaram a desfrutar entre a população brasileira, o Plano Cruzado não demorou a se defrontar com sérios problemas. O maior deles, sem dúvida, foi o chamado *superaquecimento da economia*, que, somado a outros fatores, levaria inevitavelmente ao retorno da inflação:

Combinado com a elevação do nível de emprego, o aumento real dos salários, ainda que pouco significativo, provocou um surto de consumo. [...] Quanto às empresas estatais, as receitas foram prejudicadas pelo congelamento de preços e elas gastaram mais do que o previsto. A folha de pagamento dos servidores públicos também cresceu. As taxas de juros baixas estimularam o consumo de bens duráveis e a formação de estoques especulativos. Finalmente, as distorções resultantes do congelamento dos preços se tornaram cada vez mais evidentes. Alguns setores da economia enfrentaram pontos de estrangulamento antes que outros: as manchetes de todos os jornais anunciavam a escassez de produtos como a carne e o leite (ALMEIDA, 2011, p. 74).

Frente a impossibilidade de manter o Plano Cruzado tal como ele fora concebido, José

<sup>228</sup> Uma economia indexada é aquela em que há “a propagação de mecanismos automáticos de reajuste de rendas por algum indicador que expresse a inflação – passada, presente ou futura. Caso os reajustes [salariais, por ex.] sejam feitos pela inflação passada, (e não ocorram choques) a taxa de inflação de um período será igual à do período anterior, estabelecendo-se um patamar inflacionário [inflação inercial]”. Em: VIEIRA, José Ribas et al (org.). *Na corda bamba – doze estudos sobre a cultura da inflação*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1993. p. 99. A “desindexação da economia”, portanto, consiste em eliminar esses reajustes para conter a inflação.

<sup>229</sup> Cf. Gelsom Rozentino de Almeida, op. cit., p. 68.

<sup>230</sup> Cf. Maria Antonieta P. Leopoldi e Luiz Carlos Delorme Prado, op. cit., p. 93.

Sarney decidiu esperar os resultados das eleições legislativas de 1986 – que dariam uma vitória extraordinária para os candidatos do partido do governo, o PMDB – para anunciar um novo “choque heterodoxo”, o chamado Cruzado II, que aumentou as tarifas públicas (água, luz etc.) e criou novos impostos para cigarros e bebidas, permitindo o aumento das taxas de juros e minidesvalorizações da moeda (ou seja, do poder de compra), em um verdadeiro estelionato eleitoral que fez despencar a popularidade do presidente<sup>231</sup>. Não tardou para que o Cruzado II também fracassasse<sup>232</sup>, dando lugar a dois outros planos que também malograram: o Bresser, desenvolvido pelo ministro Luiz Carlos Bresser Pereira – que assumiu a fazenda a partir de 1987 – o “feijão com arroz”<sup>233</sup> e o Verão, criados por Mário da Nóbrega (substituto de Bresser). Foi nesse cenário de verdadeiro colapso das contas públicas e do poder de compra dos brasileiros que teve início aquele que seria o mais importante evento político da década de oitenta e também um dos mais significativos da história brasileira: a instalação da Assembleia Constituinte, ainda em 1987. Fragilizado por sua condução malfadada do governo, José Sarney teve de aceitar o protagonismo de outras forças políticas na condução da Constituinte que estabeleceria a nova Lei Maior. Como explica Rodrigo Vizeu (2019, p. 228): “o presidente agarrou-se a algumas poucas demandas, sendo a principal delas a de estabelecer um mandato presidencial de cinco anos, que o manteria no poder, mesmo impopular, até janeiro de 1990”.

A instalação da Assembleia Nacional Constituinte ocorreu em fevereiro de 1987, sendo composta pelos deputados e senadores eleitos no pleito do ano anterior, cabendo a sua presidência ao presidente da Câmara dos Deputados, e também do PMDB, Ulysses Guimarães. O vetor principal da elaboração da nova Constituição foi a preocupação em livrar a legislação brasileira da “tralha” autoritária do regime militar. Como ponto de convergência e disputa de inúmeros interesses, contudo, a Constituinte acabou por apresentar em sua redação diversos limites à garantia de uma democracia efetivamente plena:

Na elaboração da nova Constituição, a convergência forte se deu em torno da democracia e da garantia das liberdades civis e políticas. Nos temas que suscitarão maior conflito – função social da propriedade, reforma agrária e direitos trabalhistas,

---

<sup>231</sup> Ibidem, p. 96.

<sup>232</sup> Obrigando o governo, inclusive, a decretar uma moratória, suspendendo o pagamento dos juros de sua dívida externa.

<sup>233</sup> O plano ganhou essa alcunha por seu caráter ortodoxo, embora utilizasse também medidas heterodoxas (congelamento de salários, aumento das tarifas públicas, renegociação da dívida externa etc.). Ver: Gelson Rozentino de Almeida, op. cit., p. 80.

por exemplo – prevaleceram soluções de compromisso. Extensa e detalhada para contemplar as diversas aspirações e interesses de uma sociedade plural e ávida por assegurar direitos, a Constituição exprimiu o consenso possível naquele momento. Para tanto, adotou princípios gerais abrangentes e comandos específicos não determinísticos. Deixou, assim, em aberto as portas do Judiciário para futuros conflitos de interpretação sobre o texto constitucional e a constitucionalidade das leis. Na mesma direção, previu ainda, em suas disposições transitórias, a realização de uma revisão constitucional cinco anos após a entrada em vigor da nova Carta (FAUSTO, 2019, p. 180).

Promulgada a nova Constituição, em 5 de outubro de 1988, continuavam as incertezas sobre os rumos do país, em decorrência do problema crônico do descontrole inflacionário. Em janeiro do ano seguinte, a inflação atingiu o patamar de 1,4% de aumento ao dia, o que ocasionava uma taxa de 15.000% ao ano<sup>234</sup>. Apesar de uma pequena melhora nesse quadro, os dois últimos anos do governo Sarney foram marcados por uma enorme impopularidade, um sentimento geral de que o presidente falhara em suas políticas econômicas e sociais e uma desconfiança profunda no Estado enquanto condutor da vida da nação. É sempre perigoso, contudo, depositar toda a culpa do fracasso do primeiro governo da Nova República em uma única pessoa, no caso, o presidente José Sarney. Como procuramos mostrar no início deste tópico, fatores de ordem internacional influíram de forma intensa na capacidade de desenvolvimento do Brasil na década de 80. Além disso, a passagem da Ditadura para o novo regime – sem rupturas políticas, econômicas e sociais radicais – limitou o potencial de construção de uma nação plenamente democrática:

a transição negociada com os militares e as oligarquias políticas tradicionais não abria espaço para ousadias ou rupturas com os interesses dominantes. Qualquer proposta que implicasse perda de poder de mercado ou de poder político para setores empresariais, no setor agrícola, na indústria ou no setor financeiro, era imediatamente combatida e derrotada. Os mesmos grupos políticos e econômicos que davam apoio ao governo militar se recompuseram na nova coalização de apoio à Nova República. Ajustaram-se à nova ordem, para que tudo permanecesse como estava (LEOPOLDI; PRADO, 2018, p. 107).

O resultado mais nocivo de todo esse processo foi, sem dúvida, a descrença nos políticos tradicionais como aptos para comandar o país, junto com a já mencionada desconfiança em relação ao Estado e sua estrutura burocrática, o que abriu espaço para que, nas eleições de 1989 – a primeira com voto direto desde a redemocratização – um nome sem

---

<sup>234</sup> Cf. Maria Antonieta P. Leopoldi e Luiz Carlos Delorme Prado, op. cit., p. 101.

vínculos com partidos políticos tradicionais e pregando justamente um discurso de diminuição do papel do Estado surgisse e ascendesse no imaginário popular como um novo “salvador da pátria”.

É preciso ressaltar que, vinte e nove anos após as últimas eleições em que a população votante do Brasil pôde escolher seu presidente de forma direta, o pleito de 1989 era, sem dúvida, um dos mais importantes da história republicana do país. Sob muitos aspectos, eram eleições que representavam também o ápice de uma reconfiguração da sociedade e da política brasileiras que se deu ao longo da década de 80. Como defende a cientista política Alessandra de Carvalho (2014):

As eleições diretas para presidente da república coroaram uma década fundamental na história política brasileira, marcada pelo retorno do multipartidarismo e das eleições diretas para governadores, em 1982, e para prefeitos, em 1985; pelo fim da proibição ao funcionamento das legendas comunistas; pelas imensas mobilizações populares, como a campanha das Diretas Já; pela promulgação de uma nova constituição, que determinou a maior expansão do direito de voto no Brasil; pela proliferação e fortalecimento de inúmeras organizações sociais, como os sindicatos urbanos e movimentos rurais. O ano de 1989, em particular, assistiu à eclosão de 1.962 greves, maior número de acordo com o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (CARVALHO, 2014, p. 386).

Nesse momento tão decisivo e especial da história brasileira, duas figuras políticas de trajetórias e espectros ideológicos bem diferentes marcariam as eleições em questão – Fernando Collor de Mello e Luiz Inácio Lula da Silva. O primeiro era o descendente de uma família com tradição na política, tendo seu avô materno, Lindolfo Collor, gaúcho de São Leopoldo, ocupado o cargo de ministro do Trabalho no governo de Getúlio Vargas e seu pai, Arnon de Mello, sido governador de Alagoas, estado pelo qual também foi eleito posteriormente senador e no qual construiu um conjunto de empresas atuantes no ramo midiático<sup>235</sup>. Como o pai, Fernando Collor também chegara ao cargo de governador de Alagoas em 1986, experiência que, como veremos, foi fundamental para gabaritá-lo para a disputa da presidência nas eleições seguintes. Já o segundo, cuja atuação política como líder sindical nas históricas Greves do ABC e fundador do PT já tratamos aqui, vinha de um mandato de deputado federal do qual licenciou-se para disputar o pleito de 1989 e participava de sua primeira tentativa de se tornar presidente do país. Além desses dois protagonistas, as eleições de 1989 também contaram com outros vinte

---

<sup>235</sup> Ver: Rodrigo Vizeu, op. cit., p. 234.

candidatos, entre nomes veteranos na política partidária e completos novatos, reflexo das facilidades na legislação eleitoral para a criação de partidos no governo Sarney<sup>236</sup>. Entre todos esses candidatos, merecem ser destacados os nomes de Leonel Brizola, filiado ao PDT e nome histórico do trabalhismo varguista, e Ulysses Guimarães, que se notabilizara no período por comandar os trabalhos da Constituinte dois anos antes.

Concorrendo pelo pequeno Partido da Reconstrução Nacional (PRN), o qual fundara, Collor tornara-se conhecido nacionalmente através das ações que levou adiante no governo de Alagoas, encabeçando a bandeira da perseguição a funcionários públicos – simulando, assim, a defesa da moralização do Estado e do combate à corrupção, o que lhe renderia, junto com suas relações pessoais, uma grande espaço na mídia burguesa, de quem ganharia a alcunha de “caçador de marajás”:

as questões de Alagoas transformaram-se, então, em uma agenda nacional popularizando o governador de Alagoas, no que foram fundamentais suas boas relações com Alberico de Souza Cruz, diretor de jornalismo da TV Globo. As ações de Collor passaram a ganhar destaque também em importantes periódicos impressos como *Jornal do Brasil*, *O Globo*, *Folha de São Paulo*, *O E. de São Paulo*, *Veja* e *Isto é*, que cunharam o título de “caçador de marajás” e a imagem de um político destemido e independente (CARVALHO, 2014, p. 407).

Fernando Collor possuía um discurso que interessava à burguesia brasileira, mas havia outros nomes com trajetórias políticas mais consolidadas na direita que atraíam o apoio da classe dominante, tais como Mário Covas, do PSDB, Aureliano Chaves, do PFL e o já citado Ulysses Guimarães, do PMDB. Os maus resultados nas pesquisas de intenção de voto, porém, fizeram com que, paulatinamente, o empresariado, parte da classe média e a Rede Globo abraçassem a candidatura do “caçador de marajás” do PRN, sobretudo porque, no campo da esquerda, os nomes de Lula e Leonel Brizola demonstravam um crescimento acelerado nas pesquisas de intenção de voto<sup>237</sup>.

Decidida em dois turnos – com Lula e Fernando Collor dividindo os votos do país – esse apoio da burguesia e seus meios de comunicação ao candidato do PRN foi decisivo, não faltando à campanha de Collor diversos estratagemas pouco idôneos, ou francamente

<sup>236</sup> Cf. Alessandra de Carvalho, “As eleições presidenciais de 1989: sonhos, desejos e medos da década vivida”. Em: QUADRAT, Samantha Viz (org.). *Não foi tempo perdido – os anos 80 em debate*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2014. p. 389

<sup>237</sup> Rodrigo Vizeu, op. cit., p. 236.

desonestos, nas últimas semanas antes da votação final, como a divulgação maciça de denúncias contra integrantes do PT e até mesmo a insinuação de que o sequestro do empresário Abílio Diniz – de grande repercussão na época – tivesse algum tipo de participação de petistas<sup>238</sup>. O episódio mais infame do segundo turno, contudo, foi o debate, repleto de edições, transmitido pelo Jornal Nacional, da Rede Globo no dia 15 de dezembro de 1989, no qual, por exemplo, Collor teve mais tempo de fala<sup>239</sup>. Dois dias depois, Collor venceria Lula com 53% dos votos válidos, contra 47% do petista<sup>240</sup>.

Um dia após tomar posse, o novo presidente apresentou um pacote de 17 medidas que ele chamou de Plano Brasil Novo – mas que ficou conhecido como Plano Collor – que envolviam uma reforma monetária (substituição do cruzado novo pelo cruzeiro), uma reforma fiscal (aumento da receita advinda de tributos), uma política de renda (congelamento de preços e salários), além de políticas cambial e de comércio exterior (maior abertura da economia ao mercado estrangeiro)<sup>241</sup>. A medida mais polêmica e lembrada desse plano, contudo, foi a tentativa de reduzir a inflação de forma drástica através da retenção – ou confisco – de valores acima de 50 mil cruzados, que seriam devolvidos, em parcelas corrigidas monetariamente e com juros, após dezoito meses<sup>242</sup> – medida que Collor, durante sua campanha, havia acusado Lula de praticar caso este fosse eleito.

O novo plano econômico surpreendeu até mesmo a burguesia que apoiara a candidatura do novo presidente, o que pode ser constatado pela capa da revista *Veja* de 21 de março de 1990, que trazia, ao lado da foto de Collor com a faixa presidencial, a seguinte chamada: “O DINHEIRO SUMIU – Collor toma posse, baixa um confisco geral e deixa o país em estado de choque”<sup>243</sup>. Nessa mesma edição da revista, encontrava-se uma matéria cujo título era “O presidente dispara sua bomba” e em que se podia ler o seguinte texto, revelador da perplexidade da imprensa perante as medidas:

Nunca se viu um pacote tão ambicioso em suas finalidades, tão drástico em suas

---

<sup>238</sup> Cf. Alessandra Carvalho, op. cit., p. 411.

<sup>239</sup> Cf. Rodrigo Vizeu, op. cit., p. 237.

<sup>240</sup> Idem.

<sup>241</sup> Cf. Brasílio Sallum Jr, “O governo e o *impeachment* de Fernando Collor de Mello”, em *O Brasil Republicano – da transição democrática à crise política de 2016: Quinta República (1985-2016)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018. p. 167.

<sup>242</sup> Cf. Rodrigo Vizeu, op. cit., p. 237.

<sup>243</sup> Cf. *Veja*, edição 1122, ano 23, nº 11, 21 de março de 1990. Capa.

medidas e tão doloroso, de imediato, no bolso de quem possui algum dinheiro guardado no banco. Detalhado, complexo, o pacote de Fernando Collor traça uma linha divisória na paisagem social do país – e sua marca é a quantia de 50.000 cruzados novos. Quem se encontra abaixo dessa linha, em termos de dinheiro guardado, ficou livre da parte mais chocante das mudanças na economia – o confisco de todas as importâncias superiores a 50.000 cruzados novos depositadas nas cadernetas de poupança e nas contas correntes de 80% das aplicações no over [títulos provisórios] e demais produtos financeiros. Quem se encontra na parte de cima foi convocado, compulsoriamente, a pagar a conta – através da mais gigantesca operação de captura de dinheiro pertencente ao público já promovida na história das relações econômicas no Brasil<sup>244</sup>.

A cultura também sofreu um duro golpe com as primeiras ações como presidente de Fernando Collor, que extinguiu, também assim que foi empossado, a Fundação Nacional de Artes (Funarte) e a Empresa Brasileira de Filmes (Embrafilme), além de eliminar, pouco depois, a Lei Sarney (Lei 7505/86), que permitia abater do imposto de renda doações, patrocínios e investimentos em produções culturais<sup>245</sup>. O governo de Collor, no entanto, ruiria em pouco tempo. Em primeiro lugar, com o malogro do seu primeiro pacote econômico em combater a inflação:

A inflação, que desacelerara nos primeiros meses do confisco, fechando 1991 em 480%, voltaria a subir no ano seguinte. A política econômica restritiva levava o país à recessão, à queda do consumo e ao desemprego. O PIB se movia tal qual uma gangorra: o crescimento de 3,2% em 1989 se transfigurou em -4,3% em 1990, seguido de leve alta de 1% em 1991 e fechando 1992, último ano de Collor no poder, em -0,5%. (VIZEU, 2019, p. 238).

Logo em seguida, o governo teve de se haver com acusações graves de corrupção<sup>246</sup>, o que levou a uma movimentação da sociedade civil e até mesmo de grande parte da mídia que havia apoiado o presidente até ali pelo *impeachment* de Collor, o que de fato acabou acontecendo em 29 de setembro de 1992, quando a Câmara dos Deputados afastou Collor da presidência até que ele fosse julgado em definitivo pelo Senado; algo que não se deu, pois o

<sup>244</sup> Ibidem, p. 58.

<sup>245</sup> Ver: Senado Notícias. [www12.senado.leg.br](http://www12.senado.leg.br), 2011. “Lei Sarney foi pioneira no incentivo à cultura”. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2011/12/20/lei-sarney-foi-pioneira-no-incentivo-a-cultura>. Acesso em: 29/11/2023.

<sup>246</sup> Tais acusações vieram, inicialmente, do irmão do presidente, Pedro Collor, que concedeu duas entrevistas à revista *Veja* acusando o presidente de envolvimento com um esquema de desvio de dinheiro público montado pelo ex-tesoureiro da campanha de Fernando Collor, PC Farias; depois, foi a vez de Eriberto França, motorista da secretaria do presidente, dar uma entrevista à revista *Isto é*, em 24 de junho de 1992, afirmando que transportara cheques de empresa de propriedade de PC Farias para quitar dívidas de Collor. Ver: Brasílio Sallum Jr., op. cit, p. 181; 183.

então presidente renunciou ao seu cargo para tentar, em vão, evitar perder seus direitos políticos – os senadores levaram adiante o processo de impedimento mesmo após essa ação desesperada do ex-mandatário do país<sup>247</sup>.

Após esse traumático processo para a jovem democracia brasileira, assumiu a presidência o vice de Collor, Itamar Franco. Tendo construído sua carreira política em Minas Gerais, desde a segunda metade dos anos 60, Itamar era senador por esse estado quando aceitou compor a chapa que disputaria a eleição de 1989 ao lado de Collor. Seu perfil ideológico de matriz nacionalista, contudo, contrastava com o ímpeto liberal do presidente, o que ocasionou inúmeros conflitos entre os dois ainda durante a campanha<sup>248</sup>. Ao assumir a presidência, em 2 de outubro de 1992<sup>249</sup>, Itamar Franco gozava de uma reputação de honestidade – muito importante naquele momento – mas gerava desconfianças por parte dos setores da burguesia brasileira que desejavam uma política presidencial de tipo “Estado mínimo”, como pregava o receituário econômico neoliberal<sup>250</sup> que, surgido nos governos do presidente norte-americano Ronald Reagan e da primeira ministra britânica Margaret Thatcher na década de 80, começava a dominar o cenário político latino-americano daquela época<sup>251</sup>. A maior realização política do governo Itamar Franco foi, sem dúvida, a conquista da estabilidade econômica do país – tão almejada por tanto tempo e tantos governos antes dele – através de uma reforma monetária, em 1993, conduzida pelo seu ministro da Fazenda na época, Fernando Henrique Cardoso<sup>252</sup>, que, cortando três zeros da moeda brasileira, rebatizou-a de *cruzeiro real* – primeiro passo para a criação da moeda que utilizamos até hoje, o Real<sup>253</sup>.

Como podemos perceber, a sociedade brasileira viveu anos muito turbulentos no início

---

<sup>247</sup> Cf. Rubens Ricupero, “Apogeu e frustração do liberalismo”, em: *130 anos – em busca da República*, Rio de Janeiro: Intrínseca, 2019. p. 196.

<sup>248</sup> Ver Marly Motta, “A estabilização e a estabilidade: do Plano Real aos governos FHC (1993-2002), em *O Brasil Republicano* – da transição democrática à crise política de 2016: Quinta República (1985-2016). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018. p. 222.

<sup>249</sup> Mesmo dia em que ocorreu o Massacre do Carandiru.

<sup>250</sup> “O neoliberalismo é em primeiro lugar uma teoria das práticas político-econômicas que propõe que o bem-estar humano pode ser mais bem promovido liberando-se as liberdades e capacidades empreendedoras individuais no âmbito de uma estrutura institucional caracterizada por sólidos direitos a propriedade privada, livres mercados e livre comércio. O papel do Estado é preservar uma estrutura institucional apropriada a essas práticas”. Em: David Harvey, *O neoliberalismo: história e implicações*. Tradução Adail Sobral, Maria Stela Gonçalves. 5 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014. p. 12.

<sup>251</sup> Ibidem, p. 223.

<sup>252</sup> Também conhecido pelo acrônimo FHC.

<sup>253</sup> Cf. Marly Motta, op. cit., p. 228.

da década de noventa. Diante desse quadro, os episódios narrados no início deste tópico – massacre do Carandiru, repressão aos “arrastões” e chacinas da Candelária e do Vigário Geral – ganham significados mais amplos, conforme já sugerimos. Observados em conjunto, tais acontecimentos revelavam uma verdadeira *falência do Estado* – convulsionado econômica e politicamente – em lidar com uma sociedade brutalmente desigual e estratificada e conduzindo os “aparelhos repressivos” da burguesia, sutil ou ostensivamente, ao que Acauam Silvério de Oliveira classificou, com acerto, de um “gerenciamento da miséria por meio da violência”:

A sucessão de tragédias programadas no intervalo de menos de um ano confirmava, para quem estivesse disposto a ver, que o genocídio ocorrido no Carandiru não só não havia sido um acidente, como se tornava uma norma que não se restringia às cadeias do país. Longe de se tratar de equívocos ou desvios, a série de episódios trágicos configurava-se como um verdadeiro projeto de gerenciamento da miséria por meio da violência. O que a periferia percebeu antes de todos é que esse modelo genocida de organização social, ancorado numa série de mecanismos herdados da escravidão e aperfeiçoados durante a ditadura, não se voltava apenas contra aqueles considerados “criminosos”, tendo se convertido em norma geral, com aprovação quase irrestrita da opinião pública (OLIVEIRA, 2018, p. 20).

Em outros termos, as relações entre a “sala de visitas” e o “quarto de despejo”<sup>254</sup> ganhavam contornos mais tensos e dramáticos, o que, é claro, impregnava o ambiente cultural da necessidade de reflexão sobre o destino das camadas mais frágeis e brutalizadas do povo<sup>255</sup>. Dessa forma, não foi surpreendente a chegada ao mercado editorial de 1993 de uma nova edição de QD, dessa vez pela editora Ática.

Lançada no início de outubro, essa nova edição de QD apresentava importantes novidades em relação a todas as edições anteriores do livro. Em primeiro lugar, deixava de trazer o selo de sua antiga editora, a Francisco Alves, e passava a pertencer ao catálogo da Editora Ática – na época, a maior do país, como veremos – revelando que os direitos autorais da obra haviam sido vendidos por seus antigos proprietários. Em segundo lugar, modificava substancialmente o caráter de sua recepção, pois, abandonando o seu tradicional público adulto, era apresentada como um livro *infanto-juvenil*, nicho editorial que gozava de grande expansão

<sup>254</sup> Metáforas domésticas que Carolina Maria de Jesus utiliza para identificar os espaços da riqueza e do poder e da pobreza e da subalternidade em *Quarto de despejo*.

<sup>255</sup> A tradução dessas tensões explodiria, por exemplo, em obras impactantes do *rap* – gênero musical que alcançaria um auge artístico no final dos anos 1990 – como o disco *Sobrevivendo no inferno*, dos Racionais MC’s, lançado em 1997. Ver: Acauam Silvério de Oliveira, “O evangelho marginal dos Racionais MC’s”. Em: Racionais MC’s, *Sobrevivendo no inferno/Racionais MC’s*, São Paulo: Companhia das Letras, 2018. p. 219-37.

comercial na época e que possuía um gigantesco público em potencial no segmento escolar, no qual, sem dúvidas, a Ática mirava. Finalmente, o livro era um dos títulos que compunham a série “Sinal Aberto”, coleção criada pela editora no início dos anos 90 e que se dividia em quatro categorias – Social, Fantasia, Humano e Mistério – com diversas obras de autores brasileiros, como Ana Maria Machado, Ruth Rocha e Moacyr Scliar<sup>256</sup>. A edição contava também com um novo prefácio, escrito mais uma vez por Audálio Dantas, uma “entrevista”<sup>257</sup> com Carolina e uma relação cronológica das obras da escritora, além de novas ilustrações acompanhando o texto. O novo prefácio escrito por Audálio, intitulado “A atualidade do mundo de Carolina”, constitui-se em um paratexto importante porque revela, três décadas depois, qual era a visão retrospectiva do primeiro editor de QD sobre o fenômeno cultural que ajudara a criar no passado. Nele, inicialmente, Audálio apresenta-se aos leitores daquela edição, talvez desinformados de sua atuação para a origem do livro que tinham em mãos:

Para os leitores desta edição de *Quarto de despejo*, é preciso que eu me apresente. Entrei na história deste livro como jornalista, verde ainda, com a emoção e a certeza de quem acreditava poder mudar o mundo. Ou, pelo menos, a favela do Canindé e outras favelas espalhadas pelo Brasil. Repórter, fui encarregado de escrever uma matéria sobre uma favela que se expandia na beira do rio Tietê, no bairro do Canindé. Lá, no rebulício favelado, encontrei a negra Carolina, que logo se colocou como alguém que tinha o que dizer. E tinha! Tanto que, na hora, desisti de escrever a reportagem.<sup>258</sup>

Após essa introdução, Dantas passa a descrever a descoberta dos diários de Carolina de Jesus e o impacto que eles causaram em sua sensibilidade de jovem repórter, pela singularidade advinda da “visão de dentro” do que ali estava escrito sobre a realidade da Canindé, além da gênese de QD:

A história da favela que eu buscava estava escrita em uns vinte cadernos encardidos que Carolina guardava em seu barraco. Li, e logo vi: repórter nenhum, escritor nenhum poderia escrever melhor aquela história – a visão de dentro da favela. Da reportagem – reprodução de trechos do diário – publicada na *Folha da Noite*, em 1958,

<sup>256</sup>Ver a respeito desse tema o seguinte site: “Sinal Aberto (Editora Ática) [coleção]”. Disponível em: <https://listasdelivros.blogspot.com/2021/08/serie-sinal-aberto-editora-atica.html#:~:text=Projeto%20Gr%C3%A1fico%3A%20A%20S%C3%A9rie%20Sinal,%2C%20Fantasia%2C%20Humano%20e%20Mist%C3%A9rio>. Acesso em: 4/12/2022.

<sup>257</sup>Na realidade, um texto, dividido em perguntas e respostas, compilado a partir de trechos de obras e entrevistas já publicados de Carolina Maria de Jesus.

<sup>258</sup>Ver: Audálio Dantas, “A atualidade do mundo de Carolina”. Em: JESUS, Carolina Maria de. *Quarto de despejo* – diário de uma favelada. São Paulo: Ática, 1993. p. 3.

e mais tarde (1959) na revista *O Cruzeiro*, chegou-se ao livro, em 1960. Fui o responsável pelo que se chama edição de texto. Li todos aqueles vinte cadernos que continham o dia-a-dia de Carolina e de seus companheiros de triste viagem.<sup>259</sup>

Um dos trechos mais interessantes desse novo prefácio é aquele em que Audálio reflete sobre o seu trabalho como editor de QD, tentando justificar as suas escolhas na confecção do texto final publicado e apontando a temática da “fome”, na sua concepção, como a mais importante do livro:

A repetição da rotina favelada, por mais fiel que fosse, seria exaustiva. Por isso foram feitos cortes, selecionados os trechos mais significativos. A fome aparece no texto com uma frequência irritante. Personagem trágica, inarredável. Tão grande e tão marcante que adquire cor na narrativa tragicamente poética de Carolina. Em sua rotineira busca da sobrevivência no lixo da cidade, ela descobriu que as coisas todas do mundo – o céu, as árvores, as pessoas, os bichos – ficavam amarelas, quando a fome atingia o limite do suportável. Carolina viu a cor da fome – a Amarela. No tratamento que dei ao original, muitas vezes, por excessiva presença, a Amarela saiu de cena, mas não de modo a diminuir a sua importância na tragédia favelada. Mexi, também, na pontuação, assim como em algumas palavras cuja grafia poderia levar à incompreensão da leitura. E foi só, até a última linha.<sup>260</sup>

Em um terceiro momento de seu texto, Dantas destaca a enorme repercussão do livro de Carolina no Brasil e no estrangeiro, com os números exorbitantes e inéditos que acompanharam a trajetória de QD em nosso mercado editorial:

Um livro assim, forte e original, só podia gerar muita polêmica. Para começar, ele rompeu a rotina das magras edições de dois, três mil exemplares, no Brasil. Em poucos meses, a partir de agosto de 1960, quando foi lançado, sucessivas edições atingiram, em conjunto, as alturas dos 100 mil exemplares. Os jornais, as revistas, o rádio e a televisão, primeiro aqui e depois no mundo inteiro, abriram espaço para o livro e para a história de sua autora.

Para além do impacto do livro, o prefaciador também se detém nas transformações operadas na vida de Carolina após a publicação de seus diários, revelando, inclusive, certa mágoa com a sua antiga protegida e denunciando a exploração da imagem da escritora – pela grande mídia, a burguesia e a classe média – no plano do “exótico”; fazendo inclusive uma referência, nesse sentido, ao escritor e crítico de arte Luís Martins, além de defender o poder do

<sup>259</sup> Idem.

<sup>260</sup> Ibidem. Como veremos na última parte desta pesquisa, a intervenção de Dantas na edição do texto de QD extrapola o trabalho que ele admite ter feito no prefácio em questão.

testemunho escrito e a beleza estética de QD como o motivo final de seu sucesso:

O sucesso do livro (...) foi também o sucesso pessoal de sua autora, transformada de um dia para outro numa patética Cinderela<sup>261</sup>, saída do borralho do lixo para brilhar intensamente sob as luzes da cidade. Carolina, querendo ou não, transformou-se em artigo de consumo e, em certo sentido, num bicho estranho que se exibia “como uma excitante curiosidade”, conforme registrou o escritor Luís Martins. Mas, acima da excitação dos consumidores fascinados pela novidade, pelo inusitado feito daquela negra semianalfabeto que alcançara o estrelato e, mais do que isto, ganhara dinheiro, pairava a força do livro, sua importância como depoimento, sua autenticidade e sua paradoxal beleza.<sup>262</sup>

Depois de se deter em um levantamento dos elogios que QD recebera de importantes nomes de nossa literatura, das suspeitas de fraude que enfrentara e dos desdobramentos do livro no debate sobre as favelas no Brasil, Audálio finalmente reflete, em tom de lamento, sobre o momento em que escrevia seu novo prefácio, enfatizando o que mudara, o que permanecera e até o que piorara na realidade de nosso país desde o surgimento da edição original do famoso diário de Carolina:

O cenário em que foi escrito o diário já não é mais o mesmo. Parte dele deu lugar ao asfalto de uma nova avenida, por coincidência chamada Marginal. A Marginal do Tietê, que passa por ali onde até meados dos anos 60 se erguia o caos semiurbano e subumano da favela do Canindé, em São Paulo. O resto foi ocupado por construções sólidas, ordenadas, limpas, aprumadas no lugar dos barracos cujos ocupantes foram para outros cantos da cidade, para outros quartos de despejo. Mais de trinta anos decorridos desde o aparecimento de *Quarto de despejo*, a cidade tem outra cara, esparramada para muito além da avenida Marginal. E a favela do Canindé, onde viveu Carolina Maria de Jesus, na rua A, barraco nº 9, multiplicou-se em dezenas, centenas de outras.<sup>263</sup>

Voltando-se especificamente para o início dos anos 1990, Audálio Dantas termina o seu texto mostrando a atualidade de QD a partir de um acontecimento que despertara a atenção da opinião pública brasileira e que reforçava como uma nova edição do livro de Carolina era oportuna naquele momento – os “arrastões” que haviam se dado nas praias do Rio de Janeiro e que citamos no início deste capítulo:

---

<sup>261</sup> É possível que, aqui, ao comparar Carolina à personagem Cinderela, Audálio esteja fazendo uma alusão a um livro fundamental que seria lançado sobre a escritora dali a pouco e para o qual ele havia sido entrevistado, trabalho sobre o qual falaremos mais à frente.

<sup>262</sup> Audálio Dantas, op. cit., p. 4-5.

<sup>263</sup> Ibidem, p. 5

Assim, *Quarto de despejo* não é um livro de ontem, é de hoje. Sua contundente atualidade é dramaticamente demonstrada pelos arrastões que invadiram em 92 as praias da zona sul do Rio de Janeiro. Os quartos de despejo, multiplicados, estão transbordando.<sup>264</sup>

Em relação à nova casa editorial de QD, a Ática, podemos dizer que ela remete a 1956, a partir do surgimento do “Curso de Madureza<sup>265</sup> Santa Inês”, inaugurado pelos irmãos Vasco e Anderson Fernandes Dias e por Antônio Narvaes Filho, sendo os dois últimos colegas na faculdade de medicina da Universidade de São Paulo. Com uma turma inicial de apenas quinze alunos, o curso progrediu rapidamente, contando com aproximadamente 3 mil alunos já no começo dos anos 1960. O elevado número de cursistas exigiu a criação de uma empresa específica para a produção das apostilas utilizadas por professores e alunos, levando à fundação da Sociedade Editora do Santa Inês Ltda (Sesil), em 1962. Mudando de nome três anos mais tarde e ampliando sua atuação no mercado educacional, a Sesil deu lugar à Ática<sup>266</sup>. A relação da editora com o ensino possibilitou que ela desse uma contribuição fundamental ao livro didático nacional ao lançar a coleção *Estudo dirigido de Português*, de Reinaldo Matias Ferreira, no começo da década de 1970. Trazendo uma série de inovações didáticas – ilustrações em cores, textos com linguagem adaptada ao universo dos alunos, quadrinhos, jogos e, principalmente, o “livro do professor”, exclusivo para o uso dos docentes e com a resolução das questões presentes no volume destinado aos estudantes, além da sugestão de tarefas a serem realizadas durante as aulas – que revolucionaram os livros escolares brasileiros<sup>267</sup>. No decorrer dos anos 70, outras coleções inovadoras e bem-sucedidas surgiram no catálogo da editora:

Na coleção Bom Livro eram publicados clássicos da literatura em língua portuguesa, com textos em versão integral, um panorama da obra do autor feito por especialistas e um suplemento de atividades para os alunos. A série Vaga-Lume renovou a literatura juvenil com histórias de ação e suspense escritas na linguagem informal do adolescente. E a Para Gostar de Ler, cujos primeiros textos foram selecionados a partir de uma pesquisa direta com os estudantes, colocou o jovem leitor em contato com autores como Carlos Drummond de Andrade, Rubem Braga, Paulo Mendes Campos e Fernando Sabino. Essas publicações, de grande aceitação por parte de professores e estudantes, proporcionaram à Ática uma posição de destaque no mercado editorial, que possibilitou uma grande expansão da editora nas décadas seguintes (ABRÃO,

<sup>264</sup> Idem.

<sup>265</sup> Um tipo de curso de Educação de Jovens e Adultos.

<sup>266</sup> Cf. Bernardette Siqueira Abrão, Wladyr Nader e Enor Paiano, op. cit., p. 159.

<sup>267</sup> Ibidem, p. 160.

NADER e PAIANO, 1998, p. 160).

Com uma produção editorial voltada, desde as suas origens, para o ensino e um foco especial no leitor infanto-juvenil, a Ática chegou à década de 1990 – em que foi lançada a nova edição de QD – como a maior do país, em termos de publicações, vendas e lucros. É o que mostra uma entrevista, realizada pelo *Jornal do Brasil* em 9 de outubro de 1993, com José Bantim, que ocupava o cargo de diretor de publicações da editora à época. Na introdução dessa matéria – que enfatiza o papel do público infantil e escolar na prosperidade da editora – os números relacionados à Ática impressionam por sua magnitude:

A maior editora do país deve seu sucesso à criança. Com um faturamento de cerca de US\$ 60 milhões e moderníssimas instalações em São Paulo, a Ática lidera com folga a indústria de livros didáticos e infantis. De olho em um público de 25 milhões de estudantes, faz tiragens de até 100 mil exemplares, e é sabido – embora ninguém na empresa o confirme – que chega a dar de brinde para professores 4 milhões de livros por ano, muito mais do que publica a maioria das casas editoriais consideradas fortes. O livro infantil representa apenas 10% de seu faturamento (são os didáticos que dão conta de 60%), embora a empresa lidere também nesse setor específico. A Ática exibe em seu catálogo os nomes de quase todos os escritores mais conceituados da área: Ana Maria Machado, Mary e Eliardo França, Liliane Iacocca, Ruth Rocha, além de ótimos autores estrangeiros.<sup>268</sup>

Em meio à conversa, uma curiosa pergunta da entrevistadora aponta que a editora, fora do contexto escolar, era desconhecida pelo público. A resposta do entrevistado a essa indagação é particularmente interessante porque sugere que existia no Brasil um tratamento de desinteresse por parte da mídia pelo livro didático, como se ele fosse um produto de menor prestígio, além de sugerir que a Ática pretendia se desvincular da imagem de editora didática, através da expansão de sua atuação editorial:

A Ática não é conhecida porque a mídia não dá importância para o didático. Não é crítica, é constatação. A mídia está interessada na parte nobre da edição, a literatura. Nos anos 70, a Ática ficou conhecida com uma linha literária que lançou autores de alta qualidade, como Antônio Torres, Murilo Rubião. Depois, ganhou a imagem de editora didática, mas isso deve desaparecer, porque vai ampliar seu leque.<sup>269</sup>

Na realidade, apesar dos receios de seu editor, a Ática manteve-se, ao longo dos anos, firmemente alicerçada no mercado de livros didáticos, mas também procurou consolidar sua

<sup>268</sup> Ver: Luciana Villas-Boas, “Entrevista/José Bantim - É preciso faturar com livro bom”, *Jornal do Brasil*, Caderno Ideias, 9 de outubro de 1993, nº 367, p. 6.

<sup>269</sup> Idem.

liderança no gênero infanto-juvenil, um nicho que, desde os anos 1980, só fazia crescer no Brasil. A expansão e o êxito da literatura infanto-juvenil no país podem ser comprovados pelos números notáveis de editoras e títulos surgidos durante aquela década: aproximadamente 1200 livros lançados anualmente por cerca de quarenta editoras<sup>270</sup>. Essas publicações vinham a substituir, em grande medida, os livros clássicos da literatura brasileira – cuja linguagem rebuscada dificultava uma maior aproximação dos jovens com a literatura, com a vantagem adicional de que esse público podia agora desfrutar de narrativas mais cotidianas e familiares<sup>271</sup>. Diante desse contexto cultural e comercial tão favorável, é fácil compreender a transmutação de QD, de Carolina Maria de Jesus, em livro infanto-juvenil, ao ser lançado pela Ática em 1993<sup>272</sup>. A volta de QD ao mercado editorial não passou despercebida pela crítica, porém em um sentido negativo. Em sua coluna no *Jornal do Brasil* do dia 23 de outubro do ano em foco, o crítico literário Wilson Martins escreveu um texto, a que deu o título de “Mistificação literária”, em que lançava dúvidas sobre a autoria da obra, sugerindo que ela fora, na realidade, forjada por Audálio Dantas<sup>273</sup> – acusação que, por sinal, persegue o primeiro editor de QD até, praticamente, os dias de hoje, haja vista as polêmicas envolvendo o seu nome nas recentes edições de *Casa de alvenaria*, lançadas pela editora Companhia das Letras, sobre as quais nos deteremos em outro momento.

Polêmicas à parte, a verdade é que a primeira metade da década de 90 representaria uma mudança na recepção de Carolina Maria de Jesus e sua obra mais famosa no Brasil, sobretudo em relação aos setores acadêmicos do país. Isso porque, no ano seguinte à publicação da edição de QD pela Ática, viria à luz um livro que, pela primeira vez, lançava um olhar profundo sobre a biografia e a produção literária da escritora em nossas letras. Os responsáveis por esse estudo fundamental sobre Carolina de Jesus eram dois pesquisadores, um historiador brasileiro e um cientista social norte-americano, interessados em entender como uma autora que gozara de tanto sucesso em seu país – e, em grande medida, ainda gozava de grande prestígio nos Estados Unidos – havia sucumbido ao, quase, total esquecimento em nossa vida cultural.

<sup>270</sup> Cf. Bernardette Siqueira Abrão, Wladyr Nader e Enor Paiano, op. cit., p. 180.

<sup>271</sup> Ibidem, p. 182.

<sup>272</sup> Em 2007, ainda pela coleção Sinal Aberto, essa publicação de QD da Ática chegaria à sua 9ª edição, com algumas modificações no seu projeto gráfico, o que mostra a força comercial da editora no mercado editorial brasileiro. Falaremos um pouco mais sobre essa nona edição em um tópico posterior.

<sup>273</sup> Cf. Wilson Martins, “Mistificação literária”, *Jornal do Brasil*, Ideias/Livros, 23 de outubro de 1993, p. 4.

Os pesquisadores em questão eram José Carlos Sebe Bom Meihy e Robert Levine e o livro que conceberam chamava-se *Cinderela negra* – a saga de Carolina Maria de Jesus. Depois dessa obra seminal, sobre a qual falaremos adiante, as visões sobre a escritora mineira e QD jamais seriam as mesmas.

## 4 REINTRODUÇÃO DE *QUARTO DE DESPEJO* EM UM BRASIL CULTURALMENTE TRANSFORMADO (2000-2020)

Este capítulo analisa as transformações sociais por que passou o Brasil nas primeiras décadas do século XXI e as consequências de tais mudanças ocasionaram na vida material das camadas subalternas brasileiras, com a chegada ao cargo político máximo do país do primeiro presidente operário de nossa história. Paralelamente, visa a analisar os desdobramentos de tais avanços na produção cultural feita pelo povo, a entrada de uma parcela considerável da população negra na academia e a relação de todos esses fatos com as edições de 2007, 2014 e 2020 de QD. Por fim, procura construir uma reflexão sobre a nova notoriedade e a consagração final que alcançaram Carolina Maria de Jesus e QD na nossa vida cultural e em nosso sistema literário, dando especial destaque ao processo de mutação da imagem da escritora e da figura de Audálio Dantas promovido por atores e instituições ligados à classe dominante do país, em sintonia com os discursos e teorias identitárias contemporâneos.

### 4.1. *Edição de Quarto de despejo de 2014*

No dia 29 de setembro de 1996, o caderno *Mais!*, do jornal *Folha de São Paulo*, trazia um artigo, intitulado “Clichês nascidos na favela”, em que sua autora, Marilene Felinto – jornalista e escritora laureada – realizava uma apreciação, nada elogiosa, sobre *Quarto de despejo* e também sobre os recém-lançados livros *Antologia pessoal*, primeira publicação a reunir os poemas de Carolina Maria de Jesus, até então inéditos, e *Meu estranho diário*, um tipo de “edição ampliada” dos famosos diários da escritora mineira. O artigo começava da seguinte forma:

O lançamento de dois inéditos de Carolina Maria de Jesus traz de volta a controvérsia sobre o “caso verdade” dessa mulher semianalfabeta, moradora de uma *favela* de São Paulo, que, em 1960, foi *equivocadamente* trazida a público como escritora de literatura, pela publicação de seu “Quarto de despejo – Diário de Uma Favelada”. Nascida em Sacramento, Minas Gerais, em data incerta (talvez 1915)<sup>274</sup>, Carolina era

<sup>274</sup> A dúvida de Felinto deve-se a uma incerteza – que, de certa forma, ainda perdura – sobre a verdadeira data de nascimento da escritora, já que os documentos referentes a esse fato são contraditórios: a Certidão de Batismo, feita em 1916 por parentes, traz a data de 6 de outubro de 1915; já a Certidão de Nascimento – feita a partir da

empregada doméstica e catadora de papel e lata quando seus manuscritos foram "descobertos", numa *favela* do bairro do Canindé, pelo jornalista Audálio Dantas<sup>275</sup>.

Após apontar, sem rodeios, o “equívoco” dos patrocinadores e divulgadores de Carolina de Jesus em considerá-la como escritora e enfatizar a origem social da personagem em questão através da repetição da palavra “favela” – presente já no próprio título do artigo – Felinto aproveita a ocasião para fazer um tipo de balanço crítico geral de todas as obras de Carolina publicadas anteriormente, culpando, em partes iguais, a “mídia” e a “academia” por ter dado espaço a tais escritos sem “qualquer valor literário”:

Depois do estardalhaço do primeiro livro, Carolina publicaria “Casa de Alvenaria” (1961), “Provérbios” (1963), “Pedaços da Fome” (1963) e “Diário de Bitita” (1986, póstumo), todos fadados à confirmação do equívoco, engendrado em parte pela mídia, em parte pela academia ansiosa por erigir pontes entre a erudição alienada e a sabedoria popular infusa, calcada na experiência. É claro (e deveria ter sido na época) que aqueles manuscritos encontrados na favela não têm qualquer valor literário, porque não transcendem sua condição de biografia da catação de papel e de feijão (quando havia) no cotidiano de uma favela<sup>276</sup>.

Permitindo-se uma pequena concessão à legitimidade da publicação dos cadernos de Carolina, Felinto afirma que eles talvez possuam um “valor documental, de interesse sociológico” e, também, “antropológico ou mesmo *psicológico*, em se considerando novamente o ‘caso Carolina’ como de uma compulsão para a escrita, necessidade da arte ou coisas do gênero”<sup>277</sup>.

Era previsível que um texto tão contundente e mordaz, como o de Marilene Felinto, fosse provocar alguma reação no meio intelectual. E isso de fato aconteceu. No dia 11 de novembro do mesmo ano, o antropólogo Roberto DaMatta respondeu Felinto no *Jornal da Tarde*, em um texto que levava o título “Carolina, Carolina, Carolina de Jesus...”. Nele, o renomado acadêmico não apenas louvava a publicação de *Antologia pessoal* e *Meu estranho diário* como, citando nominalmente Felinto, rebatia categoricamente a afirmação desta

---

solicitação da própria Carolina, em 1934 – traz a data que se adotou como sendo a oficial, 14 de março de 1914. Ver: Tom Farias, op. cit., p. 15-16.

<sup>275</sup> Marilene Felinto, “Clichês nascidos na favela”, *Folha de S. Paulo*, Caderno Mais!, 29 de setembro de 1996, p. 31. Grifos nossos.

<sup>276</sup> Idem.

<sup>277</sup> Marilene Felinto, *ibidem*. Grifos nossos. Notar aqui a não muito sutil sugestão de que Carolina padecia de algum tipo de doença mental, repetindo o que sua colega de profissão, Regina Penteado, já havia feito na reportagem “Carolina: vítima ou louca?”, como vimos.

jornalista relativa à suposta falta de importância dos escritos de Carolina. Argumenta o antropólogo:

Ignorando a vasta literatura sobre a pobreza urbana, Marilene Felinto não sabe que são raríssimos esses diários, esses documentos reveladores dos estados internos dos personagens das vítimas da exploração do trabalho. Seja porque não surgem como os antigos heróis comunistas de Jorge Amado, seja porque aparecem tão marcados pelo lixo que cataram e pelo sucesso que tiveram – expressões vivas do sistema que os engendrou – que nós não conseguimos separar com nitidez a sua contribuição<sup>278</sup>.

Defendendo que as concepções do fenômeno literário na modernidade são amplas e plurais, DaMatta procura mostrar a esterilidade da discussão sobre o estatuto literário dos escritos de Carolina, ressaltando aspectos, temáticos e formais, que validariam a existência e publicação deles por sua autenticidade e originalidade:

O século XIX acabou! Quem é que está preocupado se Carolina realmente produziu literatura? Literatura, como diz o bom senso, é o que as pessoas escrevem. E os livros de Carolina Maria de Jesus aí estão, falando claro da nossa secular injustiça social de modo comovente e humano. Sem estatísticas, sem clichês freudianos, sem pretender saber tudo sobre política, sem ter frequentado a universidade e ter tido bolsa no exterior, sem citar Marx, Engels ou Wittgenstein. Mas dando um testemunho direto, vívido e emocionado sobre a nossa vida urbana. Revelando, acima de tudo, como é o dia-a-dia dos famintos e dos miseráveis que nós amamos ideologicamente, mas solenemente desdenhamos quando eles fazem sucesso e se revelam melhores que nós...<sup>279</sup>

A polêmica entre os dois intelectuais ilustra o quanto a recepção da obra de Carolina de Jesus ainda era problemática no Brasil, mesmo após o fim do período militar, em meados dos anos 1990. Contudo, gostaríamos de chamar atenção para um aspecto desse acontecimento que se relaciona mais diretamente com a discussão que estamos realizando neste trabalho, ou seja, o quanto as mudanças econômicas, sociais, culturais e políticas interferiram nas mutações da figura da escritora mineira e da aceitação de sua produção literária em nosso país. O aspecto em questão pode ser resumido do seguinte modo: seria extremamente improvável, na atualidade (década de 2020), que Marilene Felinto tivesse a mesma liberdade para falar sobre Carolina Maria de Jesus e sua obra nos termos que utilizou em seu artigo de 1996. E isto mesmo levando em consideração que Felinto é, como a autora de QD, uma escritora negra, oriunda de família

<sup>278</sup> Roberto DaMatta, “Carolina, Carolina, Carolina de Jesus...”, *Jornal da Tarde*, Variedades, 11 de novembro de 1996, p. 2C.

<sup>279</sup> Idem.

pobre<sup>280</sup>. Em nossos dias, o cenário cultural e acadêmico mudou completamente o tratamento que dispensa à escritora mineira. Exemplo claro disso é a pesquisa – realizada justamente pelo jornal *Folha de São Paulo* – com o título “200 anos, 200 livros” e divulgada no dia 5 de maio de 2022 no referido veículo de imprensa, que tinha como mote os duzentos anos da Independência do Brasil. A pesquisa, realizada com 169 eminentes nomes da intelectualidade brasileira, procurou listar os duzentos livros que, de 1822 até aquela data, melhor ajudaram a entender o país. Com 29 votos, QD, de Carolina de Jesus, ficou em primeiro lugar na lista, que também contava com nomes como Guimarães Rosa e Machado de Assis<sup>281</sup>. Como se deu essa transformação ao longo da década de noventa e começo dos anos 2000 é o que tentaremos responder a partir de agora.

Como vimos anteriormente, logo no começo da década foi lançada uma nova edição de QD, dessa vez pela editora Ática, na época, a maior do Brasil. Isso significava que Carolina Maria de Jesus e seu livro mais célebre ainda poderiam oferecer algum interesse para o nosso mercado editorial, em sintonia com a série de eventos de repercussão nacional, já mencionados aqui, envolvendo o povo brasileiro, a favela, a pobreza, a violência e o colapso político do país, que também ocorreram nos primeiros anos da década de 1990.

Nada, porém, causaria um impacto tão grande na recuperação da figura de Carolina quanto o surgimento do livro *Cinderela Negra* – a saga de Carolina Maria de Jesus, do historiador brasileiro José Carlos Sebe Bom Meihy e do cientista social norte-americano e brasilianista Robert Levine, em dezembro de 1994<sup>282</sup>, lançado pela editora da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Dividido em quatro partes (“Uma história para Carolina”, “Algumas histórias das várias Carolinas”, “Dois textos de Carolina” e “História do projeto”), o livro se desdobra para dar conta da magnitude de seu desafio: biografar Carolina, colher depoimentos de filhos e conhecidos, contextualizá-la historicamente, apresentar textos inéditos

---

<sup>280</sup> As duas escritoras, inclusive, figuram no livro *Os pobres na literatura brasileira*, já citado aqui. Felinto consta no ensaio “As mulheres de Tijucopapo; a conspiração do silêncio e da palavra”, de Teresa Vara; e, Carolina, no também já referido ensaio “Trabalho, pobreza e trabalho intelectual”, de Carlos Vogt.

<sup>281</sup> Cf. “200 anos, 200 livros”, *Folha de São Paulo*, Caderno especial “independência 200”, 5 de maio de 2022, p. 1-2.

<sup>282</sup> Esta é a data oficial que consta na ficha catalográfica do livro. No entanto, há a possibilidade de *Cinderela Negra* ter sido efetivamente publicado somente em janeiro de 1995, pois, em nossas pesquisas, as notícias referentes ao seu lançamento são todas do ano de 1995. Cf. Daniela Name, “‘Quarto de despejo’ no corredor da fama”, *O Globo*, 6 de janeiro de 1995.

ou pouco conhecidos dela (“Minha vida”, “O Sócrates africano”) e descrever a gênese do projeto que viabilizou tudo isso. E cumpre essas tarefas com uma eficácia surpreendente. *Cinderela negra...* não é uma biografia no sentido estrito do termo. Trata-se de obra eclética, que tem como linha-mestra a História Oral, e em cuja apresentação torna explícita a sua “proposta ensaística”<sup>283</sup>. É também o único trabalho em que podemos encontrar depoimentos diretos de Vera Eunice e José Carlos de Jesus, filhos de Carolina. Também na apresentação é possível ver que a iniciativa do projeto partiu de Robert Levine:

Para que este projeto se materializasse foi preciso mãos que acalentaram o plano desde sua gestação. Em sua origem, derivou dos esforços de Robert M. Levine, que sempre nutriu apreço por aquela autora e em particular pela obra *Quarto de despejo*. A partir de um artigo inicial deste brasilianista, depois modificado, iniciou-se uma troca de correspondência entre os dois autores, e com isto se abriram os caminhos que conduziram até aqui. As análises se desdobraram, definiram-se em novos textos. Temas decorrentes, como a variação da abordagem do assunto, maneiras de enfocar e procedimentos técnicos, animaram o relacionamento das duas visões que se assumiam como diferentes. Assuntos correlatos, como a produção e o mercado editorial no Brasil, a crítica jornalística e o papel do patrocínio de autores, as variações entre os sentidos paulista e carioca das favelas, são apontados (LEVINE; MEIHY, 1994, p. 11-12).

O fato de que tenha sido um intelectual estrangeiro, especificamente um norte-americano, o responsável por pôr em prática a ideia de realizar e publicar uma profunda pesquisa sobre Carolina Maria de Jesus diz muito sobre a diferença entre as recepções da figura e da obra da escritora no Brasil e no exterior. Aqui, o quase total apagamento e o limbo. Nos Estados Unidos, o interesse e o prestígio. Em um texto pontuado por informações incorretas, Daniela Name, do jornal *O Globo*, anuncia a publicação de *Cinderela negra* de maneira um tanto jocosa:

É uma história sem príncipes, abóboras e sapatinhos de cristal. E também não tem final feliz. Carolina Maria de Jesus, favelada, autora do best-seller “Quarto de despejo” morreu em 1977 no anonimato e na miséria, depois de ser apontada como um fenômeno sociocultural latino-americano. O livro “Cinderela Negra” (Editora UFRJ), do brasileiro José Carlos Sebe Bom Meihy e do americano Robert M. Levine, mostra que Carolina fez o caminho bem diferente do da Cinderela branca. Passou de princesa a boralheira violentamente.<sup>284</sup>

Na matéria em questão, os autores do livro explicitam as diferentes visões que se formaram sobre Carolina nacionalmente e nos EUA, destacando, inclusive, as dúvidas que

<sup>283</sup> Cf. *Cinderela negra*, op. cit., p. 12.

<sup>284</sup> Daniela Name, op. cit.

perduravam sobre a autoria de QD, dadas as condições sociais em que surgiram o famoso diário: “Achavam impossível [que] uma mulher como ela tivesse capacidade para escrever bem – diz Meihy. – Isso é um absurdo, um preconceito. Nos Estados Unidos, ela é tomada como um símbolo que explica muita coisa sobre a pobreza no Brasil. Aqui, foi totalmente esquecida”<sup>285</sup>.

A iniciativa posterior de Bom Meihy foi – primeiro e sem a colaboração do colega norte-americano – a organização e publicação do livro *Antologia pessoal*, em agosto de 1996; e, no mês seguinte, novamente com Levine, o lançamento de *Meu estranho diário*, obras já mencionadas neste trabalho.

*Antologia pessoal* reunia 87 poemas de Carolina Maria de Jesus, a partir de uma organização feita pela própria autora<sup>286</sup>. Nesta obra, encontramos uma miríade de temas que extrapolam, até certo ponto, o universo da penúria geralmente associada à figura da escritora mineira. Assim, vamos encontrar aqui um eu-lírico envolto nos temas do amor, da maternidade, da morte, da política, da injustiça social, da fé e, claro, também da pobreza material. O tema que se destaca, porém, é mesmo o amor: o que é compreensível para uma ávida leitora dos poetas do Romantismo, como Casimiro de Abreu e Castro Alves. Apesar de utilizar simulacros de formas poéticas tradicionais, Carolina em alguns momentos se mostra ousada em versos como: “Choro, não sei o que faço/ Que luta! Que aflição!/ Tenho um homem nos braços/ E outro no coração”<sup>287</sup>. Lançado no começo de agosto<sup>288</sup>, o jornal *O Globo* do dia 28 de setembro de 1996 trazia um texto favorável ao livro – muito diferente do julgamento de Marilene Felinto – escrito pela poeta Marly de Oliveira. Ao comentar os prefácios do livro, a autora do artigo realiza a seguinte apreciação sobre a produção poética de Carolina, inclusive citando alguns versos:

Os prefácios que acompanham esta “Antologia” são excelentes, minuciosos, abordam uma poesia ingênua, mas verdadeira, com o maior respeito, valorizam o mínimo esforço da autora, que, certamente, ficaria feliz sentindo-se entendida, salientando seu potencial de escritora engajada capaz de louvar a pátria, falar de homens públicos, lembrar-se da mãe, denunciar a inveja, a opressão, deslumbrar-se com a natureza, falar

<sup>285</sup> Idem.

<sup>286</sup> Carolina, na realidade, deixou dois cadernos com seus poemas reunidos, cada um com uma versão diferente dessa coletânea. *Antologia pessoal* corresponde a uma versão datiloscrita. A outra, manuscrita, foi publicada em 2019, sob o título de *Clíris*. Ver: Raffaella Fernandez, “As margens como celeiro da palavra”. In: JESUS, Carolina Maria de. *Clíris – poemas recolhidos*. Raffaella Fernandez e Ary Pimentel (org.). Rio de Janeiro: Desalinho, Ganesha Cartonera, 2019. p. 145.

<sup>287</sup> JESUS, Carolina Maria de. *Antologia pessoal*. José Carlos Sebe Bom Meihy (org.); Armando Freitas Filho (revisão). Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996a. p. 197.

<sup>288</sup> Cf. “Lançamentos”, *O Globo*, 10 de agosto de 1996.

da riqueza e da pobreza, da velhice e da mocidade: “Não conheces a saudade/ De nada tens experiência/ Ela nos procura à tarde/ Quase ao findar da existência”. Ou criticar a vida daqueles que trabalham de forma escrava: “Como é sacrificada/ a vida de trabalhador:/ o salário sobe de escada,/ os preços de elevador”. Em momentos assim realmente encontramos poesia popular, feita por gente do povo, com nossa rica poesia de cordel, que fica ecoando dentro da gente. Se ela tivesse tido uma chance...<sup>289</sup>.

A antologia de poemas traz, por fim, o ensaio “Poesia no quarto de despejo ou um ramo de rosas para Carolina”, da pesquisadora Marisa Lajolo, em que a poesia de Carolina é contextualizada em relação ao seu tempo histórico e analisada em seus temas e formas<sup>290</sup>.

Já *Meu estranho diário* trouxe à tona diversos trechos inéditos dos diários em que Carolina registrou diferentes momentos de sua vida, incluindo, é claro, os referentes ao período na favela. Publicado pela editora Xamã, foi composto a partir da descoberta, durante a pesquisa para a elaboração de *Cinderela negra*, de 37 cadernos da escritora preservados por sua filha Vera Eunice, contendo um total de 5112 páginas e contemplando diferentes gêneros textuais<sup>291</sup>. O livro, como já mencionado, recuperava diversas passagens dos cadernos que deram origem a QD e *Casa de alvenaria*, mas que haviam ficado de fora da compilação feita por Audálio Dantas; além de também trazer trechos dos diários que não diziam respeito a nenhum dos dois primeiros livros publicados de Carolina. Composto de três partes, chamadas pelos organizadores de “frações” (“tempos da escrita da miséria”, “tempo de escrever desilusões” e “tempo de projetar outros espaços”), davam conta dos três mais importantes períodos da vida da escritora: na favela, durante a fama e reclusa no sítio de Parelheiros. No preâmbulo do livro, Levine e Meihy descrevem as diretrizes do projeto:

A estratégia de ordenação deste trabalho, por parte dos organizadores, obedeceu aos seguintes critérios: 1) além desta apresentação, a história do projeto visando a formulação das trajetórias, tanto pessoal quanto conjunta, dos dois responsáveis pela edição em face da obra de Carolina; 2) a publicação de textos completos, sem nenhuma revisão gramatical ou estilística dos diários, que são trazidos a público como foram encontrados e 3) um breve exame da relação existente entre os três momentos da vida da escritora (LEVINE; MEIHY, 1996b, p. 10)

A publicação deste livro foi fundamental porque possibilitou dirimir, pela primeira vez,

<sup>289</sup> Cf. Marly de Oliveira, “A inquietação filosófica e social nos poemas de Carolina Maria de Jesus”, *O Globo*, 28 de setembro de 1996.

<sup>290</sup> Cf. Carolina Maria de Jesus, op. cit. p. 37-61.

<sup>291</sup> Cf. CASTRO; MACHADO, op. cit., p. 124.

as dúvidas que pairavam sobre a autoria de QD, dado o papel de Audálio Dantas na confecção e divulgação do famoso diário de Carolina. É o que fica claro ao lermos a matéria do *Jornal do Brasil* do dia 22 de setembro de 1996, escrita por Cristiane Costa, com o sugestivo título “Carolina de Jesus definitiva”. Nela, a jornalista lança luz sobre a névoa de incertezas que pairavam sobre a questão, aludindo, inclusive, ao polêmico texto de Wilson Martins, escrito três anos antes, o já citado “Mistificação literária”:

Fenômeno ou mistificação? O enigma Carolina Maria de Jesus hoje, 36 anos depois, está mais perto de ser esclarecido. Catadora de papel, moradora da favela paulista do Canindé e autora de um *best seller* internacional, com 1 milhão de exemplares vendidos em todo mundo (100 mil só no Brasil), a autora de *Quarto de despejo* alcançou a fama da noite para o dia. O amargo diário dessa negra, miserável e, muitas vezes, faminta, rendeu reportagens nas revistas americanas *Time* e *Newsweek* e foi traduzido em 13 línguas. Junto com o sucesso vieram as críticas, menos aos erros de gramática do que a uma suposta armação literária: a obra de Carolina seria uma produção de Audálio Dantas, o jornalista que a descobriu e a lançou na mídia.<sup>292</sup>

Na sequência, Costa menciona a publicação de *Antologia pessoal* e *Meu estranho diário*, dando um maior destaque a este segundo livro, e traz uma fala de Bom Meihy sobre as interferências de Audálio em QD e a autenticidade do famoso diário, em que o historiador ressalta – não sem antes fazer um crítica explícita<sup>293</sup> – o papel do primeiro editor de Carolina na emergência e no sucesso da escritora:

“Agora é possível perceber a verdadeira dimensão da coautoria de Audálio. Ele pulou alguns dias, retirou as partes mais repetitivas e as mais agressivas, construiu o texto de modo que acabou projetando uma imagem deturpada da autora. A Carolina que ele esculpiu era despolitizada, sem reflexão, como se fosse uma Barbie negra”, analisa José Carlos Sebbe (sic), um dos maiores especialistas em história oral do país. O pesquisador, no entanto, é taxativo em relação ao ponto mais polêmico desta história: “Carolina realmente é a autora do livro”. Sebbe (sic) explica que, embora não tenha sido fiel na descrição da imagem da autora, Audálio não falsificou nada em matéria de literatura. “E sem a participação dele na edição e divulgação, o livro dificilmente teria repercutido tanto”, acrescenta.<sup>294</sup>

É interessante perceber aqui, na fala de Bom Meihy, o início do processo de “vilanização” de Audálio Dantas como editor, que atingiria a sua configuração final na recente

<sup>292</sup> Cf. Cristiane Costa, “Carolina de Jesus definitiva”, *Jornal do Brasil*, 22 de setembro de 1996.

<sup>293</sup> E, a nosso ver, problemática.

<sup>294</sup> Cristiane Costa, op. cit.

edição dos volumes de *Casa de alvenaria*, da Companhia das Letras, e da exposição *Um Brasil para os brasileiros*, do Instituto Moreira Salles, conforme procuraremos mostrar adiante. Nesse sentido, podemos perceber o quanto as mutações por que passou a figura de Carolina Maria de Jesus ao longo dos anos são indissociáveis das mutações por que passou a figura de Audálio Dantas. Por ora, gostaríamos de explicitar que a nossa posição neste trabalho se constrói a partir de um ponto de vista diametralmente oposto ao de Bom Meihy. Em nosso entendimento – o qual, posteriormente, buscaremos fundamentar de um modo concreto – a edição de Audálio, ao invés de “despolitizar” e extrair dos textos de Carolina a “reflexão”, *acentua e radicaliza* os elementos que compõem a *essência* da literatura da escritora, a saber: a *demíncia* e a *luta de classes*. Além disso, um comportamento incômodo que também é inaugurado por Bom Meihy durante a divulgação de seus livros sobre Carolina, como acontece na matéria supracitada, envolve o fato de que estamos diante de um editor da escritora criticando o editor anterior dela<sup>295</sup>. Tal atitude aparenta não perceber as implicações éticas relacionadas ao fato de que a essas críticas sempre parece subjazer um interesse de *autopromoção*, no sentido de que o mais recente trabalho de edição é superior – e não apenas realizado de maneira diversa – ao feito anteriormente<sup>296</sup>. Isso ficará mais explícito quando analisarmos os paratextos das já mencionadas edições da obra de Carolina publicadas pela Companhia das Letras.

Em todo caso, o que assistimos com a publicação de, primeiro, *Cinderela negra* e, posteriormente, *Antologia pessoal* e *Meu estranho diário* é a efetiva *redescoberta*, em termos novos e positivos, da figura e da obra de Carolina Maria de Jesus. Para além do trabalho de pesquisadores específicos, cabe-nos agora entender de que forma o resgate da escritora mineira e sua obra também foi possibilitado pelo momento que vivia o nosso sistema literário nos últimos anos da década de 1990. Na busca desse entendimento, primeiro devemos observar que – diferente de sua primeira metade, em que os campeões de venda no mercado editorial brasileiro eram livros, como vimos, relacionados ao esoterismo e ao sobrenatural, reveladores de tendências escapistas no público leitor – na segunda metade da década, os setores letrados e cultos do país buscaram se reencontrar, de forma crítica ou não, com a história do país.

Confirmando esse fato, está uma vertente importante de nossa literatura que encontrou

<sup>295</sup> Algo que, como veremos, se repetirá ao longo dos anos.

<sup>296</sup> Em nosso ponto de vista – que tentaremos justificar adiante – acontece justamente o contrário: a edição que Audálio fez dos livros de Carolina ainda não foi superada em termos de qualidade.

um contexto favorável e se materializou em uma grande quantidade de títulos, aquela em que se enquadram os chamados *romances históricos*. Apenas para citar uma breve lista dos títulos que saíram no período em questão – os quais não analisaremos, por extrapolar o objetivo deste trabalho – temos: *Ana em Veneza*, de João Silvério Trevisan (1994)<sup>297</sup>, *Desmundo*, de Ana Miranda (1996), *Rosa Maria Egípciaca da Vera Cruz*, de Heloísa Maranhão (1997), *Os rios inumeráveis*, de Álvaro Cardoso Gomes, do mesmo ano, *Moura Louca*, de Paulo Saab<sup>298</sup> (1998), *Os fugitivos da esquadra de Cabral*, de Ângelo Machado (1999) e a republicação de *Nassau, sangue e amor nos trópicos* e *Jovita, a Joana D'arc brasileira*, ambos de Francisco de Assis Almeida Brasil, em 2000. A esses títulos, de qualidade estética variável, podemos somar uma série de livros de divulgação histórica, escritos por jornalistas, que alcançaram grande sucesso mercadológico pela mesma época, caso dos volumes que compõem a “Coleção Terra Brasilis”, de autoria de Eduardo Bueno: *A viagem do descobrimento* e *Náufragos, traficantes e degredados*, ambos de 1998 e, também deste ano, *Terra à vista – histórias de náufragos da era dos descobrimentos*, de Eduardo San Martin<sup>299</sup>.

Como motivo e impulsionadora de tantos lançamentos voltados para a história brasileira, na ficção e fora dela, estava uma importante efeméride, a saber: as comemorações dos *Quinhentos Anos do Descobrimento do Brasil*, que atingiram seu fim no ano 2000. O mercado editorial brasileiro enxergou, com acerto, uma grande oportunidade – de reflexão e também, é claro, lucro – ante uma data tão simbólica de nossa história. Conforme explica o pesquisador Antônio R. Esteves (2010, p. 214): “Aproveitando-se do fato, por si só um elemento de propaganda, escritores, tanto no âmbito da história, mas especialmente no âmbito da literatura, sentiram-se motivados a dar sua contribuição para as discussões suscitadas ou simplesmente pôr um produto novo no mercado”.

Esse não era um movimento apenas dos autores brasileiros. Na realidade, toda a América Latina estava envolta em um clima de recapitulação de sua história em decorrência da celebração do “Quinto Centenário do Descobrimento da América”, a partir de diferentes perspectivas ideológicas. É o que também defende Esteves, ao enfatizar a multiplicação de

<sup>297</sup> Inaugurando a tendência no Brasil, no final da metade anterior da década.

<sup>298</sup> Que já havia escrito, em 1991, um livro sobre o início da história nacional (*1500 – A grande viagem*).

<sup>299</sup> Cf. ESTEVES, Antônio R. *O romance histórico brasileiro contemporâneo (1975 - 2000)*. São Paulo: Ed. UNESP, 2010. p. 177-213.

romances históricos nos países de língua espanhola nos últimos anos do século XX:

Preocupados com a questão de suas raízes, o hispano-americano aproveitou-se das comemorações oficiais, nos mais diversos níveis, seja simplesmente na mídia, seja nos debates acadêmicos, seja além ou aquém Atlântico, para colocar mais lenha à fogueira. E foram escritos, publicados e lidos livros que pretendiam rediscutir a história da América. Também apareceram mais romances históricos com essa temática (ESTEVES, 2010, p. 204).

No Brasil, em boa parte desses romances históricos – sobretudo os mais sérios e consequentes – prevalecia a ideia de revisitar a história do país pela *chave paródica e carnavalesca*, no sentido bakhtiniano, em busca do que seria o elemento mais essencial do nosso povo. Nas palavras de Esteves (2010, p. 169): “Corroer os pilares da história oficial, escrita pelos vencedores. Derrubar de seus pedestais os falsos heróis erigidos por uma casta econômica e social que, para justificar sua dominação, não hesita em falsear os acontecimentos”.

Convém agora perguntar, diante desse quadro cultural, como Carolina Maria de Jesus e seu famoso diário participavam de tal momento. Antes de tudo, cabe destacar que, nessa revisão da história nacional, um dos fenômenos mais importantes foi a emergência, na produção literária do período, do “ponto de vista dos vencidos”<sup>300</sup>. Perseguindo uma justiça para as vozes sufocadas pela história hegemônica, muitos autores do período construíram os seus romances tendo como protagonistas membros dos setores socialmente oprimidos. Tomando como exemplo o já mencionado livro *Rosa Maria Egipciaca da Vera Cruz*, de Heloísa Maranhão, lançado em 1997, percebemos a retomada de uma figura um tanto obscura do século XVIII brasileiro, cujo nome dá título ao livro, a reunir alguns dos principais estigmas que constituem a subalternidade no período colonial de nosso país e, em muitos sentidos, até hoje: mulher, negra, escrava, prostituta, mística e perseguida e supliciada pela Inquisição no Brasil e em Portugal. Por meio da intertextualidade com obras clássicas de nossa historiografia e de nossa literatura e da *carnavalização*<sup>301</sup>, a autora da obra em foco traz como esteio da narrativa o

<sup>300</sup> Tal conceito, de clara inspiração benjaminiana, é utilizado em um dos intertítulos do livro de Antônio R. Esteves, fundamento de toda a análise que viemos realizando até agora sobre o romance histórico da segunda metade da década de 1990. Cf. Antônio R. Esteves, op. cit., p. 169.

<sup>301</sup> Esse conceito nasce dos estudos de Mikhail Bakhtin sobre a cultura popular na Idade Média, sobretudo em como essa cultura é refletida na obra de François Rabelais. Assim define o teórico a “visão carnavalesca do mundo”: “Ela caracteriza-se, principalmente, pela lógica original das coisas ‘ao avesso’, ‘ao contrário’, das permutações constantes do alto e do baixo (‘a roda’), da face e do traseiro, e pelas diversas formas de paródias, travestis, degradações, profanações, coroamentos e destronamentos bufões. A segunda vida, o segundo mundo da

“ponto de vista dos vencidos”. Recorremos uma última vez a Antônio R. Esteves, que declara sobre esse livro:

o romance de Heloísa Maranhão traz para o centro da discussão o papel do negro na formação histórica e cultural do brasileiro. Propõe, ao mesmo tempo, uma releitura do espaço reservado à mulher, especialmente da escrava, na historiografia oficial do País. Da mesma forma, rediscute uma infinidade de temas tabus que acabaram sendo relegados ao esquecimento ao longo dos séculos, entre os quais a sexualidade, a religiosidade, o componente mestiço da sociedade brasileira, as manifestações culturais e literárias e os movimentos que tentaram dar dignidade a diversos setores marginalizados na sociedade, especialmente escravos, mulheres, mestiços, pobres e populações periféricas (ESTEVES, 2010, p. 201).

A partir desse exemplo, é mais fácil estabelecer o célebre diário de Carolina Maria de Jesus como obra especialmente interessante para o momento, já que, a partir da própria biografia de sua autora, praticamente todos os temas que pulsavam na produção historiográfica e literária daqueles anos no Brasil estavam presentes nele. Com efeito, QD não apenas atribui uma centralidade temática ao “ponto de vista dos vencidos”, mas concretiza aquilo que viemos denominando de *literatura vista de baixo*, ou seja, aquela produção literária em que os subalternos tomam para si a tarefa da própria representação, com as inevitáveis implicações temáticas e formais que tal gesto deflagra<sup>302</sup>.

Uma confirmação inquestionável de que havia, no mercado editorial brasileiro, um cenário extremamente favorável para o resgate do nome de Carolina Maria de Jesus e seu QD se mostrou através do sucesso de um livro, publicado também naquela segunda metade da década de noventa, que praticamente repetia, com as devidas atualizações históricas, um dos temas centrais do famoso diário da escritora mineira – a favela – e que também fora escrito por um autor negro oriundo da periferia. Esse livro era *Cidade de Deus*, de Paulo Lins, que desencadeou uma grande agitação entre a crítica e o público leitor do país pela provocadora abordagem temática e formal de sua escrita.

Lançado em agosto de 1997, o romance *Cidade de Deus* tem uma trajetória peculiar na sua concepção. Ele se origina de uma pesquisa acadêmica sobre a criminalidade entre as

---

cultura popular constrói-se de certa forma como paródia da vida ordinária, como um ‘mundo ao revés’. Ver: BAKHTIN, Mikhail. *A cultura popular na Idade Média e no Renascimento* – o contexto de François Rabelais. Tradução Yara Frateschi Vieira. São Paulo: Hucitec, 2010. p. 10.

<sup>302</sup> O escritor Reginaldo Ferreira da Silva, que adotou o pseudônimo de Ferréz – sobre o qual falaremos adiante – batizou esse tipo de produção literária, no começo dos anos 2000, de “Literatura Marginal”, termo que, porém, não utilizamos, por entender que ele comporta em seu bojo, inevitavelmente, problemáticas conotações valorativas negativas.

classes populares conduzida, na favela que dá título ao livro, pela antropóloga Alba Zaluar e que resultaria na publicação de *Da Revolta ao Crime S.A.*, em 1996<sup>303</sup>. Paulo Lins, então um estudante de Letras na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), que conhecera Zaluar em uma associação de moradores, fora contratado pela antropóloga para auxiliá-la na pesquisa, já que ele – como morador da Cidade de Deus e com relações de amizade com muitos criminosos desse lugar, alguns deles seus antigos amigos de infância – seria a conexão da antropóloga com os sujeitos que ela decidira investigar<sup>304</sup>. Dessa pesquisa o autor tira o grosso do material para o seu romance (cenários, personagens, histórias etc.), ao ponto de Zaluar classificá-lo, na orelha que fez para a primeira edição do livro, de “romance etnográfico”<sup>305</sup>.

*Cidade de Deus* – um romance que se construía a partir de um retrato, ao mesmo tempo cru e complexo, do crime e da violência gerados pelo abandono público em uma das maiores favelas do Rio de Janeiro – logo foi saudado pela crítica como um grande acontecimento da literatura brasileira. Um dos primeiros e mais importantes entusiastas do livro foi o consagrado crítico literário Roberto Schwarz, autor de clássicos estudos sobre Machado de Assis, como *Ao vencedor as batatas* (1977) e *Um mestre na periferia do capitalismo* (1990). Schwarz dedicou um artigo ao romance de Paulo Lins<sup>306</sup>, que saiu no jornal *Folha de São Paulo*, no dia 7 de setembro de 1997<sup>307</sup>. No texto em questão, o renomado crítico apontava as qualidades que tornavam *Cidade de Deus* uma obra especial em nossas letras:

O romance de estreia de Paulo Lins, um catatau de quinhentas e cinquenta páginas sobre a expansão da criminalidade em Cidade de Deus, no Rio de Janeiro, merece ser saudado como um acontecimento. O interesse do assunto, o tamanho da empresa, a sua dificuldade, o ponto de vista interno e diferente, tudo contribui para a aventura artística fora do comum. A literatura no caso foi levada a explorar possibilidades robustas, que pelo visto existem (SCHWARZ, 1999, p. 200. Grifos nossos).

<sup>303</sup> Alguns autores afirmam, equivocadamente, que o romance de Lins surgiu do livro *A máquina e a revolta*, também de Zaluar. Este livro, porém, foi lançado em 1985 e a antropóloga conhece o autor de *Cidade de Deus* somente no ano seguinte, 1986. Ver: SILVA, Mário Augusto Medeiros da. *A descoberta do insólito* – literatura negra e literatura periférica no Brasil (1960-2000). 2 ed. São Paulo: Edições Sesc São Paulo, 2023. p. 432.

<sup>304</sup> Cf. Mário Augusto Medeiros da Silva, op. cit., p. 432.

<sup>305</sup> Cf. Alba Zaluar [orelha do livro]. Em: LINS, Paulo. *Cidade de Deus*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

<sup>306</sup> Livro que, aliás, o crítico tivera um papel fundamental para que fosse concretizado, como incentivador e mecenás, ao conseguir uma bolsa da Fundação Vitae para Lins. Ver: Mário Augusto Medeiros da Silva, op. cit., p. 435.

<sup>307</sup> Este texto foi republicado no livro *Sequências brasileiras*, coletânea de escritos do autor. Ver: SCHWARZ, Roberto. *Sequências brasileiras* – ensaios. 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1999. p. 200-2010.

Gostaríamos de chamar atenção para a expressão “ponto de vista interno”, por nós destacada na citação. Tal conceito dá conta do fato de que a *perspectiva* que conduziu a representação da realidade no romance era a de alguém – Paulo Lins e, por extensão, seu narrador – que pertencia, social e culturalmente, ao mundo representado na obra, no caso, a favela de Cidade de Deus. Isso facultaria a Lins a percepção de certos fenômenos que não poderiam ser apreendidos por um intelectual oriundo de outro lugar social<sup>308</sup>. Esse aspecto de *Cidade de Deus* torna praticamente inevitável uma aproximação com o QD, de Carolina de Jesus. E essa aproximação de fato foi feita por, entre outros, a pesquisadora Regina Dalcastagnè, em seu livro *Literatura brasileira contemporânea – um território contestado*, de 2012. Ao analisar o ponto de vista “de dentro” (termo usado pela autora), Dalcastagnè ressalta as qualidades que o famoso diário de Carolina apresenta ao retratar a favela e a vida urbana da cidade de São Paulo em meados dos anos 1950, destacando a importância do “viés feminino” da escritora:

O pobre, em sua narrativa, é visto como alcóolatra ou trabalhador, marginal ou vítima dos desmandos da polícia, violento com as mulheres ou traído por elas – muitas vezes, é uma coisa e outra ao mesmo tempo. E esse modo de ver pode ser preconceituoso, apreensivo, respeitoso, dependendo da disposição da protagonista e narradora no momento em que fala (ou escreve). Tudo, é claro, ajustado por um viés feminino, que olha pela janela do barraco enquanto esquenta a mamadeira das crianças, que observa uma mulher apanhando e pensa que é melhor estar sem homem, que tem de parar de escrever para lavar roupa (DALCASTAGNÈ, 2012, p. 41).

Ao comparar as narrativas de Carolina de Jesus e Paulo Lins, no entanto, a pesquisadora faz uma importante ressalva, ao defender que o olhar da autora de QD tem uma amplitude e riqueza bem maiores que o mostrado em *Cidade de Deus*. Segundo Dalcastagnè, isso se deve, mais uma vez, à perspectiva feminina da escritora:

Embora mais de 30 anos separem os dois textos, tempo suficiente para a violência e o tráfico terem se tornado o centro das atenções sempre que se pensa em favelas, o enfoque de Paulo Lins – sobre os bandidos e as transformações na criminalidade no Rio de Janeiro – é bem mais limitado. A perspectiva feminina de Carolina Maria de Jesus abre espaço para abrigar uma pluralidade de existências: da mãe solteira que precisa sustentar os filhos em meio à miséria ao cigano bonito, com asas nos pés, que atravessa sua história. Mas há ainda a menina pobre que usa seu charme para conquistar as pessoas, o garotinho acusado de tentar violentar um bebê, o advogado pulha, os políticos corruptos que só são gentis durante as eleições, o homem triste abandonado pela esposa, os “nortistas” festeiros e tocadores de viola

---

<sup>308</sup> Nesse sentido, o conceito de “ponto de vista interno” corresponde exatamente, aqui, ao de “literatura vista de baixo”.

(DALCASTAGNÈ, 2012, p. 41).

Um outro pesquisador que também realizou uma aproximação entre o romance de Paulo Lins e o famoso diário de Carolina de Jesus foi o sociólogo Mario Augusto Medeiros da Silva. No livro *A descoberta do insólito – literatura negra e periférica no Brasil (1960-2020)*, Medeiros chama a atenção para persistência da injustiça social brasileira como elemento a ligar as duas obras:

É interessante, se não desagradável, pensar que, quase quatro décadas após, Paulo Lins realiza aquilo que – tanto na narrativa interna quanto na descrição histórica – Carolina Maria de Jesus batizou de *Quarto de despejo*. Em 1960, ao publicar com esse título o livro que a catapultaria à cena pública, a autora colocava em discussão o problema da favela, de seus moradores e da cidade que a envolvia, São Paulo. No quarto de despejo, segundo a escritora, estão os objetos fora de uso, alquebrados e inválidos para o restante da cidade. Em resumo, na sua percepção, os favelados (SILVA, 2023, P. 438).

Para além da temática social, porém, Medeiros coloca em debate a questão da filiação de *Cidade de Deus* à Carolina de Jesus e ao célebre diário dela. Isso porque, apesar das declarações de Paulo Lins sobre nunca ter lido QD<sup>309</sup>, tal filiação é, de certa forma, inevitável. Como explica o sociólogo:

Questionou-se se De Jesus e *Quarto* tiveram herdeiros. Ora, nem sempre os filhos são legítimos/legitimados, reconhecem os pais ou a eles fazem menção direta. A filiação literária, tal qual aspectos do amor familiar, é uma construção social, com usos, sentidos e razões de ser que podem ser compreendidos fora do âmbito dos sentimentos (SILVA, 2023, p. 448).

Em outras palavras: sim, *Cidade de Deus* é um romance que dava continuidade, com novas configurações, ao legado literário de QD. Tal compreensão torna mais fácil identificar aquele momento histórico (segunda metade dos anos 1990) e literário (ampla produção de obras voltadas para a reflexão sobre a história e a sociedade brasileiras) como ideal para a redescoberta de Carolina Maria de Jesus. De fato, com a nova edição de QD pela Ática e as publicações de *Cinderela negra*, *Antologia Pessoal* e *Meu estranho diário* estavam dadas as principais condições para que a escritora mineira começasse a alcançar um interesse renovado, senão do público leitor em geral, pelo menos dos setores intelectualizados do país. E tal

---

<sup>309</sup> Cf. SILVA, Mário Augusto Medeiros da. *A descoberta do insólito – literatura negra e periférica no Brasil (1960-2020)*. 2 ed. São Paulo: Edições Sesc São Paulo, 2023. p. 448.

interesse efetivamente se concretizou em uma série de importantes pesquisas acadêmicas sobre Carolina que surgiram na virada do século.

A primeira delas foi a da pesquisadora Elzira Divina Perpétua, que, em 2000, defendeu a tese *Traços de Carolina Maria de Jesus: gênese, tradução e recepção de Quarto de despejo* na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)<sup>310</sup>. Nessa pesquisa, Perpétua cotejou os cadernos originais de QD e a edição resultante da compilação feita por Audálio Dantas, objetivando descobrir que perfis diferentes de Carolina daí resultaram, além de analisar as traduções e a recepção de QD no Brasil e no exterior.

Dois anos depois, surgiu a tese da pesquisadora Maria Madalena Magnabosco, também na UFMG, intitulada *Reconstruindo imaginários femininos através dos testemunhos de Carolina Maria de Jesus: um estudo sobre gênero*<sup>311</sup>. Em seu trabalho, de natureza interdisciplinar, contemplando literatura e psicologia, procurou destacar a particularidade da representação de gênero nos diários de Carolina, que tensionava as concepções tradicionais de tal representação ao fundir as dimensões da raça, da escrita e da personalidade idiosincrática da escritora.

Já em 2004, Germana Henriques Pereira de Sousa defendeu a tese *Carolina Maria de Jesus – o estranho diário da escritora vira-lata*, na Universidade de Brasília (UnB)<sup>312</sup>. Apesar de seu título um tanto bizarro, trata-se de um trabalho importante, por ter sido o primeiro a se debruçar sobre a questão do *valor estético* dos escritos de Carolina de Jesus, a partir da análise de *Meu estranho diário*, livro que, como vimos, apresentava uma versão mais ampla dos diários da escritora. Defende que Carolina de Jesus cria um “fato novo” na literatura brasileira, ao fundir dois códigos linguísticos distintos: o literário e a oralidade.

A alta do nome de Carolina Maria de Jesus no meio acadêmico acabou por se confirmar totalmente a partir da escolha de QD nos vestibulares de importantes universidades brasileiras, também no começo dos anos 2000. Conforme explicam as biógrafas da escritora: “A introdução

---

<sup>310</sup> Em 2014, essa tese foi publicada no fundamental livro – sobre o qual falaremos posteriormente – *A vida escrita de Carolina Maria de Jesus*. Ver: PERPÉTUA, Elzira Divina. *A vida escrita de Carolina Maria de Jesus*. Belo Horizonte: Nandyala, 2014.

<sup>311</sup> Esta pesquisa também foi publicada em livro, mas somente no ano de 2021. Ver: MAGNABOSCO, Maria Madalena. *A palavra testemunhal de Carolina Maria de Jesus – reconstruindo imaginários femininos*. Belo Horizonte: Editora Dialética, 2021.

<sup>312</sup> Trabalho que também foi publicado, com o mesmo título, em 2012. Ver: SOUSA, Germana Henriques Pereira. *Carolina Maria de Jesus – o estranho diário da escritora vira-lata*. Vinhedo: Editora Horizonte, 2012.

de *Quarto de despejo* como leitura obrigatória nos vestibulares da UFMG, em 2001, e da UnB, em 2004, atesta a aceitação final de Carolina Maria de Jesus no Brasil, pelo menos no meio universitário, por mais que sua obra se afaste das convenções acadêmicas” (CASTRO; MACHADO, 2007, p. 127).

Ainda em 2002, o nome da escritora aparece como verbete no *Dicionário crítico de escritoras brasileiras (1711-2001)*, de Nelly Novaes Coelho. É curioso notar, no entanto, os erros sobre a biografia de Carolina e o tom levemente preconceituoso em relação à figura e à obra da escritora que estão presentes no verbete em questão<sup>313</sup>. Vale a pena reproduzi-lo:

Memorialista e favelada, Carolina Maria de Jesus nasceu em Sacramento (RS) (sic), em 1914 e viveu na capital paulista, onde faleceu em 13.02.1977. Do dia para a noite, saiu do anonimato e da miséria em que vivia, numa favela em São Paulo, porque o caderno em que escrevia o seu dia-a-dia de favelada foi por acaso descoberto por um jornalista, Audálio Dantas, e publicado em livro, em 1958 (sic), com o título *Quarto de despejo*. A mídia se empenhou em divulgá-lo através dos diversos meios de comunicação e o transformou em *best seller*. A primeira edição (10.000 exemplares) esgota-se em pouco mais que uma semana. Seguem-se outras edições com tiragens que chegam a 100 mil exemplares. Foi traduzido para 29 idiomas (sic). Carolina de Jesus se torna objeto da especulação publicitária e vive momentos de verdadeiro estrelato, através da TV e dos jornais e revistas, transformada em símbolo da miséria e da degradação humana em que vive grande parte do povo brasileiro. Mais uma vez o capitalismo selvagem lucra com a exploração dos desvalidos. No rastro desse sucesso, a autora sai da favela para a casa própria. Dessa mudança resulta um novo livro, *Casa de alvenaria* (1960) (sic), crônica que não desperta nenhum interesse no grande público. Carolina acabou voltando para a antiga favela, em Parelheiros (SP) (sic), onde morre por insuficiência cardíaca (sic) (COELHO, 2002, p. 109).

Os bons ventos, porém, pareciam estar mesmo correndo a favor da autora de QD e extrapolavam, inclusive, o sistema literário: em 2003, o curta-metragem *Carolina*, dirigido pelo cineasta paulista negro Jefferson De, focado na vida dela e tendo a atriz Zezé Mota como protagonista, foi premiado no 31º Festival de Cinema de Gramado<sup>314</sup>.

Cumpre agora refletirmos sobre um ponto necessário sobre a retomada do nome de Carolina Maria de Jesus na segunda metade da década de 1990 e começo dos anos 2000: teria sido o mundo acadêmico, através do empenho de intelectuais daqui e de fora, o único responsável pela reabilitação da escritora mineira e sua obra na contemporaneidade? Seriam os departamentos de História e de Letras, os vestibulares de universidades renomadas e as editoras

<sup>313</sup> O que mostra que o nome de Carolina Maria de Jesus nunca comparece no sistema literário brasileiro sem alguma tensão.

<sup>314</sup> Cf. CASTRO; MACHADO, op. cit., p. 128.

acadêmicas as forças que alavancaram QD e sua autora para uma nova voga de popularidade que atingiria o seu auge em nossos dias? Sem desconsiderar a atuação e importância desses agentes para a redescoberta de Carolina, a nossa resposta é: não. O mundo universitário e as pesquisas e publicações dele advindas não teriam, por si só, a força suficiente para engendrar a consagração cultural de uma autora que sofrera um ostracismo tão prolongado se outros fatores, de natureza diversa, não tivessem também atuado para que esse fenômeno se tornasse possível. Defendemos, portanto, que – além do trabalho desses pesquisadores e instituições – devemos procurar as causas da retomada final da figura e da obra de Carolina Maria de Jesus no *contexto político e social* que o país viveu na virada do século XX e início do século atual. Passemos, pois, à análise de tal contexto a partir de agora, procurando entender de que forma as mudanças políticas e sociais que o Brasil viveu nesse período contribuíram para o florescimento de determinados aspectos de nossa cultura que foram fundamentais para um novo protagonismo dado *ao povo e aos pobres* e às suas representações artísticas no alvorecer dos anos 2000.

Antes, contemos uma breve narrativa, ilustrativa da situação do país no referido momento histórico. É a história de Inácio Pereira, agricultor de 56 anos que, suplicado por uma série de agressões, decidiu ficar imóvel no chão, sem emitir uma palavra, na expectativa de escapar de mais sofrimentos. Algum tempo depois, foi agarrado por um grupo de homens e atirado na caçamba de uma camionete, onde jazia uma pequena pilha de cadáveres. Em seguida, sentiu o corpo de outro homem ser jogado sobre o seu. Pôde perceber que tal homem estava vivo, pois ainda balbuciava coisas desconexas, cujo sentido fugiam a Inácio. Os balbucios do homem não duraram muito, porém, pois logo alguém se aproximou da camionete e disparou, contra o moribundo, dois tiros à queima-roupa, que o fizeram calar imediatamente e para sempre. Fingindo-se de morto, Inácio foi então levado para um hospital, onde um enfermeiro rapidamente percebeu que, diferente dos demais homens trazidos naquele veículo, ele estava vivo, sendo prontamente encaminhado para uma enfermaria de emergência. Dessa forma, utilizando-se da astúcia que o desespero às vezes provoca, Inácio Pereira conseguira sobreviver. Ao contrário dos 19 agricultores que haviam sucumbido no episódio que entrou para a história brasileira como Massacre de Eldorado do Carajás, ocorrido no Pará em 17 de abril de 1996<sup>315</sup>.

---

<sup>315</sup> A história de Inácio Pereira, bem como toda a matança de Eldorado do Carajás, é contada no livro *O massacre*, de Eric Nepomuceno. Cf. NEPOMUCENO, Eric. *O massacre – Eldorado do Carajás: uma história de impunidade*. Rio de Janeiro: Record, 2019. p. 90-91.

Inácio Pereira era um militante do Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST), organização voltada para o ativismo político que pugna pela justa distribuição de terras no Brasil. O agricultor era uma das cerca de 2.500 pessoas que haviam bloqueado um trecho da principal rodovia do sudeste do Pará, a PA-150 – também conhecida como Curva do S – perto da cidade de Eldorado do Carajás, para pressionarem as autoridades competentes a desapropriarem uma fazenda da região que havia sido ocupada por eles poucos meses antes<sup>316</sup>. Massacrados pelas tropas da Polícia Militar estadual, o sem-terra chamaram a atenção do Brasil e do mundo para os conflitos e a violência no campo em nosso país. Longe de ser um caso isolado, o episódio de Eldorado do Carajás revela, por um lado, as consequências nefastas da persistência do latifúndio ao longo de nossa história e, por outro lado, o drama que o conjunto dos trabalhadores – não apenas do campo, mas também das cidades – enfrentavam naquele período de nossa história.

Pouco menos de dois anos antes do Massacre de Eldorado do Carajás, Fernando Henrique Cardoso havia sido eleito presidente do Brasil. Como já destacamos aqui, FHC fora o principal responsável pela estabilização econômica do país, através da reforma monetária conhecida como Plano Real, de que surgiu a nossa atual moeda. Surfando na onda de popularidade alcançada com tal façanha econômica, o ex-ministro da Fazenda de Itamar Franco havia sido gabaritado para disputar as eleições de 1994, pelo Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), em coalizão com o Partido da Frente Liberal (PFL)<sup>317</sup>. No pleito daquele ano, FHC venceu a disputa eleitoral com 34.350.217 votos (54,8% do total), derrotando no primeiro turno seu principal concorrente, ninguém menos que Lula, na sua segunda tentativa de chegar à Presidência, que recebera 17.112.225 votos (27,04%)<sup>318</sup>.

Pautando seu governo pelas diretrizes neoliberais estabelecidas pelo Consenso de Washington<sup>319</sup>, FHC adotou uma política de diminuição do Estado e abertura da economia ao

---

<sup>316</sup> Ibidem, p. 112 e 123.

<sup>317</sup> Hoje chamado União Brasil (UNIÃO).

<sup>318</sup> Cf. Marly Motta, op. cit., p. 231.

<sup>319</sup> Em síntese, podemos dizer que o Consenso de Washington foi um conjunto de diretrizes econômicas, elaboradas no começo da década de 1980, e impostas aos países da América Latina pelo “complexo Wall Street-FMI-Tesouro dos Estados Unidos” na segunda metade dos anos 1990, disseminando o receituário neoliberal pelo mundo. Nas palavras do economista Joseph Stiglitz (2003, p. 245), essas diretrizes envolviam: “minimizar o papel do governo, mediante a privatização de empresas de propriedade estatal e a eliminação das regulamentações e intervenções governamentais na economia. O governo era responsável pela macroestabilidade, mas isso significava manter a taxa de inflação baixa, e não baixar a taxa de desemprego”. Ver: STIGLITZ, Joseph E. *Os exuberantes anos 90 –*

mercado estrangeiro; dando continuidade, em seus próprios termos, ao rompimento com o nacional-desenvolvimentismo instituído durante a Era Vargas que o defenestrado Collor havia iniciado anteriormente, através da quebra do monopólio e da privatização de importantes empresas estatais, como a Vale do Rio Doce e a Telebras. Tais medidas, obviamente, não ocorreram sem duras críticas e grande resistência dos partidos de esquerda e dos setores organizados do serviço público e envolveram, inclusive, suspeitas de corrupção e favorecimentos<sup>320</sup>. Para além de questões financeiras, as privatizações exerciam também uma função político-ideológica, pois, como esclarece Marly Motta:

Em primeiro lugar, havia a necessidade de sustentar uma economia carente de investimentos e com graves problemas fiscais, por meio do ingresso de capitais externos investidos na compra das empresas estatais. O processo, iniciado no governo Collor, se acelerou no de FHC, quando a receita anual de privatização, entre 1995 e 1998, pulou de menos de 2 bilhões de dólares por ano para mais de 35 bilhões (MOTTA, 2018, p. 232).

E, também, segundo a mesma autora:

Cumpre lembrar, ainda, que o projeto privatista seria um dos requisitos básicos para o desmantelamento do “velho modelo varguista” e, nesse caso, haveria uma forte motivação ideológica, relacionada às profundas mudanças ocorridas no cenário internacional a partir dos anos 1980, com a queda do Muro de Berlim, o fim da União Soviética e a crise do modelo desenvolvimentista com base em um Estado autárquico e intervencionista. Com seus corolários de Estado mínimo e de ênfase às iniciativas do setor privado, o neoliberalismo era a tendência ideológica em voga (MOTTA, 2018, p. 232).

Mesmo diante dessa diminuição do aparelho estatal, o governo de FHC manteve níveis de aprovação popular relativamente estáveis, em decorrência, sobretudo, do controle da inflação, da moeda forte e do aumento do poder de compra da população brasileira. Em relação aos índices de inflação, os números falam por si: 22%, em 1995; 9,1%, em 1996; 4,3%, em 1997 e 2,5%, em 1998<sup>321</sup>. Diante dessa situação favorável, FHC e os grupos políticos a ele associados perceberam que seria possível pleitear um segundo mandato na Presidência. Para que isso fosse possível, era necessário a aprovação, pelo Legislativo, de uma Emenda Constitucional – o que

---

uma nova interpretação da década mais próspera da história. Tradução Sylvia Maria S. Cristovão dos Santos, Dante Mendes Aldrighi, José Francisco de Lima Gonçalves e Roberto Mazzer Neto. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. E também: David Harvey, op. cit., p. 102.

<sup>320</sup> Cf. Rodrigo Vizeu, op. cit., p. 259.

<sup>321</sup> Cf. Marly Motta, op. cit., p. 251 [notas].

a articulação governista de fato conseguiu, em 4 de junho de 1997. Também esse processo envolveu, mais uma vez, suspeitas de corrupção<sup>322</sup>.

A estabilidade econômica até ali mantida, contudo, foi fortemente abalada por uma crise de natureza especulativa que desvalorizou as moedas de importantes países asiáticos (Tailândia, Hong Kong, Cingapura e Coreia do Sul), obrigando o governo a agir no sentido de proteger o Real – aumentando a taxa de juros para mais de 40%, visando a atrair capitais internacionais e cortando gastos públicos (ajuste fiscal)<sup>323</sup>. Toda essa política promovia um grande arrocho econômico no país e colocava em xeque a reeleição de FHC, que teria de enfrentar nas urnas novamente Lula, candidato que angariara o apoio, como seu vice, de outro nome histórico da política brasileira: Leonel Brizola, do PDT. A reeleição de FHC, porém, foi alcançada sem maiores dificuldades, ainda no primeiro turno, com o candidato do PSDB obtendo 35.936.540 votos (53,06%) contra 21.475.218 votos do petista (31,71%)<sup>324</sup>. Como argumenta, mais uma vez, a historiadora Marly Motta:

Pode-se atribuir essa vitória, entre outros, ao suporte de certos setores da elite econômica, em particular daqueles que se beneficiaram da chamada “destruição criativa” empreendida pela abertura econômica, que eliminou muitos competidores que não conseguiram desfrutar do apoio luxuoso do BNDES [Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, estatal responsável por financiar diversos setores da economia brasileira]. Não faltou, igualmente, o apoio popular difuso, resultado do controle da inflação e da elevação da renda média (MOTTA, 2018, p. 246).

Um dos fatores fundamentais para a vitória foi, conforme já mencionamos, a manutenção de uma moeda forte, equiparada ao dólar. Os custos dessa valorização do Real, porém, eram muitos altos e mesmo irreais diante do momento econômico do Brasil, sendo mantido artificialmente – até o resultado das eleições – por meio da queima de reservas financeiras do país. Dessa forma, logo no início do segundo mandato de FHC, em janeiro de 1999, a moeda foi desvalorizada pelo governo, levando a um agravamento da dívida externa e a uma taxa de juros elevada, com o objetivo de atrair capital estrangeiro<sup>325</sup>. As mudanças dos rumos econômicos governamentais não pararam por aí, já que planos e metas de longo prazo

---

<sup>322</sup> No caso, a compra de votos de deputados federais. Ver: Rodrigo Vizeu, op. cit., p. 260

<sup>323</sup> Cf. Marly Motta, op. cit., p. 246.

<sup>324</sup> Idem.

<sup>325</sup> Cf. Rodrigo Vizeu, op. cit., p. 262.

foram estabelecidos para evitar uma crise ainda maior. Conforme explica o economista Edmar Bacha:

O último ano da década foi de redefinição da política econômica. Estabeleceram-se novas regras para as políticas cambial, monetária e fiscal. Em lugar do câmbio administrado, adotou-se o câmbio flutuante, com intervenções eventuais do Banco Central para suavizar movimentos bruscos da taxa de câmbio. Em lugar de metas para a evolução da quantidade de moeda, adotou-se uma política de metas de inflação a serem perseguidas a partir da manipulação da taxa básica de juros. Em lugar de superávits fiscais primários diminutos ou negativos, desde setembro de 1998 foram adotadas metas fiscais rígidas para o triênio 1999-2001 (as quais foram seguidas à risca), com o objetivo de produzir superávits primários suficientes para estabilizar a relação entre a dívida pública e o PIB (BACHA, 2019, p. 206-207).

As diretrizes dessa nova política econômica apresentaram resultados favoráveis já no ano seguinte, com o PIB crescendo 4,3%, a inflação fechando o ano em 5,3% e o alcance de um superávit primário equivalente a 3,3% do PIB<sup>326</sup>. O aparente restabelecimento econômico, contudo, durou pouco, pois, em abril de 2001, a população brasileira foi tomada de surpresa pela chamada “crise do apagão” – um programa de racionamento de energia que atingiu lares e empresas – que resultara da confluência de severas estiagens e de uma péssima gestão da disponibilidade de energia elétrica pelos técnicos do governo. Junto com a queda de popularidade do presidente e do governo como um todo, ocorreu também a queda do PIB, que cresceu apenas 1,3% naquele ano (contra os 4,3% do ano anterior<sup>327</sup>). Essa conjunção de fatores negativos – além de outros que analisaremos logo em seguida – permitiram que, nas eleições de outubro de 2002, os brasileiros escolhessem pela primeira vez um presidente de origem operária para comandar o país, com Lula derrotando o postulante a sucessor de FHC, José Serra, no segundo turno daquele pleito, com 61% dos votos válidos<sup>328</sup>.

A partir desse ponto, é importante entender que fatores levaram Lula à sua primeira vitória para o cargo máximo do país e quais os significados – políticos, sociais e culturais – que seu governo representou em nossa história. Levando em consideração essas reflexões, será possível entender como a trajetória do migrante nordestino, proletário e líder sindical se liga ao núcleo da discussão que estamos tentando construir aqui, a saber: como o resgate e consagração da figura de Carolina Maria de Jesus e seu livro mais famoso foram possíveis em nossa cultura

<sup>326</sup> Cf. Marly Motta, op. cit., p. 247.

<sup>327</sup> Idem, p. 249.

<sup>328</sup> Cf. Rodrigo Vizeu, op. cit., p. 271.

na segunda metade da década de noventa e começo do nosso século. Em primeiro lugar, convém nos determos em um ponto fundamental da estrutura da sociedade brasileira ao longo do século XX.

De 1900 ao ano 2000, o Brasil passou de um país com uma população em torno de 17,5 milhões de habitantes – em sua maioria, morando no campo, analfabetos e com baixíssima expectativa de vida (pouco mais de trinta anos) – para uma população de mais de 170 milhões de pessoas, predominantemente urbana (acima de 84%) e tendo a expectativa de vida de 70 anos<sup>329</sup>. Ao longo do século XX, portanto, a estrutura social brasileira mudara substancialmente. Dentre essas mudanças, uma que chama bastante atenção é a explosão urbana, com milhões de pessoas trocando a vida no campo pelas possibilidades – de emprego, sobrevivência, estudos etc. – que as cidades ofereciam. Tal fenômeno só foi possível, é claro, pela industrialização que o Brasil viveu a partir do pós-abolição e do advento da República, em especial nos governos de Getúlio Vargas e de seu mais destacado herdeiro político, Juscelino Kubitschek. O nacional-desenvolvimentismo encabeçado por esses dois presidentes – fruto de determinadas relações de nossa economia com certa fase histórica do capitalismo internacional – não pode ser, contudo, a única explicação para a transformação demográfica tão expressiva que o país vivenciou em cem anos. Outra causa importante desse gigantesco fluxo migratório foi, sem dúvida, a *luta de classes no campo*.

As mobilizações populares contra a opressão do latifúndio e pela posse da terra se confundem com as origens do Brasil e podem ser apontadas na resistência indígena à colonização portuguesa e nos quilombos que se espalharam pelo território nacional desde que as primeiras levas de escravizados desembarcaram por aqui. A natureza decisiva dessa luta para os rumos do país pode ser percebida no empenho ostensivo das classes dominantes rurais, através de toda a nossa história, em expandir e manter o seu domínio pela defesa do latifúndio. Por outro lado, a justa partilha da terra como condição *sine qua non* para o desenvolvimento real do país foi compreendida, por exemplo, pelo célebre engenheiro André Rebouças, através de suas propostas – feitas durante as campanhas abolicionistas – de transformar o escravizado liberto, no pós-abolição, em um pequeno produtor independente e a do imposto territorial

---

<sup>329</sup> Cf. Rubens Ricupero, op. cit., p. 198.

progressivo<sup>330</sup>. Já no século XX, é no ano de 1930 que se registram os primeiros esforços dos trabalhadores do campo para se organizarem de forma mais efetiva, apesar de todas as árduas dificuldades. Nas palavras de Cláudio Aguiar, em sua biografia de Francisco Julião, um dos maiores líderes camponeses da história brasileira:

As tentativas mais concretas para a organização da massa camponesa ocorreram a partir de 1930, durante os primeiros anos da ditadura de Getúlio Vargas. A legislação sinalizava a criação de sindicatos rurais, que, na prática, nunca vingaram. Em 1935 estavam instalados no Brasil cerca de seiscentos sindicatos urbanos e apenas três rurais, em Campos, Paraty e São João de Meriti, no Rio de Janeiro. Em Pernambuco, as iniciativas levadas a cabo em Escada, Goiana, Pau D’Alho e outras cidades fracassaram completamente. As pressões, intensas e insuportáveis, faziam com que desaparecessem em pouco tempo. Além disso, faltava-lhes o apoio legal. A burocracia era tão complexa que se tornava quase impossível a tramitação das solicitações (AGUIAR, 2014, p. 154-155).

O próprio Francisco Julião – criador das Ligas Camponesas nos anos 1960, maior movimento organizado da luta dos trabalhadores rurais até então – descreve a violência, instrumento indispensável para a manutenção desse estado de coisas pelos detentores do monopólio da terra, com que os camponeses eram tratados em diferentes regiões do Brasil:

Crimes são praticados, diariamente, pelos latifundiários, cuja política privada age sob vistas complacentes e com a própria conivência da polícia do governo. [...] Derrubam os casebres e arrancam de trator as fruteiras dos camponeses [...] Arrastam-nos de jipe, deixando-os em carne viva. Amarram-nos sobre o caminhão como se faz com o gado [...] Com um ferro em brasa marcam-lhes o peito e as nádegas. Um é posto lambuzado de mel sobre o formigueiro. Outro é metido numa cuba cheia d’água, permanecendo noite e dia a pão seco [...] Um terceiro é caçado como uma raposa e morto a tiros de revólver e de rifle. [...] Tem havido até camponeses mutilados em presença de outros, sendo os pedaços de sua carne oferecidos aos cães para servir de exemplo. [...] Em São Paulo, um camponês teve os dois braços amputados pelo latifundiário enfurecido. Na Bahia, uma aldeia com mais de duas mil pessoas é incendiada por um grupo de jagunços, a mando de um senhor de terras, com a participação ostensiva de um juiz togado e no exercício do cargo. E tudo com o silêncio cúmplice da imprensa (JULIÃO, 1975, p. 32-32 *apud* GONÇALVES, 2018, p. 256).

Esse é o tipo de violência que – como vimos no episódio do Massacre de Eldorado do Carajás e também nos assustadores números do trabalho análogo à escravidão na atualidade<sup>331</sup>

<sup>330</sup> Cf. Maria Alice Rezende de Carvalho, “Liberdade é terra”. Em: FIGUEIREDO, Luciano (org.). *A era da escravidão*. Rio de Janeiro: Sabin, 2009. p. 85-86.

<sup>331</sup> No ano de 2022, por exemplo, 2.218 pessoas foram resgatadas do trabalho análogo à escravidão apenas no meio rural. Ver: Comissão Pastoral da Terra, “Agro é escravidão! Mais de 2 mil pessoas são resgatadas de trabalho escravo no campo em 2022” [online]. Disponível em: <https://mst.org.br/2023/04/18/mais-de-2-mil-pessoas-sao-resgatadas-de-trabalho-escravo-no-campo-em-2022/>. Acesso em: 17/10/2023.

– está longe de ter ficado no passado. A literatura, é claro, registrou fartamente esse mundo bruto e ignóbil em que se debatem os trabalhadores do campo no Brasil, até mesmo contemporaneamente<sup>332</sup>. E aqui, após essa longa digressão, chegamos ao ponto mais importante da reflexão que viemos desenvolvendo em todo este capítulo: Carolina Maria de Jesus também é uma vítima dessa violência no campo, tendo passado, junto com sua mãe e outros membros de sua família, por diversas situações aviltantes nas fazendas em que trabalhou<sup>333</sup>. Sua ida para São Paulo em busca de melhores condições de vida, em 1937, está relacionada a esse fato. Ela, porém, é apenas uma das milhões de pessoas que, ao longo do século XX, migraram para as cidades fugindo da iniquidade e da violência no campo. Se lembarmos de uma obra clássica do chamado “Romance de 30” – *Vidas secas*, de Graciliano Ramos – não é difícil imaginar o personagem Fabiano e sua família indo parar em uma cidade como Rio de Janeiro ou São Paulo e compondo com outros desafortunados de diferentes recantos do país os habitantes das primeiras favelas, assim como Carolina. É o que argumenta, em artigo sobre a violência urbana na ficção brasileira pós-64, a pesquisadora Lígia Chiappini (1998, p. 205): “A cidade, atraindo os camponeses e transformando violentamente suas vidas, seus valores e seus hábitos, era já a face oculta do regionalismo pré-modernista do início do século, da década de 1930, e daquele de Guimarães Rosa”. Fora da ficção, serão esses migrantes, seus netos e bisnetos, que darão legitimidade histórica aos governos de Lula e do Partido dos Trabalhadores, nas primeiras décadas do século atual. Como pondera, sobre a vitória eleitoral do primeiro presidente de origem popular<sup>334</sup>, Rubens Ricupero:

A multiplicação quase por dez dos habitantes e a explosão urbana criaram um ator social novo, *as periferias*, que *definiram a política brasileira* no início do século XXI. Primeiros beneficiários dessa transformação, Lula e o PT chegavam ao poder em alternância democrática que representava o ponto mais alto da evolução política do Brasil no fim da década de 1990 (RICUPERO, 2019, p. 198. Grifos nossos).

Em outras palavras, a chegada de Lula à Presidência colocava os pobres e a pobreza *no centro do debate público*.

---

<sup>332</sup> Vide os cenários e os temas dos romances do celebrado escritor Itamar Vieira Júnior (*Torto Arado*, de 2019, e *Salvar o fogo*, de 2023).

<sup>333</sup> Essas experiências de exploração camponesas serão representadas por Carolina em seu importante poema “O colono e o fazendeiro”.

<sup>334</sup> E, convém lembrar, também um migrante.

A ligação do Lula presidente com as classes subalternas do país – pobres, trabalhadores, nordestinos etc. – não demoraria muito tempo para se estabelecer firmemente. Isso porque os amplos setores da classe média que formavam parte considerável da base eleitoral do PT através dos anos logo sofreram uma grande frustração com as primeiras medidas do presidente petista, que davam continuidade às diretrizes gerais dos governos de FHC. Entre essas medidas estavam a ampliação da meta do superávit primário (leia-se: cortes de gastos e criação de mais tributos), aumento de juros e uma reforma da Previdência dos servidores públicos – com esta última proposta levando, inclusive, à expulsão de determinados quadros do partido contrários à mudança nas regras previdenciárias<sup>335</sup>. A essa adesão à política macroeconômica neoliberal, somava-se, para desagrado da classe média progressista, a aproximação do PT a elementos da burguesia com partidos de viés oligárquico.

Entretanto, embora realmente tenha mantido determinadas linhas de ação do receituário neoliberal em seus dois mandatos, Lula mostrou-se ser um dos primeiros e mais proeminentes membros da chamada “onda rosa” – uma série de vitórias eleitorais para a presidência de candidatos de esquerda em países da América Latina (Venezuela, Argentina, Bolívia e Equador etc.)<sup>336</sup>. Era, portanto – essencialmente – um político que se opunha ao Consenso de Washington. Na realidade, considerado em seu todo, o governo de Lula representou um progresso para a classe trabalhadora nunca visto na história do país. Emblemática nesse sentido foi a criação, já em seu primeiro ano como presidente, do Bolsa Família, programa de transferência de recursos que, unificando e expandindo uma série de benefícios anteriores, alcançava, ao final de 2006, cerca de 45 milhões de brasileiros<sup>337</sup>. Iniciativas governamentais como essas apresentavam resultados surpreendentes, que efetivamente modificavam a configuração social brasileira. Como afirma o historiador John French, biógrafo de Lula:

As novas políticas sociais do governo tinham, até o final deste mandato [2006], reduzido a pobreza absoluta para 15% (...) Esses resultados positivos contrariavam as expectativas de muitos acadêmicos – da direita, do centro e da esquerda – que haviam duvidado da viabilidade de reduzir as desigualdades ao mesmo tempo que se garantia a subsistência básica para cada cidadão. (FRENCH, 2022, p. 578).

<sup>335</sup> Parte desses quadros fundaria o partido Socialismo e Liberdade (PSOL), em 2004. Cf. Rodrigo Vizeu, op. cit., p. 272.

<sup>336</sup> Cf. Rubens Ricupero, op. cit., p. 198.

<sup>337</sup> Cf. Rodrigo Vizeu, op. cit., p. 272.

A política estatal de combate à pobreza e de inclusão das classes subalternas no cálculo do desenvolvimento econômico procurou atuar em áreas estratégicas, no campo e na cidade, modernizando e expandindo a própria infraestrutura do país:

o governo Lula tinha começado ou expandido uma variedade de programas e de iniciativas incrementais cujo impacto era sentido cada vez mais como crescimento econômico acelerado em seu segundo mandato. Esses incluíam o acesso subsidiado a crédito para cidadãos de baixa renda, apoio aprimorado para idosos e para a agricultura familiar, uma iniciativa de construção de moradia pública ambiciosa, um programa para providenciar acesso universal à eletricidade, a expansão do acesso subsidiado à educação universitária e um aumento vasto do sistema de universidades federais (FRENCH, 2022, p. 577).

Com uma economia estabilizada e em crescimento e avanços sociais tão significativos, era compreensível e natural que Lula pleiteasse um segundo mandato, nas eleições presidenciais de 2006. Reagindo a avaliação positiva de um governo de esquerda, encabeçado por um presidente de origem popular, a classe dominante e os setores reacionários em geral procuraram encontrar uma oportunidade política impedir a continuidade do PT no poder. Essa oportunidade foi encontrada no chamado escândalo do “Mensalão”, uma série de denúncias de compra de votos de parlamentares pelos dirigentes do PT para projetos de interesse do governo na Câmara Federal, tornadas públicas pelo deputado federal Roberto Jefferson em uma entrevista para o jornal *Folha de São Paulo*, em junho de 2005<sup>338</sup>. Através, sobretudo, da imprensa, as denúncias ganhavam repercussão nacional e mobilizavam a opinião pública. Nas palavras de Rodrigo Vizeu:

Os relatos de Jefferson abriram o portal do inferno de uma crise que tomou boa parte do primeiro governo Lula, com repercussões em anos posteriores. CPIs incendiaram o Congresso, e nomes como Delúbio Soares (tesoureiro petista), José Genoíno (presidente do PT), Marcos Valério (empresário apontado como operador do esquema), Valdemar Costa Neto (presidente do PL) e Pedro Corrêa (presidente do PP) apareciam em *looping* no noticiário. (VIZEU, 2019, p. 273).

Nada disso, contudo, foi suficiente para impedir a reeleição de Lula, que aconteceu ainda no primeiro turno das eleições de 2006, derrotando novamente um candidato do PSDB, Geraldo Alckmin, com 60% dos votos válidos<sup>339</sup>. O que não deteve, porém, um deslocamento

<sup>338</sup> Cf. Rodrigo Vizeu, op. cit., p. 272-273.

<sup>339</sup> Ibidem, p. 275.

na base eleitoral do presidente petista, que – inversamente a 2002 – migrou da classe média, desiludida com os escândalos de corrupção, e das zonas urbanas mais desenvolvidas para as populações das regiões mais carentes do país, sobretudo no Nordeste, principais beneficiárias dos programas sociais instituídos por Lula<sup>340</sup>. Esta, inclusive, seria a tendência que se manteria nas futuras eleições presidenciais do PT, até nossos dias.

Em seu segundo mandato, Lula demonstrou ainda mais arrojo político que em seu primeiro governo. Além de dar continuidade à política de aumento real do salário-mínimo, investiu cada vez mais na infraestrutura do país por meio do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), mantendo uma média considerável de crescimento do PIB, que atingiu o seu auge, 7,5%, em seu último ano de governo, 2010<sup>341</sup>. O impacto dessas ações no impulsionamento da economia e na redução da pobreza foram verdadeiramente espetaculares, diante da iniquidade histórica do Brasil:

Dadas as disparidades regionais, raciais, de gênero e de classe enraizadas do Brasil, os resultados do segundo mandato foram ainda mais surpreendentes com até 15 milhões de novos empregos gerados, 23 milhões de pessoas superando a linha da pobreza e outras 30 milhões alcançando o *status* de “classe média baixa”. Isso legitimou ainda mais o argumento da esquerda – repetidamente invocado por Lula como sindicalista e como presidente – de que o aumento do consumo popular providencia o melhor fundamento para o crescimento econômico e que a redistribuição orientada pelo governo funciona. (FRENCH, 2022, p. 578).

Algo que precisa ser enfatizado, diante desse contexto tão favorável à classe trabalhadora, é um fenômeno que ultrapassa os números e envolve a *dimensão simbólica* do sucesso dos dois primeiros governos de Lula, algo que poderíamos chamar de *empoderamento subjetivo dos pobres* e que se relaciona diretamente à discussão desta parte de nosso trabalho. Tal fenômeno foi observado, com pertinência, também por John French:

Indubitavelmente, o impacto imediato do sucesso de Lula como presidente foi aumentar a autoestima da maioria popular, principalmente no Nordeste. Sua inesperada ascensão desafiou os preconceitos internalizados e os comportamentos auto-inibidores reproduzidos por uma sociedade senhorial e paternalista marcada pelo racismo e pelo sexism (FRENCH, 2022, p. 580).

---

<sup>340</sup> Cf. Rodrigo Patto Sá Motta, “O lulismo e os governos do PT: ascensão e queda”. Em: *O Brasil Republicano – da transição democrática à crise política de 2016: Quinta República (1985-2016)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018. p. 429.

<sup>341</sup> Cf. John French, op. cit., p. 577.

Esse empoderamento subjetivo dos pobres pode ser constatado no florescimento de uma série de movimentos e produtos culturais que empunhavam a bandeira da representação popular e da defesa política da identidade dos moradores da periferia no período em foco. No campo específico que nos interessa, o da criação literária, o mais importante desses movimentos foi, sem dúvida, aquele que congregou diferentes escritores sob o rótulo da autodenominada *Literatura Marginal* ou *marginal-periférica*. O surgimento desse movimento literário acontece no ano de 2000<sup>342</sup>, em um projeto especial da extinta revista *Caros Amigos*, capitaneado por Ferréz, escritor já mencionado neste trabalho. Oriundo do Capão Redondo – bairro da Zona Sul da cidade de São Paulo conhecido por seus altos índices de pobreza e criminalidade<sup>343</sup> – Ferréz havia ganhado proeminência na cena literária brasileira a partir do sucesso de seu romance *Capão Pecado*, publicado pela Labortexto Editorial no ano 2000 e que teve duas edições no ano de seu lançamento, vendendo mais de 3.000 cópias<sup>344</sup>. Tal obra tematizava, como QD e *Cidade de Deus*, a realidade de abandono público e violência da periferia paulistana, através da história da relação de amor e traição entre o protagonista e narrador Rael, seu amigo Matcherros e a namorada deste, Paula.

O êxito de *Capão Pecado* permitira a Ferréz se tornar, primeiro, articulista da revista *Caros Amigos* e, logo em seguida, organizar a publicação da coletânea intitulada *Caros Amigos/Literatura Marginal* – a cultura da periferia, que fez considerável sucesso (vendeu 15.000 exemplares) e viabilizou a sua continuidade em mais dois números, saídos em 2002 e 2004<sup>345</sup>. Transitando por diferentes gêneros (da crônica ao conto, passando pelas letras de rap), esse projeto diferenciava-se das demais coletâneas da época por trazer produtores de literatura que reivindicavam para si a expressão de um olhar político e estético da situação de marginalidade social em que viviam. É o que elabora a cientista social Érica Peçanha do Nascimento:

Os editoriais, os textos e os minicurrículos dos autores veiculados pelas *Caros Amigos/ Literatura Marginal* sugeriam que estas edições especiais apresentavam como novidade um conjunto de escritores oriundos das periferias urbanas brasileiras. Para esses escritores, a associação do termo marginal à literatura remete, ao mesmo tempo, à situação de marginalidade (social, editorial ou jurídica) vivenciada pelo autor

<sup>342</sup> Na “transição” entre os governos FHC e Lula, portanto.

<sup>343</sup> E também por ser o lugar de onde havia saído a maior parte dos integrantes dos Racionais MC’s.

<sup>344</sup> Ver: Mário Augusto Medeiros da Silva, op. cit., p. 516.

<sup>345</sup> Cf. NASCIMENTO, Érica Peçanha do. *Vozes marginais na literatura*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2009. p. 20.

e a uma produção literária que visa expressar o que é peculiar aos espaços tidos como marginais, especialmente com relação à periferia (os temas, os problemas, o linguajar, as gírias, os valores, as práticas de certos segmentos etc.) (NASCIMENTO, 2009, p. 20).

Apesar de possuírem estilos de escrita bastante diferentes entre si, esses escritores perceberam que seria vantajoso para todos – na falta, inclusive, de outros espaços no mercado editorial tradicional – a aglutinação sob a “marca” *literatura marginal*, ocupando assim um nicho específico dentro do mercado editorial<sup>346</sup>. Mas não só – permitia a esses literatos participarem do momento cultural que a chegada de um legítimo representante das classes subalternas à presidência e o empoderamento subjetivo dos pobres advindo desse fato haviam ensejado, inserindo-se em diversas outras manifestações culturais envolvendo a temática da periferia, em diferentes campos artísticos, que pipocavam ao seu redor:

Ter a literatura marginal como marca associada aos seus textos assegura aos autores que publicaram nas revistas *Caros Amigos/Literatura Marginal* um lugar específico na conjuntura brasileira dos últimos tempos: um cenário em que as produções cinematográficas, de vídeo e de música se apropriam da estética, das peculiaridades do cotidiano e dos assuntos pertinentes aos marginais. Esta conjuntura se refere, entre outros aspectos, à expansão da música rap, atingindo, inclusive, a classe média (com a vendagem expressiva dos discos do grupo Racionais MC's, ou com a presença de rappers representantes deste grupo social, como Gabriel, O Pensador) e passa pela produção de filmes como “O invasor”, “Cidade de Deus” e “Carandiru”. Mais recentemente<sup>347</sup>, também a televisão passou a veicular programas com essa temática, como foi o caso de “Turma do Gueto”, da TV Record ou “Cidade dos Homens” e “Central da Periferia”, da TV Globo (NASCIMENTO, 2009, p. 45-46).

Como podemos perceber, apesar de todos os problemas conceituais envolvidos na designação da produção desses escritores como “literatura marginal”<sup>348</sup>, esse era um movimento que participava de um cenário artístico extremamente promissor para o resgate definitivo de Carolina Maria de Jesus. A figura da escritora é citada, aliás – entre outros ícones da história

<sup>346</sup> Ibidem, p. 45.

<sup>347</sup> Lembremos que esse texto de Nascimento é de 2009.

<sup>348</sup> Como já defendemos anteriormente, o termo “marginal” traz, necessariamente, um teor depreciativo, excluindo os autores e obras que se abrigam sob esse rótulo de um possível lugar central dentro do cânone literário brasileiro (o que tornaria sua “marginalidade” uma impostura), além de um caráter *restritivo* de suas criações literárias, que deveriam se pautar por determinadas diretrizes de conteúdo e expressão que limitariam a imaginação artística em nome de uma “autenticidade” essencialista de classe. É nesse sentido que preferimos utilizar, em nossos trabalhos sobre a ficção e a poesia vindas das camadas subalternas, o conceito de “literatura vista de baixo”, que – apesar de demarcar o lugar de origem de seus autores e as marcas temáticas e formais daí advindas – prevê a liberdade criativa e a potencial consagração cultural plena da produção literária assim designada, por entendê-la como uma “poética do realismo”.

política e cultural negra, como Lima Barreto e Solano Trindade, por exemplo – em diversos textos de Ferréz e seus parceiros de movimento, dentro da tentativa desses escritores de constituírem um tipo de “cânone periférico”<sup>349</sup>. Mesmo do ponto de vista exclusivamente mercadológico, novas publicações de obras de Carolina prometiam ser vantajosas, dado o número de editoras, de diferentes portes, que se abriam para a temática da pobreza e da favela. Vejamos algumas delas: em 2005, a editora Agir publica a coletânea *Literatura marginal* – talentos da escrita periférica, organizada mais uma vez por Ferréz, reunindo parte dos textos publicados pela *Caros Amigos* e outros inéditos; em 2006, a Objetiva publica *Ninguém é inocente em São Paulo*, livro de contos de Ferréz; e, em 2007, a Global cria a Coleção Literatura Periférica, que publicou autores como Sérgio Vaz, Allan da Rosa e Sacolinha<sup>350</sup>. É também em 2007 que o nome de Carolina Maria de Jesus surge ao lado do de outros escritores, antigos e contemporâneos, na coletânea *Cenas da favela* – antologia, que trazia na capa a legenda, autoexplicativa, “As melhores histórias da periferia brasileira”<sup>351</sup>.

Organizada pelo escritor Nelson de Oliveira, essa antologia trazia, como um de seus capítulos, um trecho de QD, contemplando os registros diarísticos que iam de 22 de maio a 3 de junho de 1958. No prefácio do livro, os responsáveis pela coletânea anunciam o desejo de aprofundamento na “complexa estrutura mitológica que a favela vem gestando”, a partir do desenvolvimento do tráfico<sup>352</sup>. Colocada ao lado de autores como Lima Barreto e João Antônio – escritores que, segundo Nelson de Oliveira, tematizaram a favela com “conhecimento de causa”<sup>353</sup> – Carolina é tratada como um caso particular, por diferir de seus pares “não só na condição sexual, mas por ter sido semianalfabeta e jamais ter tido outro emprego que não o de catadora de papel (sic)” (OLIVEIRA, 2007, p. 15). Sem dúvidas um produto da alta editorial da Literatura Periférica, *Cenas da favela* revelava, textualmente, o tipo de consideração que a cultura letrada dispensava aos pobres naquele momento, ao procurar fugir dos estereótipos e mostrar a realidade plural que aquele microcosmo social apresentava, enfatizando os limites da literatura feita pelas classes privilegiadas ao abordar o tema em foco:

<sup>349</sup> Cf. Mário Augusto Medeiros da Silva, op. cit., p. 491.

<sup>350</sup> Ibidem, p. 496.

<sup>351</sup> Cf. OLIVEIRA, Nelson de (org.). *Cenas da favela* – antologia. Rio de Janeiro: Geração Editorial, 2007.

<sup>352</sup> Ibidem, p. 14.

<sup>353</sup> Idem.

o fato é que, até agora, nenhum autor do centro, dos bairros de classe média ou alta, conseguiu fugir totalmente do estereótipo e registrar a verdadeira face desse universo periférico. Ou *as verdadeiras faces* – o plural parece soar melhor, pois, como no *Poema sujo*, de Ferreira Gullar, intuímos que há muitas favelas numa mesma favela, muitos favelados num só favelado. Esse é o motivo de encararmos a organização desta antologia como um verdadeiro desafio. São justamente as múltiplas falas da favela, as suas incontáveis faces – a lírica, a alegre, a violenta, a trágica, a mágica, a melancólica, a jocosa, a dinâmica, a arcaica, a contemporânea, entre outras –, que procuramos reunir com a ajuda de escritores das mais diferentes procedências (do centro e da periferia), donos de estilos e cosmovisões os mais diversos. Muitos desses autores moram ou moraram em favelas (OLIVEIRA, 2007, p. 16).

Toda essa movimentação em torno da literatura saída das periferias e favelas era a deixa perfeita para que a editora Ática publicasse a nona edição de QD, contada a partir de sua edição de 1993<sup>354</sup>. Em relação a esta última, contudo, essa nova edição do famoso diário de Carolina de Jesus apresentava algumas pequenas modificações em seu suporte editorial. A primeira era no *design* da capa, que – apesar de manter como imagem central a mesma ilustração do artista Edgar Rodrigues de Souza constante na edição de noventa e três, a figura de uma mulher negra observando, com a cabeça pendida, uma das três crianças, também negras, que a cercam<sup>355</sup> – traz agora as cores amarela e roxa, no lugar do cinza e vermelho que caracterizavam sua primeira edição (pela Ática). Lançada mais uma vez como parte da Coleção Sinal Aberto, outra novidade dessa publicação era a inclusão de um pequeno texto de apresentação, sem autoria, intitulado “Favela, o quarto de despejo de uma cidade”, contando sucintamente a história do livro e ladeado por um tipo de chamada, destacada por um retângulo roxo, em que se lia: “Não perca! A vida na favela *do ponto de vista de quem mora nela*. O retrato trágico da fome e da miséria” (Grifos nossos)<sup>356</sup>. Trazendo mais uma vez o prefácio que Audálio Dantas escrevera e a “entrevista” com a autora constantes no livro de 93, a edição de 2007 diferenciava-se da primeira, no entanto, também por sua quarta-capa. Nesta, abaixo da foto de Carolina, na margem superior esquerda – ladeada por uma pequena legenda que explicava o amor pela leitura e as difíceis condições de escrita da autora – surgia o seguinte texto:

Do diário da catadora de papel Carolina Maria de Jesus surgiu este autêntico exemplo de literatura-verdade, que relata o cotidiano triste e cruel da vida na favela. Com uma

<sup>354</sup> Fato revelador de uma constância da venda de QD dos anos noventa até aquela data.

<sup>355</sup> O que, como observa a pesquisadora Glaura Cardoso Vale (2023, p. 115): “remete à iconografia cristã da mãe protetora”.

<sup>356</sup> Tal chamada, como é possível perceber, mostrava mais uma vez a preocupação – típica daquele momento histórico – de dar protagonismo aos subalternos em sua própria representação.

linguagem simples, mas contundente e original, a autora comove o leitor pelo realismo e pela sensibilidade na maneira de contar o que viu, viveu e sentiu durante os anos em que morou na comunidade do Canindé, em São Paulo, com seus três filhos. Ao ler este relato – verdadeiro best-seller no Brasil e no exterior –, você vai acompanhar o duro dia-a-dia de quem não tem amanhã. E vai perceber com tristeza que, mesmo tendo sido escrito na década de 1950, este livro jamais perdeu sua atualidade.<sup>357</sup>

Não foi apenas a editora Ática, porém, que decidiu republicar um livro da escritora mineira naquele momento auspicioso. Em Sacramento, terra natal de Carolina, veio à luz uma nova edição de *Diário de Bitita*, publicada pela editora Bertolucci, no final de março. Idealizada pelo escritor e historiador Carlos Alberto Cerchi, tratava-se de uma edição simples, que trazia na capa uma foto do rosto de Carolina de Jesus saturada sobre um fundo laranja e, na quarta-capa, uma imagem do Colégio Allan Kardec, instituição em que a escritora cursara os seus únicos dois anos de ensino formal. O livro contava também com um prefácio, escrito pelo professor Dimas da Cruz Oliveira, em que se registrava, entre outras coisas:

O “Diário de Bitita” representa o testemunho dramático de uma vida marcada pela luta contra o preconceito e a injustiça, uma vida que se destacou apesar de todos os fatores adversos. Neste livro, da escritora sacramentana Carolina Maria de Jesus, encontramos alguém que jamais desacreditou das potencialidades do ser humano, apesar de tudo (OLIVEIRA, 2007, p. 6).

Vinda de Sacramento – cidade que praticamente expulsara Carolina de sua vida social, conforme podemos ler no próprio *Diário de Bitita* – tal publicação expressava um reconhecimento, tardio, porém válido, da importância que a figura da escritora vinha adquirindo na cultura nacional. Aliás, se ainda poderia haver alguma dúvida de que o resgate de Carolina Maria de Jesus estava em vias de encontrar sua plenitude, um fato editorial contribuiria para tornar esse retorno da figura da autora de QD ao nosso cenário cultural evidente – o lançamento da primeira biografia, no sentido estrito de termo, da escritora mineira. Escrito por Eliana de Moura Castro e Marília Novais da Mata Machado e tendo por título uma frase retirada de QD – *Muito bem, Carolina!*: biografia de Carolina Maria de Jesus – trata-se de um marco para o entendimento da recepção de Carolina no Brasil. Sim, outros trabalhos já haviam resgatado a figura e a história da escritora mineira, mas *Muito bem, Carolina!* atendia melhor as características da biografia enquanto gênero textual, focalizando a trajetória, a obra e o legado

<sup>357</sup> JESUS, Carolina Maria de. *Quarto de despejo* – diário de uma favelada. 9 ed. São Paulo: Ática, 2007. [Quarta-capa].

de Carolina de forma mais tradicional e direta. Um fato curioso é que suas autoras eram psicólogas, o que mostrava a larguezza do espectro de interesse que a escrita caroliniana desperta em diferentes áreas do saber. Rico em referências, o livro apresentava as origens de Carolina em Sacramento, a perambulação dela por diferentes cidades, a fixação em São Paulo, as primeiras publicações em jornais paulistanos, o encontro com Audálio Dantas, a fama estrondosa, o ocaso, a reclusão no sítio, a morte e o “renascimento” da escritora (sendo este último ponto talvez a maior contribuição do livro para os estudos sobre Carolina). Sem perder de vista o contexto histórico e social, as autoras escrevem em uma linguagem bastante acessível, enriquecida pontualmente por conhecimentos e termos da Psicologia, como no trecho seguinte (CASTRO; MACHADO, 2007, p. 108): “escrever era para Carolina uma fonte de prazer, da ordem da sublimação”. Tratava-se, enfim, de pesquisa séria, com um olhar minucioso sobre a obra caroliniana e que merece respeito por seu ineditismo, trazendo muitas informações que depois seriam utilizadas por trabalhos semelhantes<sup>358</sup>. É pena que, hoje, pague o preço do tempo, pois, como não teve reedições, mostra-se incompleto ou desatualizado em relação aos desdobramentos da figura e da obra de Carolina em nosso cenário cultural nos anos mais recentes.

Os leitores mais atentos deste trabalho já terão percebido que o ano de 2007 foi de excepcional visibilidade não apenas para Carolina Maria de Jesus, mas também para a literatura feita pelas camadas subalternas sobre si mesmas. Acreditamos que não é uma coincidência que esse também seja o ano em que começa o segundo mandato de Lula na Presidência, após a vitória na eleição anterior, fato que confirmava a aprovação do primeiro presidente operário pela população brasileira. A partir da coincidência entre esses dois acontecimentos – a abertura do mercado editorial para a literatura vista de baixo e o segundo mandato de Lula – gostaríamos de tecer algumas reflexões, agora no que diz respeito ao *progresso material e intelectual dos negros* no período em foco e a produção literária realizada por e para esse público específico<sup>359</sup>.

---

<sup>358</sup> Inclusive, como é fácil perceber, o presente trabalho.

<sup>359</sup> Para um texto mais detalhado sobre a relação entre o governo de Lula e a ascensão contemporânea da literatura negra no Brasil, recomendo o nosso artigo “Carolina e o sistema literário brasileiro – notas sobre classe e exclusão”, do qual basicamente nos utilizamos aqui nos escritos que seguem. Ver: GONÇALVES, Emanuel Régis Gomes. “Carolina e o sistema literário brasileiro – notas sobre classe e exclusão”. Em: DAMASCENO, Kedma Janaína; MELO, Ana Amélia de Moura Cavalcante de; OLIVEIRA, Irenísia Torres de (orgs.). *O sistema literário no século XX – de Lima a Carolina*. Sobral, CE: Sertão Cult, 2021. p. 233-252. Disponível em: <https://repositorio.editorasertao.org.br/index.php/omp/catalog/book/8>. Acesso em: 19/10/2023.

Antes de tudo, é preciso explicar que não pretendemos diminuir o papel desempenhado pelos diversos grupos e associações do movimento negro e feminista, na manutenção da memória de diversas personalidades que marcaram a vida política, social e intelectual brasileira, na luta contra o racismo, o patriarcalismo e o apagamento de sua história. Afinal, como nos lembram as mesmas Eliana de Moura Castro e Marília Novais de Mata Machado:

A aceitação final de Carolina coincidiu com as mudanças políticas do país. O associacionismo que precedeu o fim da ditadura fortaleceu movimentos negros e femininos, entre outros, fazendo com que esses grupos se lembrassem de Carolina e a transformassem em ícone de suas batalhas (CASTRO; MACHADO, 2007, p. 127).

Gostaríamos de apontar, no entanto, que esses movimentos puderam encontrar, pela primeira vez na história desse país, um governo – o de Lula e do PT – que efetivamente criou mecanismos para a inclusão de uma grande massa de jovens, em sua maior parte constituída de mulheres negras, nos bancos universitários. Ações como o aumento do salário-mínimo, a criação do crédito consignado e os programas Bolsa Família, Minha Casa, Minha Vida e Luz para Todos melhoraram efetivamente o nível de vida material do subproletariado brasileiro. Junto com tais programas, houve também, como dissemos, políticas públicas democratizantes para a Educação que foram fundamentais para o ingresso de um enorme contingente de pobres e negros no Ensino Superior, tais como a política de cotas, o Programa Universidade para Todos (Prouni), a Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni) e o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies). Poderíamos acrescentar a essas medidas a criação e aprovação da lei 10.639, de 2003, que instituiu a obrigatoriedade do ensino da história e da cultura afro-brasileira e africana nas escolas de nível fundamental e médio e o Dia da Consciência Negra; além da criação da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), em 2003, e do Estatuto da Igualdade Racial, em 2010.

Nossa hipótese é que esse, por assim dizer, terreno político-institucional favorável contribuiu decisivamente para a criação de um *novo público leitor negro*<sup>360</sup>, que, desfrutando de uma melhor formação intelectual e de um maior poder de consumo, pôde criar uma *demandas de representação*, inclusive literária, que permitiu uma maior valorização da literatura feita por autores negros, fazendo com que nomes como os de Carolina Maria de Jesus e Conceição

---

<sup>360</sup> Segundo a 26ª edição do Boletim de Políticas Sociais lançado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) em 2019, o número de negros que concluíram a graduação cresceu de 2,2%, em 2000, para 9,3% em 2017.

Evaristo<sup>361</sup> pudesse, finalmente, ocupar um espaço mais amplo – em relação ao passado – no mercado editorial, nos cursos de Letras e, claro, na crítica literária especializada. Como explicita John French:

o presidente Lula desde o início atacou frontalmente a desigualdade racial, a discriminação e o racismo por meio de gestos que carregavam um poderoso peso simbólico. Seu primeiro gabinete incluía cinco ministros negros – comparado com a representação pontual em administrações anteriores – e Lula viria a até nomear o primeiro membro negro do Supremo Tribunal Federal, Joaquim Barbosa (FRENCH, 2022, p. 587-588).

E acrescenta, comparando Lula a FHC: “Lula também falou muito mais abertamente sobre raça do que FHC, que tinha sido muito elogiado como o primeiro presidente a reconhecer formalmente que o Brasil sofria de discriminação racial” (FRENCH, 2022, p. 588). Ainda dentro dessa conjuntura, não tardaram a surgir outros trabalhos de cunho biográfico sobre Carolina Maria de Jesus. Assim, dois anos após *Muito bem, Carolina!*, a editora Garamond, do Rio de Janeiro, publica, no final de 2009, o livro *Carolina Maria de Jesus* – uma escritora improvável, do historiador negro Joel Rufino dos Santos. Trata-se de uma obra instigante sob vários aspectos. O primeiro é o fato de se configurar não como uma biografia convencional, mas como um perfil biográfico feito ao estilo do jornalismo literário. João Rufino, desse modo, usava de grande liberdade de escrita, plasmando pesquisa biográfica, propriamente dita, com suas memórias pessoais e a descrição de fatos marcantes da história do Brasil, de São Paulo e do mundo. O resultado é um livro saboroso de ler, com a figura de Carolina em um diálogo bastante enriquecedor com o contexto histórico, social e cultural da época em que ela emerge como personalidade pública, a segunda metade dos anos 1950 e começo dos anos 1960. Dividida em capítulos curtos, é obra que não apresenta uma linha temporal muito definida, o que se coaduna perfeitamente com a proposta dos perfis biográficos. Rufino, apesar do claro fascínio que apresentava pela biografada, também não se furtava de mostrar as contradições pessoais e ideológicas dela. Embora não seja trabalho de muito fôlego e profundidade, é um livro que se constitui em boa introdução à vida da autora de QD e ao pano de fundo histórico em que ela surge.

Dada a conjunção de todos esses acontecimentos, Carolina Maria de Jesus e sua obra

---

<sup>361</sup> Outra escritora negra que alcançou grande destaque a partir dessa época.

estavam a um passo da consagração cultural. Bastava apenas uma fagulha, um elemento desencadeador. E este eclodiu em 2014, na celebração do *centenário de nascimento da escritora*.

Muitas atividades, eventos e festividades foram realizadas para comemorar um século de nascimento de Carolina Maria de Jesus. Tal fenômeno é algo que deveria ter sido previsto, diante da notoriedade que a autora fora adquirindo a partir da segunda metade dos anos 90 e ao longo da década seguinte, por todos os motivos que expusemos. A autora caminhava para ser reconhecida como a principal escritora negra de nossa história literária e o ano de 2014 demonstrou esse processo de aclamação de forma cabal. O primeiro evento nesse sentido deu-se no dia do nascimento de Carolina, em 14 de março, promovido pelo Instituto Moreira Salles (IMS), no Rio de Janeiro. Batizado de “Carolina é 100”, sua programação consistiu em duas palestras, seguidas de um debate, proferidas por Audálio Dantas e a pesquisadora Marisa Lajolo. Além disso, também foi apresentada uma cópia restaurada do documentário *Favela – a vida na pobreza*<sup>362</sup> – nome com que fora rebatizado o filme *O despertar de um sonho*, já referido nesta pesquisa. O segundo acontecimento envolvendo o centenário da escritora ocorreu em Minas Gerais, no VI Colóquio Mulheres em Letras, nos dias 9, 10 e 11 de abril, realizado por um grupo de pesquisa da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e contou com alguns nomes já mencionados neste trabalho, como José Carlos Sebe Bom Meihy, Elzira Divina Perpétua e Maria Magdalena Magnabosco. Esse colóquio resultaria em um livro, lançado em 2016, e que teria uma segunda edição em 2022<sup>363</sup>. Mais uma vez no Rio de Janeiro, Carolina foi uma das homenageadas, ao lado de Paulo Lins, da segunda edição da Festa Literária da Zona Oeste (FLIZO), que contou com atividades em diferentes locais da capital carioca e se estendeu do dia 13 de setembro ao dia 2 de novembro, tendo como um de seus destaques a consagrada historiadora Heloisa Buarque de Hollanda (hoje, Heloisa Teixeira)<sup>364</sup>. Mas aquele que é possivelmente o evento mais importante nos cem anos de nascimento da escritora deu-se em São Paulo, dos dias 20 a 25 de novembro, no Memorial da América Latina, na *Festa da Literatura, Conhecimento e Cultura Negra* – também conhecida como *Flink Sampa*. No sábado, dia 22, esse festival reuniu a filha de Carolina, Vera Eunice, Audálio Dantas e a

<sup>362</sup> Um vídeo do evento está disponível no Youtube: <https://www.youtube.com/watch?v=yaXeesG6C5o>. Acesso em: 15/9/2023.

<sup>363</sup> Ver: ARRUDA, Aline; Barroca, Iara; TOLENTINO, Luana. *Carolina Maria de Jesus – percursos literários*. Rio de Janeiro: Malê, 2022.

<sup>364</sup> Cf. “Prelo”, jornal *O Globo*, 6 de setembro de 2014. p. 5.

pesquisadora Elzira Divina Perpétua em uma mesa-redonda que levava o nome da escritora mineira<sup>365</sup>. Com mediação de Uélinton Farias, futuro biógrafo da homenageada, cada palestrante dispôs de 20 minutos de fala e uma hora para responder ao público e autografar livros<sup>366</sup>. Entre tais livros, dois se destacavam: uma nova edição de *Diário de Bitita* e a décima edição de QD pela editora Ática, com projeto gráfico e editorial totalmente novo. Trazendo uma capa com *design* minimalista (fundo azul com a imagem de uma favela, em cores brancas, reproduzida na parte superior), além de novas ilustrações, na parte interna, feitas pelo artista Vinícius Rossignol Felipe.

Neste ponto é importante destacar um fato curioso, envolvendo essa nova edição de QD – tal publicação não possui apenas uma, mas *três versões diferentes*, a saber: a) uma versão lançada pela Abril Educação, em 2013, e que foi, segundo a pesquisadora Raffaella Fernandez (2019, p. 232): “distribuída em todas as escolas municipais do Estado de São Paulo, acompanhada de um CD ilustrativo”<sup>367</sup>; b) uma edição especialmente feita para celebrar o centenário de nascimento da escritora – como já explicamos acima – concebida em parceria com a Universidade Zumbi dos Palmares (também conhecida como Unipalmares)<sup>368</sup> e que incluía, além do prefácio escrito por Audálio Dantas em 1993, uma apresentação, intitulada “Carolina e Zumbi: símbolos nossos”, a qual analisaremos adiante, feita pelo reitor dessa instituição à época, José Vicente, e dois posfácios (de Tom Farias e Raffaella Fernandez, respectivamente); e, c) a edição atualmente comercializada pela Ática, sem os textos de José Vicente, Tom Farias e Raffaella Fernandez, mas com a apresentação sem autoria da edição de 2007 e o prefácio de 1993 de Audálio.

As celebrações do centenário de nascimento de Carolina Maria de Jesus e essas três materializações de QD representam, em nosso entendimento, a *virada final* na recepção

<sup>365</sup> Cf. Karla Monteiro, “Flink Sampa reúne mais de 60 atrações”, *Folha de São Paulo*, Ilustrada, 20 de novembro de 2014, p. E3.

<sup>366</sup> A programação deste dia da Flink Sampa está disponível através do seguinte link: <https://www.flinkampa.com.br/2014/images/programacao-geral-flink.pdf>. Acesso em: 22/3/2023.

<sup>367</sup> Não conseguimos encontrar outras informações referentes a essa publicação de QD, mas podemos deduzir que a Abril Educação (atual SOMOS Educação), dona da editora Ática, optou por lançar o diário de Carolina com o nome de seu próprio selo editorial para facilitar a venda do livro ao governo do Estado de São Paulo e garantir, assim, um êxito comercial exorbitante, mesmo sem ter sido vendida em livrarias e sites. Raffaella Fernandez também cita 2012 como o ano de publicação dessa versão de QD, mas preferimos informar, neste trabalho, o ano que consta na própria ficha catalográfica do livro. Ver: Raffaella Fernandez, op. cit., p. 232.

<sup>368</sup> Trazendo, inclusive, o selo da editora dessa universidade na capa, ao lado do selo editorial da Ática. Essa edição foi comercializada, exclusivamente, pela Unipalmares.

brasileira da autora, estabelecendo a consagração de sua figura e de seu livro mais importante em nossas Letras e em nossa cultura. Toda a visibilidade o e prestígio que a escritora mineira passaria a desfrutar a partir de então seriam apenas desdobramentos e reverberações desses acontecimentos. Como referendo dessa interpretação, podemos citar a já mencionada apresentação que José Vicente fez para QD em 2014:

Carolina Maria de Jesus (1914-1977), a escritora que saiu da favela do Canindé para o mundo, acaba de completar 100 anos. Esta data constitui-se, certamente, em um significativo momento para a cultura e a literatura brasileira atuais. Mineira nascida em Sacramento, viveu parte de sua vida em São Paulo, onde construiu seu barraco, criou os filhos, trabalhou duro como catadora de papel e nos legou a obra-prima *Quarto de despejo*, que entregamos ao público nesta edição comemorativa do centenário da escritora (...). A celebração em torno de Carolina tem, para nós, um significado especial. Curiosamente, no prolongamento da região em que ficava localizada a favela do Canindé, hoje está instalada a Universidade Zumbi dos Palmares. Tudo a ver: a vida negra de Carolina com os feitos negros do líder da serra da Barriga! (VICENTE, 2014, p. 5).

Além de aproximar as figuras de Carolina e do maior ícone negro da história do Brasil, Zumbi (o “líder da serra da Barriga”, local em que ficava o quilombo de Palmares), o eminente reitor continua:

À época em que foi descoberta, Carolina era apenas um rosto na multidão de uma grande metrópole. Andando pelas ruas, foi rebelde, corajosa, forte e guerreira. Trazido à superfície, o grito da escritora logo se fez ouvir através de seus escritos. *Quarto de despejo* tocou fundo em nossas questões sociais, revelando um Brasil desconhecido. A ousadia da obra, portanto, impõe recolocar Carolina, cem anos depois, no lugar que lhe pertence – o panteão das mulheres que estão à frente do seu tempo (VICENTE, 2014, p. 5).

O tom laudatório aqui presente, para além dos protocolos típicos das publicações feitas para celebrar efemérides, revela um *olhar novo, completamente reformulado*, para Carolina de Jesus e QD, livro que passa então a ser chamado de “obra-prima”. A humilde filha de Sacramento alcançava finalmente o panteão dos grandes escritores brasileiros.

#### **4.2 Edição de 2020 de *Quarto de despejo***

Quem estivesse em São Paulo entre os dias 25 de setembro de 2021 e 3 de abril do ano seguinte, poderia visitar, no vistoso prédio do Instituto Moreira Salles (IMS), na Avenida

Paulista, a exposição *Carolina Maria de Jesus: um Brasil para os brasileiros*, realizada por aquela instituição. Ocupando o térreo e o 5º, o 8º e o 9º andares do instituto, além de apresentar obras também na própria Avenida Paulista, a exposição dividia-se em 16 núcleos temáticos, contemplando diferentes aspectos da vida e da obra da escritora<sup>369</sup>; e, segundo seus curadores, Hélio Menezes e Raquel Barreto, reunia “excertos, livros, cadernos manuscritos, fotografias, periódicos, vídeos e documentários, em diálogo com obras de 69 artistas visuais brasileiros/as, realizadas entre 1951 e 2021”<sup>370</sup>. Como procuraremos mostrar, tal exposição era um dos pontos culminantes da construção de uma *nova imagem* de Carolina Maria de Jesus, que – tendo ganhado um impulso decisivo a partir da celebração do centenário de nascimento da escritora, em 2014 – teve início na primeira metade da década de 1990, a partir do lançamento do livro, já mencionado, *Cinderela negra – a saga de Carolina Maria de Jesus*, de Robert Levine e José Carlos Sebe Bom Meihy. Como objetivo final desse processo – semântico, ideológico e mercadológico – está a preocupação em *dissociar, de forma definitiva, Carolina Maria de Jesus do imaginário relacionada à favela*, afastando a imagem da escritora de todas as questões sociais e políticas que esse *locus* (a favela) suscita no debate público do Brasil, tanto no passado quanto no presente.

Sobre esse ponto, o *Texto da curadoria*, dos já citados Hélio e Raquel, é bastante elucidativo:

A personagem criada pela imprensa da “escritora favelada” se sobrepôs à própria escritora, eclipsando o fato de Carolina ter escrito poemas, romances, contos, crônicas, diários, peças de teatro, textos memorialísticos e letras de música. O que resultou numa interpretação de sua obra moldada por uma parte de sua biografia, os cerca de 15 anos que viveu na favela do Canindé. Um tempo e um espaço que, isolados, não dão conta da complexidade de sua produção literária e artística.<sup>371</sup>

<sup>369</sup> Os núcleos receberam os seguintes títulos: “Bitita livre”, “Poesia, panelas e fogões”, “Quem tem um livro, tem uma estrada”, “Carolina mãe”, “Poetiza preta. Escritora favelada: Carolina na imprensa (1940-1963)”, “Quarto de despejo: diário de um país”, “Ruth virou Carolina”, “Retratos de Carolina”, “Carolina & ativismos negros”, “Depois da alvenaria: a vida em Parelheiros”, “ Ditadura e censuras (1964-1977)”, “Sou filha da bomba atômica”, “A outra Carolina tem nome feito de lantejoulas”, “Carolina, presente!”, “Sou uma Carolina” e “Há lugares que os verbos são insuficientes”. Ver: INSTITUTO MOREIRA SALLES. Textos da exposição, 2021. *Carolina Maria de Jesus: um Brasil para os brasileiros*. Disponível em: <https://ims.com.br/2022/02/01/carolina-maria-de-jesus-um-brasil-para-os-brasileiros-textos-da-exposicao/#bitita-livre>. Acesso: 20/12/2023.

<sup>370</sup> Hélio Menezes e Raquel Barreto, *Texto da curadoria*. IMS, 2021. *Carolina Maria de Jesus: um Brasil para os brasileiros*. Disponível em: <https://ims.com.br/2022/01/11/carolina-maria-de-jesus-um-brasil-para-os-brasileiros-texto-da-curadoria/>. Acesso em 20/12/2022.

<sup>371</sup> Idem.

O objetivo curatorial, portanto, é claro: trata-se de, neutralizando a personagem da “escritora favelada”, apresentar ao público as diferentes facetas de uma autora polígrafa, afastando-a do molde criado pela imprensa a partir da experiência de pouco mais de uma década em que Carolina de Jesus viveu na favela e resgatando, assim, a “complexidade” da personagem em foco. A referência crítica ao papel da imprensa no texto em questão não é fortuita – muito pelo contrário, tem um lugar decisivo em toda a estratégia discursiva que orientará a exposição, conforme fica explícito em outro texto, presente em um dos blocos temáticos do projeto, justamente intitulado “Poetiza preta, escritora favelada: Carolina e a imprensa (1940-1963)”:

A imprensa cumpriu papel ambivalente na trajetória de Carolina. Para contornar o *racismo* do mercado editorial, que a ignorava, ela adotou a estratégia de procurar redações de jornais e tentar divulgar seus escritos. Em 1940, conseguiu a primeira reportagem conhecida: “Carolina Maria, poetiza preta”, com destaque para o poema “O colono e o fazendeiro”. Na fotografia que ilustrava o texto, aparecia *sorridente, altiva e com os cabelos à mostra, distante da imagem que a popularizaria duas décadas depois*. Seguindo a mesma estratégia, conseguiu publicações em 1942, 1950 e 1952, entre editoriais irônicos e elogiosos. Data dessa época a publicação do poema “Getúlio Vargas”, em *O Defensor*, periódico favorável à eleição de Vargas à presidência.<sup>372</sup>

A partir do título do texto, já é possível deduzir que ele apresentará duas versões de Carolina Maria de Jesus, que serão colocadas em contraste. No trecho em foco, é apresentada a “Poetiza preta”, uma personagem que, determinada a divulgar a sua produção escrita inicial, poucos anos depois de chegar a São Paulo, procurava as redações dos jornais da cidade na tentativa de superar o “racismo do mercado editorial”, emplacando diversas matérias e contribuições em diferentes veículos da imprensa a partir de 1940 e sendo retratada, logo em sua primeira aparição em um jornal de que temos notícia, como uma figura “sorridente, altiva e com os cabelos à mostra”. Tal descrição, em que tantos atributos – psicológicos, morais e até físicos – são destacados, é importante para enfatizar a dramática oposição com a segunda versão de Carolina que é apresentada logo no parágrafo seguinte do mesmo texto, com a introdução de uma outra personagem que é trazida pela primeira vez ao centro do debate e que desempenhará um papel fundamental na narrativa biográfica e conceitual que a exposição pretende pôr de pé, o primeiro divulgador e editor da escritora, Audálio Dantas:

<sup>372</sup> INSTITUTO MOREIRA SALLES. “Poetiza preta, escritora favelada: Carolina e a imprensa (1940-1963)”, 2021. Textos da exposição. Disponível em: <https://ims.com.br/2022/02/01/carolina-maria-de-jesus-um-brasil-para-os-brasileiros-textos-da-exposicao/#poetiza-preta-escritora-favelada>. Acesso: 21/12/2022.

A imagem de “poetiza preta” se transformou profundamente com as reportagens escritas pelo jornalista Audálio Dantas, em 1958 e 1959. Nelas, o público foi apresentado à personagem da “escritora favelada”, com conotação pejorativa. Essas matérias funcionaram como uma pré-recepção ao livro, definindo-o erroneamente como um documento sociológico.<sup>373</sup>

Abandonando o tom de exaltação de Carolina de Jesus em sua versão como a “Poetiza preta”, esse novo trecho carrega-se de termos negativos para falar da segunda versão – a “escritora favelada” – criada, segundo os autores do texto, pelas primeiras reportagens sobre a escritora feitas por Audálio Dantas, o responsável por construir uma determinada recepção prévia ao “livro”<sup>374</sup> e definir essa obra equivocadamente como um “documento sociológico”, ou seja, negar a sua natureza estritamente “literária”. A partir desse texto curatorial, portanto, estão colocados em ação todos os elementos da narrativa em torno de Carolina Maria de Jesus que a exposição pretende apresentar ao público: 1. a “Poetiza preta”, a *verdadeira* Carolina, mulher negra autônoma que, desde o início, buscou construir, sozinha, a sua carreira como literata; 2. Audálio Dantas, o “homem branco”<sup>375</sup>, o “vilão”, agente e editor que, embora viabilizando a carreira pretendida pela escritora, fez isso restringindo de modo cabal a variedade e diversidade dos escritos de Carolina, com o intuito, errôneo, de enfatizar os aspectos sociológicos da produção literária dela; e, por fim, 3. a “escritora favelada”, versão redutora, submissa, manipulada, preocupada com as questões sociológicas do país e, sobretudo, *falsa* de Carolina de Jesus, que a exposição do Instituto Moreira Salles pretendia *desqualificar* e *desmontar* no imaginário do público culto brasileiro.

Para além de todas as inconsistências e todos os equívocos, anacronismos, argumentos capciosos e vieses dos idealizadores e curadores da exposição *Carolina Maria de Jesus: um Brasil para os brasileiros* expostos nos textos citados, o que pretendemos destacar nessa parte de nosso trabalho é que todos os elementos presentes no enredo que essa exposição procura trazer sobre a vida e a obra de Carolina Maria de Jesus não são novos. Na realidade, como já dissemos, esse projeto do Instituto Moreira Salles envolvendo a escritora mineira é um dos

<sup>373</sup> Idem. Grifos nossos.

<sup>374</sup> Embora não mencionado textualmente, tal livro só pode tratar-se de QD.

<sup>375</sup> Embora quase nunca explicitado nas críticas feitas a Audálio Dantas por seus detratores, a cor de sua pele – vista como “branca” por tais grupos – é um dos elementos sempre considerados, subliminarmente, nas condenações ao modo como ele estabeleceu suas relações com Carolina. Voltaremos a este ponto mais adiante.

ápices de um longo processo de transformação da imagem de Carolina levado adiante em diferentes momentos, por diferentes agentes e com motivações diversas.

Nossa hipótese principal é que, desde o seu surgimento para o grande público, a partir das reportagens de Audálio na *Folha da Noite* e na revista *O Cruzeiro*, a imagem de Carolina, devido às questões – políticas, sociais, culturais e literárias – que ela fez emergir no imaginário brasileiro, foi adquirindo, através do tempo, uma importância cultural que praticamente obrigou a classe dominante de nosso país a um esforço para tentar *controlar a recepção* de sua produção literária e da *simbologia* por trás de sua figura entre os setores letrados do país. Nesse sentido, uma tarefa fundamental era *afastá-la, definitivamente, da figura de Audálio Dantas*, um nome associado às lutas históricas da classe trabalhadora e da esquerda brasileiras. Todo o orquestrado processo em curso para modificar a imagem de Carolina visaria a, em última análise, *neutralizar o potencial crítico* da escritora ao sistema vigente, adaptando-a à imagem de uma mulher negra emancipada, vitoriosa e preocupada exclusivamente com a sua arte. A burguesia, finalmente, não quer salvar a “escritora favelada” – quer *assassiná-la*, como permite que a polícia faça todos os dias nas periferias brasileiras com os pobres e marginalizados com quem a escritora se identificava.

Um passo importante para entender tal processo é, colocando momentaneamente em segundo plano a história de QD, analisar como se deu a entrada de Carolina Maria de Jesus na maior editora do país, a Companhia das Letras, que tem para nós um papel fundamental na mutação mais recente da imagem da escritora mineira no sentido do afastamento de sua figura autoral dos aspectos mais críticos, presentes em sua obra, à divisão de classes que conforma a vida social brasileira e a aproximação simultânea dessa figura a um discurso de outra natureza.

Com a publicação de *Casa de alvenaria*, em dois volumes (1. “Osasco” e 2. “Santana”)<sup>376</sup>, em agosto de 2021, a editora Companhia das Letras deu início ao lançamento

---

<sup>376</sup> No volume 1 (“Osasco”), Carolina descreve a sua vida do dia 30 de agosto de 1960 – data em que deixa a favela do Canindé, indo morar de favor com um conhecido – a 20 de dezembro de 1960, dia em que toma a decisão de mudar-se para a sua nova casa, recém-comprada, em Santana; já no volume dois (“Santana”), a escritora narra o período que vai de 24 de dezembro de 1960 a 18 de dezembro de 1963, data em que registra a sua intenção de mudar-se para o seu sítio em Parelheiros. No primeiro volume, evidencia-se o seu encanto com a nova condição social e a fama por tanto tempo almejada; no segundo, porém, os problemas advindos de sua entrada no mundo da classe média e do fato de ser constantemente importunada por assediadores de todo tipo em decorrência de ser uma figura nacionalmente conhecida ganham o primeiro plano de seus escritos diarísticos. Na obra em questão, a escritora também observa, com olhar agudo, o conturbado cenário social brasileiro nos anos que antecedem o Golpe de 1964.

das obras, quase, completas<sup>377</sup> de Carolina Maria de Jesus. Essa publicação faz parte de um projeto da referida editora chamado *Cadernos de Carolina*. Podemos afirmar que se tratou de uma confirmação da consagração literária da escritora, uma vez que esta passava a ser publicada pela maior e mais prestigiosa editora do país, cujo catálogo exibe nomes como João Guimarães Rosa, Jorge Amado e Lygia Fagundes Telles. No *Blog da Companhia*, onde foi anunciado o projeto, a editora expõe qual é o propósito por trás de tal empreendimento<sup>378</sup>:

Esta iniciativa é um desejo de *restituir a voz autêntica* dessa grande escritora, trazendo ao público seu projeto literário por completo. É ainda um esforço de reparar a rejeição e estigmatização que Carolina por décadas sofreu dos círculos literários, fruto de um *racismo estrutural* que lhe negava a presença nesses espaços.<sup>379</sup>

Como é possível perceber, o objetivo declarado da publicação da obra de Carolina de Jesus pela Companhia das Letras é exatamente igual ao da exposição *Um Brasil para os brasileiros*, do IMS, ou seja, resgatar a “voz autêntica” – rechaçando, portanto, a “voz espúria” – de uma escritora que teve seu espaço negado no campo literário em decorrência do “racismo estrutural” presente em nossa sociedade, apresentando pela primeira vez todo o seu “projeto literário”. Chama atenção também o curioso fato de que que essa edição de *Casa de alvenaria* e a exposição *Um Brasil para os brasileiros* tenham saído com um curtíssimo intervalo de tempo entre si: o livro em agosto de 2021, como vimos, e a exposição no mês seguinte, setembro, do mesmo ano. As coincidências, no entanto, não terminam aí. Ao abrirmos a referida edição de *Casa de alvenaria*, deparamo-nos com um prefácio, intitulado *Outras letras: tramas e sentidos da escrita de Carolina Maria de Jesus*, escrito a quatro mãos pela escritora Conceição Evaristo e pela filha de Carolina, Vera Eunice de Jesus Lima, que tem, na prática, o objetivo principal de *detratar* Audálio Dantas, como os trechos a seguir – de autoria de Evaristo – ilustram claramente:

---

<sup>377</sup> Dizemos “quase completas” porque a Companhia das Letras não tem os direitos autorais da obra mais importante da escritora, QD, que se encontram sob o domínio da editora Ática, pertencente ao Grupo Somos Educação e também não conta com os direitos de *Diário de Bitta*, sob propriedade da editora Nova Fronteira.

<sup>378</sup> Ressalte-se que essa publicação também poderá ou deverá caracterizar-se como uma empreitada editorial deveras lucrativa, uma vez que a autora goza atualmente de uma aclamação crítica e de um grande número de leitores apaixonados, além do público cativo de décadas anteriores.

<sup>379</sup> Companhia das Letras. Blog da Companhia, 17 de julho de 2020. “Carolina Maria de Jesus na Companhia das Letras”. Disponível em: <https://www.blogdaccompanhia.com.br/conteudos/visualizar/Carolina-Maria-de-Jesus-na-Companhia-das-Letras>. Acesso em: 22/12/2022. Grifos nossos.

A escrita de um segundo diário, nomeado pela escritora *Casa de alvenaria*, se deu por um *gesto de comando* do jornalista Audálio Dantas – aquele que impulsionara a publicação de *Quarto de despejo*, colocando Carolina em evidência como escritora, além de *se constituir* também como uma espécie de agente literário e orientador de sua carreira. Embora a autora tenha deixado explícita sua vontade de se dedicar a outros gêneros textuais, por “obediência”, por um sentimento de “gratidão” que ela reconhecia dever a ele, o livro foi concebido (EVARISTO; LIMA, 2021, p. 9, grifos nossos).

E, mais adiante:

*Casa de alvenaria* apresenta uma Carolina indiscutivelmente vocacionada para a escrita – mas que não queria produzir mais um diário. Diversas vezes, a escritora explicita o desejo de produzir outros estilos de literatura, como romances, contos, poemas, e se mostra ávida por experimentar outros campos de criação, como a música, o teatro. E assim o fez, *contrariando o desejo de seu tutor*, cujo domínio perdurou somente um ano, porém de dias intensos (EVARISTO; LIMA, 2021, p. 11, grifos nossos).

Na parte do prefácio que cabe a Vera Eunice, esta – utilizando as prerrogativas de ser a única filha viva de Carolina, ou seja, uma voz autorizada pelos laços sanguíneos, por assim dizer, e também de testemunha ocular dos fatos, mesmo sendo apenas uma criança no período em que sua mãe conviveu com Audálio, além de invocar supostas conversas pessoais com “o jornalista” – tece os comentários mais desabonadores a Dantas, como o que se segue:

Em outra conversa, o jornalista me disse que, embora Carolina fosse muito vaidosa, ele achava apropriado que ela continuasse a se vestir como uma favelada, para que não fosse descharacterizada. Foram muitas as discussões nas quais a ouvi dizer: “O senhor não é o meu feitor!” (EVARISTO; LIMA, 2021, p. 22).

Além de atribuir a Audálio o estranho desejo de que Carolina continuasse se vestindo como nos tempos de Canindé e de dizer que ouviu sua mãe dizer que ele não era o “feitor” dela, Vera, em um trecho anterior, revela um certo ressentimento por Audálio não ter tirado sua mãe da favela, utilizando citações de Carolina para reforçar sua argumentação:

Além de desgostosa com a nova realidade na qual vivia [após o lançamento de *Casa de alvenaria*], era principalmente com Audálio que se sentia aborrecida (“‘Eu escrevo o livro e o senhor retira-me da favela’. Mas o Audálio, não retirou-me da favela. Retirou apenas o livro. Porque o livro ia dar-lhe dinheiro’). Certa vez, quando nos encontramos, fiz esse questionamento ao jornalista. Ele respondeu que todos queriam “aparecer” para Carolina, então, quando pensou em tirá-la da favela, Antonio Soeiro Cabral – o empresário que a levara para morar em sua casa em Osasco – já havia se antecedido a ele. Repliquei que, a meu ver, ele deveria ter tirado minha mãe da favela antes da publicação, porque, durante o tempo em que ainda permanecemos lá, a vida se tornou insalubre (EVARISTO; LIMA, 2021, p. 21-22).

É curioso notar aqui uma certa ambivalência ou mesmo contradição no texto de Vera, já que – mesmo pintando Audálio como uma figura autoritária, opressora e castradora – ela esperava que ele agisse como uma figura paternal em relação a Carolina e seus filhos, o que fica mais evidente em um trecho já quase ao final do prefácio:

Muitos anos depois, perguntei ao Audálio o porquê de ele ter se afastado de Carolina, sobretudo naquelas condições, e ele me explicou que os dois não se entendiam mais. Disse então que se arrependia de ter nos deixado numa situação tão difícil ainda adolescentes (EVARISTO; LIMA, 2021, p. 23).

Essa mesma natureza ambivalente também estava presente na relação da própria Carolina Maria de Jesus com Audálio Dantas, como bem observaram as primeiras biógrafas da escritora:

A ambivalência de Carolina em relação a Audálio é profunda. Numa atitude de grande passividade, espera que ele resolva os problemas dela e a tire da favela. Mas fica indignada de não poder tomar as próprias decisões sobre a casa na qual quer morar. Queixa-se da impressão de ser uma escrava sonhando com alforria. A gratidão que sente por ele vai-se tornando incômoda. Carolina sabe que, sem a ajuda de Audálio, jamais conseguiria publicar seus escritos, mas tal reconhecimento pode exigir subserviência, essa condição insuportável. Ela precisa se rebelar, afirmar sua opinião, desafiá-lo (CASTRO; MACHADO, 2007, p. 75).

O caráter extremamente crítico do prefácio em questão não passou despercebido pelos familiares, amigos e admiradores de Audálio Dantas, um nome histórico do jornalismo brasileiro, gerando uma das primeiras polêmicas públicas sobre a edição de *Casa de alvenaria* da Companhia das Letras, assunto sobre o qual nos deteremos mais adiante. Por ora, o que pretendemos destacar é que o texto de Conceição Evaristo e Vera Eunice adota, mais uma vez, a mesma perspectiva sobre Carolina e Audálio da exposição *Um Brasil para os brasileiros* do IMS. A partir dessa constatação, torna-se necessário fazer a seguinte pergunta: que relações efetivas existiriam entre a publicação das obras de Carolina de Jesus por sua nova casa editorial e a exposição *Um Brasil para os brasileiros*, que guardam entre si tantas semelhanças de pontos de vista e discurso? Ou, em outros termos, qual a ligação entre a Companhia das Letras e o IMS e uma possível *ação orquestrada* de ambas para *construir uma nova imagem de Carolina* junto ao público culto do país? Podemos responder essas perguntas detendo-nos na história da Companhia das Letras e de sua atuação até os dias de hoje. Conjugando informações pouco conhecidas e fatos notórios e públicos, o quadro geral no que se refere às novas publicações de

Carolina Maria de Jesus por essa editora ficará mais nítido.

Antes de tudo, é preciso dizer que o surgimento da Companhia das Letras, em 1986, marcou profundamente o cenário editorial brasileiro, através de inúmeras inovações no modo de tratar seus autores, livros e sua publicidade. É o que defende o pesquisador Teodoro Koracakis – base da nossa análise sobre a editora em foco daqui por diante – em seu artigo *Uma história em processo: a Companhia das Letras de 1986 a 2006*:

A atividade da Companhia das Letras marcou o campo editorial brasileiro na virada do século XX para o XXI, tornando-se uma indicação de qualidade para os livros editados e uma possibilidade de consagração literária e lucros financeiros para os seus autores. Acabou se tornando referência para o sistema editorial brasileiro pela qualidade técnica e pelo valor cultural atribuído aos seus livros, e não pela quantidade de livros produzidos ou pelo lucro auferido (KORACAKIS, 2010, p. 289).

A história da editora se confunde com a história de seu fundador, Luiz Schwarcz, responsável não só por conceber todo o planejamento da Companhia das Letras desde seu início, mas também por montar um sistema profissional de produção e até mesmo por selecionar alguns dos originais que comporão o catálogo da editora. Nas palavras de Koracakis (2010, p. 290): “A companhia das Letras ainda pode ser encarada como resultado de um projeto pessoal de seu editor e a expressão de sua vontade”. Luiz Schwarcz começou sua carreira no ramo de livros em 1978, ao ingressar na editora Brasiliense, por sugestão de seu professor do curso de administração da Fundação Getúlio Vargas, Eduardo Suplicy. Em pouco tempo alçado a diretor, permaneceu na firma até 1986, para fundar a sua própria editora, a Companhia das Letras<sup>380</sup>. O motivo de sua saída da Brasiliense foi a discordância em relação ao dono desta editora, Caio Graco Prado, que insistia em priorizar o público jovem<sup>381</sup>, enquanto Schwarcz queria atingir o segmento adulto dos leitores<sup>382</sup>. Criada logo após o lançamento do Plano Cruzado, a Companhia das Letras se beneficiou do cenário econômico provisoriamente favorável, devido ao alto consumo possibilitado por tal plano. Inicialmente, a editora de Schwarcz realizou quatro lançamentos simultâneos: Edmund Wilson (*Rumo à estação Finlândia*); Bernard Malamud (*A graça de Deus*); Augusto de Campos (*O Anticrítico*); e W. H. Auden, com uma antologia de

<sup>380</sup> Ver: Laurence Hallewel, op. cit., p. 662.

<sup>381</sup> Como vimos no capítulo anterior, um grande filão nos anos 80.

<sup>382</sup> Cf. Teodoro Koracakis, “Uma história em processo: a Companhia das Letras de 1986 a 2006”. Em: Aníbal Bragança e Márcia Abreu (org.), *Impressos no Brasil: Dois séculos de livros brasileiros*, São Paulo: Editora Unesp, 2010. p. 291-292.

poesias<sup>383</sup>. A divulgação da obra de Edmund Wilson lançada pela Companhia das Letras logo tornou patente o diferencial da editora na maneira como ela realizava seus esquemas publicitários:

Simultaneamente à chegada às livrarias, *Rumo à estação Finlândia* já tinha merecido uma resenha detalhada e altamente favorável na seção “Livros”, da revista *Veja*, do dia 22 de outubro, escrita pelo jornalista Mário Sérgio Conti, que muito tempo depois teria um livro publicado pela Companhia das Letras. Na última página da resenha, também aparecia um box onde se registrava o aparecimento da nova editora, com declarações de Luiz Schwarcz, que já anuncia que sua editora pretendia “publicar apenas livros sofisticados”, já que, no Brasil “ao menos nas cidades, existe um público interessado em livros de alto nível, principalmente obras, que sejam, ao mesmo tempo, literariamente boas e científicamente válidas (KORACAKIS, 2010, p. 294).

Na realidade, esse tipo de estratégia de divulgação, que logo se tornou uma marca da editora, se coadunava perfeitamente ao nome escolhido por Luiz Schwarcz para a sua empresa, já que este traz em si justamente a palavra *companhia*, inspirada na Companhia das Índias, empreendimento comercial dos tempos do Brasil Colônia, utilizando em seus selos símbolos relacionados à viagem<sup>384</sup>. Assim, como também nos lembra Koracakis (2010, p. 294): “O nome Companhia das Letras pode ser visto como verdadeira bandeira: (...) construir uma experiência em que lucro, qualidade literária e relevância cultural acadêmica possam caminhar no mesmo sentido”. E o sucesso comercial não tardou a chegar na editora de Luiz Schwarcz. Lançando em seu primeiro ano 48 títulos (4 por mês), atingiu a marca de 150 títulos em um único ano (12 por mês) já em 2003, saltando esse número de lançamentos, em 2005, para 170 novos livros, compondo um catálogo com mais de dois mil títulos e auferindo lucros impressionantes em tal empreitada: faturamento de 4.369.712,90 de cruzados já no ano de sua criação e, menos de vinte anos depois, em 2003, um valor total de 37.778.380,00 de reais<sup>385</sup>. É claro que um sucesso comercial dessa envergadura em pouco tempo atrairia outros grupos interessados em estabelecer sociedade com a editora de Luiz Schwarcz. Foi o que aconteceu em 1988, quando uma empresa, a Caminho Editorial, adquiriu parte das ações da Companhia das Letras. E é aqui que a análise que estamos realizando ganha contornos ainda mais interessantes: a Caminho Editorial era uma empresa dos donos do Unibanco, o Grupo Moreira Salles:

<sup>383</sup> Ibidem, p. 294.

<sup>384</sup> Cf. Laurence Hallewell, op. cit., p. 662.

<sup>385</sup> Cf. Teodoro Koracakis, op. cit. p. 296.

Em 1988, a empresa Caminho Editorial, do Grupo Moreira Salles, proprietário do Unibanco, adquiriu 33% da participação acionária da Companhia das Letras, com o valor sendo mantido em segredo, ficando os 67% restantes com Schwarcz e sua esposa, Lilia, professora de Antropologia da USP. Pelo menos até 2003, era Fernando Moreira Salles o membro do Grupo Moreira Salles que tinha participação mais efetiva na administração da editora, integrando até seu conselho editorial (KORACAKIS, 2010, p. 296).

Como podemos constatar, portanto, desde o final da década de 1980 a Companhia das Letras mantinha relações – *não apenas comerciais*, como fica claro pela atuação de Fernando Moreira Salles na editora – com o Grupo Moreira Salles. Com efeito, essas relações seriam rompidas apenas em 2019, quando a Penguin Random House – fusão das gigantes Random House (do grupo alemão Bertelsmann, já citado aqui) e Penguin (do grupo britânico Pearson) – assumiu o controle da Companhia das Letras, adquirindo 70% das ações desta e deixando a família Schwarcz com apenas 30% do controle acionário, ocasião em que o Grupo Moreira Salles saiu do negócio<sup>386</sup>. Quando a exposição *Carolina Maria de Jesus – um Brasil para os brasileiros* foi inaugurada pelo IMS, pertencente ao grupo Moreira Salles, fazia menos de dois anos que tal grupo se desligara da Companhia das Letras – o que nos leva a supor que haja confluências e trânsitos de todo tipo entre os antigos parceiros comerciais. Tal constatação nos possibilita conjecturar que o que existe entre o IMS e a Companhia das Letras na reconstrução da imagem de Carolina Maria de Jesus é efetivamente, como sugerimos anteriormente, uma ação orquestrada. Outro ponto que corrobora essa hipótese é uma das conhecidas práticas utilizadas pela Companhia das Letras em seus esquemas promocionais. Tal prática consiste em criar “fatos culturais” para divulgar seus livros e autores, o que lhe garante frequentes acusações de ser demasiada *venal* e dada à *manipulação* da opinião pública na busca de espaço midiático:

A Companhia das Letras continuamente cria *fatos culturais* e produz material de divulgação de alta qualidade (incluindo resenhas e críticas de seus livros produzidos pelos inúmeros intelectuais com que mantém relações) que lhe garantem espaço gratuito nos veículos especializados. Essa presença maciça nos espaços dedicados à cultura na imprensa especializada é marca da editora desde a fundação, como é possível perceber nos (...) episódios das repetidas vezes que a editora apareceu na seção “Livros” da revista *Veja* em outubro de 1986, mês em que ela entrou no mercado. É acusada pelos concorrentes de ser *comercial e manipuladora* pelo modo como age no campo da divulgação editorial, que, como visto anteriormente, é mais pragmático e eficiente do que as atividades de divulgação de seus concorrentes e acusadores

<sup>386</sup> G1-Economia. **g1.globo.com**, 2018. “Grupo Penguin assume o controle da Companhia das Letras”, Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2018/10/30/grupo-penguin-assume-controle-da-companhia-das-letras.ghtml>. Acesso em: 5/1/2023.

(KORACAKIS, 2010, p. 300. Grifos nossos).

Entre tais “fatos culturais” um dos mais notórios foi a participação na criação da Festa Literária Internacional de Paraty (Flip), em 2003. As críticas a essa participação da Companhia das Letras na concepção e execução da Flip foram tamanhas que Luiz Schwarcz foi obrigado a diminuir sua interferência no evento em questão de forma gradual<sup>387</sup>. Nesse sentido, defendemos aqui que a exposição *Um Brasil para os brasileiros* é justamente um desses “fatos culturais” concebidos pela Companhia das Letras, uma vez que, como vimos, tal exposição coincidiu perfeitamente, em cronologia e em discurso, com a publicação de *Casa de alvenaria* pela nova editora de Carolina Maria de Jesus. Para fundamentar ainda mais nosso posicionamento teórico, gostaríamos de utilizar mais uma vez as observações de Teodoro Koracakis sobre a maneira como a Companhia das Letras – que tem preferência em seu catálogo por novos nomes ou escritores ainda em atividade – apresenta publicações de autores já falecidos:

Um dos fatores preliminares para ela influir tão decisivamente na produção contemporânea é a opção por privilegiar a publicação de lançamentos, quase sempre livros de autores que ainda estão em atividade, deixando de fora obras consagradas do passado, de autores que já caíram em domínio público, o que acontece 70 anos após sua morte. Quando apresenta obras de autores falecidos, esses são “apresentados como redescobertas ou atualizações, constituindo exceção de um estilo de publicação de lançamentos” (KORACAKIS, 2010, p. 300. Grifos nossos).

Desse modo, é possível perceber que a apresentação de Carolina Maria de Jesus como uma “redescoberta” ou uma “atualização” se encaixa com perfeição na política editorial da Companhia das Letras em relação aos autores que já faleceram. Assim, para além das disputas ideológicas em pauta pela imagem da escritora – que também estão, a nosso ver, no cerne dos ataques a Audálio Dantas e nas críticas ferozes ao epíteto de “escritora favelada” atribuído a Carolina – esconde-se, na realidade, uma campanha publicitária com intuitos mercadológicos.

Para dar legitimidade a todo esse processo, a Companhia das Letras constituiu um Conselho Editorial<sup>388</sup> composto pela filha de Carolina, Vera Eunice, e a renomada escritora Conceição Evaristo, além de eminentes pesquisadoras da obra de Carolina, a saber: Amanda Crispim, Fernanda Felisberto, Fernanda Miranda e Raffaella Fernandez – todas, com exceção

<sup>387</sup> Cf. Teodoro Koracakis, op. cit. p. 300.

<sup>388</sup> Doravante, Conselho.

desta última, mulheres negras<sup>389</sup>. É claro que, com a contratação de tais pessoas – publicamente reconhecidas como associadas à vida ou à pesquisa de Carolina Maria de Jesus – a Companhia das Letras também deu um passo importante para *controlar a recepção da escritora no país*. Afinal, todas elas – e isso é fácil de constatar ao lermos o prefácio de *Casa de alvenaria* – concordam unanimemente com o papel nocivo do primeiro editor de Carolina na construção da imagem da “escritora favelada” na imprensa brasileira. Não por acaso, uma dessas pesquisadoras pôde compartilhar essa visão sobre Audálio Dantas, mais uma vez, na exposição *Um Brasil para os brasileiros*. Trata-se de Fernanda Miranda, que consta nos créditos da exposição do IMS como a responsável pela “Pesquisa de literatura” do projeto em questão.

Por ora, gostaríamos de retornar às polêmicas geradas na imprensa pelo prefácio de *Casa de alvenaria* da Companhia das Letras. No dia 15 de agosto de 2021 o caderno *Ilustrada*, da *Folha de São Paulo* traz em suas páginas a primeira polêmica envolvendo o nome de Audálio Dantas como editor de Carolina Maria de Jesus. Com o título de *Carolina tijolo a tijolo*<sup>390</sup>, o *lead* da matéria anunciava:

Relançamento de obras de Carolina Maria de Jesus expõe os atritos da escritora com Audálio Dantas, jornalista que a revelou. Trechos inéditos de diários da autora motivam novas críticas de familiares e pesquisadores ao papel de Dantas em sua trajetória.<sup>391</sup>

Com depoimentos de familiares e pesquisadores, o texto procurava analisar o papel do primeiro editor de Carolina e o fundamento das críticas feitas a ele na nova edição de *Casa de alvenaria* a partir da revelação de trechos inéditos dos diários da escritora. Expondo as insatisfações de Carolina com o suposto controle de Dantas sobre ela, a matéria também se preocupa em mostrar que o relacionamento entre os dois era feito de brigas e reconciliações, mas que isso nunca fora tão exposto quanto nos livros da autora pela Companhia das Letras. Nesse sentido, um dos pontos centrais trazidos pela discussão do jornal é a “imposição” de Audálio a Carolina, obrigando-a a escrever diários, em detrimento da vontade dela, que queria se dedicar a outros gêneros:

<sup>389</sup> O fato de tal Conselho ser composto majoritariamente por mulheres negras tem um papel simbólico na reconstrução da imagem da escritora que está sendo feita pela Companhia das Letras, o que analisaremos mais à frente.

<sup>390</sup> Remetendo, mais uma vez, à ideia de *reconstrução* da imagem da escritora.

<sup>391</sup> Cf. Ricardo Balthazar, “Carolina tijolo a tijolo”, *Folha de São Paulo*, 15 de agosto de 2021, Ilustríssima.

No prefácio que escreveram para a nova edição de “Casa de Alvenaria”, lançada no início do mês, a escritora Conceição Evaristo e a professora Vera Eunice de Jesus, filha de Carolina, sugerem que o motivo principal para ela continuar a escrever os diários foi uma imposição do jornalista, que se opunha à publicação de textos de outros gêneros que ela produzira.<sup>392</sup>

Vera Eunice, utilizando mais uma vez suas prerrogativas familiares e de testemunha factual, tenta explicar a natureza da relação de sua mãe e Dantas. Recorrendo, ao que parece, apenas à memória, evoca novamente supostas falas dos dois:

“Eles tiveram um relacionamento de amor e ódio”, disse Vera Eunice nesta semana, num encontro online organizado para divulgação do novo livro. “Audálio me disse que queria impor condições a minha mãe, e a minha mãe falava: ‘Eu já não me casei para ninguém me impor condições’.”.<sup>393</sup>

No todo da matéria, as críticas ao primeiro editor de Carolina se sobressaem; mas há, no entanto – como é praxe no jornalismo – espaço para o contraditório. É assim que entram em cena os defensores de Audálio, expressando o incômodo que sentiam com o tratamento que esse personagem vinha recebendo nos livros da Companhia das Letras. Tom Farias, biógrafo da escritora, é um dos que se posicionam nesse campo:

“Carolina não teria tido a menor chance como escritora se ele não tivesse aparecido”, diz o jornalista Tom Farias, autor da biografia mais completa de Carolina, resultado de 15 anos de pesquisas. “Não vejo sentido nas tentativas de o demonizar agora e acho isso muito injusto com ele.”<sup>394</sup>

Assim como ocorrera a Vera Eunice, ganha também um espaço na matéria Juliana Dantas, filha de Audálio, que também fala em “injustiça” ao analisar o tratamento da figura de seu pai na nova edição de *Casa de alvenaria*:

“Pode-se questionar se meu pai foi paternalista ou se seu trabalho merece críticas, mas qualquer acusação de má-fé, ou sugestão de que pudesse ter agido em proveito próprio, é injusta com ele, que sempre se conduziu com dignidade”, diz a jornalista Juliana Dantas, filha de Audálio.<sup>395</sup>

Uma terceira personagem que também se opõe, na matéria, à vilanização de Audálio

---

<sup>392</sup> Ibidem.

<sup>393</sup> Idem.

<sup>394</sup> Ibidem.

<sup>395</sup> “Carolina tijolo a tijolo”, op. cit.

é o presidente da União Brasileira de Escritores até então, o escritor Ricardo Ramos Filho, para quem uma imposição da vontade de Dantas sobre Carolina seria impossível: “Ela era uma pessoa simples, mas muito inteligente e sabia conseguir o que queria”, diz ele [Ramos], que foi amigo de Dantas. “Pensar que era uma coitada vitimizada por ele é um desrespeito aos dois”<sup>396</sup>.

Um fato curioso – mas não surpreendente – na matéria é a presença de duas personagens já mencionadas no início deste capítulo: Raquel Barreto e Hélio Menezes, curadores da exposição *Um Brasil para os brasileiros*. O fato de dar voz e espaço, como especialistas em Carolina de Jesus e seu tempo, para os responsáveis por um evento que ainda não acontecera parece indicar que a exposição do IMS já era tida, pelo menos por parte da imprensa burguesa, como um acontecimento que iria marcar profundamente a percepção e recepção da escritora no país. Na participação de Raquel Barreto, esta se limita a traçar um sucinto panorama histórico do Brasil na época de Carolina, relacionando-o ao sucesso de QD:

“O Brasil vivia um período de grande efervescência política e havia maior abertura para discutir questões sociais”, diz a historiadora Raquel Barreto, uma das curadoras de uma exposição sobre Carolina que o Instituto Moreira Salles abre em setembro, em São Paulo. “Foi o que despertou tanto interesse pelos registros do seu cotidiano, marcado por profundas desigualdades sociais.”<sup>397</sup>

Já Hélio de Menezes faz uma crítica mais explícita à imprensa da época e ao papel de Audálio Dantas como membro dessa imprensa, acusados de questionar o “projeto estético” de Carolina<sup>398</sup>:

“A imprensa dos anos 1960 jogava de forma ambígua e às vezes perversa com Carolina, reiterando estereótipos e questionando seu projeto estético”, diz o antropólogo Hélio Menezes, que divide com Raquel Barreto a curadoria da exposição do Instituto Moreira Salles. Audálio também fez parte disso, ao desincentivar Carolina a escrever qualquer coisa que não fosse o diário.”<sup>399</sup>

Dois pesquisadores da obra de Carolina de Jesus – uma, representando a atualidade dos estudos acadêmicos sobre a escritora; outro, um nome consagrado e fundamental desses mesmos estudos no passado – também são convocados pela *Folha de São Paulo* para opinar sobre a polêmica: Verônica Sousa e José Carlos Sebe Bom Meihy. Na realidade, o nome de

---

<sup>396</sup> Ibidem.

<sup>397</sup> Idem.

<sup>398</sup> Exatamente a mesma argumentação que encontraremos em seu texto curatorial na exposição do IMS.

<sup>399</sup> “Carolina tijolo a tijolo”, op. cit.

Verônica consta nos créditos atrás da folha de rosto da edição de *Casa de alvenaria* da Companhia das Letras; o que permite pressupor, portanto – e isso se confirmará com sua fala na matéria – que ela comunga com a linha editorial adotada pelo Conselho<sup>400</sup>. Diz ela:

“O trabalho de Audálio foi importante para conhecermos Carolina, mas ele reduziu sua imagem à de uma mulher que só pensava na fome e na pobreza, muito aquém da complexidade que vemos nos cadernos”, afirma Verônica Sousa, que faz doutorado sobre a escritora na Universidade Federal da Bahia e ajudou a transcrever seus cadernos para a reedição de “Casa de alvenaria”.<sup>401</sup>

Bom Meihy aproveita a sua participação para destacar o peso da mão de Audálio no resultado final de QD, uma forma discreta de também criticar o primeiro editor de Carolina, afirmando que este ocultara muitas passagens importantes dos diários da escritora, inclusive de teor político:

José Carlos Sebe Bom Meihy, professor da Universidade do Grande Rio, calcula que Dantas tenha aproveitado em “Quarto de despejo” só 4% do material recebido de Carolina. Meihy teve acesso nos anos 1990 a mais de 2.000 páginas dos cadernos originais e prepara nova edição para a Ática, que detém os direitos de comercialização da obra até 2026. Segundo Meihy, o jornalista cortou várias menções que Carolina fez a ele depois de o conhecer na favela e muitas passagens com reflexões sobre a situação política.<sup>402</sup>

Como um primeiro arremate do debate, Ricardo Balthazar, responsável pela matéria, explica que seu jornal efetivamente conseguiu identificar inúmeras alterações no texto de Carolina realizadas por Audálio Dantas, como uma passagem em que a escritora relata um encontro com o ator Grande Otelo, o que só existiria na versão do livro editada por Audálio:

A reportagem identificou vários exemplos de mudanças feitas por Dantas ao comparar a nova edição de “Casa de alvenaria”, com os dois volumes que somam mais de 700 páginas, e a primeira, que tinha menos de 200. Há até uma passagem que só existe na versão editada por ele, sobre um encontro de Carolina com o ator Grande Otelo. Eles de fato se conheceram, mas não há vestígio do episódio nos cadernos consultados pelos pesquisadores agora.<sup>403</sup>

O arremate final da matéria, contudo, acontece apenas em um texto à parte, escrito por uma pesquisadora, negra, identificada como “Fernanda Silva e Sousa – doutoranda em teoria

<sup>400</sup> Por suas características pessoais – mulher negra, acadêmica, pesquisadora de Carolina – Verônica poderia ser, inclusive, uma das conselheiras da Companhia das Letras.

<sup>401</sup> “Carolina tijolo a tijolo”, op. cit.

<sup>402</sup> Ibidem.

<sup>403</sup> Idem.

literária e literatura comparada na USP”, e cujo título é: “Páginas em pretuguês”. O tom desse texto e a posição que a sua autora irá defender nele sobre a polêmica já ficam explícitos no “resumo” que o antecede:

Dois volumes de ‘Casa de alvenaria’ (sic), que retornam às livrarias numa edição supervisionada por pesquisadoras negras, *devolvem voz* à escritora Carolina Maria de Jesus e revelam seu manejo sofisticado, versátil e criativo do idioma.<sup>404</sup>

O texto que se segue traz praticamente uma compilação dos argumentos usados por todos os entrevistados anteriores que foram críticos a Audálio Dantas, ressaltando incialmente a cor da pele de Carolina:

Hoje, com uma maior representatividade negra, aliada a um crescente reconhecimento do racismo, podemos nos esquecer de a olhar [Carolina] nos termos de sua época, como mulher negra que se lançou no mundo da literatura como um direito seu num momento em que quase nenhum direito era garantido à população negra.<sup>405</sup>

Segue expondo o ponto de vista de que Audálio Dantas reduziu Carolina de Jesus a uma “porta-voz das favelas” denegando a ideia desta como escritora; ou seja, sufocando o projeto literário da autora e atribuindo mais uma vez ao racismo tal atitude:

Com o sucesso de “Quarto de despejo”, editado pelo jornalista Audálio Dantas, ela foi transformada numa espécie de porta-voz das favelas e de seus moradores, em que a expressão “favelada” se tornou quase seu sobrenome, acompanhando a autora mesmo quando já não morava numa, um tipo de lembrete contínuo de que a palavra, “escritora” por si só, não cabia em seu *corpo negro*.<sup>406</sup>

Partindo para um ataque direto, a autora atribui a Audálio um tipo de elitismo cultural que o teria impedido de considerar os escritos de Carolina para além da produção diarística e utiliza para isso a famosa passagem do prefácio da edição de *Casa de alvenaria* da década de 60 em que Dantas aconselha Carolina a guardar suas poesias, contos e romances:

Não à toa, “Casa de alvenaria” é lançado em 1961 com o subtítulo “diário de uma ex-favelada”, em que o “ex” se torna uma sombra em sua existência que confina seu discurso a um lugar a que nunca quis pertencer. No prefácio, Dantas diz que ela pode encerrar sua missão e aconselha. “Guarde aquelas ‘poesias’, aqueles ‘contos’ e aqueles ‘romances’ que você escreveu”, ele diz, sobre gêneros considerados mais literários e

<sup>404</sup> Fernanda Silva e Sousa, “Páginas em pretuguês”, *Folha de São Paulo*, 15 de agosto de 2021, Ilustríssima. Grifos nossos.

<sup>405</sup> Ibidem.

<sup>406</sup> Idem. Grifos nossos.

elevados, incompatíveis com alguém que só poderia – e deveria – escrever diários.<sup>407</sup>

A ideia de resgate da verdadeira Carolina é mais uma vez retomada, através da contraposição entre o “vilão” – homem branco elitista – e as “pesquisadoras negras” que vão finalmente devolver a Carolina o “direito ao nome próprio”, bem como o direito de ser escritora:

Nesse sentido, a nova edição de “Casa de alvenaria”, sob os cuidados editoriais de um conselho formado majoritariamente por pesquisadoras negras e coordenado por Conceição Evaristo e Vera Eunice, filha da escritora, confere a Carolina o que *tentaram arrancar dela*, o direito ao nome próprio e ao de ser escritora.<sup>408</sup>

A ruptura da imagem da escritora com o universo da pobreza e da favela é novamente exaltada, destacando a consagração artística individual – finalmente posta em marcha – como uma vitória do desejo último de Carolina: “É o diário de Carolina Maria de Jesus, não o diário de uma favelada; é a escritora Carolina Maria de Jesus, que não deixou de escrever suas poesias, contos e romances – sem aspas”<sup>409</sup>. Depois de abordar brevemente o tema da linguagem de Carolina a partir dos mesmos argumentos que Conceição Evaristo já fizera uso no prefácio de *Casa de alvenaria*, remetendo mais uma vez ao “pretuguês” de Lélia Gonzalez como explicação da escrita caroliniana, Fernanda Silva finaliza seu texto mobilizando uma última vez o papel do racismo na vida de Carolina e a importância da reescrita da história da escritora por “mãos sobretudo negras”<sup>410</sup>:

Se, como diz [Carolina], “os meus sonhos eram altos, não estavam ao alcance de uma mulher de pele negra”, Carolina Maria de Jesus, em “Casa de alvenaria”, nos faz pensar como o Brasil ainda é pequeno demais para os sonhos das mulheres negras. Por isso, é um trabalho editorial gestado e realizado por mãos sobretudo negras que o lugar que Carolina tanto buscou se torna cada vez mais dela, a *literatura* (Grifos nossos).<sup>411</sup>

O grande interesse que essa matéria da *Folha de São Paulo* traz para os estudos sobre Carolina Maria de Jesus reside no fato de que ele coloca em cena praticamente todos os principais atores e temas que vão protagonizar o debate sobre a escritora na atualidade, influenciando decisivamente na maneira como os críticos, teóricos, estudiosos e o público leitor

<sup>407</sup> Ibidem.

<sup>408</sup> Idem. Grifos nossos.

<sup>409</sup> Ibidem.

<sup>410</sup> Uma alusão à historiadora Beatriz Nascimento.

<sup>411</sup> “Páginas em pretuguês”, op. cit. Grifos nossos.

em geral irão perceber não só a imagem de Carolina, mas também seu livro mais famoso e todo o restante da obra dela. Estão presentes nela a poderosa grande editora que pretende promover uma atualização da imagem da escritora mineira (Companhia das Letras), as pessoas que ela contratou para pôr em prática essa tarefa (o Conselho e os curadores da exposição do IMS<sup>412</sup>), a filha de Carolina, um nome consagrado dos estudos carolinianos (Bom Meihy), o biógrafo mais conhecido da escritora (Tom Farias) e amigos e familiares de Audálio (Ricardo Ramos Filho, a filha de Dantas). Entre os temas que a matéria traz estão: 1. a vilanização do primeiro editor de Carolina e também a defesa dele; 2. a dissociação da imagem da escritora com os temas relacionados à favela e à questões sociais e políticas; 3. o *racismo* como o fator principal de explicação da problemática trajetória pessoal e artística de Carolina no país; 4. a importância de enfatizar o “projeto literário” como objetivo absoluto de realização da escritora no mundo; e, finalmente, 5. a tentativa de aproximar a autora de QD do *feminismo negro liberal contemporâneo*, entendendo a biografia e a obra dela a partir de uma perspectiva exclusivamente *identitária*. Estabelecendo como horizonte intelectual o complexo quadro que essa matéria jornalística descortina ao nosso olhar, podemos agora analisar a mais recente materialização do famoso diário de Carolina Maria de Jesus – a *edição comemorativa* de QD.

Tendo como casa editorial mais uma vez a Ática, agora pertencente ao grupo SOMOS Educação<sup>413</sup>, a nova edição de QD foi lançada em 12 de janeiro de 2021<sup>414</sup> e trazia uma capa

---

<sup>412</sup> Além de *freelancers* do pensamento, como Fernanda Silva e Sousa, sem dúvida contratada pela editora para endossar a visão do Conselho na matéria em questão – hipótese que ganha ainda mais legitimidade com a publicação de *O escravo*, romance até então inédito de Carolina de Jesus, pela Companhia das Letras, em 2024, e que traz justamente Fernanda Silva e Sousa como autora do posfácio do livro.

<sup>413</sup> Em 1999, a Ática fora comprada pela Editora Abril, que realizara a negociação em parceria com a gigante do mercado de comunicação francesa Havas, por 100 milhões de dólares. Em 2015, por sua vez, a Abril Educação – empresa do ramo educacional que fazia parte do Grupo Abril e abrigava a editora Ática – foi vendida para o fundo de investimentos Tarpon, que mudou o nome da empresa para SOMOS Educação. Três anos depois, a SOMOS Educação foi vendida para a Kroton Educacional (que hoje se chama Cogna Educação), um dos maiores grupos empresariais de educação do mundo, por R\$ 4,6 bilhões. Os direitos de QD, portanto, pertencem, em última análise, à Cogna Educação – pelo menos até que outra negociação gigantesca aconteça... Ver: Machado da Costa, “O que é a Somos Educação, comprada por R\$ 4,6 bi?”. [online]. Disponível em: <https://istoedinheiro.com.br/o-que-e-a-somos-educacao-comprada-por-r-46-bi/>. Acesso em: 20/1/2024.

<sup>414</sup> Esta é a data que consta no site de vendas Amazon, onde o livro pode ser adquirido. Embora não seja uma fonte histórica muito confiável, acreditamos que essa data de publicação esteja correta, pois todas as primeiras divulgações em jornais apontam também janeiro como o mês de lançamento da obra. Tal fato é bastante curioso, pois, na ficha catalográfica do livro, o ano de lançamento que aparece é 2020, revelando o estratagema editorial para estabelecer a relação do livro com o momento exato das celebrações dos 60 anos de QD. Ver: Ítalo Wolf, “‘Quarto de despejo’ ganha edição especial e adaptação para o teatro”, jornal *Opcão* [online], 24 de janeiro de 2021. Disponível em: <https://www.jornalopcao.com.br/opcao-cultural/quarto-de-despejo-ganha-edicao-especial-e-adaptacao-para-o-teatro-308241/>. Acesso em: 26/1/2024.

que já simbolizava a completa consagração de Carolina de Jesus como literata: utilizando como base pictórica uma famosa fotografia da escritora, a ilustração da capa, feita pelo artista visual negro No Martins, mostrava a autora de QD, em primeiro plano, escrevendo com uma caneta esferográfica. Em vez da roupa maltrapilha de muitas fotos tiradas nos primeiros registros públicos de sua figura, Carolina surge em roupas sóbrias, enfeitada com um colar de pérolas e um broche dourado, *sem o icônico lenço*. A ausência desse acessório é importante para entender a metamorfose que a figura da escritora sofreu nos anos recentes (2014 até hoje, 2024), já que o lenço foi entendido – na visão dos reformuladores da imagem da escritora – como símbolo de subalternidade e opressão, vinculando Carolina ao estereótipo da “favelada”, que deveria ser proscrito do imaginário nacional. Bastante ilustrativas nesse sentido são algumas declarações de Hélio Menezes, citado amiúde aqui, em entrevistas de divulgação de *Um Brasil para os brasileiros*. No site da revista *Galileu*, por exemplo, o curador da exposição do IMS observa: “‘Não nos parece coincidência que, na maioria das imagens, Carolina apareça a partir de certas convenções: *quase sempre com um lenço na cabeça*, com o olhar cabisbaixo e perfilada’, analisa Hélio” (grifos nossos)<sup>415</sup>. Na mesma matéria, encontramos também o seguinte texto:

Durante a curadoria, a equipe se deparou com fotografias da autora que a retratam de outra maneira: “Ela aparece sorridente, com o cabelo crespo à mostra orgulhosamente, portando trajes elegantes... Esse conflito é um forte indício de como a imprensa foi e ainda é responsável por um contexto que coloca Carolina em um espaço de subalternização”, avalia o antropólogo [Hélio Menezes]. E, além de sustentar estereótipos visuais de Carolina, a imprensa criou estereótipos narrativos, como a expressão “escritora favelada”.<sup>416</sup>

Essa preocupação dos agentes contemporâneos da transformação da figura de Carolina de Jesus, com sua defesa reiterada da necessidade de divulgar uma escritora com cabelos sempre à mostra, extirpa, a nosso ver, um elemento fundamental da identificação da escritora com os marginalizados e com o *trabalho braçal*, já que Carolina, para além de um gosto pessoal, utilizava o lenço para proteger os cabelos durante os tempos da catação nas ruas<sup>417</sup>. Além disso,

<sup>415</sup> Cf. Tiemi Osato, “Exposição apresenta Carolina de Jesus para além de ‘Quarto de despejo’”, revista *Galileu* [online]. Disponível em: <https://revistagalileu.globo.com/Cultura/noticia/2021/08/exposicao-apresenta-carolina-de-jesus-para-alem-de-quarto-de-despejo.html>. Acesso em: 15/12/2023.

<sup>416</sup> Idem.

<sup>417</sup> Na iconografia relacionada às populações negras no Brasil e no mundo é também fácil perceber que o lenço como adorno da cabeça faz parte da cultura dos afrodescendentes. Ver, por ex.: TOLEDO, Tomás; PEDROSA,

o livro apresentava, em seu suporte editorial, muitos elementos novos em relação às edições anteriores de QD. O primeiro é o poema *A mão de Carolina*, do poeta mineiro Edimilson de Almeida Pereira, originalmente publicado em uma obra de 2017 do autor<sup>418</sup>. A abertura do livro com o texto de um outro autor negro já indicava, desde o início, uma das propostas editoriais desse novo volume de QD – aproximar Carolina Maria de Jesus da literatura negra, reafirmando seus laços identitários com o grupo de criadores negros que emergiu na cena literária nos últimos anos<sup>419</sup>. O poema de Pereira também é sintomático da nova perspectiva que molda a imagem da escritora na atualidade, já que critica sutilmente a visão que atrelava Carolina à catação e, portanto, à miséria:

A MÃO DE CAROLINA  
 fere a sintaxe. Tanto engenho  
 em sua arte mas livro após livro  
*insistem em falar sobre o lixo*  
 e a coragem de uma estranha  
 que escreve, apesar do cânone.<sup>420</sup>

Essa preocupação em aproximar a autora de QD da literatura negra contemporânea – e de afastá-la da temática ostensiva da pobreza – fica explícita também por outro texto que compõe essa edição comemorativa. Trata-se do prefácio do livro, de autoria de Cidinha da Silva, escritora, negra e mineira como Carolina. Com título e subtítulo (“A roda gira – e é sobre a operacionalidade do racismo que precisamos conversar”), o texto de Cidinha pondera, desde suas primeiras palavras, os possíveis motivos que levaram a prefaciadora a fazer parte daquele projeto:

Eu me autorizo a considerar que o convite para escrever este prefácio passa pelo reconhecimento da *minha proximidade em relação à Carolina Maria de Jesus*, no sentido de que nós duas temos projetos literários; isso me honra. Posso também pensar que o convite se relaciona com *a ordem do dia da representatividade*; tudo certo, não me furto às responsabilidades de escritora negra que lê o contemporâneo, e Carolina é extremamente contemporânea (SILVA, 2020, p. 9. Grifos nossos).

---

Adriano (orgs.). *Histórias afro-atlânticas*: [vol. 1] catálogo = *Afro-atlantic histories: catalog*. São Paulo: MASP: Instituto Tomie Ohtake, 2018.

<sup>418</sup> Cf. PEREIRA, Edimilson de Almeida. E. São Paulo: Patuá, 2017.

<sup>419</sup> Além da já mencionada Conceição Evaristo – contemplada com o Jabuti, maior prêmio literário do país, em 2015 – poderíamos citar Eliana Alvez Cruz, Jeferson Tenório e Cidinha da Silva, da qual falaremos em seguida.

<sup>420</sup> Edimilson de Almeida Pereira, “A mão de Carolina”. Em: JESUS, Carolina Maria de. *Quarto de despejo* – diário de uma favelada. São Paulo: Ática, 2020. p. 5. Grifos nossos.

Cidinha da Silva entende e aceita, pois, que cumpre uma função ali: abraçar Carolina Maria de Jesus como uma irmã e contemporânea, anuindo à ideia de “representatividade”<sup>421</sup>. O protagonismo das mulheres negras também é exaltado pela prefaciadora, ao elencar um conjunto heterogêneo de autoras da “geração mais velha” e pesquisadoras pertencentes às “gerações mais novas”:

Fundamental também é conhecer e reverenciar a geração mais velha de escritoras negras que tratou de manter Carolina viva durante longo período de apagamento, geração composta por nomes como Conceição Evaristo, Miriam Alves e Esmeralda Ribeiro, estandartes de um bloco que desde sempre a festejou. E as gerações mais novas, a poeta Dinha e as pesquisadoras Fernanda Miranda, Gabriela Gaia, Raquel Alves dos Santos, Raffaella Fernandez, o pesquisador Mário Augusto Medeiros e a precursora na pesquisa densa sobre Carolina, Elzira Divina Perpétua, entre outros nomes (SILVA, 2020, p. 9).

Convém notar que, para exaltar a preeminência das mulheres, sobretudo negras, na manutenção da memória de Carolina, Cidinha exclui nomes fundamentais para essa manutenção, como Carlos Vogt, Robert Levine, Bom Meihy<sup>422</sup>, Joel Rufino dos Santos, as primeiras biógrafas – brancas – da escritora (Eliana de Moura Castro e Marília Novais de Mata Machado), Sérgio Barcellos, Tom Farias e, claro, o próprio Audálio Dantas, presente sempre que convocado para falar de Carolina em eventos e efemérides e prefaciador de tantas edições de QD ao longo dos anos. O primeiro editor de Carolina, aliás, só comparece no texto da prefaciadora para ser discretamente criticado, adquirindo – como nos preâmbulos de *Casa de alvenaria*, da Companhia das Letras, e da exposição *Um Brasil para os brasileiros* – aspectos negativos, como alguém que desdenhou do projeto literário da escritora de Sacramento. Mencionando um famoso texto do escritor italiano Alberto Moravia sobre Carolina, presente naquela edição de QD, Cidinha faz o seguinte comentário:

Alberto Moravia, em outro texto desta edição comemorativa, nos conta que Carolina enviou um manuscrito ao Reader’s Digest, em Nova York. Essa atitude da escritora, entre tantas de mesma envergadura, pontifica algo que o livro *Quarto de despejo* compilado e editado por Audálio Dantas ofuscou, ou seja, o projeto literário de Carolina Maria de Jesus, hoje evidenciado por pesquisadoras como as que mencionei anteriormente (SILVA, 2020, p. 10).

<sup>421</sup> A “representatividade” é um conceito fundamental da política identitária contemporânea. A ele voltaremos adiante.

<sup>422</sup> Embora cite palavras de Vogt e Bom Meihy em outro momento de seu texto.

Cidinha da Silva termina seu prefácio conclamando diferentes minorias pertencentes aos setores intelectuais do país a lutar pela pluralização do cânone literário brasileiro, novamente colocando em pauta a ideia da representatividade como elemento decisivo no reconhecimento de artistas como Carolina:

Autoras como Carolina Maria de Jesus só passarão a ser canônicas quando conseguirmos pluralizar o cânone, já que não nutro ilusões de derrubá-lo. É preciso que críticas (os), curadoras(es), professoras(es) universitárias(os), autoras e autores, editoras(es), gente do mercado editorial, especialistas e agentes do sistema literário de pertencimento negro, indígena, LGBTQIA+, oriundos de periferias possam ocupar as instâncias definidoras do que pode ser considerado canônico (SILVA, 2020, p. 11).

Em outras palavras, a inclusão das minorias nas mais altas hierarquias do sistema literário brasileiro era uma questão de *luta cultural*. Tal ideia, gostaríamos de apontar aqui – ao colocar todo o peso do escasso reconhecimento da arte das minorias na falta de representatividade em espaços de poder responsáveis por gerir a cultura – aparentemente oculta ou ignora a necessidade de mudanças radicais na *estrutura de classes do país*; transformação que, acreditamos, resolveria não apenas os problemas artísticos da população negra e das outras minorias, mas também o seu dia a dia de miséria, violência, sofrimento e exclusão.

Neste ponto de nossa reflexão, é fundamental esclarecer um aspecto decisivo sobre a relação entre as duas personagens centrais deste trabalho, Carolina Maria de Jesus e Audálio Dantas. O aspecto em questão é o seguinte: de onde surgiram as bases teóricas e conceituais para a transformação das figuras da autora de QD e seu primeiro editor nos termos que a corrente ideológica principal dos estudos sobre Carolina na atualidade – o feminismo negro liberal – utiliza em suas críticas? Em nosso entendimento, as fontes teóricas e conceituais que fundamentam as imagens contemporâneas da escritora mineira e Audálio Dantas são duas: o livro *A vida escrita de Carolina Maria de Jesus*, de Elzira Divina Perpétua, já referido aqui, e a coleção *Feminismos Plurais*, organizada pela filósofa negra Djamila Ribeiro. Analisemos, pois, como esta coleção e aquele livro moldaram ideologicamente o debate sobre o trabalho como editor de Audálio Dantas, possibilitando a vilanização deste, a figura de Carolina como uma autora preocupada fundamentalmente como o seu projeto literário e como símbolo da luta das mulheres negras.

*A vida escrita de Carolina Maria de Jesus* foi um livro publicado em 2014, dentro do

contexto de comemorações do centenário de nascimento da escritora mineira. Como já dissemos, essa obra nasce de uma tese de doutorado, defendida em 2000. No livro, assim como na tese, Elzira Divina Perpétua analisa a gênese, tradução e recepção de QD, a partir do confronto entre a primeira edição publicada do livro e os cadernos manuscritos originais ainda remanescentes do famoso diário de Carolina de Jesus. No mesmo trabalho, a autora também analisa as traduções de QD para o estrangeiro, debruçando-se, inclusive, sobre seus paratextos. Nessa pesquisa, fundamental na fortuna crítica sobre Carolina, Perpétua mostra, pela primeira vez, através da análise minuciosa dos cadernos contendo os registros diarísticos da escritora mineira que Audálio Dantas encontrou em sua visita à favela do Canindé, qual era a real dimensão das intervenções do primeiro editor de Carolina na confecção de QD. A visão de Dantas que daí resulta não é nada positiva, pois a tese central da pesquisadora pode ser resumida nos seguintes termos: o primeiro editor de QD criou uma *figura fictícia* de Carolina Maria de Jesus, a “escritora favelada”, “voz coletiva” empenhada em denunciar as mazelas que padeciam os seus irmãos e irmãs de infortúnio no “quarto de despejo” da cidade de São Paulo, a favela, e que teve o seu “projeto literário” negado e impedido em nome dessa imagem e de uma “leitura sociológica” de seus escritos. Como podemos perceber, é a mesma tese defendida pelos atuais detratores de Audálio, que acrescentam o elemento racial à discussão e, de resto, apenas repetem, em termos mais virulentos, as conclusões de Perpétua.

Diferente de seus epígonos, porém, a autora de *A vida escrita...* não julga o trabalho de Audálio Dantas com os textos de Carolina *apenas* de um ponto de vista moral<sup>423</sup>. Faz questão de indicar, desde o início de seu livro, como razões de ordem contextual também atuaram para a elaboração e o sucesso da primeira edição de QD:

infiro que as razões do êxito de *Quarto de despejo* no Brasil e no exterior estão relacionadas não apenas ao contexto propício da época em que o livro foi lançado, como também a mecanismos publicitários, editoriais e ideológicos que nortearam a seleção dos trechos para publicação, sobre os quais foi composto um perfil predeterminado da escritora (PERPÉTUA, 2014, p. 14.).

Perpétua explica como o momento de ebulação política e cultural que o país vivia, no final dos anos 1950 e início dos anos 1960 – conforme também elucidamos no início do presente

---

<sup>423</sup> Embora, como veremos, o elemento moral não esteja ausente das análises e julgamentos da pesquisadora.

trabalho – fora extremamente propício para o surgimento de uma figura como Carolina Maria de Jesus, que parecia encarnar todas as contradições do modelo de desenvolvimento econômico e social que o país adotara no período, dando conta do reverso de atraso, negligência e cinismo que a nossa modernização perversa obnubilava sob a bandeira do progresso. E que, por outro lado, dispunha dos dotes artísticos necessários para desvelar essa realidade com uma força expressiva inegável:

Carolina de Jesus – mulher, negra, dois anos incompletos de escola, moradora em favela, mãe solteira de três filhos de diferentes relacionamentos – surgiu no clamor das reivindicações sociais das minorias, em num (sic) momento especial da vida brasileira, em que às lutas populares pela mudança do modelo econômico aliviava-se a busca dos intelectuais pela valorização das raízes nacionais. O texto de Carolina revela um ambiente urbano pouco conhecido então – a favela. Escrito por quem testemunha a miséria dia após dia e é capaz de torná-la objeto de uma narrativa sob um ângulo novo, o diário apresenta o modo de vida da população excluída socialmente. Nota-se, porém, que, ao retratar o sofrimento coletivo dos favelados, o diário apresenta uma peculiaridade em sua linguagem: entre outras, as marcas de uma narrativa ímpar, consistente, sagaz, seja na utilização dos aspectos conotativo e polissêmico das palavras, seja na capacidade de descrever a miséria plasticamente, artisticamente (PERPÉTUA, 2014, p. 23).

Após fazer essas constatações, contudo, a pesquisadora volta a sua atenção, predominantemente, para o trabalho de Audálio Dantas como agente e editor de Carolina de Jesus, procurando mostrar como o descobridor dos diários da escritora foi construindo uma recepção dos escritos de Carolina, desde as primeiras reportagens que fez sobre ela, a partir de um determinado molde ideológico e político, fato corroborado por todo o suporte editorial (os paratextos) presentes na primeira edição de QD, levando a uma “leitura sociológica” de seus escritos:

chamou-me atenção o fato de que título, subtítulo, ilustrações, apresentação, capa, orelhas, enfim, tudo o que forma o paratexto de *Quarto de despejo* direciona o leitor para uma leitura sociológica do diário de Carolina de Jesus (PERPÉTUA, 2014, p. 25).

Destacando o papel das reportagens que Audálio Dantas fizera sobre Carolina no jornal *Folha da Noite* e na revista *O Cruzeiro* – já referidas aqui – para o direcionamento da futura recepção da escritora mineira, Perpétua dispensa especial atenção ao primeiro prefácio escrito pelo jornalista para QD (“Nossa irmã Carolina”), analisando minuciosamente sua estrutura e o discurso nele contido. Na leitura da pesquisadora, o prefácio é dividido em quatro partes, que exercem diferentes funções na apresentação de Carolina e seu diário: as duas primeiras

serviriam para apresentar a “veracidade” da história ali contada, atribuir uma identidade concreta à Carolina – através de breve biografia dela – e destacar a existência dos cadernos que a escritora mineira mantinha, enfatizando seu valor sociológico, reforçando a mensagem dos outros paratextos, verbais e visuais, contidos na edição e sendo, simultaneamente, legitimado por eles. Diz a pesquisadora:

O que há de mais relevante no discurso prefacial nessas duas primeiras partes é o esforço do apresentador em dar existência concreta a Carolina, em apresentá-la como sujeito civil e, ao mesmo tempo, legitimá-la como autora de um texto especial de memória. Para dar corpo e voz àqueles relatos, a produção paratextual verbal e visual de *Quarto de despejo* tem por finalidade chamar a atenção do leitor para a concretude da vida ali exposta em palavras. Para enfatizar o efeito de real do discurso, às páginas do prefácio foram acrescentadas fotografias da favela, de Carolina e seus vizinhos, em várias poses, dentro e fora de seu barraco. As fotografias vão atestar a veracidade das palavras do prefaciador, que, funcionando como suas legendas, são também comprovadas por elas, fechando o círculo da inquestionabilidade do prefácio. A função comprobatória das ilustrações fotográficas inseridas no paratexto pode também ocorrer em relação à inserção de outro recurso iconográfico utilizado no miolo do livro. Trata-se de cópias feitas a partir de xilogravuras que mostram algumas cenas do diário; por sua técnica difusa, as xilogravuras propõem uma leitura parcial e subjetiva da narrativa de Carolina (PERPÉTUA, 2014, p. 76-77).

A pesquisadora se utiliza de conceitos retirados da obra de Roland Barthes para explicar o funcionamento e objetivos do texto de Audálio, identificando os detalhes descritivos (“pormenores concretos”) colocados pelo prefaciador como elementos necessários à criação de um “efeito de real”, tudo contribuindo para a defesa da autenticidade da narrativa de Carolina de Jesus e do “valor sociológico” de seu diário:

A descrição do barraco registra o ambiente de miséria, ao mesmo tempo em que apresenta os filhos de Carolina, revelando mais um efeito de real do discurso prefacial, já que trata de inserir Carolina não apenas no contexto social da favela, mas também em seu contexto familiar. O foco da descrição, contudo, está centrado nos cadernos, ênfase ao “pormenor concreto” que destaca o lugar ocupado pela escrita no ambiente, ao configurar os cadernos numa dimensão humana. O objetivo de Audálio, ao pretender a presentificação de Carolina, é o de enfatizar o valor sociológico do texto para que seja lido como testemunho real da miséria, escrito por quem a viveu, pessoa da classe mais desprotegida da sociedade (PERPÉTUA, 2014, p. 72).

Em sintonia com o contexto político, social e cultural da época, Audálio procurava, então, no seu prefácio – assim como já indicara nas reportagens anteriores – mostrar Carolina como alguém que começara a escrever tendo a denúncia da iniquidade brasileira como objetivo maior. Diante dessa necessidade, ela começara a registrar o seu dia a dia como favelada nos

cadernos que encontrava no lixo, o que lhe conferia o papel de verdadeira “voz de protesto” dos humilhados e ofendidos da sociedade brasileira. É o que escreve Perpétua, citando diretamente o texto de Audálio:

Além de representante da comunidade favelada, a voz de Carolina ganhará um novo atributo – voz de protesto –, uma função ideológica atribuída a ela por seu apresentador: “Transformou-se em voz de protesto. E há muitos anos grita, bem alto, em seus cadernos, gritos de todos os dias. Os seus gritos e os gritos dos outros, em diário” (PERPÉTUA, 2014, p. 73).

Quando trata das duas outras partes do prefácio – em que Dantas fala de seu trabalho na preparação e confecção do texto final de QD e expõe a sua visão final sobre a figura de Carolina de Jesus e seus escritos – a pesquisadora começa a mostrar o que ela considera as incoerências e lacunas do discurso de Audálio e passa a fazer uma avaliação mais crítica ao primeiro editor da escritora. É nesse momento de sua análise que Perpétua vai revelar, discretamente, o julgamento desfavorável sobre Dantas que, como veremos, se intensificará na segunda parte do livro dela. Ao tratar da temática da “fome” em QD, por exemplo, a pesquisadora procura – em oposição ao que afirma o prefaciador – destacar o peso que a mão de Audálio teve na recorrência desse tema no diário publicado:

Ao falar sobre o trabalho de editoração (...) o prefaciador deixa claro que seu critério de seleção fora estabelecido pela necessidade de proscrever a repetição para adequar o texto às normas de publicação. É interessante observar que o prefaciador – resguardando-se de uma possível crítica ao seu trabalho – tem o cuidado de advertir que seu critério seletivo não evitou que a recorrência de Carolina ao tema da fome fosse frequente no texto. Obviamente, se as instâncias pré-textuais apontam para a prevalência do aspecto miserável da vida de Carolina, é porque, na publicação do diário, esse aspecto, do qual a fome é o elemento mais incisivo, será não apenas preservado, mas também enfatizado pela recorrência constante (PERPÉTUA, 2014, p. 77).

Abandonando a aparente neutralidade, a análise de Perpétua vai, gradativamente, adquirindo um viés cada vez mais negativo da figura do prefaciador, expressando a ideia de que ele “dissimula” o caráter complexo da edição que realizara em QD. O que resultaria de todo esse processo de editoração é, na ótica da analista, um tipo de grave deturpação dos escritos de Carolina de Jesus. É o que ela expressa, no trecho seguinte:

Nesse prefácio, o editor de *Quarto de despejo* dá a conhecer ao futuro leitor do diário

que exerceu a função de mediador entre a produção e a recepção da obra. De fato, Audálio Dantas “normalizou” o manuscrito de Carolina, estabelecendo uma correspondência entre o texto e o horizonte de expectativa do leitor, que já fora preparado anteriormente pelo *marketing* das reportagens. Entretanto, ao fazê-lo, ele alterou profundamente o texto de Carolina (PERPÉTUA, 2014, p. 80).

Fazendo mais uma citação direta do texto de Audálio, Perpétua entende a parte final do prefácio da primeira edição de QD como um resumo de todas as ideias e imagens que sustentaram a visão do prefaciador ao longo de sua apresentação de Carolina Maria de Jesus e seu diário. É o momento em que Dantas, na visão da analista, conclui a transformação de Carolina em uma “alegoria nacional”, no que diz respeito aos seus estratos sociais mais pauperizados e esquecidos, para quem a escritora mineira representaria um tipo de redenção:

No final da última parte, Audálio dirige-se novamente a Carolina, para reunir as metáforas disseminadas ao longo de sua extensa apresentação: sua escrita é grito de angústia, o livro é a chave que abriu a porta do Quarto de despejo que é a favela, é a luz que ilumina e aquece. Por fim, ao advertir os que criticam negativamente esse tipo de literatura, explica aos favelados que o sucesso de *Quarto de despejo* os beneficiará indiretamente, e transforma a figura de Carolina, definitivamente, numa alegoria nacional: “A eles eu falo: grande é a irmã que abriu a porta. Ela é um pouco de vocês todos, na revelação. É até um pouco-muito do Brasil, que muitos são os quartos de despejo, sul-norte-leste-oeste, beira de rio, beira de mar, morro e planalto (PERPÉTUA, 2014, p. 81).

O veredito final de Perpétua sobre o prefácio de Audálio e sobre o modo como ele construiu a imagem de Carolina de Jesus em QD é de clara desaprovação. Resumidamente, a pesquisadora entende que o trabalho do primeiro editor de Carolina e a maneira como ele concebeu a figura da escritora e sua obra empobrecem – com o perdão do trocadilho – a complexidade da autora de QD em nome da denúncia social e da dimensão política de seus escritos diarísticos, diminuindo, desta forma, *todas as outras qualidades*, inclusive literárias, presentes nos manuscritos que deram origem ao famoso livro:

Com esse discurso apoteótico, Audálio condensa, de forma direta, a ideia que esteve disseminada em todo o discurso prefacial – a de que o livro de Carolina é importante porque possui dimensão coletiva e que sua voz representa a enunciação, em nível nacional, da comunidade favelada. O apresentador, assim, privilegia, na linguagem de Carolina, uma função social de denúncia do quadro de misérias nacionais, em detrimento de qualquer outro valor de *Quarto de despejo*. O discurso de Audálio Dantas, junto às fotos que ali se incluem, prepara o leitor para a visão de uma Carolina que se congelou nas imagens utilizadas no paratexto do livro. Como o prefácio foi escrito em vista de um texto editado pelo próprio prefaciador, podemos prever que o manuscrito teria sido recortado e moldado segundo a imagem estabelecida no texto

preliminar de *Quarto de despejo*. (PERPÉTUA, 2014, p. 81).

Conforme apontamos anteriormente, para que essa avaliação se identifique perfeitamente com as críticas a Audálio Dantas presentes nas publicações da obra de Carolina Maria de Jesus feitas pela Companhia das Letras e também presentes na exposição *Um Brasil para os brasileiros*, falta apenas o debate racial, que não estava tão em voga, como em nossos dias, na época em que Perpétua publica o seu livro e, sobretudo, quando a pesquisadora concebera a sua tese.

O livro de Elzira Divina Perpétua é dividido em duas partes, que se subdividem, por sua vez, em outras duas. Na parte um, intitulada “Produção e recepção de *Quarto de despejo* no Brasil”, Perpétua analisa a confecção e os paratextos de QD no Brasil, em um primeiro momento, e, em um segundo momento, investiga – através da leitura das traduções de QD – como se deu a recepção de Carolina de Jesus no estrangeiro. Já na segunda parte, batizada por sua autora como “O livro por vir: escrita e editoração”, a pesquisadora confronta o texto publicado na edição original de QD com os manuscritos remanescentes dos cadernos de Carolina<sup>424</sup>, em sua primeira metade, e, finalmente, opõe a imagem da escritora mineira construída por Audálio àquela que Carolina tinha de si, ou seja, “Carolina segundo Audálio” e “Carolina segundo ela própria”.

É na segunda parte de seu livro que Perpétua definirá o trabalho editorial feito por Audálio em QD a partir de três ações principais nos escritos de Carolina de Jesus: *acréscimos, substituições e supressões*. É nesse momento de sua análise que a pesquisadora torna as críticas a Audálio mais constantes e evidentes, pois, segundo ela, são esses processos (acrescentar, substituir e suprimir) que permitem ao primeiro editor de Carolina moldar a imagem da escritora segundo as diretrizes do contexto histórico dos anos 1960 e também de acordo com a ideologia que sustentava a própria visão de mundo dele naquele período de efervescência política e cultural. Para que nossa própria análise não se estenda além do necessário e ultrapasse os objetivos deste trabalho, citaremos um exemplo de cada um dos processos apontados por Perpétua na edição de Audálio e comentaremos esse texto a partir de uma interpretação própria

---

<sup>424</sup> Perpétua explica em seu livro que parte dos manuscritos que deram origem à edição original de QD haviam se perdido, como aqueles que relatavam os acontecimentos do ano de 1955. Cf. Elzira Divina Perpétua, op. cit., p. 145.

sobre eles, tentando mostrar, quando for o caso, o que consideramos alguns equívocos da pesquisadora no que tange à visão que ela tem sobre essas ações de Dantas.

Em relação aos acréscimos, Perpétua admite que alguns favorecem o entendimento dos escritos de Carolina<sup>425</sup>, observando, contudo, que a maior parte de tais acréscimos foram utilizados para construir a coerência de um texto que teve muitas de suas partes suprimidas. Reconhecendo que esse é o procedimento que menos altera os escritos carolinianos por parte de Audálio, a analista, porém, observa que alguns acréscimos alteram o sentido do discurso da autora de QD, deixando implícita a ideia de que o editor, nesses casos, quis intensificar as privações alimentares de Carolina. Indicando os acréscimos de Dantas através dos sinais gráficos de inclusão <>, observa a pesquisadora:

Às vezes, o acréscimo intervém na mudança de sentido do discurso, como no registro de 20 de maio de 1958 – “e o meu filho João José disse-me: pôis é. A senhora disse-me que não ia comer <mais> as coisas do lixo” –, em que o advérbio “mais” altera o sentido da frase, que agora passa a significar que Carolina já comia as coisas do lixo; sem o advérbio, perder-se-ia a noção de recorrência e ela estaria inaugurando o ato de comer alimentos encontrados nas lixeiras (PERPÉTUA, 2014, p. 155).

A partir desse primeiro exemplo, já podemos entender que é necessário ler os julgamentos de Perpétua sobre a edição de Audálio com cuidado e senso crítico, pois a pesquisadora, no trecho em foco, não aventa a possibilidade de o editor de QD conhecer esse aspecto da vida de Carolina de Jesus – de resto, fácil de deduzir, dada a situação social de penúria em que ela vivia – e apenas ter acrescentado o advérbio “mais” no texto que preparava para explicitar o fato de que Carolina e seus filhos precisavam, muitas vezes, recorrer ao lixo para se alimentar – tornando o texto dela *mais*, e não menos, *fiel à realidade concreta*. Excluída essa possibilidade, resta a leitura unívoca de que Dantas buscava reforçar o aspecto de miserabilidade da vida de Carolina e seus filhos – o que, gostaríamos de defender, também seria uma opção editorial inteligente, apesar de passível de debate<sup>426</sup>.

Já no caso das substituições, Perpétua observa que Audálio Dantas as utiliza com o intuito de dar “verossimilhança” à figura da autora de QD que ele está construindo, perseguindo, dessa forma, a “adequação de uma imagem de Carolina à sua condição social” (PERPÉTUA, 2014, p. 156). Dois exemplos dados pela pesquisadora são ilustrativos desse processo, que ela

<sup>425</sup> Cf. Elzira Divina Perpétua, op. cit., p. 154.

<sup>426</sup> Voltaremos a esse ponto adiante.

vê como negativo e artificial. O primeiro diz respeito a uma passagem dos diários em que Carolina comenta sobre um desastre de trem envolvendo trabalhadores, em que a analista aponta as seguintes modificações feitas pelo editor, indicando o texto original da escritora pelo uso do itálico e de colchetes [ ]:

Um exemplo é o que ocorre em 5 de junho de 1959, com três substituições sequenciais: “Ouvi [o rádio divulgando] <no rádio> o desastre da central De manhã o José Carlos disse que [“tem”] <tinha> vontade de ver um encontro de trens. Eu disse-lhe: Não pense nisto. [pobre operário] <coitados dos operários>!” Na primeira substituição, houve uma mudança de registro na utilização da linguagem coloquial em lugar da expressão utilizada por Carolina; a segunda substituição, do presente pelo pretérito imperfeito, malgrado a adequação do tempo verbal ao da oração principal, retira a transcendência do presente narrativo no discurso indireto; por último, a substituição de uma expressão do singular pelo plural pode evidenciar uma transformação de um sentimento individual em consciência de classe (PERPÉTUA, 2014, p. 156).

Aqui, mais uma vez, é possível identificar diversos problemas presentes na avaliação de Perpétua sobre as substituições operadas por Dantas. No primeiro caso colocado por ela – a substituição da oração “o radio divulgando” pela locução adverbial “no radio” – podemos realizar a leitura de que Audálio buscava, não o “empobrecimento” da linguagem de Carolina para gerar um tipo de adequação à sua imagem de miserável, como defende a analista; mas a tentativa de sintonizar a linguagem da autora de QD às conquistas formais e estéticas realizadas pelo Modernismo, desde sua primeira fase, que, àquela altura, já haviam se disseminado por toda a produção literária nacional como algo intrínseco. Lembremos, utilizando as reflexões do crítico Antonio Candido, qual a natureza dessas conquistas do movimento modernista:

A sua contribuição fundamental foi a defesa da liberdade de criação e experimentação, começando por atacar a estética acadêmica, encarnada sobretudo na poesia e na prosa oratória, mecanizadas nas formas endurecidas que serviam para petrificar a expressão a serviço das ideias mais convencionais. Para isso, os modernistas valorizaram na poesia os temas cotidianos *tratados com prosaísmo e quebraram a hierarquia dos vocábulos*, adotando as *expressões coloquiais mais singelas*, mesmo vulgares, para *desqualificar a solenidade ou a elegância afetada*. Neste sentido, combateram a mania gramatical e pregaram o uso da língua segundo as características diferenciais do Brasil, incorporando o vocabulário e a sintaxe irregular de um país onde as raças e as culturas se misturam (CANDIDO, 2013, p. 87-88. Grifos nossos).

Ora, como homem que vivia da palavra escrita – e, portanto, informado sobre o que se passava no mundo letrado ao seu redor – Audálio Dantas sabia que a linguagem utilizada em muitos trechos dos diários de Carolina de Jesus, tributária que era do Romantismo e, portanto,

do academicismo, precisava de algumas adequações para que pudesse acompanhar o ritmo do tempo e não causar ainda mais estranheza do que já estava destinada a causar. Podem ser assim explicadas, em nosso ponto de vista, muitas das substituições de Dantas de expressões mais afetadas de Carolina por uma linguagem mais direta, singela e popular. Perpétua, no entanto, sequer cogita essa possibilidade. No caso da substituição do tempo verbal presente em “tem” pelo pretérito imperfeito “tinha”, é a própria analista que reconhece “a adequação do tempo verbal ao da oração principal” e, portanto, o que poderia ser uma simples correção relativa à concordância torna-se, na perspectiva da pesquisadora, uma deturpação dos manuscritos originais de QD. Por fim, em relação à substituição do singular pelo plural feita por Audálio no último período do texto citado por Perpétua (“pobre operário” por “coitados dos operários”), é fácil deduzir que o editor podia ter em mente aqui uma operação de tipo *metonímica*, em que a palavra “operário” poderia remeter ao conjunto dos operários ou “à classe trabalhadora”, sem que isso pudesse ser compreendido como uma arbitrariedade editorial ou a tentativa de atribuir a Carolina uma falsa “consciência de classe”<sup>427</sup>, como sugere Perpétua.

Ainda no que diz respeito às substituições, Perpétua observa que, em alguns casos, elas são utilizadas pela necessidade de criar, por parte de Dantas, uma “imagem positiva da personagem” Carolina de Jesus. Para ilustrar essa afirmação, a analista utiliza um registro do dia 8 de julho de 1958 presente nos manuscritos de Carolina, em que é narrado um episódio triste envolvendo o filho mais velho da escritora, e o compara com o texto publicado em QD:

quando cheguei na favela uma senhora estava esperando-me. Disse-me que o João havia machucado a sua filha. [Eu disse-lhe, para levar a menina no médico que eu pagava os curativos. Ela disse-me não ter dinheiro. Eu vou buscar o resto das madeiras e volto já.] Ela disse-me que o meu filho tentou violentar a sua filha de 2 anos, e que ela ia dar parte no juiz. Se ele fez isto, quem ha de interna-lo sou eu. [chamei] <Chorei>. [– Ele respondeu-me.] [perguntei: ele disse-me que foi o Tonico.] (PERPÉTUA, 2014, p. 157).

Na leitura que a pesquisadora faz desse confronto de versões, ela chega à seguinte conclusão, reforçando o caráter de *construto* da imagem de Carolina de Jesus que Dantas pretende publicizar em QD: “Ocorre que a substituição (...) atende à exigência da construção de uma imagem positiva da personagem, na medida em que o verbo ‘chorar’ delega a

---

<sup>427</sup> Consciência de classe, aliás, que a escritora não apenas possuía, como também é o *elemento essencial* de sua literatura, conforme buscaremos demonstrar adiante.

sensibilidade que deveria acompanhar a recepção de notícia tão desoladora, portanto, um recurso útil na composição da personagem" (PERPÉTUA, 2014, p. 157).

Aceita, neste caso, a correção das observações de Perpétua sobre tal substituição operada pelo editor de QD, pode ser colocada a seguinte pergunta: haveria a possibilidade de a construção de uma imagem positiva de Carolina Maria de Jesus ser, para além de um capricho e de um cálculo editorial e mercadológico, uma *necessidade exigida pela conjuntura histórica brasileira* naquele momento? Será que em uma sociedade tão profundamente marcada pela herança racista da escravidão e por uma aguda divisão de classes – hoje ainda e muito mais nos anos 1960 – a intervenção no tipo de imagem que uma escritora negra e periférica poderia difundir entre o público leitor da época não seria uma condição *sine qua non* para que seus escritos pudessem ser aceitos, compreendidos e levados a sério? Será que esse procedimento editorial de Audálio Dantas não pode também ser entendido, para além de uma decisão subjetiva e unilateral, como um *recurso incontornável* ante um sistema literário que tem até hoje enorme dificuldade de absorver e consagrar a produção intelectual de determinados grupos estigmatizados?

Para responder a essas indagações, gostaríamos de evocar o exemplo de uma personagem, contemporânea de Carolina Maria de Jesus, que apresentava características raciais e sociais muito próximas a autora de QD e que também alcançou, guardadas as devidas proporções, uma relativa fama – sobretudo, em Minas Gerais, seu estado natal. Trata-se de Zulmira Pereira da Silva, mais conhecida como “Mamãe Zulmira”, filantropa que dedicou a vida a cuidar dos miseráveis e desvalidos da cidade de Governador Valadares. Em 9 de dezembro de 1961, a revista *O Cruzeiro* publica uma reportagem sobre ela, destacando seu trabalho assistencial e sua caridade. Uma breve análise dessa matéria basta para explicitar que tipo de estereótipos uma figura como essa – em muitos aspectos parecida, como já dissemos, a Carolina – despertava no imaginário social da época. Com o título “Dona Zulmira: guardiã dos pobres”, a reportagem, escrita por José Franco, reúne um espantoso repertório de preconceitos flagrantes para o olhar contemporâneo. Eis o seu parágrafo inicial:

Tem jeito de Mãe Preta. E, na verdade, em Governador Valadares (MG), todos a chamam de “Mamãe Zulmira”. Ela é Dona Zulmira Pereira da Silva, tem 64 anos, é preta e gorda. Num documento em que fosse necessário dizer em que é que ela

emprega o seu tempo, só se poderia escrever: exerce a caridade.<sup>428</sup>

As referências à cor de sua pele e à sua compleição física pelo autor da reportagem (“é preta e gorda”), como podemos depreender, exercem a função semântica de configurar um dos estereótipos raciais mais persistentes do passado escravocrata brasileiro, a “Mãe Preta” (como se refere a ela o jornalista), escravizada – que, frequentemente, recebia a alforria, mas continuava a morar com os seus senhores – responsável pelos trabalhos domésticos e pela criação dos filhos da Casa Grande no período pré-abolição<sup>429</sup>. Continua o autor da matéria, alguns parágrafos adiante:

Hoje a bondosa preta de Governador Valadares ampliou o seu trabalho. A sua casa, que era abrigo dos que iam morrer sem abrigo, passou a ser um lugar de recolhimento de doentes que não têm onde ficar. A tenacidade de sua fé conseguiu fazer com que ela, sem dinheiro, desse amparo e conforto a quase trezentas pessoas, entre velhinhos, velhinhos e crianças desamparadas... Por toda parte, atulhando as salas e os quartos de sua casa mineira, há camas para os “pobrezzinhos”. E quando um morre, morre como uma pessoa humana. Nunca um bicho a morrer na rua.<sup>430</sup>

No trecho acima, a descrição laudatória das ações humanitárias de Zulmira da Silva serve, mais uma vez, para explicitar as “qualidades morais” necessárias à adequação da personagem à figura da “Mãe Preta” – no caso, a “fé” e a abnegação de Zulmira. O tom piegas adotado pelo jornalista não consegue ocultar, contudo, o profundo racismo que esteia o seu texto. Esse racismo é completamente exposto, no parágrafo seguinte, na referência positiva que o autor faz ao período da escravidão:

Foi esse o voto que Dona Zulmira Pereira da Silva fez há 26 anos. E é um voto que ela vem cumprindo até hoje. Com a dedicação das Mães Pretas com que Dona Zulmira se parece. *As bondosas Mães Pretas dos tempos coloniais*, que faziam do amor a sua forma de auto-afirmação na vida.<sup>431</sup>

<sup>428</sup> José Franco, “Dona Zulmira: guardiã dos pobres”, revista *O Cruzeiro*, 9 de dezembro de 1961, p. 57.

<sup>429</sup> Essa figura é descrita por Gilberto Freyre em *Casa-grande & Senzala*, especialmente na quarta parte do livro: “Quanto às mães-pretas, referem as tradições o lugar verdadeiramente de honra que ficavam ocupando no seio das famílias patriarcais. Alforriadas, arredondavam-se quase sempre em *pretalhonas enormes*. (...) É natural que essa promoção de indivíduos da senzala à casa-grande, para o serviço doméstico mais fino, se fizesse atendendo a *qualidades físicas e morais*; e não à toa e desleixadamente. A negra ou mulata para dar de mamar a nhônhô, para niná-lo, preparar-lhe a comida e o banho morno, cuidar-lhe da roupa, contar-lhe histórias, às vezes para substituir-lhe a própria mãe – é natural que fosse escolhida entre as melhores escravas da senzala. Dentre as mais limpas, mais bonitas, mais fortes”. Ver: FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & Senzala* – formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 34 ed. Rio de Janeiro: Record, 1998. p. 352.

<sup>430</sup> José Franco, op. cit., p. 57. Grifos nossos.

<sup>431</sup> Idem.

Não estamos falando de um texto do século XVIII ou do XIX, mas de 1961, escrito por um formador de opinião e, portanto, um homem letrado. Esse era, pois, o imaginário social com que Carolina Maria de Jesus teria de se confrontar, ao lançar *Quarto de despejo*. Ao procurar aliviar o texto dela de algumas passagens e expressões passíveis de polêmica, Audálio Dantas poderia estar simplesmente buscando uma forma de construir para os diários que editava uma recepção que contornasse o profundo racismo da sociedade brasileira da época, que já atribuía, de antemão – como vimos na reportagem sobre Zulmira – uma imagem extremamente negativa e estereotipada a pessoas como Carolina.

Finalmente, dando continuidade à sua análise, Perpétua foca nas supressões realizadas por Audálio Dantas, que, segundo ela, são as responsáveis pelas mudanças mais graves nos textos de Carolina de Jesus. São através delas, enfatiza a analista, que o editor de QD procura interferir de forma mais decisiva na construção de uma determinada imagem da autora-personagem-narradora. Elabora a pesquisadora:

As transformações mais comprometedoras no que tange à construção de uma imagem da narradora de Quarto de despejo na transposição do manuscrito para o livro referem-se às supressões, que acabam por subtrair informações importantes à coerência do discurso de Carolina e sobretudo à construção de sua imagem. Além das supressões que ocorrem pela intenção de composição da personagem, algumas parecem não obedecer a um fim prefixado. Em ambos os casos, com ou sem finalidade determinada, muitas dessas supressões parecem ter efeito desestruturante com relação à montagem do texto final (PERPÉTUA, 2014, p. 158).

Quanto à intencionalidade por trás dessas supressões, Perpétua identifica *cinco objetivos principais*: a) extrair a eventual “tonalidade agressiva” presente nos registros do dia a dia da narradora; b) ocultar os conhecimentos intelectuais de Carolina, aproximando-a mais estreitamente de uma imagem “popular”; c) evitar “interpretações indesejáveis” sobre a autora; d) atribuir uma dimensão coletiva aos registros de Carolina; e e) radicalizar a separação entre as classes sociais em QD<sup>432</sup>. Antes de nos determos nesses objetivos da edição de Audálio apontados pela pesquisadora, gostaríamos de fazer uma colocação necessária sobre as supressões de passagens dos diários de Carolina. E, para isso, utilizaremos os próprios escritos de Perpétua, quando esta registra:

---

<sup>432</sup> Cf. Elzira Divina Perpétua, op. cit., p. 160 a 164.

Das três modalidades de alteração observadas no cotejo do livro com o manuscrito – acréscimos, substituições e supressões – as mais frequentes são as supressões, que vão desde a omissão de partículas como pronomes, até vocábulos, orações, parágrafos, páginas que registram dias inteiros, semanas, meses, e podem abranger um caderno inteiro, como é o caso do caderno 21, *com 400 páginas manuscritas inéditas*. Não há caderno que tenha sido publicado integralmente. Com relação a *Quarto de despejo*, a tendência observada é a de restringir cada vez mais os trechos para publicação, à proporção que os cadernos se acumulam – os 100 dias registrados nos cadernos 1 e 2, juntos, preenchem 75 páginas de *Quarto de despejo*, a metade do diário de 1958 e 1959; a outra metade está distribuída entre os 20 cadernos que cobrem os 16 meses restantes (PERPÉTUA, 2014, p. 150. Grifos nossos).

Façamos um cálculo simples: se um único caderno tinha 400 páginas manuscritas e se 75 páginas são apenas a metade dos cem dias registrados no diário de 1958 e 1959 (que teria, portanto, mais de 150 páginas, cobrindo pouco mais de três meses) e se tais escritos, por sua vez, deveriam ser somados aos 20 cadernos restantes, que cobririam o período de 16 meses, podemos deduzir, facilmente, que Audálio Dantas estava lidando com um volume de escritos de mais de 1000 páginas manuscritas. Diante disso, cremos ser razoável pensar que boa parte das supressões realizadas por Dantas seriam não apenas necessárias, mas *incontornáveis* – ou é correto acreditar que alguma editora financiaria a publicação de um livro com essa quantidade exorbitante de páginas de uma – é preciso lembrar – *estreante no mundo literário, quase que completamente anônima*, em termos nacionais, antes do lançamento de QD, negra, vinda de uma realidade social como a da favela e sem dominar os códigos literários eruditos? Do ponto de vista puramente mercadológico, isso não faria nenhum sentido, pois consistiria em um risco editorial muito grande, caso o livro não vendesse<sup>433</sup>.

Posto isso, passemos aos cinco objetivos indicados por Perpétua no trabalho editorial de Dantas. No que diz respeito aos pontos “a” e “c” (retirar a potencial agressividade dos escritos da autora e inviabilizar interpretações polêmicas sobre ela), podemos perceber a tentativa de Dantas, já ponderada por nós, de criar uma imagem positiva de Carolina Maria de Jesus. Observemos, portanto, os outros pontos da lista, começando pelo “b” (encobrir os conhecimentos livrescos de Carolina, para aproximá-la do “povo”). Perpétua usa, para

---

<sup>433</sup> Para que possamos perceber a necessidade da retirada de um grande volume de escritos de Carolina, do ponto de vista da viabilidade editorial e mercadológica, para a publicação de QD em 1960, basta olharmos as recentes edições, pela Companhia das Letras, de *Casa de alvenaria*, obra que precisou ser dividida em dois volumes os quais somam, juntos, mais de 700 páginas. Além disso, é preciso entender que QD seria um produto mais caro e menos convidativo à leitura.

exemplificar essa intenção de Audálio, o seguinte cotejamento:

Quando eu comecei escrever ouvi vozes alteradas. Faz tanto tempo que não ha briga na favela. [Uns 15 dias pensei até que os favelados estavam lendo Socrates. O homem que não gostava de polemica. Ele dizia: que pode se realizar uma Assembleia e resolver os problemas com palavras.] Era a Odete e o seu espôso que estão separadós. Brigavam porque ele trouxe outra mulher no carro que êle trabalha (PERPÉTUA, 2014, p. 161).

Após confrontar os textos de Carolina e Audálio, a pesquisadora então comenta, sem esconder o tom de crítica ao trabalho editorial de Dantas:

Note-se que o texto suprimido expõe uma face peculiar de Carolina de Jesus: o conhecimento filosófico e a reflexão sobre o valor da palavra que ela demonstra denotam uma formação intelectual inesperada. Há, portanto, um apagamento da excepcionalidade de Carolina, do qual se obtém o estereótipo da favelada com escolaridade incompleta. Na composição estereotipada, a única excepcionalidade admitida em Carolina será quase que apenas em relação à sua capacidade de denunciar, pela escrita, as agruras dos miseráveis e de descrever a vida na favela e, por isso, será erigida em porta-voz da coletividade onde vivia. As demonstrações de conhecimento e reflexão estão fora desse parâmetro e, portanto, do perfil que *Quarto de despejo* pretende traçar (PERPÉTUA, 2014, p. 161).

Na leitura da pesquisadora, portanto, o editor de QD oculta os conhecimentos intelectuais de Carolina por ter em mente o estereótipo de que os favelados são ignorantes; logo, sendo Carolina uma deles, deve ser retratada como tal. A falta de nuances da análise de Perpétua neste ponto causa espanto. Em divergência dessa atitude, podemos fazer, em primeiro lugar, uma pergunta simples: este estereótipo dos favelados era de Audálio Dantas ou era antes *do público leitor a que QD seria destinado*? Para justificar essa dúvida, devemos invocar, mais uma vez, o nome de Wilson Martins, renomado crítico literário que, em 1993, como já trouxemos neste trabalho, defendeu, em artigo de jornal, que QD era uma “mistificação literária” – ou seja, um embuste editorial completamente fabricado por Audálio<sup>434</sup>. Lembremos dos argumentos utilizados por Martins para justificar sua tese, pondo em foco suas observações sobre o vocabulário utilizado por Carolina:

é, estilisticamente, uma preciosa. De manhã, não se levanta, mas “deixa o leito”; ao abrir a janela, nota que o sol está “galgando”, enquanto os pardais se entregam à sua “sinfonia matinal”; o povo da favela é a “turba” e lavar o rosto é “abluir-se”; os vizinhos usam “palavras de baixo calão”; uma mulher grávida “está gestante”; a sua própria existência é uma “vida infesta”, e assim por diante. Tudo indica que a

<sup>434</sup> Ver, no presente trabalho, o nosso tópico sobre a edição de QD de 1993.

edição de Audálio Dantas foi muito além da “excessiva presença” que admite na preparação do texto. Cortes, seleções, vocabulário e, até, penso eu, notações inteiras, sugerem que é tempo de lhe restituir a autoria do “diário de uma favelada”<sup>435</sup>.

Como podemos perceber pelas palavras do crítico, portanto, se Audálio pretendia esconder a intelectualidade de Carolina deveria ter feito um trabalho com mais esmero. Além disso, o texto de Wilson Martins, lançado trinta anos após a publicação de QD, também traz à tona uma antiga suspeita sobre o famoso diário da escritora mineira: a de que seu autor era, na verdade, Audálio Dantas. O descobridor dos diários de Carolina teve de lidar com esse tipo de suspeição desde as primeiras reportagens que fez sobre ela. Como ele relata em seu livro de memórias, o já citado *Tempo de reportagem*, sobre a matéria em que apresentara Carolina no jornal *Folha da noite*:

O sucesso da reportagem crescia, para o bem e para o mal. Até alguns colegas diziam, meio de brincadeira: – Rapaz, você teve um trabalhão para inventar o livro da negra! Um dia, na coluna que escrevia para o jornal *O Globo*, o poeta Manuel Bandeira pôs as coisas no lugar: ninguém, disse, seria capaz de “inventar” um texto como aquele de Carolina. Senti-me vingado (DANTAS, 2012, p. 19-20).

Diante do exposto, o raciocínio que queremos colocar é o seguinte: o preconceito presente nos setores letRADOS da época – de resto, amplamente registrado nos diários de Carolina de Jesus – foi o que levou Audálio Dantas, ciente desse fato, a retirar as passagens dos manuscritos em que Carolina cita autores e obras pertencentes à tradição erudita, visando a evitar que houvesse *ainda mais suspeitas* sobre a autoria dos diários. Pautou-se, portanto – diante da força das circunstâncias – pela verossimilhança na representação da autora-narradora-personagem Carolina Maria de Jesus. Sua decisão foi uma *necessidade histórica* e não apenas pessoal. Tal necessidade, porém, não impediu o editor de QD de deixar que permanecessem no livro passagens como esta, registrada no dia 21 de julho de 1955: “Quando cheguei em casa era 22,30. Liguei o radio. Tomei banho. Esquentei comida. *Li um pouco. Não sei dormir sem ler. Gosto de manusear um livro. O livro é a melhor invenção do homem*” (JESUS, 1960, p. 26. Grifos nossos). Há também uma importante referência ao poeta romântico Casimiro de Abreu que consta na edição original de QD, presente no registro do dia 19 de maio de 1958: “Toquei o carrinho e fui buscar mais papeis. A Vera ia sorrindo. E eu pensei no Casimiro de Abreu, que

---

<sup>435</sup> Wilson Martins, op. cit.

disse: ‘Ria criança. A vida é bela’. Só se a vida era boa naquele tempo. Porque agora a época está apropriada para dizer: ‘Chora criança. A vida é amarga’.” (JESUS, 1960, p. 36). Tais passagens, mantidas na edição de Audálio Dantas, claramente atestam a aproximação de Carolina de Jesus do mundo letrado. Se o editor de QD preferiu dar maior relevo a outros aspectos da escrita de Carolina em detrimento de suas referências livrescas foi, provavelmente, por perceber que havia temáticas mais urgentes nos diários da escritora mineira que deveriam ser destacadas. Temáticas que diferenciavam os escritos da autora de QD da literatura burguesa, tão saturada de citações eruditas.

Examinemos agora o ponto seguinte, “d”, das análises de Perpétua sobre as supressões de Dantas, aquele em que a pesquisadora afirma que tais supressões acontecem para dar uma “dimensão coletiva” aos registros do cotidiano da escritora mineira. Para ilustrar esse ponto de vista, a pesquisadora utiliza o seguinte confronto de versões dos diários:

A preocupação com o destino da comunidade favelada é esboçada no recorte dos manuscritos, como no dia 8 de agosto de 1958: “A favela é o quarto de despejo. E as autoridades ignoram [o] que tem [nos] quarto [s] de despejo [s].” A supressão do artigo, da preposição e do plural do termo determinado modifica a afirmativa, agravando a opinião de Carolina sobre a responsabilidade dos governantes: ela escreveu que as autoridades ignoram o que há dentro das favelas; no texto modificado, Carolina afirma que as autoridades ignoram que existem favelas. Essa distorção do significado primeiro dá às palavras publicadas um tom de denúncia de amplitude maior do que ocorreu no original, tornando-se parte do *marketing* que apresenta o diário como enunciado coletivo. O arranjo modifica o nível denotativo da expressão “Quarto de despejo”, contrariando o que Carolina apregoa constantemente sobre o histórico da favela do Canindé, cujo surgimento é atribuído ao plano de modificação urbana da cidade de São Paulo (PERPÉTUA, 2014, p. 163).

Antes de qualquer ponderação sobre o que coloca a analista em suas observações da edição de Audálio no ponto em foco, gostaríamos de propor a seguinte indagação: qual seria a leitura mais rica e complexa da expressão “quarto de despejo” – uma alcunha da favela do Canindé, onde Carolina vivia, ou uma metáfora para *todas* as favelas e periferias do Brasil e do mundo? Aqui as intervenções do editor ajudam ou atrapalham o texto de Carolina? Ainda sobre o ponto específico da dimensão coletiva dos escritos de Carolina de Jesus, Perpétua se refere a esse aspecto do trabalho editorial de Audálio Dantas como “*marketing*”, ou seja, a busca de um fim de tipo publicitário para QD. Será esse realmente o caso?

Para contrapormo-nos a essa interpretação, gostaríamos de mobilizar o instrumental teórico construído, desde o final século XIX, pela filosofia e a crítica literária marxistas.

Partindo das próprias reflexões de Karl Marx e Frederich Engels sobre o fenômeno literário, diversos teóricos buscaram defender, ao longo dos anos, a dimensão histórica coletiva da literatura como o seu valor fundamental. Nesse sentido, sintetiza Terry Eagleton, em seu livro *Marxismo e crítica literária* (2001, p. 104-105): “qualquer arte isolada dos movimentos marcantes de sua época, separada em algum sentido daquilo que é historicamente central, relega-se a um status inferior”. Na tradição marxista, os aspectos individuais e subjetivos da criação literária – sem dúvida importantes e imprescindíveis para a compreensão de qualquer autor – não são vistos como os mais decisivos para o julgamento do valor estético de uma obra, já que é daquilo que expressa de comum entre os seres humanos de uma determinada realidade e época que a literatura tira a sua legitimidade enquanto arte. Essa perspectiva é defendida, entre outros, por Leon Trotsky:

Dizem que o escritor começa onde se inicia sua individualidade, e que, em consequência, a fonte de sua criação é unicamente sua alma, e não sua classe. É verdade que sem a individualidade não pode haver escritor. Mas se a individualidade do poeta – e somente ela – se revela na sua obra, que objetivo teria então a interpretação da arte? (TROTSKI, 2007, p. 65).

O aspecto social, coletivo, portanto, tem primazia sobre os demais aspectos – repetimos, significativos e incontornáveis – na produção literária de qualquer escritor. E isso porque a própria literatura nasce, não de impulsos e aspirações individuais, mas do desenvolvimento histórico geral da humanidade. A literatura participaria, assim, do esforço humano geral para a compreensão do mundo e de si mesma. É o que explica o filósofo marxista húngaro Gyorgy Lukács:

A gênese e o desenvolvimento da literatura são parte do processo histórico geral da sociedade. A essência e o valor estético das obras literárias, bem como a influência exercida por elas, constituem parte daquele processo social geral e unitário mediante o qual o homem se apropria do mundo por meio de sua consciência (LUKÁCS, 2011, p. 89).

Diante dessas considerações, é possível pôr em questão as afirmações e julgamentos de Elzira Perpétua sobre o intuito “publicitário” de Audálio Dantas ao interferir no texto de Carolina. O editor de QD tinha em mente simplesmente o sucesso comercial do livro ou buscava, pelo contrário, fortalecer o valor estético dos escritos de Carolina através da acentuação dos aspectos sociais que tais escritos continham em potencial, relacionando a figura e os temas da

escritora mineira às questões candentes de seu tempo e conferindo-lhe, assim, uma legitimidade histórica ainda maior do que poderia ter alcançado se os aspectos particulares, subjetivos de Carolina – os quais não foram subtraídos, em uma visão geral, como as críticas de Wilson Martins demonstraram – tivessem adquirido o primeiro plano? Nossa opção é, decididamente, pelo segundo ponto de vista.

Por fim, devemos analisar o último ponto observado por Perpétua sobre o sentido da edição de Audálio (ponto “e”), aquele em que a pesquisadora argumenta que o editor dos diários de Carolina suprime partes dos manuscritos para acentuar a separação entre as classes sociais em QD, tornando a representação da luta de classes mais dramática do que ela se apresentava na vida concreta de Carolina e no material original da escritora. Procurando demonstrar esse ponto, Perpétua usa como exemplo a relação da personagem Carolina Maria de Jesus com uma vizinha de fora da favela, Dona Julita, quase que completamente excluída da versão final do livro. Diz Perpétua:

Uma das personagens mais presentes à narração da diarista é Dona Julita, que aparece com frequência em várias situações: dela Carolina recebia, além de comida e roupas, o pagamento por trabalhos de faxina doméstica, bem como presentes, atenção e palavras de afeto, pelo que a escritora se referia a ela como “amiga” e “minha irmã branca”. Dona Julita aparecerá na memória de Carolina ainda durante muito tempo depois de não mais serem vizinhas, como também na memória dos filhos, como uma das raras lembranças agradáveis daqueles anos na favela. O relacionamento entre Carolina e Dona Julita será quase que totalmente apagado no livro e é proporcional, na maioria das vezes, à restrição que é feita ao acesso de Carolina a uma alimentação regular para a qual contribui quase que diariamente a amiga habitante da alvenaria. O objetivo da supressão é introduzir uma separação entre classes sociais, que no manuscrito de Carolina não são tão impenetráveis quanto sugere o livro publicado, o que corrobora o recorte ideológico do editor. O que sobressai com essas supressões é o abismo entre os habitantes da *sala de visitas* ou da *alvenaria* e os do *Quarto de despejo* (PERPÉTUA, 2014, p. 164).

Se a análise de Perpétua aqui está correta e Audálio Dantas procurou enfatizar a separação entre os habitantes da favela e os da cidade – dramatizando ainda mais a luta de classes que subjaz à sociedade brasileira – a partir de determinado “recorte ideológico”, a pergunta que devemos fazer é a seguinte: o editor de QD operou aqui uma adulteração da “visão de mundo” que conforma os escritos de Carolina Maria de Jesus ou apenas entendeu que essa supressão era necessária para dar maior nitidez à *temática central* dos diários sobre os quais se debruçava? Ora, nesse ponto é preciso lembrar que Audálio não foi o primeiro a notar que a representação da realidade na literatura de Carolina de Jesus é *essencialmente dicotômica*.

Como afirma Carlos Vogt, em seu clássico ensaio sobre Carolina, *Trabalho, pobreza e trabalho intelectual*, já mencionado nesta pesquisa:

No mundo dicotômico de oposições estanques que *Quarto de Despejo* nos apresenta, a oposição cidade/favela subsume uma série de outras não menos importantes para se compreender a geografia que o livro desenha e a circulação das necessidades e dos desejos da autora-personagem em meio a seus acidentes. Luz e sombra, brancos e negros, riqueza e pobreza, céu e inferno, integrados e marginais, casa de alvenaria e barraco, luxo e lixo são alguns dos termos que as caracterizam. Entre eles não há vasos comunicantes e mesmo o trabalho, como dissemos, na sua forma primária de trabalho-sobrevivência, se permite o contacto dos opositos não o faz senão para reforçar sua separação (VOGT, 1983, p. 211).

À possível acusação de que esse “mundo dicotômico” em que não há “vasos comunicantes” tenha sido forjado por Audálio Dantas, podemos contrapor o restante da obra da própria Carolina de Jesus, em que tais oposições estruturais nunca estão ausentes. Lembremos, por exemplo, do primeiro texto da escritora publicado em jornal, o seu célebre poema “O colono e o fazendeiro”, ainda em 1940 – bem antes, obviamente, de qualquer contato com Audálio Dantas ou de qualquer outro mediador entre seus textos e o público. O poema é explícito em colocar, de um lado, o arbítrio sem freios dos poderosos e, do outro, o sofrimento e ausência de direitos dos oprimidos, em uma contundente figuração literária da luta de classes no campo:

Diz o brasileiro  
que acabou a escravidão.  
colono sua o ano inteiro  
e nunca tem um tostão.

Se o colono está doente  
é preciso trabalhar.  
Luta o pobre no sol quente  
e nada tem para guardar.  
(...)  
Nunca pode melhorar  
esta negra situação  
carne não pode comprar  
pra não dever ao patrão.  
(...)  
Passa o ano inteiro  
trabalhando – que grandeza!  
enriquece o fazendeiro  
e termina na pobreza.

Se o fazendeiro falar:  
– Não fique na minha fazenda  
colono tem que mudar

pois não há quem o defenda (JESUS, 1961, p. 92-93).

Um tipo de “carta de apresentação” da figura autoral que Carolina pretendia mostrar ao mundo, já que foi levado pela própria autora à redação do jornal *Folha da manhã*, o poema resume, a nosso ver, a temática fundamental de toda a obra da escritora: a *luta de classes* que atravessa a história e a sociedade brasileiras. Confrontemos, agora, esta primeira publicação de Carolina com a última obra que a escritora escreveu em vida, o romance autobiográfico *Um Brasil para os brasileiros*, publicado, como vimos, com o título de *Diário de Bitita*. Neste último livro, a brutal separação entre as classes sociais que marcaram a vida e as experiências da escritora mineira desde a sua mais tenra infância são tematizadas e colocadas em primeiro plano com uma força expressiva impressionantes. Como exemplo, basta que citemos uma única passagem desse livro:

Atualmente, eles fazem assim: dão as terras para os colonos plantarem; quando vai se aproximando a época da colheita, o fazendeiro expulsa o colono e fica com as plantações e não paga nada para o colono. O fazendeiro tem um atenuante: – As terras são minhas, eu pago imposto. Sou protegido pela lei. É um ladrão legalizado (JESUS, 1986, p. 140).

Em nosso ensaio *A luta de classes na obra de Carolina Maria de Jesus*, já referido aqui, procuramos mostrar como o antagonismo social histórico entre pobres e ricos, poderosos e subalternos, opressores e oprimidos é o pilar temático que sustenta toda a obra de Carolina, dos diários aos romances, passando pelas peças teatrais, os contos, os poemas, os provérbios e mesmo as suas letras de música<sup>436</sup>. Quando Audálio Dantas, portanto, conduz a sua edição de QD no sentido de ressaltar esse aspecto fundamental dos diários de Carolina Maria de Jesus não está promovendo uma distorção da interpretação que a autora tinha da sociedade brasileira, como entende Elzira Perpétua, mas se mantendo rigorosamente fiel a essa visão de mundo, que ele desde logo deve ter percebido como uma das forças estéticas dos diários que deram origem a QD. Mas não apenas isso: está também deixando ainda mais evidente a filiação de Carolina de Jesus à tradição dos grandes realistas da literatura mundial, para quem a denúncia da desumanização provocada pelo capitalismo era a força motriz da criação artística. A nosso ver, é nesse sentido que a ênfase na *denúncia*, tão criticada na edição de Audálio, deve ser entendida.

---

<sup>436</sup> Cf. Emanuel Régis Gomes Gonçalves, op. cit.

Isso porque, para pensadores como Lukács, por exemplo, a denúncia da degradação humana na sociedade capitalista é uma característica inextrincável do autêntico realismo em literatura:

o escritor que figura homens reais em colisões reais coloca-se espontaneamente, na maioria das vezes de modo inconsciente, em conflito com a sociedade capitalista – e desmascara, a partir de um ponto de vista determinado (ainda que, frequentemente, de modo inconsciente e espontâneo), a inumanidade desta sociedade. Se seguimos a evolução de significativos realistas, como Anatole France e Thomas Mann, podemos observar com proveito o processo desigual e contraditório pelo qual a revolta espontânea contra o capitalismo, produzida pela necessidade da criação literária, adquire paulatinamente consciência de si (LUKÁCS, 2010, p. 86-87).

Se, conforme defendemos, a literatura de Carolina Maria de Jesus é uma *poética do realismo*, preocupada em figurar “homens reais em colisões reais”, a denúncia, portanto, é um elemento fundamental de sua estética. Antes de concluir a nossa análise dos aspectos extremamente problemáticos da análise que faz Elzira Divina Perpétua do trabalho editorial de Audálio Dantas, gostaríamos de colocar ainda algumas questões que julgamos necessárias. A primeira diz respeito à imagem de Carolina Maria de Jesus que surge na edição original de QD. Segundo a pesquisadora em foco, essa imagem é produto de uma adulteração forjada pela “mão do editor”, que procurava ressaltar a dimensão coletiva e a denúncia nos diários da autora mineira – omitindo, dessa forma, o projeto individual de Carolina, que era construir uma carreira como escritora. É o que Perpétua defende como tese final de seu trabalho:

Além de voz da intimidade e porta-voz da coletividade, vemos que *Quarto de despejo* constitui um exercício de metalinguagem em que sua autora descreve algumas etapas de sua formação de escritora rumo à realização de um desejo, ainda que o recorte de Audálio Dantas buscassem privilegiar um outro aspecto sobre os demais. Assim, a leitura comparada do livro e seus manuscritos leva-nos a refletir a respeito da analogia registrada por Carolina nas páginas finais do diário publicado: “...a vida é igual um livro. Só depois de ter lido é que sabemos o que encerra.” (QD, p. 160) Depois de ler seu diário, sabemos o que encerra – mas não capturamos a imagem que Carolina produziu de si mesma nos manuscritos: complexa, multifacetada, proteiforme e até contraditória (PERPÉTUA, 2014, p. 261).

Visando a entender por que Audálio optou por destacar os aspectos coletivos e não o projeto individual de Carolina de ser escritora, vamos refletir agora sobre um episódio recente envolvendo o nome da autora mineira. Em 2017, a Academia Carioca de Letras organizou uma homenagem à Carolina Maria de Jesus e convidou o crítico literário Ivan Cavalcanti Proença para discursar no evento. A homenagem, porém, se transformou em constrangimento e polêmica

quando o eminente intelectual negou a QD o *status* de literatura, objetando que o famoso diário de Carolina deveria ser visto como “o relato natural e espontâneo de uma pessoa que não tinha condições de existir por completo”, gerando protestos da escritora negra Elisa Lucinda, pressente no evento<sup>437</sup>. Esse acontecimento é simbólico em vários sentidos. Em primeiro lugar, revela que a escrita de Carolina ainda é capaz de gerar questionamentos sobre a sua natureza literária na crítica tradicional<sup>438</sup>, mesmo em nossos dias. O episódio explicita também, no contraponto de Lucinda, a certeza que a intelectualidade negra, sobretudo a feminina, tem do valor estético da produção literária de Carolina de Jesus, fruto dos avanços políticos e sociais das décadas recentes e do novo público leitor negro e acadêmico daí advindo. Pois bem, esse cenário de avanços era completamente inexistente quando Audálio Dantas editou e ajudou a publicar QD. A literatura negra nem de longe dispunha do mesmo espaço e considerável prestígio que detém em nosso sistema literário na atualidade<sup>439</sup>. Diante disso, é possível compreender por que Audálio Dantas concentrou todos os seus esforços na publicação e divulgação dos escritos diarísticos de Carolina, rejeitando os demais. Sem dispor desse cenário favorável e vivendo em uma época histórica completamente diferente da nossa, Dantas não enxergava – e não tinha como enxergar – o valor literário dos escritos de Carolina em outros gêneros. Na realidade, o fato de ter visto valor em escritos tão destoantes da tradição intelectual em que fora formado pode ser considerado um *triunfo da sensibilidade* sobre os fatores históricos. Mesmo com a desvantagem do tempo, ele enxergou além de Ivan Cavalcanti Proença. Isso explica também o fato de Dantas se referir à produção literária de Carolina de Jesus em outros gêneros sempre com aspas e que tenha aconselhado a escritora a guardar as “poesias” e o “contos” e “romances” dela no final do prefácio de *Casa de alvenaria*. Algo que seus críticos atuais – com os olhos embotados pelo mais chocante anacronismo<sup>440</sup> – aparentemente não conseguem perceber.

<sup>437</sup> Cf. Ivan Longo, “Professor branco diz que obra de Carolina Maria de Jesus não é literatura e provoca embate no RJ”, *Revista Fórum*, Santos, 20 de abril de 2017. Home Cultura. Disponível em: <https://revistaforum.com.br/cultura/2017/4/20/professor-branco-diz-que-obra-de-carolina-maria-de-jesus-nao-literatura-provoca-embate-no-rj-20504.html>. Acesso em: 10/4/2024.

<sup>438</sup> Como já havia acontecido com as críticas de Marilene Felinto, mais de vinte anos atrás.

<sup>439</sup> O único autor negro contemporâneo de Carolina Maria de Jesus que conseguiu desfrutar de algum prestígio e notoriedade – guardadas as devidas proporções – foi o poeta Solano Trindade. Ainda assim, contudo, a partir de uma literatura firmemente consciente da tradição literária moderna, o que não era o caso da autora de QD.

<sup>440</sup> Ou, em alguns casos, pela má-fé.

Outro aspecto da questão que tais críticos não conseguem enxergar é que, quando eles falam que Audálio distorceu a imagem “verdadeira” de Carolina Maria de Jesus, não levam em conta que têm em mente a escritora consagrada pela história, conhecida no Brasil e no exterior – e não a anônima obscura que tentava publicar sem sucesso seus escritos há vários anos. O que queremos dizer é que a ideia de que Dantas forjou uma imagem artificial para Carolina se fundamenta em determinado ponto de vista. De outro ponto de vista, é possível afirmar que Audálio não teria podido elaborar uma imagem *deturpada* de Carolina, pois – para o grande público – ela *não possuía imagem nenhuma*. Com o imenso volume de material que tinha em mãos, Audálio teve de fazer escolhas editoriais corretas e eficazes, pois o fracasso editorial de QD poderia significar não apenas o fim do sonho de Carolina de Jesus de ver publicado um livro seu, mas o retorno sem remissão dela à sua vida anônima de catadora na favela do Canindé. Audálio escolheu o material que considerou mais forte e, trabalhando com afinco e sensibilidade em cima dele, procurando sintonizá-lo ao máximo com o momento histórico, acertou plenamente em suas escolhas. E não somente do ponto de vista comercial, mas também estético – já que QD atravessa gerações de leitores como uma das obras mais importantes da literatura brasileira, que tornou sua autora internacionalmente famosa. O trabalho de Audálio Dantas na preparação de QD foi, portanto – é preciso que se diga com todas as letras – uma legítima *façanha editorial*.

Aliás, é curioso que os mesmos críticos que querem reivindicar para QD o *status* incontestável de literatura – que o livro, de fato, possui – se apeguem de forma tão renhida às mudanças operadas por Audálio no texto de Carolina. Mesmo proscrevendo a leitura puramente “sociológica” do famoso diário da escritora mineira, é exatamente essa leitura que tais críticos parecem defender para a obra, já que o que condenam nos “acréscimos”, “substituições” e “supressões” feitos pelo editor de QD é, principalmente, a falta de uma *fidelidade social absoluta* na representação da figura de Carolina, criticando o fato de a obra se desvincular da existência real-concreta de sua autora. Se um dos principais materiais da literatura é a imaginação, como defendia Aristóteles desde a Antiguidade, por que as intervenções de Dantas não poderiam, em última instância, inventar uma imagem completamente diferente do que era Carolina Maria de Jesus na “vida real”?

Por fim, convém observar que Carolina criticou, em diferentes ocasiões e por motivos

diversos, Audálio Dantas<sup>441</sup> – mas nunca pelo trabalho editorial que ele realizou em QD. Há, inclusive, uma interessante passagem na edição original de *Casa de alvenaria* em que Audálio submete o seu texto como prefaciador a Carolina:

O repórter disse que fez o prefácio do livro [*Quarto de despejo*].

– Deixe eu ler.

Ele deu-me. Li. Está de acordo com as narrações do livro. O prefácio agrada (JESUS, 1961, p. 27).

Tal trecho mostra que as críticas ao que Audálio Dantas fez como editor nascem de um incômodo dos intérpretes e exegetas da escritora e não dela própria, que jamais se manifestou nesse sentido.

Tratemos agora da segunda fonte teórica dos críticos de Audálio, que acrescenta o elemento racial às teses sobre o trabalho do editor de Carolina defendidas por Elzira Divina Perpétua: a Coleção Feminismos Plurais. Surgida em 2016, com a publicação do livro *O que é lugar de fala?*, de Djamila Ribeiro, pela editora Letramento. O que podemos dizer, em linhas gerais, é que essa coleção forneceu todo um instrumental teórico e um vocabulário específico para a percepção da questão racial no Brasil na contemporaneidade. Com livros em formato de bolso, baratos e voltados para o atendimento do grande número de estudantes negros que conseguiu entrar nas universidades a partir de uma série de medidas governamentais, como vimos, caiu no gosto do público acadêmico e pulverizou conceitos como “lugar de falar” e “racismo estrutural”, que passaram a ter presença constante no debate público brasileiro. Abraçada pela grande mídia (emissoras de TV, jornais, revistas etc.), Djamila Ribeiro tornou-se uma figura conhecida no país e referência intelectual para uma enorme parcela de estudantes, sobretudo mulheres negras, na academia.

Em termos ideológicos, porém, a Coleção Feminismos Plurais molda-se a partir de ideais e discursos liberais e reformistas, em que o conceito de “representatividade” adquire maior relevância que as lutas políticas concretas entre as classes socialmente antagônicas, difundindo a perspectiva central de que a opressão que os negros vivem no Brasil é fundamentalmente racial, podendo ser abolida com medidas governamentais pontuais e com a conscientização espontânea dos “brancos”, que deveriam abrir mão dos privilégios que

---

<sup>441</sup> Assim como, lembremos, também criticou as mulheres, os nordestinos, os políticos, os próprios filhos etc.

desfrutam por sua “branquitude” em nome de uma maior harmonia social.

Focalizando seus debates no tensionamento entre as raças, ou seja, na divisão e na diferença entre “brancos” e “negros”, a coleção acabou por contaminar toda a produção intelectual e acadêmica na atualidade – inclusive a teoria e a crítica literárias. Nesse sentido, surge daí – em última instância – a redução da relação multifacetada e complexa de Audálio Dantas e Carolina Maria de Jesus a uma dinâmica de preconceitos, opressões e negligências do “homem branco” sobre a “mulher negra”. Um processo que facilita à burguesia um discurso apelativo e de fácil difusão sobre a necessidade de uma total “reconstrução” da imagem de Carolina em termos que remetam menos às questões de classe e mais às ideias de raça e de gênero, termos menos políticos e mais voltados para o “projeto literário” da escritora – menos questionadores da dominação de classe da burguesia, portanto. Apenas esboçado aqui, pretendemos estudar mais detalhadamente esse processo específico do debate racial acerca de Carolina Maria de Jesus – dadas as enormes informações e análises que ele demanda e que ultrapassariam as nossas possibilidades no momento – em uma pesquisa futura.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve por propósito descobrir e descrever como se deu a história editorial do livro *Quarto de despejo*, de Carolina Maria de Jesus, da sua primeira publicação, em 1960, até a sua edição mais recente<sup>442</sup>, em 2020. Paralelamente, procurou analisar em que medida os diferentes contextos histórico-concretos foram decisivos para a recepção das diversas edições da obra em foco e para as mudanças por que passou a figura autoral e a imagem pública de sua autora, enfatizando os aspectos ideológicos, políticos e mercadológicos envolvidos nesse processo.

Na concretização dessa tarefa, partimos da descrição objetiva da ação dos diferentes atores e eventos que tornaram possível o surgimento da escritora mineira e de seu livro mais importante no cenário cultural brasileiro, o sucesso que essa obra alcançou em níveis locais e internacionais, o subsequente ostracismo – relativo – que Carolina Maria de Jesus vivenciou durante cerca de vinte anos, além da retomada da figura da escritora e da consagração cultural final de *Quarto de despejo* em nosso sistema literário.

Simultaneamente, buscamos destacar os principais acontecimentos econômicos, políticos, sociais e culturais da história recente do Brasil, do final dos anos 1950 até a atualidade, visando a estabelecer como a luta de classes, que subjaz a tais acontecimentos, participou da construção do sentido e do valor estético da obra máxima de Carolina Maria de Jesus, e estabeleceu a dinâmica das disputas ideológicas que moldaram a recepção dessa escritora ao longo dos anos, dando especial atenção ao papel de Audálio Dantas – descobridor dos manuscritos diarísticos e principal responsável pelo sucesso editorial inicial de Carolina – nos discursos que conformam tais disputas.

Utilizando uma divisão por décadas, detivemo-nos também na materialidade do conjunto das edições de *Quarto de despejo* aqui estudadas, através da análise de seus suportes editoriais e de seus paratextos, buscando identificar os significados sociais e estéticos corporificados nesses elementos, em consonância com o universo temático mobilizado no livro, que constitui-se em um retrato realista da modernização perversa que conformou os rumos de nossa história e o antagonismo entre as classes que atravessa a sociedade brasileira, sobretudo

---

<sup>442</sup> Até o presente momento.

no período imediatamente anterior ao Golpe de 1964.

Finalmente, pretendemos demonstrar como a consagração cultural final de Carolina Maria de Jesus e o lugar consolidado que ela atualmente ocupa em nosso sistema literário envolve uma tentativa – ainda em andamento – de apropriação da figura da escritora pela burguesia brasileira, através de suas diferentes instituições culturais (editoras, museus, veículos de imprensa etc.), afastando-a gradativamente de sua ligação com as camadas populares e oprimidas do país e dos aspectos mais críticos de sua obra relacionados à divisão de classes e suas consequências nefastas para a maioria de nosso povo; aproximando-a, por outro lado, do discurso identitário do feminismo negro liberal contemporâneo e da imagem da escritora fundamentalmente preocupada com o seu projeto literário e não com a construção de “um Brasil para os brasileiros”, título da última obra que ela escreveu em vida.

O sentido último deste trabalho consiste em proporcionar uma reflexão crítica sobre essa investida.

## REFERÊNCIAS

ABRÃO, Bernardette Siqueira; NADER, Wladyr; PAIANO, Enor. **Momentos do livro no Brasil**. São Paulo: Ática, 1998.

@CAROLINABITITA. [www.instagram.com](https://www.instagram.com/tv/CUDmz4noTRR/), 2021. Entrevista com Tom Farias. Disponível em: <https://www.instagram.com/tv/CUDmz4noTRR/>. Acesso em: 22/3/2022.

A ESCOLHA é sua. **Última Hora**, 7 de fevereiro de 1983.

AGUIAR, Cláudio. **Francisco Julião, uma biografia** – o homem e a política, as ligas camponesas e a reforma agrária, exílio e ocaso. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

ALMEIDA, Gelsom Rozentino de. **História de uma década quase perdida** – PT, CUT, crise e democracia no Brasil: 1979-1989. Rio de Janeiro: Garamond, 2011.

ALVIM, Rosilene; PAIM, Eugênia; LAHTERMAHER, Marcia (org.). **Vigário Geral** – uma noite tão comprida, Rio de Janeiro: 7 Letras, 2011.

ARAÚJO, Astolfo; TREVISAN, Hamilton. Vai silenciar a voz dos favelados?. **Escrita** – revista mensal de literatura, ano I, nº 11. 1976.

BACHA, Edmar et al. **130 anos** – em busca da República, Rio de Janeiro, Intrínseca, 2019.

BALTHAZAR, Ricardo. Carolina tijolo a tijolo. **Folha de São Paulo**, 15 de agosto de 2021. Ilustríssima. BALTHAZAR, Ricardo. Audálio revelou Carolina de Jesus e enfrentou ditadura após morte de Herzog. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 20 de julho de 2021. Disponível em: [https://www1.folha.uol.com.br/folha-100-anos/2021/07/audalio-revelou-carolina-de-jesus-e-enfrentou-ditadura-apos-morte-de-herzog.shtml?utm\\_source=sharenativo&utm\\_medium=social&utm\\_campaign=sharenativo](https://www1.folha.uol.com.br/folha-100-anos/2021/07/audalio-revelou-carolina-de-jesus-e-enfrentou-ditadura-apos-morte-de-herzog.shtml?utm_source=sharenativo&utm_medium=social&utm_campaign=sharenativo). Acesso: 11/6/2022.

BORGES, Zé Paulo. Carolina de Jesus: a catadora de papel que venceu a vida. **Última Hora**, 29 de novembro de 1976.

BRAGANÇA, Aníbal (org.). **Rei do livro** – Francisco Alves na História do Livro e da Leitura no Brasil. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Niterói: Lihed/UFF, 2016.

BRAUNS, Ennio; SANTOS, Gevanilda; OLIVEIRA, José Adão de (org.). **Movimento negro Unificado** – a resistência nas ruas, São Paulo: Fundação Perseu Abramo: Edições Sesc, 2020. BURNS, Mila. **Dona Ivone Lara** – sorriso negro. Tradução Alyne Azuma. Rio de Janeiro: Cobogó, 2021.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. [www2.camara.leg.br](https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-314-13-marco-1967-366980-publicacaooriginal-1-pe.html#:~:text=Define%20os%20crimes%20contra%20a,social%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%A1ncias.&text=I%20Disposi%C3%A7%C3%A7%C3%B5es%20Preliminares-,Art.,nos%20limites%20definidos%20em%20lei). Decreto-lei, nº 314, de 13 de março de 1967. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-314-13-marco-1967-366980-publicacaooriginal-1-pe.html#:~:text=Define%20os%20crimes%20contra%20a,social%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%A1ncias.&text=I%20Disposi%C3%A7%C3%A7%C3%B5es%20Preliminares-,Art.,nos%20limites%20definidos%20em%20lei>. Acesso: 8/6/2022.

CANDIDO, Antonio. “A literatura e a vida social”. Em: \_\_\_\_\_. **Literatura e sociedade** – estudos de teoria e história literária. 13 ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2014. p. 27-50.

CANDIDO, Antonio. “A nova narrativa”. Em: \_\_\_\_\_. **A educação pela noite**. 5 ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2006. p. 241-260.

\_\_\_\_\_. “Literatura e subdesenvolvimento”. Em: \_\_\_\_\_. **A educação pela noite**. 5 ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2006. p. 169-196.

CAROLINA Maria de Jesus autografa edição de bolso de seu ‘Quarto de despejo’”. **Jornal do Brasil**, 11 de dezembro de 1976.

CARVALHO, Alessandra. “As eleições presidenciais de 1989: sonhos, desejos e medos da dívida”. Em: QUADRAT, Samantha Viz (org.). **Não foi tempo perdido** – os anos 80 em debate. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2014. p. 389.

CASTRO, Eliana de Moura; MACHADO, Marília Novais da Mata. **Muito bem, Carolina!** – biografia de Carolina Maria de Jesus. Belo Horizonte: C/ Arte, 2007.

COELHO, Nelly Novaes. Dicionário Crítico de escritoras brasileiras (1711-2001). São Paulo: Escrituras Editora, 2002.

COMPANHIA DAS LETRAS. [blogdacompanhia.com.br](https://www.blogdacompanhia.com.br/conteudos/visualizar/Carolina-Maria-de-Jesus-na-Companhia-das-Letras), 2020. “Carolina Maria de Jesus na Companhia das Letras”. Disponível em: <https://www.blogdacompanhia.com.br/conteudos/visualizar/Carolina-Maria-de-Jesus-na-Companhia-das-Letras>. Acesso em: 22/12/2022.

CYMRIT, Danilo. **O funk na batida** – baile, rua e parlamento, São Paulo: Edições Sesc São Paulo, 2021.

DALCASTAGNÈ, Regina. **Literatura brasileira contemporânea** – um território contestado. Vinhedo: Editora Horizonte, 2012.

DANTAS, Audálio. **Tempo de reportagem**. São Paulo: Leya, 2012.

DUARTE, Edgard Duarte; ORNELLAS, Celly de. A semana e os livros. **O Globo**, 15 de dezembro de 1972.

DUVIVIER, Ivna Mendes de Moraes. “À guisa de prefácio”. Em: SILVA, Francisca Souza da. **Ai de vós**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983. p. 11.

ENGELS, Friedrich. **Do socialismo utópico ao socialismo científico**. 2 ed. São Paulo: Edipro, 2010.

ESTEVES, Antônio R. **O romance histórico brasileiro contemporâneo (1975-2000)**. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

EVARISTO, Conceição; LIMA, Vera Eunice de Jesus. “Outras letras: tramas e sentidos da escrita de Carolina Maria de Jesus”. Em: JESUS, Carolina Maria de. **Casa de alvenaria, volume 1** – Osasco. São Paulo: Companhia das Letras, 2021. p. 9-23.

FALCÃO, Joaquim. “A pirâmide de duas cabeças”. Em: Edmar Bacha et al. **130 anos – em busca da República**, Rio de Janeiro: Intrínseca, 2019, p. 148-152.

FARIAS, Tom. **Carolina – uma biografia**. Rio de Janeiro: Malê, 2017.

FARIAS, Tom. “Com cadernos, relatórios e cartas, acervo inédito da escritora Carolina Maria de Jesus é descoberto”, **O Globo**, São Paulo, 16 de novembro de 2021. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/cultura/livros/com-cadernos-relatorios-cartas-acervo-inedito-da-escritora-carolina-maria-de-jesus-descoberto-25277957>. Acesso em: 25/5/2022.

FAUSTO, Sérgio. “Novo pacto democrático”. Em: Edmar Bacha et al. **130 anos – em busca da República**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2019. p. 177-181.

FAVARETTO, Celso. **A contracultura, entre a curtição e o experimental**. São Paulo: N-1 edições, 2019.

FERNANDEZ, Raffaella. **A poética de resíduos de Carolina Maria de Jesus**. São Paulo: Aetia Editorial, 2019.

FICO, Carlos. “O ‘milagre’ e a repressão”. Em: Edmar Bacha et al. **130 anos – em busca da República**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2019. p. 161-165.

FREIRE, Américo. “A via partidária na transição política brasileira”. Em: QUADRAT, Samantha Viz (org.). **Não foi tempo perdido** – os anos 80 em debate, Rio de Janeiro: 7 Letras, 2014. p. 9-33.

FRENCH, John D. **Lula e a política da astúcia** – de metalúrgico a presidente do Brasil. Tradução Lia Fortes. São Paulo: Expressão Popular; Fundação Perseu Abramo, 2022.

GENETTE, Gérard. **Paratextos editoriais**. Tradução Álvaro Faleiros. Cotia, São Paulo: Ateliê Editorial, 2009.

- GONÇALVES, Emanuel Régis Gomes. **O livro “Quarto de despejo”, de Carolina Maria de Jesus** – a literatura vista de baixo. Saarbrücken: Novas Edições Acadêmicas, 2015.
- GONÇALVES, Marcos Augusto; HOLLANDA, Heloísa Buarque de. **Cultura e participação nos anos 60**. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- GONTOW, Airton. Os novos negócios do escritor. **Leia** – uma revista de livros, autores e ideias, ano XII, nº 142, 1990.
- GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-ameríncano** – ensaios, intervenções e diálogos. Flávia Rios, Márcia Lima (org.). Rio de Janeiro: Zahar, 2020.
- G1. ECONOMIA. **g1.globo.com**, 2018. “Grupo Penguin assume o controle da Companhia das Letras”. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2018/10/30/grupo-penguin-assume-controle-da-companhia-das-letras.ghtml>. Acesso em: 5/1/2023.
- HALLEWELL, Laurence. **O livro no Brasil** – sua história. Tradução Maria da Penha Villalobos, Lólio Lourenço de Oliveira e Geraldo Gerson de Souza. 2 ed. São Paulo: editora da Universidade de São Paulo, 2005.
- HARVEY, David. **O neoliberalismo**: história e implicações. Tradução Adail Sobral, Maria Stela Gonçalves. 5 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.
- INSTITUTO MOREIRA SALLES. **blogdoims.com.br**, 2014. “Carolina Maria de Jesus e a favela”. Disponível em: <https://blogdoims.com.br/carolina-maria-de-jesus-e-a-favela/>. Acesso em: 17/8/2022.
- INSTITUTO MOREIRA SALLES. **ims.com.br**, 2021. Textos da exposição. Carolina Maria de Jesus: um Brasil para os brasileiros. Disponível em: <https://ims.com.br/2022/02/01/carolina-maria-de-jesus-um-brasil-para-os-brasileiros-textos-da-exposicao/#bitita-livre>. Acesso: 20/12/2022.
- JESUS, Carolina Maria de. **Casa de alvenaria** – volume 1: Osasco. São Paulo: Companhia das Letras, 2021a.
- JESUS, Carolina Maria de. **Casa de alvenaria** – volume 2: Santana. São Paulo: Companhia das Letras, 2021b.
- JESUS, Carolina Maria de. **Quarto de despejo** – diário de uma favelada. São Paulo: Ática, 2020.
- JESUS, Carolina Maria de. **Clíris** – poemas reunidos. Rio de Janeiro: Desalinho, Ganesha Cartonera, 2019.

JESUS, Carolina Maria de. **Quarto de despejo** – diário de uma favelada. São Paulo: Ática, 2014a [com o selo da Editora Universidade Zumbi dos Palmares].

JESUS, Carolina Maria de. **Diário de Bitita**. São Paulo: SESI-SP Editora, 2014b.

JESUS, Carolina Maria de. **Quarto de despejo** – diário de uma favelada. 10 ed. São Paulo: Ática, 2014c.

JESUS, Carolina Maria de. **Quarto de despejo** – diário de uma favelada. São Paulo: Abril Educação, 2013.

JESUS, Carolina Maria de. **Quarto de despejo** – diário de uma favelada. 9 ed. São Paulo: Ática, 2007a.

JESUS, Carolina Maria de. **Diário de Bitita**. Sacramento: Bertolucci, 2007b.

JESUS, Carolina Maria de. **Antologia pessoal**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996a.

JESUS, Carolina Maria de. **Meu estranho diário**. São Paulo: Xamã, 1996b.

JESUS, Carolina Maria de. **Quarto de despejo** – diário de uma favelada. São Paulo: Ática, 1993.

JESUS, Carolina Maria de. **Quarto de despejo** – diário de uma favelada. São Paulo: Círculo do Livro, 1990.

JESUS, Carolina Maria de. **Diário de Bitita**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

JESUS, Carolina Maria de. **Quarto de despejo** – diário de uma favelada. 10 ed. São Paulo: Francisco Alves, 1983.

JESUS, Carolina Maria de. **Quarto de despejo** – diário de uma favelada. São Paulo: Edibolso, 1976.

JESUS, Carolina Maria de. **Provérbios**. São Paulo: Gráfica Luzes, 196-(4?).

JESUS, Carolina Maria de. **Quarto de despejo** – diário de uma favelada. 9 ed. São Paulo: Francisco Alves, 1963a.

JESUS, Carolina Maria de. **Pedaços da fome**. São Paulo: Editora Aquila, 1963b.

JESUS, Carolina Maria de. **Casa de alvenaria**. São Paulo: Francisco Alves, 1961.

JESUS, Carolina Maria de. **Quarto de despejo**. São Paulo: Francisco Alves, 1960.

JOBIM, Nelson. “Quimérico museu de formas inconstantes”. Em: Edmar Bacha et al. **130 anos** – em busca da República, Rio de Janeiro: Intrínseca, 2019. p. 182-86.

SALLUM JR., Brasílio. “O governo e o impeachment de Fernando Collor de Mello”. Em: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org.). **O Brasil Republicano** – da democratização ao golpe civil-militar de 1964: Terceira República (1945-1964). 8 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019. p. 166-169.

KORACAKIS, Teodoro. “Uma história em processo: a Companhia das Letras de 1986 a 2006”. Em: ABREU, Márcia; BRAGANÇA, Aníbal (org.). **Impresso no Brasil** – dois séculos de livros brasileiros. São Paulo: Editora Unesp, 2010. p. 289-329.

KNAPP, Wolfgang. **O que é editora**. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1992.

KUCINSKI, Bernardo. **Jornalistas e revolucionários** – nos tempos da imprensa alternativa. 3 ed., São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2018.

LAPOUGE, Maryvonne; PISA, Clélia. **Brasileiras – voix, écrits du Brésil**. Paris: Des Femmes, 1977.

LAFER, Celso. “Antagonismo político e os ‘anos dourados’”. Em: Edmar Bacha et al. **130 anos** – em busca da República, Rio de Janeiro: Intrínseca, 2019, p. 127-131.

LAUFER, Roger. **Introdução à Textologia**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1980.

LEOPOLDI, Maria Antonieta; PRADO, Luiz Carlos Delorme. “O fim do desenvolvimentismo: o governo Sarney e a transição do modelo econômico brasileiro”. Em: **O Brasil Republicano** – da transição democrática à crise política de 2016: Quinta República (1985-2016). 8 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019. p. 73-117.

LEVINE, Robert; MEIHY, José Carlos Sebe. **Cinderela negra** – a saga de Carolina Maria de Jesus. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1994.

LISTAS DE LIVROS. [listasdelivros.blogspot.com](https://listasdelivros.blogspot.com/2021/08/serie-sinal-aberto-editora-atica.html#:~:text=Projeto%20Gr%C3%A1fico%3A%20A%20S%C3%A9rie%20Sinal,%2C%20Fantasia%2C%20Humano%20e%20Mist%C3%A9rio), 2021. “Sinal Aberto (Editora Ática) [coleção]”. Disponível em: <https://listasdelivros.blogspot.com/2021/08/serie-sinal-aberto-editora-atica.html#:~:text=Projeto%20Gr%C3%A1fico%3A%20A%20S%C3%A9rie%20Sinal,%2C%20Fantasia%2C%20Humano%20e%20Mist%C3%A9rio>. Acesso em: 4/12/2022.

LOPES, Geraldo; CAMPOS, Marcelo Siqueira; BERMAN, Deborah; MARIANO, Maria Alice. Meninos de rua – a chacina da Candelária. **Revista Manchete**, nº 2156, julho de 1993.

LUKÁCS, György. “Introdução aos escritos estéticos de Marx e Engels”. Em: **Arte e sociedade** – escritos estéticos 1932-1967. Organização e tradução Carlos Nelson Coutinho e José Paulo Netto. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2011. p. 87-119.

MAGNABOSCO, Maria Madalena. **A palavra testemunhal de Carolina Maria de Jesus – reconstruindo imaginários femininos**. Belo Horizonte: Editora Dialética, 2021.

MALAN, Pedro. “Auge econômico, choques externos e suas consequências”. Em: BACHA, Edmar et al. **130 anos – em busca da República**, Rio de Janeiro: Intrínseca, 2019.

MARTINS, Wilson. Mistificação literária. **Jornal do Brasil**, 23 de outubro de 1993.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. 2 ed. Tradução Luís Cláudio de Castro e Costa. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

MATTOSO, Glauco. **O que é poesia marginal**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

MEMORIAL DA DEMOCRACIA. **memoraldademocracia.com.br**, 2017. “País descobre a tragédia da seca”. Disponível em: <http://memoraldademocracia.com.br/card/pais-descobre-a-tragedia-da-seca>. Acesso: 11/08/2022.

MENEZES, Hélio; BARRETO, Raquel. Texto da curadoria. **ims.com.br**, 2021. Carolina Maria de Jesus: um Brasil para os brasileiros. Disponível em: <https://ims.com.br/2022/01/11/carolina-maria-de-jesus-um-brasil-para-os-brasileiros-texto-da-curadoria/>. Acesso em 20/12/2022.

MESQUITA, Mário. “Declínio estrutural e turbulência cíclica”. Em: Edmar Bacha et al. **130 anos – em busca da República**, Rio de Janeiro: Intrínseca, 2019. p. 187-191.

MISSA por Carolina teve só dez pessoas”. **O Globo**, 19 de fevereiro de 1977.

MONTOIA, Paulo Montoia. Quem é quem. **Leia – uma revista de livros, autores e ideias**, ano XI, nº 138, 1990.

MOTTA, Marly. “A estabilização e a estabilidade: do Plano Real aos governos FHC (1993-2002)”. Em: **O Brasil Republicano** – da transição democrática à crise política de 2016: Quinta República (1985-2016). 8 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019. p. 219-252.

MOURA, Clóvis. “Prefácio”. Em: RODRIGUES, Abelardo; GALVÃO, Angela Lopes; SANTOS, Aparecido Tadeu dos et al. **Cadernos negros** – número 3 (Poesia). São Paulo: Edição dos Autores, 1980. p. 7-11.

MUSSE, Christina Ferraz; REIS, Susana Azevedo. Círculo do Livro: Os Rastros de Memória do Maior Clube de Assinatura de Livros Brasileiro no Séc. XX. **comunicon.espm.edu.br**, 2021. Disponível em: [https://comunicon.espm.edu.br/wp-content/uploads/2021/11/REIS\\_-MUSSE.pdf](https://comunicon.espm.edu.br/wp-content/uploads/2021/11/REIS_-MUSSE.pdf). Acesso em: 8/10/2022.

NEGRO, Antonio Luigi; SILVA, Fernando Teixeira. “Trabalhadores, sindicatos e política”.

Em: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org.). **O Brasil Republicano** – da democratização ao golpe civil-militar de 1964: Terceira República (1945-1964). 8 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019. p. 47-96.

NETO, Leonardo Marques. **100 nomes da edição no Brasil**. Rio de Janeiro: Oficina Raquel, 2020.

OITO mil flagelados saqueiam um armazém. **Folha de S. Paulo**, 16 de agosto de 1983.

OLIVEIRA, Acauam Silvério de. “O evangelho marginal dos Racionais MC’s”. Em: Racionais MC’s. **Sobrevivendo no inferno/Racionais MC’s**, São Paulo: Companhia das Letras, 2018. p. 19-37.

PENA, Felipe. **Jornalismo literário**. São Paulo: Contexto, 2008.

PENTEADO, Regina. Carolina: vítima ou louca? **Folha de S. Paulo**, 1º de dezembro de 1976.

PERPÉTUA, Elzira Divina. **A vida escrita de Carolina Maria de Jesus**. Belo Horizonte: Nandyala, 2014.

QUILOMBHOJE (org.). **Cadernos negros** – os melhores poemas. São Paulo: Quimlombhoje, 2008.

RATTS, Alex; RIOS, Flávia. **Lélia Gonzalez**. São Paulo: Selo Negro, 2010.  
REIMÃO, Sandra. **Mercado editorial brasileiro – 1960-1980**. São Paulo: Com-Arte; Fapesp, 1996.

RICOSTI, Neide. Carolina Maria de Jesus – catei lixo, catei tudo, menos a felicidade. **Revista Manchete**, nº 1096, 21 de abril de 1973.

RICUPERO, Rubens. “Apogeu e frustração do liberalismo”. Em: Edmar Bacha et al. **130 anos** – em busca da República. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2019. p. 195-198.

SALES, Jean Rodrigues (org.). **Guerrilha e revolução** – a luta armada contra a ditadura militar no Brasil. Rio de Janeiro: Lamparina, FAPERJ, 2015. p. 70-71; 105 e 238.

SANTOS. Joel Rufino dos. **Carolina Maria de Jesus** – uma escritora improvável. São Paulo: Garamond, 2009.

SENADONOTÍCIAS. [www12.senado.leg.br](https://www12.senado.leg.br), 2011. “Lei Sarney foi pioneira no incentivo à cultura”. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2011/12/20/lei-sarney-foi-pioneira-no-incentivo-a-cultura>. Acesso em: 29/11/2022.

SERVIÇO. **Última Hora**, 10 de maio de 1983.

SCHWARZ, Roberto (org.). **Os pobres na literatura brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

SILVA, Francisca Souza da. **Ai de vós**. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983.

SOUZA, Fernanda Silva e. Páginas em pretuguês. **Folha de São Paulo**, 15 de agosto de 2021. Ilustríssima.

TOM, Farias. Língua de fogo. **Quatro cinco um** – a revista dos livros, nº 48, agosto de 2021.

TREVISAN, João Silvério. **Devassos no paraíso** – a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade. 4 ed. Rio de Janeiro: Objetivas, 2018. São Paulo: Leya, 2012.

TROTSKI, Leon. **Literatura e revolução**. Tradução Luiz Alberto Moniz Bandeira. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007.

VARELLA, Drauzio. **Estação Carandiru**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

**Veja**, edição 1122, ano 23, nº 11, 21 de março de 1990. Capa.

VICENTE, José. “Carolina e Zumbi: símbolos nossos”. Em: JESUS, Carolina Maria de. **Quarto de despejo** – diário de uma favelada. São Paulo: Ática, 2014. p. 5.

VICTOR, FÁBIO. “Dono da editora mais antiga do país cria selo com patrocínio”, **Folha de São Paulo**, 24 de dezembro de 2011. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/1025698-dono-da-editora-mais-antiga-do-pais-cria-selo-com-patrocínio.shtml>. Acesso em: 10/8/2022.

VILLAS-BOAS, Luciana. Entrevista/José Bantim - É preciso faturar com livro bom. **Jornal do Brasil**, Caderno Ideias, 9 de outubro de 1993, nº 367.

VIZEU, Rodrigo. **Os presidentes** – a história dos que mandaram e desmandaram no Brasil, de Deodoro a Bolsonaro. Rio de Janeiro: HarperCollins Brasil, 2019.

VOGT, Carlos. “Trabalho, pobreza e trabalho intelectual”. Em: SCHWARZ, Roberto (org.). **Os pobres na literatura brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1983. p. 204-213.

WILLER, Cláudio. **Um obscuro encanto** – gnose, gnosticismo e poesia moderna. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

4 DE ABRIL de 1983. **Veja**, 13 de abril de 1983.

WIKIPÉDIA. **pt.wikipedia.org**, 2022. Disponível em:  
[https://pt.wikipedia.org/wiki/Inde%C3%A7%C3%A3o\\_na\\_economia\\_brasileira](https://pt.wikipedia.org/wiki/Inde%C3%A7%C3%A3o_na_economia_brasileira). Acesso em: 10/8/2022.

## ANEXO A – IMAGENS DAS CAPAS DAS EDIÇÕES DE *QUARTO DE DESPEJO* (1960-2022)

Figura 1 - Edição original QD



Figura 2 - Edição de QD 1963

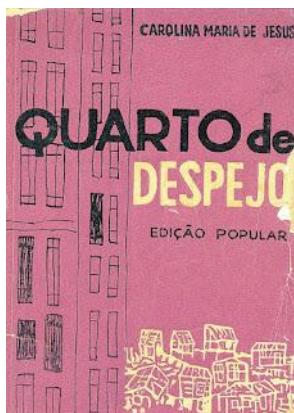


Figura 3 - Edição de QD 1976.1

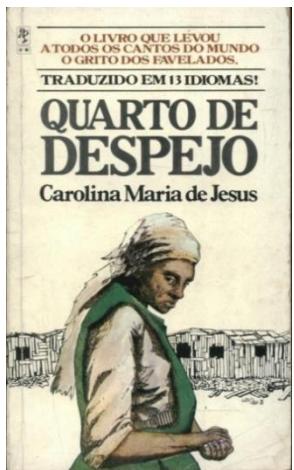


Figura 4 - Edição de QD 1976.2

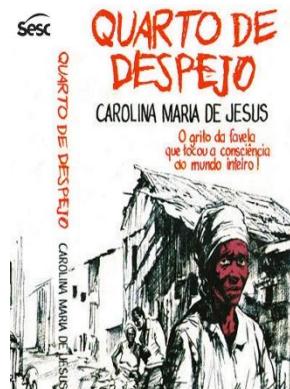


Figura 5 - Edição de QD 1983

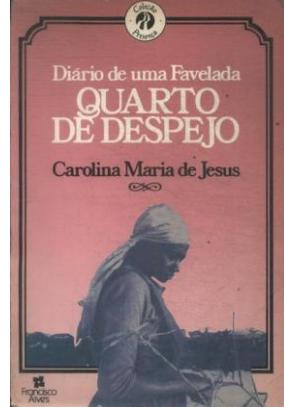


Figura 6 - Edição de QD 1990



Figura 7 - Edição de QD 1993

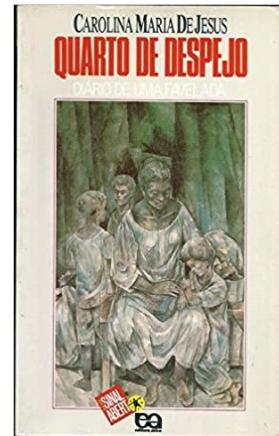


Figura 8 - Edição de QD 2007

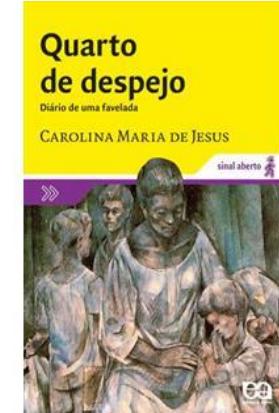


Figura 9 - Edição de QD 2014.1



Figura 10 - Edição de QD 2014.2



Figura 11 - Edição de QD 2020

